

**UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS  
UNIDADE ACADÊMICA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO  
ESCOLA DE HUMANIDADES  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA  
NÍVEL MESTRADO**

**MARCUS VINÍCIUS BARBOSA**

**A “SEGUNDA INDEPENDÊNCIA” CHILENA – 11 DE SETEMBRO DE 1973:  
A CONSTRUÇÃO DO PROJETO REFUNDACIONAL ATRAVÉS DO *MEMORIAL DEL  
EJÉRCITO DE CHILE* (1974-1990)**

**SÃO LEOPOLDO**

**2016**

MARCUS VINÍCIUS BARBOSA

A “SEGUNDA INDEPENDÊNCIA” CHILENA – 11 DE SETEMBRO DE 1973: A construção do projeto refundacional através do *Memorial del Ejército de Chile* (1974-1990)

Dissertação apresentada como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre, pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS  
Área de concentração: Estudos Históricos Latino-Americanos

Orientador: Prof. Dr. Cláudio Pereira Elmir

São Leopoldo

2016

B238s

Barbosa, Marcus Vinícius.

A “segunda independência” chilena, 11 de setembro de 1973 : a construção do projeto refundacional através do Memorial del Ejército de Chile (1974-1990) / Marcus Vinícius Barbosa. – 2016. 210 f. : il. ; 30 cm.

Dissertação (mestrado) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Programa de Pós-Graduação em História, 2016.

“Orientador: Prof. Dr. Cláudio Pereira Elmir.”

1. Chile – Política e governo – 1973-1988. 2. Chile – Política e governo – 1988-. 3. Chile – História – 1973-1988. 4. Governo militar – Chile – História – Séc. XX. 5. Ditadura – Chile – História – Séc. XX. 6. Militares – Chile – Atividades políticas. 7. Militarismo – Chile. 8. Memorial del Ejército de Chile. I. Título.

CDU 94(83)

CDD 983.065

MARCUS VINÍCIUS BARBOSA

A “SEGUNDA INDEPENDÊNCIA” CHILENA – 11 DE SETEMBRO DE 1973: A construção do projeto refundacional através do *Memorial del Ejército de Chile* (1974-1990)

Dissertação apresentada como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre, pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS

Área de concentração: Estudos Históricos Latino-Americanos

Orientador: Prof. Dr. Cláudio Pereira Elmir

Aprovada em 21 de julho de 2016.

BANCA EXAMINADORA

---

Dr. Helder Gordim da Silveira – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS)

---

Dra. Maria Cristina Bohn Martins – Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS)

---

Dra. Marluza Marques Harres – Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS)

## AGRADECIMENTOS

Gostaria de agradecer ao meu orientador, Prof. Cláudio Pereira Elmir, a quem devo todo o meu conhecimento sobre o ofício de historiador. Além de sua eterna paciência e incansável carinho, Cláudio – meu amado mestre, como sempre lhe chamei – dispõe de uma sagaz percepção que o faz destacar-se dos demais e desperta, em seus alunos, uma interminável curiosidade. Seus apontamentos duros são sempre seguidos de conversas descontraídas, o que faz com o tempo ao seu lado seja um verdadeiro deleite.

Em segundo lugar, gostaria de agradecer à coordenadora do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Prof. Eliane Cristina Deckmann Fleck, quem sempre me apoiou. Agradeço, por extensão de meus cumprimentos endereçados a ela, ao corpo docente do PPG em História da UNISINOS pelo enorme aprendizado, afeto e dedicação. Devo a todos meus professores cada frase escrita na presente dissertação. Agradeço, ainda, ao Conselho Nacional de Pesquisa (CNPq) por financiar o presente trabalho.

Agradeço aos membros da banca de qualificação, Prof. Eduardo Munhoz Svartman e Prof. Marluza Marques Harres, por todas as sugestões aportadas. Agradeço também, aos membros da banca de defesa, Prof. Helder Volmar Gordim da Silveira, Prof. Maria Cristina Bohn Martins e Prof. Marluza Marques Harres, pelo aceite da avaliação de meu trabalho.

Agradeço a minha família e, em especial, ao meu esposo, Darlon Machado Costa, quem sempre me impulsionou e ajudou. Horas intermináveis de distância não foram capazes de nos separar. Sempre terei a imagem dele, sentado ao sofá à minha espera. Gostaria, ainda, de agradecer a uma figura ímpar em minha vida: minha avó, Jaci Maria Barbosa, a quem devo meu caráter. Nos acolheu em momentos difíceis e não mediu esforços por nos ajudar.

Por último, mas não em menor medida, aos meus colegas do curso de Mestrado do PPG em História da UNISINOS. Em especial, ao meu mais querido amigo, Douglas Souza Angeli, a quem devo parte de minha vida acadêmica. O encontro com Douglas foi revestido de um carinho *sui generis*, fazendo com que nossas diferenças se tornassem mínimos detalhes frente a nossa aproximação. Essa dissertação também é dele. Horas de conversa, discussões, divergências, ajuda, carinho, atenção, cuidado, ponderação. Sei que, mesmo distantes, seremos sempre amigos.

## RESUMO

A presente dissertação analisa a construção do projeto político do regime militar chileno, durante o período de 1974 a 1990, através do discurso da oficialidade do exército contido nas páginas do órgão oficial da instituição, a revista *Memorial del Ejército de Chile*. Busca-se compreender em que medida esse discurso pode ser vinculado a uma determinada cultura política presente no cenário público chileno antes mesmo do golpe de Estado de 11 de setembro de 1973. Pretende-se, ainda, dimensionar a atividade docente da oficialidade, tratando de apresentar, ainda que de maneira parcial, a formação dos autores em institutos militares, procurando relacionar as atividades no exterior com o contexto encontrado no interior do país andino. Objetiva-se a apresentação do *projeto refundacional*, baseado em uma determinada visão sobre o marxismo e a política, uma leitura sobre a identidade nacional e a tentativa de construção de uma nova institucionalidade, embasada em uma “herança portaliana” do século XIX, na contrapartida da democracia liberal adotada em 1932. De uma maneira geral, busca-se compreender em que medida o discurso da oficialidade, contido em o *Memorial del Ejército de Chile*, configurou-se como retórica auxiliar da narrativa construída desde a alta cúpula da *Junta de Gobierno*.

Palavras-chave: Ditadura militar chilena. Projeto refundacional. Cultura política. Oficialidade do exército. *Memorial del Ejército de Chile*.

## ABSTRACT

This thesis analyzes the construction of the Chilean military regime's political project during the period of 1974-1990. This analysis is centered in army officers' discourse as published in the journal *Memorial del Ejército de Chile*, official organ of that institution. The goal was to ascertain whether this discourse could be linked to a political culture that was present in the Chilean public sphere even before the coup d'état of September 11, 1973. A secondary goal was to study officers' teaching activities by, although in partial way, addressing authors' training in military institutes, and by examining the connections between activities that took place during this period both outside and inside the Andean nation. The aim was to describe a re-foundational project that was based on a specific understanding of Marxism and politics. A project that derived from a distinct reading of national identity, and from an attempt to construct new institutions which were to be based on a nineteenth-century 'portaliana' heritage, in opposition to liberal democracy, which was adopted in 1932. In general terms, the goal of this research is to understand to which extent military officers' discourse, as published in *Memorial del Ejército de Chile*, became an auxiliary rhetoric to the foundational narrative that was constructed by the high summit of the *Junta de Gobierno*.

Keywords: Chilean military dictatorship. Chilean re-foundational project. Political culture. Army officers. *Memorial del Ejército de Chile*.

## LISTA DE ABREVIATURAS

ACAGUE – *Academia de Guerra del Ejército*  
ANEPE – *Academia Nacional de Estudios Estratégicos y Políticos*  
CODELCO – *Corporación Nacional del Cobre*  
EMGE – *Estado Mayor General del Ejército*  
FLACSO – *Facultad Latinoamericana de Ciencias Sociales*  
IMET – *International Military Education and Training Program*  
MUN – *Movimiento de Unión Nacional*  
PN – *Partido Nacional*  
RN – *Renovación Nacional*  
SALT – *Strategic Arms Limitation Tasks*  
TIAR – *Tratado Interamericano de Assistência Recíproca*  
UDI – *Unión Demócrata Independiente*  
UP – *Unidad Popular*  
USARCARIB – *U.S Army Caribbean School*  
USARSA – *U.S Army School of Americas*  
USSOUTHCOM – *U.S Southern Command*

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO.....</b>	<b>9</b>
<b>2 “ESPACIO DE DESARROLLO INTELLECTUAL, PENSAMIENTO Y AUTOPERCEPCIÓN”: A REVISTA <i>MEMORIAL DEL EJÉRCITO DE CHILE</i> E O PENSAMENTO POLÍTICO DOS OFICIAIS DO EXÉRCITO.....</b>	<b>21</b>
2.1 <i>Memorial del Ejército de Chile: ACAGUE, oficialidade e a temática da política</i> .....	23
2.2 <i>Os artigos: breves considerações.....</i>	42
2.3 <i>“Para evitar que sucumbiera en el marasmo de la politiquería”: Uma cultura     política militar desde o Memorial del Ejército de Chile.....</i>	46
<b>3 OS OFICIAIS E SUAS TRAJETÓRIAS: ALGUNS PONTOS DE CONVERGÊNCIA PARA CONSIDERAÇÃO .....</b>	<b>69</b>
<b>4 PARA SALVAR O ESTADO DE SUA MORTE IMINENTE: ELEMENTOS DISCURSIVOS DO PROJETO <i>REFUNDACIONAL</i> ATRAVÉS DO <i>MEMORIAL DEL EJÉRCITO DE CHILE</i> .....</b>	<b>101</b>
4.1 <i>“La subversión, el flagelo de nuestro tiempo”: o marxismo e a politiquería... 115</i>	
4.2 <i>A identidade nacional: um apelo à unidade do povo chileno..... 143</i>	
4.3 <i>A nueva institucionalidad: a Unidad Popular e a Constituição de 1980..... 161</i>	
<b>CONCLUSÃO.....</b>	<b>176</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>180</b>
<b>APÊNDICE A - FONTES .....</b>	<b>184</b>
<b>APÊNDICE B - INFORMAÇÕES SOBRE DIRETOR E CONSELHO CONSULTIVO .....</b>	<b>190</b>
<b>APÊNDICE C – INFORMAÇÕES SOBRE OS OFICIAIS ADQUIRIDAS ATRAVÉS DOS KARDEX.....</b>	<b>202</b>
<b>APÊNDICE D – INFORMAÇÕES DOS OFICIAIS RELATIVAS À ATUAÇÃO NA <i>ACADEMIA DE GUERRA</i> .....</b>	<b>206</b>

## 1 INTRODUÇÃO

Este trabalho estuda o *projeto refundacional* do regime militar chileno, engendrado desde a caserna e embasado em uma cultura política anterior ao golpe de Estado, durante o período da ditadura (1974-1990), através da revista *Memorial del Ejército de Chile*. Esse projeto foi construído a partir de uma redefinição da ideia de identidade nacional, estabelecendo relação entre o regime militar iniciado em 1973 e o ideário político de Diego Portales (considerado, naquele país, como o “idealizador da República chilena”). Além disso, a ditadura tratou de denominar o seu governo como “Liberación Nacional”, vinculando os acontecimentos de setembro de 1973 com a independência chilena de 1818. O projeto visava uma redefinição do cenário político chileno, com o objetivo de impedir o ressurgimento da “*politiquería*” e do “marxismo” como força política viável.

Ainda que considere a existência de uma relação entre a visão política precedente à derrubada do governo de Salvador Allende (1970-1973) e aquela assumida após aquele desfecho, optei por analisar somente o período da ditadura. Evidencia-se uma tentativa, por parte da oficialidade da caserna, de uma “explicação” para a “intervenção militar”, que fundamenta seus argumentos em um determinado “pensamento político” sobre o Estado, a sociedade, a nação e a política. Assim, pretende-se verificar a existência de inflexões sofridas por essa cultura política, relacionando o *projeto refundacional* com o contexto político vigente durante o período do regime militar.

O golpe militar de 11 de setembro de 1973 confirmava as expectativas de um amplo setor da sociedade descontente com o governo da *Unidad Popular* (UP) liderado por Salvador Allende, desde meados de 1971. Criara-se, na visão dessa parcela da população, um cenário “caótico”, do qual o governo de esquerda era o único responsável. A agitação política, os enfrentamentos, os assassinatos políticos – como o do comandante-em-chefe do exército, René Schneider, em 1970 - e as filas para comprar produtos se apresentavam, assim, como uma clara demonstração de “desordem” e “desgoverno”. Paulatinamente, as Forças Armadas foram sendo vistas, por essa camada descontente, como uma alternativa viável para “salvar o país” do “flagelo subversivo”.

Entretanto, a “intervenção militar” entrava em conflito com a Constituição de 1925 e com a própria história recente das Forças Armadas chilenas. O senso comum

criara a ideia de que a “intervenção” dos militares colocava fim a uma “tradição”: fieis ao concerto democrático, os membros da caserna não intervinham na política há muito tempo – mais precisamente desde 1932, com a volta do conservador Arturo Alessandri. Todavia, é preciso relativizar o suposto “silêncio” da caserna entre meados da década de 1930 até os anos sessenta, afirmando uma possibilidade de análise que não considere esse interregno como um completo desligamento da política. Isso porque as Forças Armadas continuaram refletindo sobre o cenário público, aperfeiçoando uma visão sobre o país e estudando formas de colaboração para o Chile.

Um estudo atento às prerrogativas militares, aos seus anseios e pensamentos, deve levar em conta a discricção e o alto nível de hierarquia da caserna. Os membros das Forças Armadas dificilmente contam com um espaço aberto e democrático de expressão, sem que as amarras da cadeia de comando estejam presentes para os coordenarem. De fato, a visão coletiva, que em alguns momentos derivou análises corporativistas da sociedade e das relações entre civis e militares, prima entre as fileiras da instituição armada. O que acontece é um duplo movimento de hierarquização: o militar se coloca como uma engrenagem em um esquema maior – as Forças Armadas – que, por sua vez, pertence a um arranjo que obedece a uma ordem mais ou menos estabelecida – as Forças Armadas e a sociedade no conjunto da nação. O que rege a ordem entre militares e civis é justamente a alma nacional e um projeto de país elaborado conforme algumas diretrizes, estabelecidas seja em disputa com os meios extramilitares ou em comum acordo com algum plano político civil<sup>1</sup>.

Por bastante tempo, e seria possível dizer atualmente, os golpes de Estado perpetrados nas décadas de 1960 e 1970, na América Latina, apareceram em algumas análises como fruto praticamente exclusivo do “imperialismo” dos Estados Unidos da América, país que “coordenava” as derrubadas de governos e “impunha” a sua estratégia de contenção da expansão do “comunismo”. O plano “inescrupuloso” do *Brother Sam* de dominar o mundo, extirpando qualquer possível ameaça a sua zona de influência, foi denunciado por muitos opositores dos regimes ditatoriais. Não cabe negar a evidente necessidade do irmão do norte em afastar de seu “quintal” qualquer traço do inimigo vermelho. Entretanto, algumas análises tendem ao exagero:

---

<sup>1</sup> GARRETÓN, 2003.

hiperdimensionam o papel dos norte-americanos e desvalorizam ou ignoram a própria história nacional dos países em questão, esquecendo da atuação política dos militares antes das intervenções<sup>2</sup>.

Essa visão comete, na perspectiva deste trabalho, um equívoco: ignora a diversidade do desenvolvimento das Forças Armadas, não colocando a devida atenção às influências internas e deixando de observar as proximidades e distanciamentos – os movimentos em relação ao cenário público – que os militares realizavam antes mesmo dos golpes de Estado. Parece-me primário considerar que as Forças Armadas latino-americanas não eram meros fantoches da potência ocidental: ofereciam na história exemplos claros de seu importante e duradouro papel político. Não se pode esquecer anos de análises e observações, em que os militares construíram relações com os diversos círculos de poder. Não levar em consideração as Forças Armadas como ator político dotado de história e desenvolvimento próprio é reduzir o jogo político nacional a uma escala mundial macro, sem observar como, de fato, a política dos governos civis chamou a atenção dos militares para problemas que estes consideravam caros ao processo de desenvolvimento de seu país e da própria instituição. É preciso, portanto, historicizar o processo de ação política da caserna, devolvendo o mesmo para um contexto nacional e internacional, considerando a existência de um posicionamento que não surge a partir do golpe de Estado.

A aparente superficialidade com que se trata das Forças Armadas talvez tenha uma origem expressamente militar: no afã de coesão, os militares procuram se mostrar monolíticos e apartados da sociedade. A unidade de ação e o pensamento coordenado dão conta de apresentar a caserna como um corpo uniforme sem divergências. Mas basta o leitor atento procurar um pouco para perceber que o mito de unidade se dissolve facilmente. As Forças Armadas são polifacetadas, não podem ser encaradas como fruto de uma personalidade uniforme e tampouco serem entendidas como guiadas por um único espírito. Dentro das fileiras das instituições armadas, os oficiais disputam, assim como os políticos, suas zonas de influência, respeitando o seu próprio cenário de atuação para que este esteja de acordo com a cadeia de comando. É por isso que algumas manifestações dos subalternos tendem

---

<sup>2</sup> Entre esses, é possível citar algumas obras, não só de historiadores, mas de autores de diversas áreas: GUAZZELLI, 2004. PADRÓS e SIMÕES, 2013. PEREIRA, 2011. VERDUGO, 2003.

a ser consideradas como atos de “subversão da ordem”<sup>3</sup>, uma vez que prima, entre os militares, o respeito a uma ordem hierárquica “gerontocrática” e indissolúvel. Isso não significa dizer que os mais velhos tenham primazia de expressão, mas sim de verificar que aqueles com uma ordem de antiguidade maior estão mais autorizados a emitir juízos que, nesse sentido, são entendidos como genuínas sínteses dos pensamentos castrenses.

Além disso, o mito de “sociedade em miniatura”, que aparentemente diferenciaria o meio castrense da sociedade civil, não pode ser compreendido como uma construção natural sem questionamentos. Essa visão, presente tanto no âmbito da caserna como no meio extra-militar precisa ser questionada, permitindo que o pesquisador observe que, antes do distanciamento, as Forças Armadas estão inseridas na sociedade a qual pertencem. É somente nessa lógica relacional que se compreende, portanto, a atuação política dos militares.

O resultado da presença da ordem hierárquica na organização das opiniões militares é bastante evidente: existirão canais comunicativos específicos para padrões hierárquicos distintos, tais como subalternos e oficiais, ou mesmo entre oficiais e comandantes. Um discurso mais ou menos coerente deve guiar os respectivos comunicadores, ainda que elementos não tão evidentes de dissonância possam ser apreendidos de seus discursos<sup>4</sup>.

A organização diferencial entre as forças militares suscita uma aproximação desafiadora por parte do pesquisador. A generalização tende a incorporar como discurso militar, por exemplo, aquele mais proeminente por número de contingente ou que está mais próximo da sociedade civil – através de “tarefas sociais”, por exemplo, como campanhas de saúde pública ou auxílio em desastres naturais. É o caso do Exército, que aparece, normalmente, como aglutinador das expectativas militares, não deixando transparecer, desta forma, como as instituições armadas disputam hegemonia na tentativa de se configurarem como “exemplo” institucional.

---

<sup>3</sup> É o caso de reuniões com políticos sem a presença de comandantes ou mesmo sem o consentimento da instituição. O respeito à hierarquia deve reger a condução das ações dos membros da caserna. A expressão de opiniões, escritas ou impressas, também se configura como um ato de “subversão”, porque, de fato, esse tipo de ação é vista, dentro das instituições armadas, como de responsabilidade da oficialidade, a qual seria “treinada” para isso. Ver: LEIRNER, 1997.

<sup>4</sup> “Não consiste tarefa fácil extrair de um periódico militar o que seu autor de fato pensa e o que ele escreve, isto porque a sua liberdade está sempre condicionada a valores maiores que foram trabalhados em sua formação. O respeito à disciplina e à hierarquia inibe o militar de dizer tudo o que quer.”. (TAVARES, 2009:24).

A temática que proponho abordar através deste trabalho não é, de uma maneira geral, uma novidade na historiografia sobre o regime militar chileno. Desde perspectivas diferentes, a instalação dos militares no poder e a lógica que regeu a construção de uma memória, a partir da caserna, sobre os acontecimentos iniciados em setembro de 1973, já foram analisadas. As estratégias de construção memorialística utilizadas pelos militares foram abordadas, especialmente, desde trabalhos que levaram em consideração o funcionamento interno das instituições militares. Apenas para citar um trabalho, podemos nos referir a María Eva Muzzopappa e o seu texto *Savia nueva de un árbol eterno: Ejército, jóvenes y memoria en la Escuela Militar (Chile, 1971-2002)*, presente na obra de Felipe Agüero e Eric Hershberg *Memorias militares sobre la represión en el Cono Sur: visiones en disputa en dictadura y democracia* (2005). Tanto o texto de Muzzopappa, como o livro de Agüero e Hershberg, de uma maneira mais ampla, pretendem abordar a construção da memória sobre os golpes militares latino-americanos desde a perspectiva dos militares. Os membros da caserna são o centro de análise, seja através de discursos, eventos militares ou de publicações.

Muzzopappa analisa, em seu texto, a revista *Cien Águilas*, anuário educacional utilizado pela *Escuela Militar* de Santiago do Chile. A maior indagação da autora consiste na construção de uma memória sobre o 11 de setembro de 1973, data do golpe militar, e as inflexões sofridas por essa memória, observando as correlações das alterações com as mudanças no cenário político chileno. A caserna é vista, em seu trabalho, como uma instituição que possui uma lógica interna própria, um lugar que possibilita um processo de “ressocialização” dos indivíduos, construindo uma identidade dissociada da “alma civil”, denominada pela autora como “nosotros militar”.

Ao levar em consideração a “instalação” do 11 de setembro de 1973 como uma data “histórica” e referencial para os militares e seus opositores, Azun Candina Polomer, no texto *El día interminable. Memoria e instalación del 11 de septiembre de 1973 en Chile (1974-1999)*, reflete sobre como, ano após ano, a memória sobre o dia da “salvação nacional” foi sendo construída e as inflexões sofridas a partir do contexto político vivido no país. Assim, nos primeiros anos da ditadura militar, a autora ressalta que:

La celebración del 11 buscaba destacar los siguientes puntos: recuperación de la paz interna del país y la libertad perdida durante el gobierno de la Unidad Popular, demostración al país y al mundo del apoyo de la población al gobierno militar y descalificación del gobierno

de la Unidad Popular y del marxismo mediante el recuerdo de lo sucedido en el país durante el período 1970-1973. (POLOMER, 2002:13).

Os apontamentos de Polomer são de fundamental importância para a presente dissertação. As considerações da autora chilena nos permitem perceber, desta vez através da fonte escolhida para análise neste trabalho, as possíveis inflexões sofridas pelo *projeto refundacional* e a própria construção sobre uma versão do passado, com vistas a apresentar a atuação das Forças Armadas às futuras gerações.

A publicação que serve de fonte principal para esta dissertação é o periódico do Estado Maior do Exército. A revista surge como um desdobramento da missão militar prussiana<sup>5</sup>, demonstrando a preocupação com uma formação cada vez mais completa dos oficiais, dentro de um processo de modernização. A periodicidade da revista sofreu alterações constantes ao longo do tempo; no período de análise desta dissertação, o periódico foi editado de forma quadrimestral, sendo, portanto, lançados três números por ano. Desde o início de sua publicação, em 1906, o *Memorial del Ejército de Chile* configurou-se como um periódico extenso, com um número médio de 180 páginas. Os artigos apresentados a cada número são, em sua grande maioria, de oficiais do Exército chileno. Contudo, nota-se uma quantidade expressiva de republicações de outras revistas militares – de exércitos estrangeiros –, bem como um número significativo de textos de civis. As temáticas, de maneira geral, abordam aspectos técnicos da caserna – treinamento, hierarquia, funções da oficialidade. Entretanto, entre esses artigos, podem-se encontrar textos sobre cultura, política, relações internacionais, questões jurídicas e constitucionais. As temáticas são variadas e permitem a análise de diversos elementos formativos da mentalidade dos oficiais.

É preciso ressaltar que levo em consideração a limitação da análise de uma publicação oficial, percebendo que os artigos contidos no *Memorial del Ejército de Chile* não representam a totalidade do pensamento político dos militares chilenos para o período. Entretanto, levando em consideração o respeito pela hierarquia e o funcionamento interno da instituição castrense, podemos considerar que as opiniões expressadas nos textos do *Memorial del Ejército de Chile* podem ser vistas como

---

<sup>5</sup> A missão militar prussiana (1885-1910), encabeçada pelo capitão Emilio Von Körner, pretendeu modernizar o exército chileno após a Guerra do Pacífico (1879-1883). Entre as várias iniciativas levadas a cabo pela missão, cabe ressaltar a criação de revistas militares, da *Academia de Guerra* e das *Escuelas Militares*, visando a formação de uma oficialidade técnica e culturalmente treinada. Sobre o processo de modernização do exército chileno, ver VALDIVIA, 2015.

representativas de um relativo consenso, ao menos da alta oficialidade, sobre os temas tratados na revista. Cabe ainda a ressalva de que, nos números da publicação, existe um alerta bastante claro sobre o conteúdo ali exposto: os artigos não representam o posicionamento oficial da caserna, sendo responsáveis os autores dos textos. Contudo, esse alerta também precisa ser relativizado, uma vez que os textos publicados no *Memorial del Ejército de Chile* passam pela avaliação de um “Conselho Consultivo” composto por militares da ativa, ainda que a revista seja dirigida, durante boa parte do período em estudo, por militares da reserva (ver Apêndice B).

O “inimigo interno” dos militares, esses “flagelos subversivos” que afetavam a “alma nacional”, não surgiram no contexto imediato do 11 de setembro de 1973. O imaginário anticomunista não é produto exclusivo do golpe militar que derrubou o governo da *Unidad Popular*.

O inimigo dos militares não era nem sequer um elemento produzido pela pátria. Na lógica dessas Forças Armadas, a ideologia estrangeira corrompera os filhos da nação, aportando conceitos, ideias, doutrinas, filosofias completamente estranhas a toda e qualquer tradição, costume e/ou cultura que houvesse em seu país. A internacionalização da luta pela implementação do comunismo dava aos militares uma justificativa plausível para atuar no campo político: sitiados em seus próprios lares por um inimigo estrangeiro, os garantidores da soberania precisavam agir. E assim o fizeram. O autoritarismo era um mal necessário, na lógica militar, para a eliminação do “caos” instalado pelos governos de esquerda influenciados por uma internacionalização da política interna dos seus países, processo que ocorreu no Chile a partir da década de 1920.

A sociedade se subvertera, diriam alguns, e os valores tradicionais haviam sido modificados. Já não havia possibilidade de manutenção de um sistema político pluralista e democrático: a mão dura do Estado autoritário deveria se impor sobre um cenário de guerra, onde a disciplina, a ordem e o progresso seriam algumas das chaves políticas de compromisso. Regenerar, curar, extirpar: era o que o “flagelo subversivo” exigia dessas Forças Armadas.

O historiador Marcelo Casals Araya (2012), em sua dissertação de mestrado, se propôs a analisar, nos moldes do trabalho do brasileiro Rodrigo Patto de Sá Motta – autor de *Em guarda contra o perigo vermelho: o anticomunismo no Brasil (1917-1964)* (2002) – como se estruturou o imaginário anticomunista no Chile. Araya analisa a construção de um “imaginário anticomunista” no Chile, desde meados do século

XIX, ligado à “questão social” e as greves mineiras, nas regiões incorporadas ao território chileno depois da Guerra do Pacífico. O autor observa ainda os movimentos da política chilena no século XX em torno do Partido Comunista e da emergência das “camadas populares” no cenário eleitoral. Nesse sentido, Casals ressalta como o discurso sobre o comunismo foi sendo alterado conforme as conjunturas políticas.

O presente trabalho pretende explorar uma lacuna historiográfica importante sobre o regime militar chileno. Verifica-se, primeiramente, o número relativamente pequeno de estudos sobre periódicos militares. A revista *Memorial del Ejército de Chile*, até onde sabemos, não foi objeto de estudo específico de nenhum projeto de Mestrado ou Doutorado. O periódico foi utilizado, geralmente, como uma das diversas fontes para os pesquisadores, dentre eles Augusto Varas e Felipe Agüero (2011), María Eva Muzzopappa (2006) e Verónica Valdívía Zárate (2003). Os artigos contidos na revista foram analisados em conjunto com outras publicações militares, na sua maioria, produzidas pelos altos escalões do regime militar – discursos, leis e artigos de jornal. Ou seja, a revista que proponho como fonte primária de estudo não recebeu, de modo geral, atenção especial pela historiografia – contando, sobretudo, com a exceção de dois estudos: aquele proposto por Varas e Agüero (2011), intitulado *El proyecto político militar*, o qual traz uma série de artigos de publicações oficiais da caserna ao longo do século XX, mas não realiza nenhuma análise sistemática sobre as mesmas; e o livro comemorativo do centenário da revista, intitulado *Un siglo de pensamiento militar en Chile, el Memorial del Ejército (1906-2006)*, organizado e coordenado por Alejandro San Francisco e Angel Soto<sup>6</sup>. Na esteira dessa lacuna historiográfica está o projeto de pesquisa coordenado pelo Prof. Dr. Cláudio Pereira Elmir<sup>7</sup>, iniciado em 2012, do qual participei como bolsista de iniciação científica até o final de 2013, realizando o Trabalho de Conclusão de Curso, procurando entender, especificamente, a influência da Doutrina de Segurança Nacional no projeto político dos militares no período anterior ao golpe e a sua inflexão depois da tomada do poder<sup>8</sup>.

O *projeto refundacional* engendrado pelos militares chilenos a partir da tomada de poder através do golpe militar-civil de setembro de 1973 – o “pronunciamento

---

<sup>6</sup> Esse livro será analisado ao longo do primeiro capítulo da presente dissertação.

<sup>7</sup> ELMIR, Cláudio Pereira. *Militares e Política no Chile Contemporâneo: uma análise a partir da Revista "Memorial del Ejército de Chile" (1970-1990)*. São Leopoldo: UNISINOS, 2011 [Projeto de Pesquisa].

<sup>8</sup> BARBOSA, 2013.

militar”, segundo a caserna – constituiu-se, primeiramente, na eliminação sistemática do legado do governo de Salvador Allende e da UP. Esse “projeto de país” – como se referiu Garretón (2003) – estabeleceu-se através de uma lógica de luta entre visões de política diferentes, a saber: a do grupo até então governista – o conglomerado de esquerda -, que acreditava estar em um processo de “revolução pacífica” para a implantação do socialismo no Chile – a então denominada “via chilena para o socialismo”-; e a dos militares – somando as três forças (Exército, Marinha e Aeronáutica) aos policiais militares (os *Carabineros*), que entendiam estar em “guerra” contra o “flagelo subversivo”.

Esse projeto político, elaborado para realizar a “salvação” do Chile do “tumor marxista”, se apresentava como uma “segunda independência”, agora não mais do jugo colonial espanhol, mas sim de uma doutrina estrangeira atuante em território nacional. Antes de tudo, essas ideias advinham da lógica própria de construção de uma identidade militar – principalmente a partir da década de 1950 -, apoiada na Doutrina de Segurança Nacional e na compreensão de geopolítica dos militares e da função própria das Forças Armadas no cenário político do país. A luta contra o comunismo não acabaria com a tomada de poder; seria necessário “apagar” da história nacional esse período de “trevas”: a Idade Média da história recente do Chile.

Esse era um projeto que se constituía como nacionalista, messiânico e geopolítico, como afirmou Hinojosa (2011). Nacionalista, porque buscava na independência do século XIX as origens justificatórias para a tomada de poder por parte dos militares e, sobretudo, entendia que as Forças Armadas seriam as guardiãs da verdadeira “alma nacional”. Messiânico por entender que a caserna era a responsável pela “salvação” do país de uma doutrina “destruidora” – o marxismo – através de uma ação guiada pela providência divina, com base em uma cosmovisão cristã-católica conservadora. Geopolítico, porque engendrado a partir de uma determinada compreensão de guerra – guerra total e guerra contrarrevolucionária -, entendendo a ascensão de Salvador Allende e de sua coalizão como um verdadeiro ataque à soberania nacional. Essa concepção levava em consideração o papel das Forças Armadas como defensoras da nação frente ao inimigo interno, fruto de uma crescente internacionalização da política.

Dessa forma, o *projeto refundacional* pretendia ser realizado através de uma lógica de “guerra interna” entre os militares e os “grupos terroristas”. Nesse sentido, a guerra travada entre a caserna e os seus opositores se daria nos mais diversos

planos: na luta armada, nos campos de concentração, na prisão dos opositores do regime, na mudança de nomes de ruas, na promulgação de leis de urbanização, na reestruturação da administração pública, na nova configuração regional de organização do país, na instituição de uma “tradição chilena”. Enfim, para além do combate por meio da força, a luta do regime contra a “doutrina estrangeira” se daria, sobretudo, no plano das ideias<sup>9</sup>. Novos modelos econômicos, novos pensamentos culturais, novos sistemas educacionais, novas reformas trabalhistas, novos planos de infraestrutura eram concebidos e implementados pelo regime, com o intuito de difundir seu projeto de país.

No campo da renovação historiográfica da História Militar, nossa proposta se incorpora aos estudos das instituições militares, a partir da análise de documentos – os artigos da revista *Memorial del Ejército de Chile* – que têm como um dos seus objetivos a formação da concepção de sociedade e de indivíduo dos oficiais do Estado Maior do Exército. Ainda que essa pretensão não esteja expressa na revista, é possível inferi-la a partir da análise dos textos nela publicados. Nesse sentido, como ressalta Parente: “[...] A través destes documentos podemos reconstruir, também, os aspectos ideológicos que nortearam a criação e motivaram a atuação das instituições”. (PARENTE, 2009:7).

Existe uma grande dificuldade em se lidar com as instituições armadas no seu conjunto. O Exército e as Forças Armadas em geral não formam um corpo homogêneo. O “pensamento militar” exhibe características comuns, mas não pode ser analisado como construído e apropriado pelos próprios membros da caserna como um conjunto monolítico de ideias e concepções. Antes de tudo, cabe a análise sistemática, quando possível, das inflexões internas – ou seja, as distinções dentro das diferentes armas – e a relação estabelecida entre as diferentes corporações militares – disputas entre o Exército, a Marinha e a Aeronáutica. Como a fonte deste projeto consiste na publicação do Estado Maior do Exército, não será realizada a análise comparativa com relação as demais instituições castrenses. Em função da dificuldade de acesso as informações relativas aos oficiais-autores, não serão abordados aspectos diferenciais com relação ao pertencimento a determinada arma do Exército.

---

<sup>9</sup> ERRÁZURIZ e QUIJADA, 2012.

Para além dessa compreensão, os indivíduos adotam estratégias diferentes em situações similares. Ainda que os militares passem por um processo de ressocialização bastante rigoroso, como disse Celso Castro (1990) para o caso brasileiro, – pelo qual o “civil” deixa o “corpo e a mente” para abrir espaço ao “militar” –, continua a existir uma individualidade com relação ao coletivo das Forças Armadas. Se a oficialidade é entendida como aquele grupo que organiza e pensa a atuação das instituições castrenses, não devemos entender que esse pensamento, emanado das altas patentes, chegue de forma idêntica e produza o mesmo efeito no conjunto do corpo da caserna. Os diferentes níveis hierárquicos permitem atuações e apropriações singulares e, muitas vezes, inesperadas. Nesse sentido, estuda-se aqui a visão da oficialidade, e não do conjunto dos militares do exército, levando em consideração as relações estabelecidas entre esse discurso e a retórica oficial do regime.

Este trabalho também pretende realizar um estudo que leve em consideração as Forças Armadas, juntamente com todas as problemáticas relacionadas a elas. As instituições militares emergem, então, inseridas em um contexto histórico e social complexo, permitindo vislumbrar a atuação das Forças Armadas no plano nacional e regional, referido este ao Cone Sul da América. Ainda sobre esse aspecto, é possível compreender processos formadores de uma determinada mentalidade dentro da caserna. Segundo Parente, pode-se perceber “os processos de formação da mentalidade militar em diferentes momentos da história e sua relação com a atuação política dos altos oficiais (ou a ausência de atuação) [...]”. (PARENTE, 2009:10). Pretende-se, nesse sentido, realizar uma interpretação sobre a formação de uma identidade política forjada a partir de elementos próprios da caserna, através da aproximação e do distanciamento do cenário público, conformando aquilo que Castro (2009) – entre outros pesquisadores – chamaram de *ethos militar* e que, segundo Sirinelli (1998), pode ser entendido como fruto de uma “cultura política”.

A distribuição dos capítulos procura agrupar os textos selecionados para análise segundo as temáticas pertinentes ao *projeto refundacional*. Dessa forma, os capítulos estão estruturados para apresentar uma leitura não-linear.

O primeiro capítulo pretende ressaltar a organização da revista *Memorial del Ejército de Chile*, sua estrutura, os textos selecionados e a inserção destes no conjunto da revista. Dimensiona de que forma se pode apreender, através dos artigos da publicação, um pensamento político da oficialidade e relativiza o entendimento de

política elaborado por outros autores que trataram do periódico - (NUNN, 1976; SAN FRANCISCO e SOTO, 2006). Além disso, aborda a cultura política construída décadas antes do golpe militar, de maneira a compreender como ela estrutura uma determinada visão sobre o Estado, a nacionalidade e as relações entre civis e militares.

O segundo capítulo apresenta os dados compilados através da pesquisa documental no *Archivo General del Ejército* através dos KARDEX. Nesse sentido, procura-se construir um perfil geral da oficialidade do exército, além de apresentar as influências doutrinárias estrangeiras contidas na formação de uma identidade política dos militares que publicam na revista *Memorial del Ejército de Chile*.

O terceiro capítulo dimensiona o *projeto refundacional*, explorando cada uma de suas temáticas – marxismo e *politiquería*, identidade nacional e nova institucionalidade – através dos artigos da revista. Trata-se de uma análise do *projeto refundacional* que engendra uma determinada visão sobre a ação dos militares a partir do golpe de Estado desde artigos do *Memorial del Ejército de Chile*.

## 2 “ESPACIO DE DESARROLLO INTELECTUAL, PENSAMIENTO Y AUTOPERCEPCIÓN”: A REVISTA *MEMORIAL DEL EJÉRCITO DE CHILE* E O PENSAMENTO POLÍTICO DOS OFICIAIS DO EXÉRCITO

É imprescindível iniciar este capítulo com uma pergunta que atravessará todo este estudo: de que forma a revista *Memorial del Ejército de Chile* pode ser analisada como um instrumento de divulgação de um projeto político que pretende engendrar, ao mesmo tempo, a adoção de uma determinada cultura política e fornecer os elementos argumentativos para a conformação de uma memória sobre o governo da UP e, na contrapartida desta, sobre o regime militar?

Essa pergunta não é de fácil resposta, porque nela estão contidos os questionamentos acerca da lógica de elaboração desse projeto político, que Hinojosa (2011) denominou “refundacional”. É preciso dizer, a partir de agora, que este estudo tem como objetivo principal mapear as estratégias políticas dos oficiais do Exército chileno para arregimentar esforços de legitimação desse projeto, procurando por inflexões e permanências sofridas pelo mesmo ao longo de todo o período ditatorial.

Para realizarmos esta tarefa, é preciso que o período de análise não fique restrito ao governo militar; há, de certa forma, uma “cultura política” anterior ao golpe de Estado de 1973. Com isso, devemos reconhecer que os militares não surgem como atores políticos no momento da derrubada do governo socialista: é possível vislumbrar, dentro de sua história institucional, uma trajetória política que acompanha os acontecimentos de fora do “mundo da caserna”, aproximando ou afastando os membros das Forças Armadas do cenário público e possibilitando a formação de uma visão sobre o político que pode ser, em certa medida, reconhecida através dos artigos do *Memorial del Ejército de Chile*<sup>10</sup>.

A revista *Memorial del Ejército de Chile* não pode ser entendida, entretanto, como um panfleto político. Ela é, antes de tudo, um instrumento de comunicação entre os oficiais do Exército do Chile e representa, segundo Muzzopappa (2005), um discurso legítimo de certos graus de valoração dentro da cadeia de comando da instituição armada. Essa afirmação é relevante porque os conteúdos por mim classificados como políticos não podem ser apreendidos, através da publicação, de uma maneira explícita: compreender como se estrutura o “pensamento político” dos oficiais do

---

<sup>10</sup> Ver, nesse sentido, VARAS e AGÜERO, 2011.

Exército através da revista *Memorial del Ejército de Chile* requer uma leitura atenta aos silêncios, às metáforas, aos discursos implícitos e as associações estabelecidas entre artigos originalmente escritos por militares e uma visão política externa à caserna, na busca da legitimação do discurso interno das Forças Armadas.

Dessa forma, também é preciso ressaltar que a revista não é o órgão oficial de comunicação do governo militar; ela se constitui como o meio de divulgação do *Estado Mayor General del Ejército* (EMGE), com a finalidade de instrução dos oficiais em diversos temas, entre eles a política. Mas, novamente, é preciso sublinhar que este tema é tratado de uma maneira particular, sem que se façam afirmações contundentes ou que possam, de alguma forma, comprometer a instituição<sup>11</sup>. Obviamente, isso não significa dizer que, em alguns momentos, não se possa reconhecer um discurso marcadamente contrário e, em certa medida, “odioso<sup>12</sup>” sobre o governo de Salvador Allende, por exemplo. Entretanto, esse conteúdo explicitamente político e reconhecidamente politizado é minoritário no contexto da revista.

É preciso entender que a lógica de legitimação frente à sociedade empreendida pelo governo militar deveria abarcar o conjunto de elementos que participavam da estrutura estatal, incorporando, dessa forma, os membros da caserna. Mais do que isso, a revista *Memorial del Ejército de Chile* pode ser entendida como instrumento de uma estratégia político-cultural e memorialística porque os oficiais acabaram por conformar, através do EMGE, um “corpo de defesa” frente às “injúrias” opositoras. Na tentativa de difundir o seu projeto de nação, a ditadura deveria fundar uma nova relação entre a população e a política, baseada na interlocução entre associações civis e o Estado; relações estas que seriam garantidas através da estabilidade institucional, tendo como tutoras as Forças Armadas. Esvaziando o papel dos políticos como interlocutores entre a população e o poder, o regime militar acabou por enaltecer a figura dos seus oficiais, alçando os mesmos a um papel de “intérpretes” da vontade

---

<sup>11</sup> Maud Chirio, ao analisar movimentos contestatórios de oficiais durante o regime militar brasileiro, em *A política dos quartéis: Revoltas e protestos de oficiais na ditadura militar brasileira*, expõe uma visão interessante sobre a hierarquia militar e a expressão de opiniões dentro da caserna: “O desinteresse pelas lógicas políticas internas do corpo de oficiais não resulta apenas de uma apropriação dos imaginários da elite militar. É igualmente consequência de uma coerção das fontes – no interior dessa grande incógnita arquivística que é a instituição armada, mais ainda sob um regime autoritário e repressivo, os militares subordinados são os personagens mais inacessíveis aos pesquisadores”. (CHIRIO, 2012:8).

<sup>12</sup> Utilizo esta palavra, um tanto forte, por compartilhar a visão de Bobbio (1995), quando afirma que a linguagem política é, por muitas vezes, sentimental e pouco criteriosa.

geral<sup>13</sup>. Resta saber se a população assim se sentia representada, mas para isso seria necessário uma investigação à parte<sup>14</sup>.

Este capítulo procura abordar como se estruturou a revista *Memorial del Ejército de Chile* no período estudado (1974-1990), bem como entender a função que ela desempenhou junto à divulgação de uma identidade política institucional dos oficiais do exército. Em um segundo momento, pretende-se estudar a estrutura da publicação, percebendo as constantes e as inflexões dos artigos selecionados para o presente estudo, atentando especialmente para as seções, a diferença entre artigos de militares e de civis, e explorando as estratégias de tradução e republicação. Em terceiro lugar, procura-se indagar sobre a existência de uma cultura política dos militares que pode ser vislumbrada através da publicação, atentando para as estratégias de conformação de um pensamento político dos oficiais do exército.

## **2.1 *Memorial del Ejército de Chile*: ACAGUE, oficialidade e a temática da política**

A revista *Memorial del Ejército de Chile* cumpre o papel de ser o meio oficial de divulgação do *Estado Mayor General del Ejército* (EMGE). Nesse sentido, a publicação se dirige, primeiramente, aos altos oficiais do exército chileno, servindo como base de estudos tanto militares, quanto políticos, sociais, culturais e econômicos. Ela é um instrumento de divulgação do pensamento comumente aceito pelas Forças Armadas como legítimo sobre essas matérias, havendo a preocupação, por parte dos editores, em frisar a cláusula de responsabilidade dos autores pelos textos publicados.

---

<sup>13</sup> Interessante perceber como os grupos políticos, ainda que tenham conservado nos primeiros anos do regime militar certo grau de participação – através do Conselho de Estado – foram reconhecendo, pouco a pouco, a maneira como os militares estabeleceriam a relação perante à condução do Estado. Um exemplo disso pode ser encontrado nas atas do Conselho de Estado, como a da décima quarta reunião, realizada em 29 de março de 1977: “Agregó el señor Presidente [o ex-presidente do Chile Jorge Alessandri - 1958-1964] a S.E [o general Pinochet] que el Consejo deseaba ser oído antes y no después de adoptadas las decisiones, pues para eso precisamente se le había creado como se desprende de su propio nombre, y que sería útil que los llamara con mayor frecuencia”. (CONSEJO DE ESTADO, 2008:51).

<sup>14</sup> Parte dessa “popularidade” do regime militar foi estudada através de enquetes realizadas durante e posteriormente a ditadura, entre os anos de 1985 e 2003, pelo *Centro de Estudios de la Realidad Contemporánea*. Os resultados dessas pesquisas foram divulgados no livro *Chile, un país dividido: la actualidad del pasado*, de Carlos Huneeus (2003). Outras pesquisas, levadas a cabo pela FLACSO Santiago, também durante os anos 1980, revelam a faceta “popular” do regime. Entre elas, podemos citar: BAÑO; CULAGOVSKY; FLISFICHI; LECHNER; VIAL, 1987. BAÑO e FLISFICH, 1987. BAÑO, 1988. BAÑO, 1993.

A oficialidade que compõe o EMGE é responsável pelos postos de comando dentro do exército chileno. Ela é oriunda dos membros da caserna que passaram pelos cursos da *Academia de Guerra (ACAGUE)*. Os oficiais do EMGE devem auxiliar o comandante-em-chefe do exército na materialização das condutas elaboradas por ele, seja através de ordens expressas na cadeia de comando, seja por meio de um conjunto de doutrinas elaboradas no seio da caserna e difundidas em cursos (as chamadas “instruções”), assim como a divulgação de materiais didático-informativos.

A *ACAGUE* foi concebida como a “universidade militar” por excelência. Nas palavras de Alejandro San Francisco: “La Academia de Guerra tiene un atractivo especial. Es, como se ha dicho muchas veces, ‘la Universidad del Ejército’, lo cual la hace interesante tanto para la historia militar como para la educación”. (SAN FRANCISCO, 2006:XVII). Apresentando, na introdução, os textos contidos na obra por ele editada, San Francisco ainda ressalta que “[...] el personal formado en la Academia contribuye a completar la unidad de mando y de pensamiento que debe existir en las fuerzas militares”. (SAN FRANCISCO, 2006:XIX). Nas palavras do coronel da reserva Walter Dörner Andrade:

Este personal [do EMGE], por el hecho de estar destinado a trabajar en íntimo contacto con los Altos Comandos y ser el fiel intérprete de las determinaciones del Jefe ante las tropas, se impone que sea el mejor elemento de Oficiales del Ejército. Siendo así, su preparación debe ser lo más vasta posible. (ANDRADE, 2006:127).

Ela cumpre, portanto, um papel fundamental de instrução de uma visão institucionalizada do exército chileno, uma vez que aporta, aos oficiais do EMGE, uma linha de pensamento sobre diversas questões. É durante os cursos e instruções que se difundirá uma visão sobre a política, a sociedade e o governo, bem como uma “história” dos fatos “transcendentais”. Em um artigo do *Memorial del Ejército de Chile* de 1976 podemos ler:

Destaca especialmente en este sentido la Academia de Guerra que, mediante cursos de formación de oficiales de Estado Mayor y de información para oficiales sin especialidad y de los servicios administrativos y logísticos, despliega una positiva labor de propagación de los conocimientos profesionales y generales, que la convierten en rectora del pensamiento de la oficialidad del Ejército. [...] El estudio sistemático, el análisis racional y lógico que se les enseña a usar en forma permanente, la discusión franca, abierta y con altura de miras que se realizan en las academias, generan la doctrina común de los oficiales, no sólo en materias estrictamente militares, sino también en todos los campos del pensamiento humano. (GEVERT, 1977:78-79).

O autor conclui que essa doutrina comum “absorvida” pelos oficiais na *ACAGUE* segue exercendo influência em todo o corpo de tropa, uma vez que esses membros instruídos diretamente pela instituição educacional militar difundem esses conhecimentos nos lugares onde atuam. Para ele, são essas doutrinas e ensinamentos que conformam o “pensamiento homogéneo del Ejército”. (GEVERT, 1977:79).

É preciso, ainda, ressaltar o contexto que deu origem à publicação que serve de fonte para o presente estudo. A revista *Memorial del Ejército de Chile* surge no período de modernização do exército chileno, em 1906. Acompanhando um movimento comum desde o fim do século XIX – quando a missão prussiana chegou ao Chile e iniciou as mudanças na organização e percepção das instituições armadas –, o periódico reunia o desejo do comando do exército de expor, através de análises ou informações, uma visão sobre diversos temas, mas principalmente, nesse início, aquele mais caro à caserna: a guerra. A instrução para a guerra constituía o pilar central do *Memorial del Ejército de Chile*, porque era através dela que se poderia compreender a própria função das Forças Armadas no concerto da república. A guerra justifica a necessidade de existência das instituições armadas. O seu estudo demonstrava, portanto, que ela era uma ameaça iminente e constante: não havia espaço para o pacifismo<sup>15</sup>.

Esse preâmbulo é necessário para entendermos como a estrutura organizacional do exército do Chile permite vislumbrar a principal função da revista *Memorial del Ejército de Chile* (ou, ao menos, aquela que é afirmada pela própria caserna como sendo a sua principal tarefa). Ela é, portanto, a síntese de um pensamento militar da oficialidade que deve ser, de alguma forma, “retransmitido” através da cadeia de comando pelos oficiais. Além de material de estudo estratégico-militar, a revista tem o caráter informativo e instrutivo, uma vez que, no período que compreende nosso estudo (1974-1990), existem artigos oriundos de periódicos não militares, nacionais e estrangeiros.

A estrutura organizacional da revista passou por diversas alterações durante o período estudado. De antemão, é relevante a constatação de que o conselho consultivo da revista, órgão responsável pela escolha dos artigos e estrutura da publicação, contou com alunos “ilustres” da *ACAGUE*. Existe um “quadro de honra”

---

<sup>15</sup> Para uma análise mais aprimorada da missão prussiana no Chile e a influência na formação do perfil profissional das Forças Armadas ver: VARAS e AGÜERO, 2011; GARCÍA, 2006.

de alunos egressos desta instituição<sup>16</sup>, oficiais que se formam nos cursos com as maiores notas (os três primeiros colocados de cada ano). Essa consideração nos permite observar, em certa medida, a conformação da revista como publicação dedicada a considerada “elite militar”, em um sentido de superioridade conferido através da formação dada pelas instituições educacionais do exército. Isso não significa considerar, através dos artigos do periódico, a elaboração de um pensamento exclusivo de uma “elite intelectual do exército”: todavia, a colaboração desses oficiais premiados permite observar como a revista pretende se legitimar frente as membros da instituição armada, convidando a compor o corpo editorial da revista, em muitas ocasiões, justamente aqueles dotados de algum reconhecimento intelectual dentro da caserna<sup>17</sup>.

O *Memorial del Ejército de Chile* é considerado, na hipótese desenvolvida pelo presente estudo, como um elemento de legitimação do governo militar, na medida em que fornece argumentos “defensivos” e “ofensivos” para os oficiais. Como se tentará expor, ao longo deste primeiro capítulo, pretende-se analisar a publicação como instrumento de validação de um conjunto de argumentos, construídos antes e depois do golpe de Estado, oriundos de uma cultura política adotada pelos militares. Dessa forma, os artigos não serão lidos como textos que compreendem em seu interior um significado próprio, resultando disto a necessidade de vinculação de sua elaboração (escrita) e apreensão (republicação) com as inflexões da própria sociedade chilena, respeitando a dinâmica sócio-política e levando em consideração as relações estabelecidas entre militares e civis, principalmente em torno da ideia de poder e de seu exercício.

Nesse sentido, as proposições de Barros (2005) aparecem como fundamentais para o entendimento da fonte deste estudo. O autor demonstra de que maneira a fonte pode ser entendida como produto de uma conjuntura, apresentando-se ora um meio de acesso pelo qual o historiador obtêm informações sobre o passado, ora um fato histórico em si:

---

<sup>16</sup> SAN FRANCISCO, 2006:223-226.

<sup>17</sup> Membros do conselho consultivo da revista que foram premiados no quadro de honra da *Academia de Guerra* do exército (o quadro completo de membros do conselho pode ser consultado no Apêndice B): Juan von Chrismar Escuti (2º lugar) e Rafael Ortiz Navarro (3º lugar) – turma de 1957-1959; Luis J. Ramírez Pineda (1º lugar) – turma de 1958-1960; Enrique Valdés Puga (1º lugar) – turma de 1962-1964; Roberto A. Soto Mackenney (3º lugar) – turma de 1966-1968; Gustavo Abarzúa Rivadeneira (2º lugar) e Héctor Darrigrandi Márquez (3º lugar) – turma de 1971-1973; Jaime Concha Pantoja (2º lugar) – turma de 1973-1974; Luis Cortés Villa (1º lugar) – turma de 1975-1977.

[...] neste último caso considera-se que o texto que se está tomando naquele momento como fonte é já aquilo que deve ser analisado, enquanto discurso de época a ser decifrado, a ser compreendido, a ser questionado. É neste sentido que diremos que a fonte pode ser vista como ‘testemunho’ de uma época e como ‘discurso’ produzido em uma época. (BARROS, 2005:131).

Tomar a fonte como fato histórico pressupõe compreender o meio no qual a mesma se constituiu. Além disso, deve-se atentar para a necessidade de buscar o maior número de informações sobre o autor da fonte, devolvendo o texto para uma trama complexa, onde se engendram outras fontes (outros textos, imagens, monumentos, enfim, *outros documentos*) e discursos. Dessa forma, o texto adquire duas funções: a de “objeto de significação” e a de “objeto de comunicação cultural entre sujeitos”. Nas palavras de Barros:

[...] a avaliação do texto como ‘objeto de comunicação’ implica na análise do contexto histórico-social que o envolve e que, de alguma maneira, atribui-lhe sentido. [...] o texto também pode ser examinado do ponto de vista das intenções ou das motivações pessoais do autor que o produziu, ou daqueles que dele se apropriam imputando-lhe novos sentidos. A perspectiva mais útil para a História – e para a História Política em particular – é considerar mesmo o texto a partir da dualidade que o define enquanto ‘objeto de significação’ e ‘objeto de comunicação’. (BARROS, 2005:132).

A fonte é, então, produto de um contexto, da sociedade que envolve o autor e como suas dimensões penetram através de quem escreve e, por conseguinte, no texto – ainda que o autor não tenha consciência disto. Cabe ao historiador perceber de que forma as dimensões da sociedade e o próprio estilo do texto impõem limitações que “constrangem o autor” a escrever de uma determinada forma<sup>18</sup>.

Analisar a fonte torna-se, portanto, um exercício multidimensional que deve contemplar, segundo Barros (2005), três aspectos fundamentais: o *intratexto* (texto como objeto de significação), o *intertexto* (relação do texto com outros textos) e o *contexto* (relação do texto com a realidade que o produziu). As últimas duas dimensões são as que permitem ao historiador ir além da mera análise de um ator específico (o autor do texto), para relacionar a fonte com um conjunto maior de

---

<sup>18</sup> “[...] Todo texto é produzido em um lugar que é definido não apenas por um autor, pelo seu estilo e pela história de vida desse autor, mas principalmente por uma sociedade que o envolve, pelas dimensões desta sociedade que penetram no autor, e através dele no texto, sem que disto ele se aperceba. Uma época, uma sociedade, um ambiente social (rural, urbano), uma Instituição, uma rede de outros textos às quais o autor deverá se conformar, as regras de uma determinada prática discursiva ou literária, as características do gênero literário em que se inscreve o texto – tudo isto constrange o autor que escreve o texto, deixando nele suas marcas, a princípio indelévels, mas que devem ser pacientemente decifradas pelos historiadores [...]”. (BARROS, 2005: 133).

acontecimentos e facilitar a inscrição dos textos em uma explicação mais abrangente da própria sociedade que o produziu. Dessa forma, a fonte não é somente um meio de obtenção de informações sobre a realidade que a produziu, mas sim um instrumento de compreensão da própria sociedade que a envolve. É preciso, portanto, que se dedique um espaço para a compreensão do papel da revista *Memorial del Ejército de Chile* como uma fonte que carrega em si uma dimensão de comunicação cultural. O terceiro subtítulo deste capítulo pretende se dedicar a esta dimensão.

A revista do exército chileno foi objeto de um livro “extraoficial” da caserna, realizado por dois historiadores chilenos, publicado pelo *Centro de Estudios Bicentenario*, Alejandro San Francisco e Angel Soto. Por tratar-se de uma obra publicada por instituição privada, pretende-se considerá-la como extraoficial. Contudo, a apresentação da obra releva os contornos “institucionalizados” que o livro parece adquirir. Quem escreve as primeiras palavras é o próprio comandante-em-chefe do exército, a época, Óscar Izurieta Ferrer. Nas palavras do general, o Exército pretendia:

[...] efectuar una investigación histórica, que diera cuenta de lo que ha sido la evolución de la revista, para ponerla a disposición del público. Desde el primer momento se resolvió que esta tarea – que ha tomado dos años a sus autores – debía realizarla un historiador que no proviniera de nuestras filas. La iniciativa, se pensó, resultaría más atractiva si un observador especializado externo ‘tomara posesión’ del objeto de estudio y lo analizara convenientemente, desde una visión óptica con el menor compromiso institucional posible [...]. (FERRER *apud* SAN FRANCISCO e SOTO, 2006:XI).

Observa-se na ficha técnica do livro, além dessas palavras, que os direitos autorais estão reservados ao próprio Departamento Comunicacional do exército chileno. Dessa forma, ainda que realizada por “historiadores externos”, a publicação carrega um forte conteúdo institucionalizado e, em certa medida, laudatório.

A obra, intitulada *Un siglo de pensamiento militar en Chile: el Memorial del Ejército (1906-2006)* (2006) está dividida em seis capítulos, por ordem cronológica. O critério para a definição dos capítulos foram, aparentemente, as conjunturas políticas do Chile<sup>19</sup>.

---

<sup>19</sup> Os capítulos são: “Los comienzos del *Memorial del Ejército*, 1906-1932”, vinculando a publicação ao movimento de modernização do exército chileno que culminaria com a “reação civilista” – o fim da intervenção direta dos militares na política – em 1932; “Restauración democrática, guerra mundial y paz armada, 1932-1958”, um período de “recolhimento” dos militares aos quartéis; “El pensamiento militar en un Chile de cambios, 1958-1970”, onde se estudada o “problema” da Revolução Cubana e a politização da sociedade antes do governo de Salvador Allende; “El *Memorial del Ejército* en los años de la Unidad Popular, 1971-1973”; “Pensamiento y acción: el Gobierno Militar, 1973-1990”; e, por último, “El camino hacia el siglo XXI, 1990-2006”, onde os autores localizam uma mudança na publicação, voltando-se muito mais para temas profissionais e “afastando-se” da política.

É difícil, durante todo o livro, reconhecer o trabalho crítico do historiador “externo”. O desejo assumido pelas palavras do comandante-em-chefe, de uma leitura com o menor compromisso institucional possível, parece não se realizar. O que se observa é uma tentativa de diminuição do impacto das próprias afirmações feitas pelo exército através de o *Memorial del Ejército de Chile*.

Além disso, os “historiadores externos” encarregados de realizar a análise desvinculada da instituição militar não podem se orgulhar de estarem, naquela época, completamente alijados do exército. Isso porque a obra de 2006 foi fruto de um projeto maior, financiado pelo próprio Departamento Comunicacional do exército chileno<sup>20</sup>.

Em artigo publicado pelo *Memorial del Ejército de Chile*, no ano de 2005, Alejandro San Francisco parece expor o projeto de estudo das publicações militares. Nele, o autor afirma que pode-se observar duas dimensões ao analisar o *Memorial del Ejército de Chile*. A primeira delas seria a comunicativa, pois as revistas se constituem como veículos de informação no interior dos quartéis, e a segunda seria a dimensão intelectual, contribuindo para a formação cultural e profissional dos seus quadros. Elas estariam marcadas por um forte aspecto patriótico e corporativo, possibilitando a formação e difusão de uma identidade institucional. O autor ressalta a importância do *Memorial del Ejército de Chile* para a difusão de temas entre a oficialidade que repercutiriam na sociedade e dentro do próprio exército, além da contribuição para a tradução de textos de publicações estrangeiras, em sua maioria europeias.

Mas é nesse artigo também que se pode ler a seguinte afirmação:

Un tercer aspecto histórico interesante se refiere a las crisis políticas que ha enfrentado el país desde fines del siglo XIX hasta hoy, específicamente la Guerra Civil de 1891, los golpes militares de 1924-25 y la intervención militar de 1973. En todas esas circunstancias los militares desempeñaron un papel muy importante, instigado por los civiles y de acuerdo a situaciones extraordinarias de división política. (SAN FRANCISCO, 2005:141).

Podemos perceber que, além de diferenciar os “golpes militares” de 1924-25 da “intervenção política” de 1973, o autor deixa entrever o seu compartilhamento com uma retórica difundida durante a ditadura militar de 1973 sobre a participação dos militares na política. Não há um desejo da caserna em imiscuir-se na política: as instituições armadas obedecem ao chamado da sociedade para colocarem fim a

---

<sup>20</sup> Estas informações estão claras no artigo de Alejandro San Francisco no próprio *Memorial del Ejército de Chile*. Ver SAN FRANCISCO, 2005.

“situações extraordinárias”. O trecho ainda contém a citação de uma conferência realizada na *ACAGUE* em 2003 sobre as “intervenções militares no Chile”.

É possível ver que San Francisco cita, em grande parte deste texto, em notas de rodapé, artigos de Frederick Nunn, autor norte-americano que refuta, expressamente, a ideia de “intervencionismo”. Em suas palavras:

‘Intervenção’ pode não ser mais um termo apropriado, devido a frequência da ação política dos militares, o aumento da participação dos oficiais no governo, e a percepção de que os militares podem ser considerados um grupo político de poder legítimo nos países em desenvolvimento. (NUNN, 1975:22)<sup>21</sup>.

O livro, nesse sentido, pretende questionar, em certa medida, a ideia proposta pelo próprio Frederick Nunn de que o *Memorial del Ejército de Chile* permaneceu durante décadas afastado das discussões políticas. Esse distanciamento seria fruto, na explicação de Nunn, da reação civilista da década de 1930. Relegados a um papel inferior dentro dos governos civis depois da ditadura do general Carlos Ibáñez (1927-1931), os militares teriam compreendido a mensagem de “não deliberação” estabelecida pela constituição de 1925. Nesse sentido, não haveria espaço para uma análise da situação política, muito menos para a crítica do próprio sistema oriundo da recuperação do controle político chileno por parte dos civis e, sobretudo, da retomada da importância dos partidos políticos.

Cabe, portanto, a pergunta sobre como este autor, em específico, compreende os artigos relativos à política. Para responder a esta pergunta, é preciso retomar as definições sobre a revista e algumas afirmações feitas por Nunn. Embora não haja, *stricto sensu*, uma definição sobre o que considera artigos de análise política, o autor esboça, durante várias partes de seu estudo, explicações a partir de artigos aos quais não considera como de política. A partir desse matiz é possível inferir, portanto, qual seria o seu entendimento para temas relacionados com política.

Frederick M. Nunn é professor emérito da *Portland State University*, ocupando atualmente uma série de postos nesta universidade. É Ph.D em Estudos Ibero-americanos pela *University of New Mexico* e possui uma carreira dedicada ao estudo dos militares na América Latina. Foi ele quem, juntamente com Roy Hansen (1967) e Alain Joxe (1970) – apenas para citar dois outros exemplos - iniciou no Chile e nos

---

<sup>21</sup> “‘Intervention’ may no longer be an appropriate term, owing to the frequency of military political action, increased participation of military officers in government, and the realization that the military may be considered a legitimate political power group in developing countries”. (NUNN, 1975: 272).

Estados Unidos uma linha de investigação sobre as Forças Armadas chilenas e, em especial, o exército. O primeiro estudo reconhecido de Nunn sobre a caserna chilena foi publicado em 1970 – *Chilean Politics, 1920-1931: The Honorable Mission of Armed Forces*. Posteriormente, continuou a estudar as Forças Armadas chilenas, mas também países como Brasil, Argentina, Peru e Bolívia<sup>22</sup>.

Passo a análise do texto *New Thoughts on Military Intervention in Latin American Politics: The Chilean Case, 1973*, publicado no *Journal of Latin American Studies* em 1975, para tentar demonstrar o entedimento sobre temas políticos elaborado por Nunn. A escolha deste texto se justifica por dois motivos. O primeiro deles tem a ver com o terceiro subtítulo do presente capítulo. Nele, será discutido um outro artigo escrito por Nunn e traduzido para o espanhol por um oficial do exército (o texto é parte de um livro do historiador norte-americano escrito em 1976). Em segundo lugar, o artigo é de 1975, pouco depois do golpe de Estado e em um momento onde o regime militar ainda não tinha se estruturado de maneira suficiente para dar grandes demonstrações, inclusive através do *Memorial del Ejército de Chile*, do seu projeto político. Dessa forma, o artigo aborda, através de uma perspectiva histórica, o que Nunn considera ser os “quatro mitos” mais comumente aceitos sobre as relações civis-militares no Chile:

Eles são: (i) que a ‘tradição da democracia’ reduz a possibilidade de ‘intervenção’ militar, (ii) que uma ‘tradição apolítica’ por parte dos militares de alguma forma se opõe à ação militar, (iii) que a força da ‘classe média’ ou dos ‘setores médios’ reduz ou aumenta a capacidade dos militares para intervir, e (iv) que políticas civis de reforma podem, sob certas condições, prevalecer contra ambições militares<sup>23</sup>.

O historiador norte-americano prefere focalizar sua análise em manifestações de militares para além do *Memorial del Ejército de Chile*, considerando movimentos e tentativas de intervenção direta na política como temas políticos. É dessa forma, por

---

<sup>22</sup> É importante reconhecer como, desde meados dos anos 1960, começam a surgir estudos sobre as forças armada chilenas, principalmente aqueles frutos do trabalho de latino-americanistas estadunidenses. Esse fenômeno pode ser visto, pelo menos, de duas formas. Em primeiro lugar, como uma curiosidade sobre o legalismo da caserna andina, em um contexto latino-americano de intervenção direta na política por parte das instituições armadas. Em segundo lugar, como a constatação de um cenário cada vez mais polarizado e propício a ação militar, tendo em vista o declínio dos grupos de direita e uma radicalização do processo político naquele país.

<sup>23</sup> “These are: (i) that a ‘tradition of democracy’ reduces the possibility of military ‘intervention’, (ii) that an ‘apolitical tradition’ on the part of the military somehow precludes military action, (iii) that the strength of the ‘middle class’ or ‘middle sectors’ either effectively reduces or increases the ability of the military to intervene, and (iv) that civilian reform policies can, under certain conditions, prevail against military ambitions”. (NUNN, 1975: 272).

exemplo, que ele traz as ideias do general Ariosto Herrera Ramírez, e o movimento conhecido como *Ariostazo*, da década de 1930. É na conjuntura da Segunda Guerra Mundial que esse oficial, que havia participado da debelada da revolta dos marinheiros em 1931<sup>24</sup>, pretende depor o presidente eleito através da *Frente Popular*, Pedro Aguirre Cerda. No contexto das alianças entre socialistas, comunistas e demais grupos políticos, em grande parte do ocidente, contra os governos fascistas, a *Frente Popular* constituiu-se como uma agrupação política de amplo espectro, incorporando em seu governo – ainda que por um período muito curto – membros do Partido Comunista. Em 1939, Herrera Ramírez se reúne com os oficiais do regimento Tacna para uma tentativa de golpe de Estado. Os oficiais recuam e o movimento se desintegra. Novamente analisando expressões políticas intervencionistas, Nunn destaca a tentativa de golpe de outro general – Ramón Vergara -, em 1948, contra o presidente Gabriel González Videla, praticamente sob os mesmos precedentes da tentativa de 1939. Nunn considera que o fascismo se constituiu como um atrativo para parte da alta oficialidade chilena, auxiliando para o fomento de intervenções diretas na política. Ele ressalta, dessa forma, que “independentemente da natureza da tradição democrática do Chile, os líderes militares nunca foram inconscientes de questões políticas”. (NUNN, 1975:275)<sup>25</sup>.

Entretanto, as questões políticas, as quais Nunn considera que nunca deixaram de ser uma preocupação dos líderes militares, são aquelas relativas à intervenção direta da instituição armada no cenário público chileno. Nesse sentido, o historiador não leva em consideração, ou ao menos parece relegar a um papel inferior, as concepções econômicas e sociais dos oficiais – e não só dos “líderes militares” – que podem ser observadas através dos artigos do *Memorial del Ejército de Chile*.

---

<sup>24</sup> Esse é um episódio significativo para o antimarxismo no Chile. Entre os dias 31 de agosto e 7 de setembro de 1931, marinheiros se rebelaram nas cidades de Coquimbo e Talcahuano. Primeiramente, o movimento exigia a restituição das perdas salariais, fruto da depressão econômica que atingiu o Chile, principalmente depois da crise mundial de 1929. No desenrolar dos acontecimentos, a reivindicação dos amotinados passou a ser mais geral, fazendo alusão aos problemas econômicos do Chile e se afirmando como um movimento de “revolução social”. Alguns líderes do movimento foram acusados de “agitadores” e relacionados ao comunismo. Uma forte reação do governo debelou rapidamente o movimento. A teoria da “infiltração comunista” ganhou maior repercussão, apesar de se demonstrar que o verdadeiro líder do amotinamento (que não foi condenado pela rebelião) fosse ligado, desde a década de 1920, a grupos de extrema direita que atuavam nas províncias do norte do Chile. Sobre a revolta da Marinha, ver HIDALGO, 2014.

<sup>25</sup> “[...] whatever the nature of Chile’s democratic tradition, military leaders were never unconscious of political issues”. (NUNN, 1975:275).

Para o presente estudo, opta-se por uma concepção de temas políticos mais ampla que aquela considerada por Nunn. Para além da intervenção direta dos militares no cenário público, é preciso levar em conta uma concepção idealizada pelos militares sobre a sua participação na sociedade chilena. Assim, pode-se considerar de que forma os oficiais pretendiam inserir a caserna na trama da sociedade civil, em busca de uma definição do próprio papel das Forças Armadas. A visão exposta por esta dissertação sobre os temas políticos se justifica na esteira das análises de Alain Rouquié<sup>26</sup> sobre as Forças Armadas latino-americanas. Em um contexto de quase nula beligerância contra outros Estados – a última investida do Chile contra outra nação fora a Guerra do Pacífico (1879-1883) -, as Forças Armadas acabam adaptando a conceituação sobre a soberania do Estado e sobre o papel das instituições armadas no cenário público, levando em consideração uma concepção geopolítica da ação do Estado e das instituições republicanas.

A visão estreita dos artigos do *Memorial del Ejército de Chile* parece não ter cabimento se alguém se propõe, de fato, a analisar a revista durante um momento de convulsão política. É preciso ressaltar, todavia, que as análises políticas e, até mesmo, as críticas, são feitas de forma marginal e não podem ser generalizadas. Isso significa dizer que o espaço para este tipo de artigos é muito restrito e não pode nos levar a considerar, a partir destes, como majoritário um pensamento sobre as conjunturas políticas.

É o caso, por exemplo, do processo de ilegalidade do Partido Comunista, em 1948. A promulgação da *Ley de Defensa Permanente de la Democracia* cancelou o registro eleitoral do Partido Comunista do Chile, fato derivado da iniciativa do presidente da república. Cabe ressaltar que o candidato presidencial em 1946, Gabriel González Videla, ganhou as eleições com o apoio dos comunistas, que participaram do governo durante o primeiro ano de seu mandato. Nesses primeiros anos de Guerra Fria, essa atitude demonstrava um quadro favorável no Chile de uma radicalização das disputas políticas em torno dos eixos esquerda e direita.

Como acabamos de analisar, Frederick Nunn considera como análises políticas somente aquelas efetivadas para além do *Memorial del Ejército de Chile* e realizadas por “líderes militares”. Nessa visão, não inclui apreciações feitas por oficiais abaixo da patente de generais. Esse tipo de interpretação deixa de lado algumas manifestações

---

<sup>26</sup> ROUQUIÉ, 1984.

da oficialidade que demonstram que, para além do intervencionismo direto, os militares consideram os problemas políticos de seu país.

É o caso da publicação de alguns artigos ao longo de 1948 sobre a União Soviética. Na edição de março-abril de 1948, o *Memorial del Ejército de Chile* publica um artigo<sup>27</sup>, escrito por John R. Deane (funcionário da Embaixada do Estados Unidos em Moscou durante a Segunda Guerra Mundial), chamado “La situación<sup>28</sup>”. O texto se apresenta como uma análise da estratégia comunista de ampliação dos seus satélites. A apresentação do texto, por parte do *Memorial del Ejército de Chile*, ressalta: “Por considerarlo de especial interés para los lectores del ‘Memorial del Ejército’”. Assim, existe um interesse por parte da oficialidade nesse tipo de análise, que ajuda, talvez, a compreender o próprio cenário interno do Chile.

O texto inicia com uma constatação:

[...] A pesar de los problemas internos que han tenido que afrontar sus jefes del establecimiento de la Unión Soviética, el crecimiento en todas partes del mundo de las [sic] partidos comunistas controlados por Moscú, comprueba ampliamente que el objetivo internacional nunca ha sido descuidado (DEANE, 1948: 84).

E continua com um apelo:

[...] Nunca en nuestra historia hemos sabido con tanta anticipación el peligro que nos acechaba. Nunca ha sido más imperioso tomar medidas preventivas a fin de evitar los peligros que tenemos por delante y vencerlos si fuese necesario. [...] Debe estudiarse detenidamente el carácter del programa soviético a fin de conocer sus manifestaciones. Debemos examinar los factores que favorezcan su éxito y los que contribuyen a su fracaso. [...] debemos adoptar un programa, no destinado a defender pasivamente nuestras costumbres sino a contrarrestar las fuerzas que las amenacen (DEANE, 1948: 84-85).

Nessa leitura, o programa soviético é agressivo e realizado de duas formas. A primeira é a “aceitação obrigatória” do comunismo nos países que a União Soviética domina. A segunda é a infiltração ideológica naqueles países fora da órbita soviética. Dessa forma:

Es probable que los jefes soviéticos se dediquen con más empeño a la infiltración de la ideología comunista en los países, no sometidos aun [sic] a la amenaza de fuerza que a fomentar su desarrollo en los países donde ya han logrado más o menos sus objetivos. [...] Ejemplo reciente es el acercamiento diplomático ruso a la Argentina [...]. Fue

---

<sup>27</sup> É a tradução de um capítulo do livro *The Strange Alliance: The story of our efforts at wartime co-operation with Russia* (1947), feita pelo general chileno Milciades Contreras.

<sup>28</sup> DEANE, 1948.

un claro ejemplo de cómo la Unión Soviética cambia su tema de acuerdo con las conveniencias (DEANE, 1948: 85).

Isso demonstraria que o “programa de infiltração es universal”.

Analisando os aspectos que favoreceriam o êxito do programa soviético, Deane ressalta:

El factor, no de menos importancia, que favorece el éxito soviético lo constituyo la organización comunista implantada en todas partes del mundo. Es peligrosa porque horada por dentro. Sus miembros se reclutan entre los idealistas intelectuales inspirados en las promesas utópicas de la ideología comunista y entre los descontentos que siempre existen en cualquier país. La organización es una creación de Moscú que sigue las instrucciones de allí. No tiene escrúpulos en sus esfuerzos por lograr la realización de sus sueños y se halla protegida en todo país democrático por las mismas libertades que trata de destruir. Se esfuerza en dividir para vencer y jamás perderá la oportunidad de fomentar conflictos y el descontento. Se introduce insidiosamente en todas las clases de la sociedad y torna en instrumento inconsciente a quienes pueda engañar con la capa dulce de la píldora amarga que espera hacer tragar. Puede girar sobre Moscú por los fondos que necesite en su opinión pública dividida, destinada a hacer susceptible un pueblo democrático a la propaganda de Moscú (DEANE, 1948: 87).

O artigo é relativamente curto, mas argumentos deste tipo são encontrados com facilidade<sup>29</sup>. Aqui se percebe, talvez, uma estratégia por parte dos oficiais que publicam no *Memorial del Ejército de Chile*, para expressar suas opiniões sobre a política nacional sem comprometer, substancialmente, a instituição armada. A tática de publicação de artigos de autores estrangeiros, ou mesmo de civis do âmbito nacional, é recorrente. Um tema delicado como este, e as afirmações sobre a “infiltração comunista” por exemplo, poderiam ser lidos como uma transgressão ao princípio de não deliberação das Forças Armadas contido na Constituição de 1925<sup>30</sup>. Dessa forma, os oficiais protegem a instituição de uma “mácula” contra a legalidade. Seria muita coincidência que este artigo fosse publicado justamente ao longo de 1948, quando as tratativas sobre a *Ley de Defensa Permanente de la Democracia* estivessem acontecendo (a primeira proposta de González Videla foi enviada ao Congresso Nacional em abril daquele ano)?

---

<sup>29</sup> São exemplos: KENNAN, 1948 (Outra tradução do general chileno Milciades Contreras). Trata-se de um artigo muito famoso, conhecido como “The X Article”, com o título original “Sources of Soviet Conduct”, publicado em julho de 1947 pela revista norte-americana *Foreign Affairs*). VALENZUELA, 1948. VERA, 1950.

<sup>30</sup> Cabe ressaltar que este princípio foi forjado em um contexto de intensa participação política por parte dos militares no cenário político chileno.

Para citar alguns outros exemplos, poderíamos recorrer a síntese crítica elaborada por “Alone” sobre o livro de Victor Kravchenko (*Yo elegí la libertad*), uma republicação do jornal *El Mercurio* contida no mesmo número (223) do artigo acima exposto. A obra de Kravchenko é mundialmente famosa: trata-se de um dissidente russo que fugiu da União Soviética após participar de alguns círculos de poder. O livro é uma denúncia contra a estalinização da URSS. Alone é o pseudônimo de Hernán Díaz Arrieta, considerado o maior crítico literário do Chile no século XX. Suas críticas eram publicadas em diversos meios, sendo o jornal *El Mercurio* o mais longo e prestigioso canal de difusão de seus textos. Arrieta foi ganhador, em 1959, do Prêmio Nacional de Literatura. O crítico e o veículo no qual expressa as suas opiniões são considerados “legítimos” para traçar análises e verificar o “estado de ânimo” da nação.

Arrieta inicia a crítica da obra listando uma série de livros de dissidentes políticos soviéticos de caráter denunciativo, sendo o título que ele considera a “jóia da coroa” ‘*Stalin, el Terrible*’, de Suzanne Labin<sup>31</sup>. Começa, então, a contar a história de Kravchenko e a sua relação com o comunismo:

Ese muchachito, ese joven, cumple veinticuatro años en 1929; ha ingresado al Partido Comunista como podría un novicio iluminado por la vocación profesar en una orden religiosa. Cree en el comunismo. Adora a sus [ilegível, subentende-se professores]. Los ojos de la fe le muestran en el futuro la felicidad, del género humano, sin distinción de clases, realizada mediante el sacrificio heroico y obscuro de él y sus compañeros, pequeño grupo de elegidos, los redentores del mundo. (ALONE, 1948:180).

O tom de ironia perpassa todo o texto de Arrieta, mas se alterna com sentenças denunciativas:

[...] Pues, poco a poco, por un proceso funesto, los choque de realidad, los abusos las tiranías [sic] [subentende-se los abusos de la tiranía], los crímenes - ¡qué crímenes, qué abusos! – van minando esa fe, destruyendo esa paz, planteándole terribles [sic] casos de conciencia. (ALONE, 1948:180).

A obra de Kravchenko é importante porque não se trata de um relato qualquer; ele não é um turista ou um viajante, “sino un comunista, por decirlo así, de nacimiento, que ha respirado desde la infancia el ambiente revolucionario y que ha crecido en la admiración de los pro-homtires marxistas”. (ALONE, 1948:180). Nesse sentido, os outros livros são relatos de “segunda mão”, diferente da presente obra:

---

<sup>31</sup> A tradução deste texto pode ser argentina, publicada em 1947 pela editora Huarpes de Buenos Aires, uma vez que existe uma circulação de livros traduzidos para o espanhol que são comprados no Chile a partir das versões publicadas na Argentina.

Aquí tenemos la fuente original, pura, directa e indiscutible. Estamos mirando los hechos suceder en un espejo límpido. No parece, por momentos, que leyéramos sino que estuviéramos allí, presenciando, escuchando; y es tan fuerte la ola de indignación que determinadas escenas hacen levantarse irresistiblemente dentro del pecho, que se comprende que algún exaltado podría perder el control y salir, revólver en mano, como don Quijote con su lanza, a matar comunistas, por deber, por honor, para descargarse. (ALONE, 1948:180).

Existem outros artigos do *Memorial del Ejército de Chile*, no ano de 1948, que tratam da temática da União Soviética – como já referido anteriormente. É possível compreender estes textos a partir de duas considerações que, guardadas as devidas proporções, estão correlacionadas. A primeira delas tem a ver com os primeiros sinais da Guerra Fria no contexto mundial. São os primeiros anos de uma relação tensa entre as potências mundiais daquele momento. Também são os anos do macarthismo, com uma marcada retórica anticomunista advinda dos círculos ocidentais – principalmente dos Estados Unidos. Reconhecidamente, são os anos de aproximação para a esfera de “influência” dos Estados Unidos da América, sobretudo após a assinatura, no Rio de Janeiro, do Tratado Interamericano de Assistência Recíproca (1947), das Forças Armadas latino-americanas. Em segundo lugar, a Guerra Fria também dava os seus primeiros sinais no Chile, ainda que as demonstrações de anticomunismo possam ser vistas desde meados da década de 1920 – com maior intensidade na década de 1940, como Frederick Nunn propõe ao analisar rapidamente o movimento do general Vergara, em estreita relação com os membros da Ação Chilena Anticomunista (AChA)<sup>32</sup>. Assim, podemos relacionar a publicação deste texto tanto com o cenário político internacional como nacional, o que demonstra, de todas as formas, a preocupação, por parte da oficialidade do exército, com a situação política que se apresentava, principalmente com relação ao avanço do comunismo. Isso ajuda a relativizar, também, parte da leitura que concentra o foco da análise da luta anticomunista depois da Revolução Cubana de 1959, como se fosse apenas a partir de então que as Forças Armadas tivessem focado sua atenção para o chamado “inimigo interno”.

O argumento de Frederick Nunn, no entanto, é utilizado em seus estudos para demonstrar que, embora não se possam encontrar, em maior proporção, artigos no *Memorial del Ejército de Chile* sobre política, ou até mesmo sobre intervenção ou relações civis-militares, isso não significa um distanciamento dos membros da caserna

---

<sup>32</sup> Sobre a AChA, ver MALDONADO, 1989.

do cenário público. Depreende-se disso um entendimento da própria revista, como pode ser lido aqui:

É importante lembrar que, ao considerar uma revista militar como uma fonte oficial de opiniões ou posturas políticas, o material publicado foi aprovado por um conselho de editores composto por oficiais influentes de alto escalão. Além disso, são os autores e não necessariamente os leitores que importam: muitos artigos publicados são documentos de seminários e teses – resultados de ideias discutidas e atribuídas durante treinamento avançado – e elas nos contam o que está sendo pensado e considerado como merecedor de difusão nos altos níveis de comando, não necessariamente o que está sendo lido. (NUNN, 1975:281)<sup>33</sup>.

Dessa forma, os artigos contidos na publicação são, em parte, uma maneira de nos aproximarmos das considerações sobre diversos temas por parte da oficialidade. O que faz desta revista um objeto ainda mais relevante é o fato de que esses oficiais, na sua condição de membros do EMGE, sejam aqueles responsáveis justamente pela construção e difusão de uma “doutrina” dentro da caserna.

O mesmo argumento é utilizado por San Francisco e Soto (2006) para corroborar, em parte, a tese militar de respeito à constituição e não deliberação, mas ressaltando que os temas políticos não escaparam do *Memorial del Ejército de Chile*. A conceituação sobre política destes autores, entretanto, é um pouco mais ampla. Eles demonstram uma atitude crítica perante as definições feitas pelo historiador norte-americano Frederick Nunn. Referente à década de 1960, no subtítulo 10, “El olvido relativo de los temas políticos”, pode-se ler:

Como ha enfatizado Frederick Nunn en su libro *The Military in Chilean History*, los años 60 se caracterizaron por la ausencia de los temas políticos en el *Memorial del Ejército*. A su juicio la revista se ‘enfocó exclusivamente en teoría geopolítica, materias puramente profesionales, relaciones internacionales, exploración espacial e historia militar’. [...] Sin embargo, sigue siendo posible observar ciertas tendencias y gérmenes de elaboración de temas políticos, que sin caer en la deliberación, muestran que los uniformados no están ausentes de las transformaciones que experimentaba la sociedad chilena y latinoamericana en esos años (SAN FRANCISCO e SOTO, 2006: 112).

Esse tipo de visão é oportuna porque nos possibilita traçar uma interpretação um pouco diversa daquela esboçada pelos dois autores recém analisados. Isso

---

<sup>33</sup> “It is important remember that in considering a military journal as an official source of opinions or political attitudes, published material has been approved by a board of editors composed of high-ranking, influential officers. Further, it is authorship and not necessarily readership that is important: many published articles are seminar papers and theses – outgrowths of ideas being discussed and assigned in advanced training – and they tell us what is being taught and considered worthy of dissemination at a high command level, not necessarily what is being avidly read”. (NUNN, 1975: 281).

porque o enfoque no *Memorial del Ejército de Chile*, realizado através deste estudo, não tem outro objetivo senão adentrar em um território de difícil acesso e complexa compreensão. Os militares e o seu discurso escrito – ou seja, a análise da literatura castrense a partir da publicação –, apresentam-se como objeto fecundo para análises históricas justamente pela falta de evidências aparentes. A análise dos textos escritos pelos militares implica no estudo da própria instituição armada, fazendo que o pesquisador se defronte com uma miríade de doutrinamentos e pensamentos que são percebidos através dessa cultura escrita – aquilo que, pelo menos até agora, os historiadores têm acesso, com exceção da história oral levada a cabo com os próprios membros da caserna, sob a influência da antropologia<sup>34</sup>. Dessa forma, respeitando a especificidade da instituição, o historiador deve abandonar, em parte, uma conceituação estanque e, sobretudo, questionar a identidade construída pelos militares para os militares.

Nesse caso, o número de artigos que tratam especificamente de política se demonstra menor em relação ao conjunto integral de artigos da publicação por uma série de razões. A primeira delas, talvez, seja a maneira pela qual os militares se relacionam com o cenário público. Isso significa considerar que os membros da caserna não estão acostumados a emitir juízos de valores. Mais do que partes de um jogo maior, os membros da caserna acreditam ser a ferramenta que possibilita o funcionamento da sociedade, a instituição que sustenta o Estado. Em segundo lugar está o fato de que, analisando a cadeia de comando, é possível observar que aqueles militares que já estão fora do serviço ativo, ou seja, na reserva, conservam um grau de ingerência sobre a visão difundida pelas Forças Armadas sobre si mesmas e sobre os civis. No caso específico do presente estudo, isso é facilmente comprovado quando da análise dos diretores do *Memorial del Ejército de Chile* (em sua esmagadora maioria oficiais de reserva)<sup>35</sup>. Mesmo fora de serviço, estes oficiais, que construíram suas carreiras ao longo de várias décadas, não são descartados no momento em que passam à aposentadoria. A instituição militar parece conservar por eles um respeito de ordem transcendental, considerando que as promoções, ao longo da carreira militar, seguiram princípios de antiguidade e mérito. E, em terceiro lugar, está a dificuldade de aglutinarmos o pensamento dos oficiais em grupos estáticos. Ainda que

---

<sup>34</sup> São alguns exemplos os livros lançados pelo próprio exército brasileiro, frutos de uma iniciativa comum levada a cabo a partir de 1999, como: MOTTA, 2001, 2003.

<sup>35</sup> Ver Apêndice B.

a formação dos mesmos seja relativamente homogênea – frequentam os mesmos cursos, nos mesmos espaços educacionais do exército -, eles podem vir de ramificações diferentes dentro de cada arma – artilharia, infantaria, cavalaria, etc. -, o que por si só já permite que o historiador perceba inflexões sobre diversos temas, incluindo a política.

Um contraponto necessário ao entendimento de que, através do *Memorial del Ejército de Chile*, não é possível vislumbrar a preocupação dos militares com relação à política pode ser encontrado em *El proyecto militar* de Augusto Varas e Felipe Agüero (2011). Elaborado em 1979, lançado no ano de 1982 – pela editora da *Facultad Latinoamericana de Ciencias Sociales* (FLACSO) de Santiago - e reeditado em 2011, o livro é uma apresentação de diversos artigos recolhidos através da literatura militar no século XX, entre os anos de 1901 e 1977. A ênfase não reside na análise de artigos exclusivamente do *Memorial del Ejército de Chile*, mas sim no conjunto das Forças Armadas. Os trechos ali contidos permitiram a aglutinação dos escritos em cinco temas, definidos pelos autores: Forças Armadas e Sociedade, Estado e Economia, Política, Defesa Hemisférica e Segurança Nacional.

Como se pode perceber, desde o título da obra, Varas e Agüero tem um entendimento diferente daquele apresentado por Nunn – o mesmo defendido por Alejandro San Francisco no livro sobre o *Memorial del Ejército de Chile* – sobre os temas políticos. O projeto militar de que falam os autores chilenos é um conjunto de pensamentos, visões, observações, críticas e apreciações relativas a temas caros à caserna em determinados contextos. Não se trata, portanto, de querelas partidárias ou de puro intervencionismo, senão de uma visão, um posicionamento frente a algumas questões.

Como pode se observar a partir dos temas que aglutinam os artigos em capítulos nesse livro, a ideia de política está contida em uma relação das Forças Armadas com a sociedade, através do Estado, da economia, da defesa e da segurança. São todos conceitos que definem, na correlação entre as instituições castrenses e o mundo civil, bem como o poder político, o papel republicano das Forças Armadas. Ao se posicionarem perante os assuntos de Estado (política, economia, defesa e a própria organização societária), os militares pretendem demarcar seu território dentro do conjunto do mesmo.

A obra, na visão dos autores, constitui-se como elemento fundamental de análise das relações entre a sociedade e as Forças Armadas, estudando, através da

literatura castrense, a sua “história ideológica”. (VARAS e AGÜERO, 2011:14). Nesse sentido, mesmo que as revistas analisadas sejam editadas pelos Estados Maiores de cada força (Exército, Marinha, Aeronáutica e *Carabineros*), é preciso atentar que as opiniões ali contidas não são de caráter oficial, ou seja, não marcam um posicionamento da “instituição como um todo”, mas podem ser reconhecidas como “opinión informada u oficiosa”. (VARAS e AGÜERO, 2011:15). Ressaltam que, em casos particulares, a instituição faz questão de marcar alguns textos como não representativos da visão oficial (como no caso do *Memorial del Ejército de Chile*); entretanto, sublinham que “[...] se puede estimar fundadamente que en el resto de los casos, si bien las opiniones no son institucionales, son relativamente compartidas por los respectivos altos mandos”. (VARAS e AGÜERO, 2011:15).

Ao comentar os critérios que definiram o capítulo *Política*, ressaltam que este tema está entrelaçado com as concepções mais gerais da caserna, em conjunto com as visões sobre Estado e economia. E assim delimitam o seu entendimento de temas políticos:

[...] Quizá es en torno a este tema donde aparece con mayor nitidez el papel que se han definido históricamente las fuerzas armadas. Igualmente, es aquí donde aparece con mayor nitidez sus reivindicaciones universalistas y su función en cuanto aparato estatal al margen de intereses clasistas específicos. (VARAS e AGÜERO, 2011:16).

Portanto, os temas políticos não dizem respeito somente ao intervencionismo direto das Forças Armadas, tampouco se pode entender, a partir da definição anterior, uma concepção de “luta política”. Pelo contrário, os autores chilenos, ao enfocarem a sua análise nas concepções militares sobre a sua própria existência, pretendem definir os temas políticos na relação estabelecida entre os interesses militares e os objetivos do Estado, decididamente através de um espectro republicano e não partidarista. Ao se afastarem das contendas políticas – buscando para si um status de instituição “apartidária” -, a oficialidade pretende se apresentar como uma organização suprapartidária, mas socialmente constituída, ou seja, nada alheia aos problemas que consideram acometer “a nação”. Essa é uma visão desenvolvida pelos próprios membros da caserna, idealizada, e que reflete de maneira parcial a participação das Forças Armadas chilenas nas disputas políticas daquele país.

## 2.2 Os artigos: breves considerações

Os artigos analisados neste estudo foram selecionados através de uma leitura sistemática da publicação do EMGE. Isso significa que, para fins práticos, foram escolhidos aqueles artigos que se referissem às temáticas abordadas por esta dissertação. Nesse sentido, os textos aqui expostos podem dizer respeito tanto à noção de identidade nacional, como a de defesa e segurança, passando por questões políticas nacionais e teóricas sobre o marxismo e o papel das Forças Armadas na República. Consideraram-se os textos em duas modalidades: integralmente, quando este trata especificamente dos temas abordados pelo presente estudo; e parcialmente, através de excertos, quando os artigos não tivessem, na sua totalidade, relação direta com as temáticas da dissertação.

Dessa forma, foram considerados artigos publicados originalmente pelo *Memorial del Ejército de Chile*, assim como as republicações de revistas e jornais nacionais e estrangeiros e as traduções realizadas tanto por oficiais como por civis.

É possível observar uma constante na publicação. O *Memorial del Ejército de Chile* recebeu, desde as suas primeiras décadas de existência, contínua colaboração de elementos externos à caserna. Além disso, pode-se observar, ainda que em número reduzido, um esforço da oficialidade em traduzir textos de revistas de destaque, tanto do meio militar como de publicações “puramente civis”<sup>36</sup>.

Em alguns momentos, como se demonstrou no caso da ilegalidade do Partido Comunista, em 1948, essa opção por artigos externos significa uma estratégia: ao reproduzir textos – normalmente de autores renomados –, a revista não comprometeria o pressuposto de não deliberação. Entretanto, parece evidente o que esse tipo de atitude revela: uma preocupação insistente dos militares em vincular as suas percepções a um espectro maior. Nesse sentido, esse esforço faz parte de uma visão da oficialidade que pretende aproximar – ao contrário do que o senso comum parece expressar sobre as instituições castrenses – o meio militar da sociedade civil, mostrando as congruências entre um pensamento “civil” e uma visão “militar”.

As traduções são, ainda, uma maneira de observarmos a circulação das ideias no âmbito da cultura política dos militares. Os artigos traduzidos são fruto, muito provavelmente, de tarefas empreendidas na *ACAGUE* do exército, uma vez que o

---

<sup>36</sup> É o caso da revista norte-americana *Foreign Affairs* e da francesa *Revue Défense Nationale*.

aprendizado de um segundo idioma é alentado pela oficialidade como requisito básico (ainda que não tenha se constituído com obrigatoriedade). Elas revelam um imperativo intelectual por parte dos oficiais. Muitas vezes, os artigos traduzidos, ou até mesmo os republicados, servem de base para outros textos, publicados em números posteriores. Assim, desencadeia-se um exercício intelectual de crítica e “apreensão” dos conceitos expostos. Nesse atuar, o militar parece desenvolver uma postura “científica”, tentando relacionar a profissão das armas a uma intelectualidade “acadêmica”.

Ao que se refere à apresentação dos artigos perante à estrutura da revista, observa-se que não há regularidade até, pelo menos, meados de 1977. A publicação, no período abarcado pelo presente estudo (1974-1990), não apresenta uma estrutura fixa. É a partir do número 394, de 1977, que as “seções” começam a aparecer, se consolidando, de fato, a partir de 1978 – isso não significa que não houve alterações na divisão da revista, mas sim que essas inflexões não alteraram, de maneira substancial, a forma na qual os artigos foram apresentados.

As seções que permanecem na revista, durante todo o período estudado, são as seguintes – ainda que, em alguns números, parte delas não apareça, provavelmente fruto da inexistência de artigos sobre a suas temáticas: *Editorial*, *Actualidad*, *Inquietudes Profesionales*, *Historia y Geografía* e *Técnico-profesional*.

Nesse sentido, os artigos selecionados para análise neste estudo provêm, em sua grande maioria, de duas seções: *Editorial* e “*Actualidad*”. No primeiro caso, além de representar um determinado posicionamento da direção da revista e, assim, configurar-se como um texto com contornos mais institucionalizados, a seção Editorial serviu para que os discursos dos “Altos Mandos” – comandante-em-chefe, vice-comandante-em-chefe, ministros de Estado – fossem distribuídos em modo de “diretivas”. Os editoriais da publicação nos possibilitam entrever um posicionamento oficial, sem com isso significar uma tradução literal do posicionamento de toda a oficialidade. Em grande parte, esses textos (reproduções de discursos ou de autoria da direção) não se relacionam com os temas tratados na revista. Na maioria das vezes, os editoriais são fruto de um “acontecimento nacional”, como os aniversários institucionais, lembranças históricas sobre batalhas ou promulgações de leis – como no caso da reforma administrativa e da regionalização (1973-1974) ou da Constituição de 1980.

A seção “*Actualidades*” representa, de um modo geral, as preocupações da oficialidade com temas presentes na política nacional e internacional. Além disso, também é possível encontrar, nessa porção da revista, um série de artigos sobre comunismo e a conceituação do marxismo. É interessante observar, nesse sentido, que esses artigos sejam classificados, portanto, como problemas “atuais”, sendo possível perceber, em que pese a evidente “vitória” das Forças Armadas sobre os grupos armados de esquerda, que a concepção sobre o inimigo interno é bastante mais ampla e não pode ser lida como mero problema “armado”. É no campo político – das ideias, mais propriamente – que se trava a “guerra contemporânea”: é a guerra psicológica, luta contra a subversão, uma guerra cultural que não acabaria com a derrubada de Salvador Allende e, nem sequer, com a supressão dos grupos armados.

Em consideração a essas observações, é possível perceber que não há temas “geradores” para os artigos do *Memorial del Ejército de Chile*. A direção da revista não expõe um tema específico para a publicação dos artigos. Eles são publicados e agrupados nas seções que, muitas vezes, comportam artigos de naturezas distintas – é o caso da seção “Técnico-profesional”, que comporta tanto textos teóricos sobre o marxismo como análises do poderio nuclear. Isso permite entrever uma irregularidade na organização da revista, o que não constitui um demérito dos artigos ali publicados. Antes disso, esse fato nos atesta que a visão dos militares sobre diversos temas é construída de uma maneira diferente daquele levada a cabo pelos civis – talvez por isso a nossa estranheza em encontrar artigos aparentemente distintos em uma seção comum.

Uma relação dos artigos e a sua distribuição ao longo do período estudado (1974-1990) nas seções é apresentada no quadro a seguir:

Quadro 1 – Distribuição dos artigos por seções

Seção	Porcentagem de artigos <sup>37</sup>
Actualidad	48,72
Editorial	20,51
Historia y Geografía	6,41
Inquietudes Profesionales	1,28
Política	5,13
Psicosocial	1,28
Técnico-profesional	15,38

Elaborado pelo autor.

Com relação a nacionalidade dos autores dos textos, é possível observar uma maioria chilena, algo facilmente justificado pelo fato de os artigos serem de autoria de oficiais do EMGE do Chile. Nesse grupo, se encontram artigos escritos, majoritariamente, por Tenentes Coronéis. Abaixo estão relacionados os artigos conforme a patente de seus autores, com as respectivas porcentagens, relativas somente aos textos escritos por militares considerados em sua integralidade (que correspondem 57,89% da totalidade dos textos selecionados<sup>38</sup>):

Quadro 2 – Patente militar dos autores

Patente do autor	Porcentagem <sup>39</sup>
Capitán General/Teniente General <sup>40</sup>	16,36
General de Brigada	7,27
Brigadier	1,82
Coronel	16,36
Teniente Coronel	32,73
Mayor	14,55
Capitán	5,45
Teniente	5,45

Elaborado pelo autor.

No caso da distinção entre militares da ativa e da reserva, os artigos destes últimos correspondem a 9,1% dos textos selecionados.

<sup>37</sup> É possível localizar as seções de 78 artigos, do total de 95 textos selecionados, entre um número significativamente mais extenso de outros artigos. A revista tem em média 180 páginas. Os artigos selecionados representam, portanto, apenas uma parcela do universo da literatura ali contida.

<sup>38</sup> Foram selecionados, em um primeiro momento, 95 textos, sendo que 14 (14,74%) destes são editoriais, considerados neste cálculo em separado.

<sup>39</sup> São considerados 55 textos de militares, excluindo-se deste cálculo os editoriais que, embora escritos pela direção da revista, não foram considerados como artigos de militares. As porcentagens estão aproximadas.

<sup>40</sup> Esses dois casos se tratam dos comandantes-em-chefe, tanto do Chile (Augusto Pinochet Ugarte) como do Uruguai (Luis Vicente Queirolo), o qual se nomeia Teniente General. Essa patente é usada pelo EMGE do Chile e corresponde ao mesmo grau.

A porcentagem de artigos escritos por civis é de 27,37%. Considerando somente estes artigos, podemos observar que dentre aqueles em que a profissão é conhecida – através da revista ou de pesquisa - destacam-se professores universitários (23,7%), seguidos de padres, analistas políticos, diplomatas e políticos (todos com 15,38% cada). Autores estrangeiros representam 12,63% dos textos selecionados – considerando-se a totalidade de 95 artigos, e não o número de autores real da revista -, sendo 58,33% de civis e 41,67% de militares. As nacionalidades dos escritores não constituem qualquer constante, estando aleatoriamente dividida.

Essa é uma tendência que também se observa nas republicações, havendo maior preferência por republicações nacionais. Nesse caso, 76,92% são de revistas ou jornais chilenos, e 23,08% são de publicações estrangeiras. As republicações representam 13,68% da totalidade dos artigos selecionados.

### **2.3 “Para evitar que sucumbiera en el marasmo de la politiquería”: Uma cultura política militar desde o *Memorial del Ejército de Chile***

É preciso situar a análise do presente estudo em um ambiente de discussão teórica que comporta, sobretudo, uma visão sobre a chamada cultura política. Isso significa dizer que entendemos os artigos selecionados como fruto de uma experiência política construída através de um processo de relações entre a caserna e o meio civil. Em outras palavras, o imaginário político utilizado pelos militares para descreverem o regime militar e o governo de Salvador Allende não pode ser entendido como inaugurado com o golpe de Estado: existe um conjunto de crenças e tradições que já estão estabelecidas antes mesmo dos eventos de setembro de 1973, presente na sociedade chilena e partilhado, como se procura demonstrar, pelos militares daquele país.

Nessa visão, os membros das Forças Armadas estão longe de serem indivíduos apartados da sociedade, como eles mesmos pretendem se configurar. O exército, especialmente para este trabalho, não se apresenta como uma instituição estritamente fechada: ela é construída na interação com o seu meio social, uma vez que recebe, em seus quadros, cidadãos que foram submetidos a um projeto de identificação nacional, filiando-se a uma determinada linha de pensamento, muitas vezes sem ter a consciência da sua participação em uma cultura política.

Ao abordarmos a instituição castrense como parte do “todo social” a estamos inserindo no “todo cultural”. Significa dizer que a caserna faz parte de um enredo social oriundo de uma visão de político que ultrapassa os muros dos quartéis. Essa visão do político, essa identificação nacional, esse conjunto de crenças e tradições, fazem parte de um projeto de nacionalidade com origens remotas, sofrendo inflexões conforme as conjunturas políticas e as conveniências de seus líderes e representantes. Inserir, portanto, os membros do exército em um contexto sociocultural é demonstrar como as suas atitudes políticas fazem parte de um jogo maior, engendrado por instituições estatais e civis, seja através da ritualização das instituições republicanas ou dos discursos jornalísticos, ou mesmo da poesia e da música<sup>41</sup>. Isso explica, em parte, a preocupação, contida no *projeto refundacional*, com uma dimensão cultural que abarque, entre outros aspectos, uma filiação específica com um tipo de identidade nacional anterior ao governo da UP: aquele que tem as suas raízes no Estado autoritário e centralizado da época de Diego Portales e, ao mesmo tempo, vinculando as “virtudes nacionais” na miscigenação entre a cultura “criola” e as tradições indígenas dos mapuches<sup>42</sup>.

Parte importante dessa cultura política compartilhada pelos militares se deve a um tipo de pensamento conservador fundado ainda no final do século XIX, quando a presença de militares na política era bastante evidente. Além disso, o precoce anticomunismo das chamadas “elites” chilenas – incluindo, entre elas, os militares no poder -, que engendraram um certo relato sobre a “doutrina maldita”, relacionando, inclusive, o seu combate com o campo da religiosidade<sup>43</sup>. Isso significa dizer que, para além do embate político entre “conservadores” e ‘revolucionários”, a luta contra o comunismo se configurava como um confronto entre o bem e o mal, entre a luz e as trevas, entre o progresso e o caos. A tradição dualista, incorporando uma batalha cosmológica típica do pensamento católico, não foi inaugurada quando do golpe de Estado de 1973: ela estava presente, no Chile, em uma determinada cultura política

---

<sup>41</sup> “[...] a expressão corriqueira e banalizada dos temas políticos: os clichês, as idéias [sic] prontas, os preconceitos, as crenças coletivas, os mitos, as palavras de ordem, os *slogans*, a herança precariamente formulada das convicções, a própria vulgarização das grandes obras, seja nos manuais escolares, na vulgata das organizações políticas, seja através da imprensa, das canções dos congressos e dos banquetes, dos discursos e das moções, dos panfletos, da panóplia dos símbolos e das imagens sonoras ou visuais dos novos meios de comunicação de massa”. (WINOCK, 2003:278).

<sup>42</sup> Para uma maior apreciação sobre este assunto, ver: AVARIA, 2008.

<sup>43</sup> O anticomunismo chileno é estudado por Marcelo Casals Araya na sua dissertação de mestrado: ARAYA, 2012.

compartilhada por uma série de instituições e grupos sociais, políticos e étnicos desde meados da década de 1910. (ARAYA, 2012).

Serge Bernstein é um especialista da cultura política, reconhecido tanto pelo seu trabalho individual como por suas contribuições em conjunto com Jean-François Sirinelli e René Rémond. Em uma obra organizada por Jean-Pierre Rioux e Sirinelli, Bernstein assina o texto “A cultura política”<sup>44</sup>. Neste capítulo, o autor procura delimitar o campo da cultura política, demonstrando suas contribuições e fragilidades. Em primeiro lugar, ele marca o caráter plural que interpretações fundadas na cultura política podem adquirir:

[...] E se a cultura política responde melhor à sua expectativa é porque ela é, precisamente, não uma chave universal que abre todas as portas, mas um fenômeno de múltiplos parâmetros, que não leva a uma explicação unívoca, mas permite adaptar-se à complexidade dos comportamentos humanos. (BERNSTEIN, 1998:350).

Nesse sentido, a cultura política deve ser entendida como um fenômeno complexo, composto por uma série de elementos e que não deve ser confundida com tradição ou ideologia, porque dessas se nutre e se difere. A cultura política é, em resumo, um conjunto determinado de posicionamentos compartilhado por um grupo – no caso do presente estudo, uma instituição -, mas que não está alheia às inflexões – por isso sua diferenciação da tradição – e tampouco a multiplicidade de suas apreensões – por isso seu caráter diferencial com relação à ideologia. Relacionada muito mais com o terreno do político – entendido aqui como aquele que engendra uma identidade (segundo as formulações de Rosanvallon<sup>45</sup>) – e não da política – como campo de ação, ou seja, cenário público -, a cultura política pode ser entendida como:

[...] um conjunto coerente em que todos os elementos estão em estreita relação uns com os outros, permitindo definir uma forma de identidade do indivíduo que dela se reclama. Se o conjunto é homogêneo, as componentes são diversas e levam a uma visão dividida do mundo, em que entram em simbiose uma base filosófica ou doutrinal, a maior parte das vezes expressa sob a forma de uma vulgata acessível ao maior número, uma leitura comum e normativa do passo histórico com conotação positiva ou negativa com os grandes períodos do passado, uma visão institucional que traduz no plano da organização política do Estado os dados filosóficos ou históricos precedentes, uma concepção da sociedade ideal tal como a vêem os detentores dessa cultura e, para exprimir o todo, um discurso codificado em que o vocabulário utilizado, as palavras-chave, as

---

<sup>44</sup> BERNSTEIN, 1998.

<sup>45</sup> Para um maior aprofundamento dessas distinções foram utilizados os textos que compõem a obra de Pierre Rosanvallon, ROSANVALLON, 2010.

fórmulas repetitivas são portadoras de significação, enquanto ritos e símbolos desempenham, ao nível do gesto e da representação visual, o mesmo papel significante. (BERNSTEIN, 1998:351).

O entendimento que se desprende dessa passagem do texto de Bernstein é o de que a cultura política está estritamente ligada a uma ideia de identidade coletiva – note-se que o autor faz questão de sublinhar “uma visão dividida de mundo”, que neste caso não significa uma visão segmentada, mas sim compartilhada, além de “leitura comum” e “visão institucional” – que se desenvolve perante uma concepção de passado, presente e futuro. Acontece que, nesse caso, a cultura política resulta de um compartilhamento de pensamento que pode ser intencional ou não, mas que pretende apresentar um posicionamento sobre aquilo que já aconteceu, sobre o que está acontecendo e sobre o que deve acontecer.

Bernstein segue o texto expondo que a cultura política se nutre, obviamente, da “cultura da nação”, sem com ela se confundir, uma vez que o seu espaço – o político e a política – está delimitado. Isso significa dizer, também, que para além de uma cultura política, no singular, o que se pode observar, no interior de uma sociedade, são múltiplas culturas políticas, algumas vezes próximas, outras vezes distantes. Nesse sentido, instituições “irmãs” – como as Forças Armadas – podem apresentar culturas políticas muito similares em sua origem, mas muito dispares ao longo de sua elaboração<sup>46</sup>.

É a possibilidade de verificação da dinâmica de construção da cultura política que faz com que, para Bernstein, possa-se diferenciá-la da tradição. Em suas palavras:

Esta osmose entre culturas políticas muito afastadas na origem implica que, longe de constituir um dado fixo, sinónimo de tradição política, estejamos em presença de um fenómeno evolutivo que corresponde a um dado momento da história e de que se pode identificar o aparecimento, verificar o período de elaboração e acompanhar a evolução no tempo. (BERNSTEIN, 1998:355).

A perspectiva de Bernstein serve para que o historiador perceba, justamente, a utilização do político – ou seja, a construção sobre uma determinada identidade nacional - no cenário da política – no campo de ação do cenário público. Ao se

---

<sup>46</sup> É o caso da disputa política entre a Força Aérea e o Exército, ainda durante a consolidação do regime militar no Chile, entre os anos de 1973 e 1978. O marcado nacionalismo de Gustavo Leigh, no plano econômico, passa a entrar em conflito com a abertura internacional realizada pelos *Chicago Boys*, ligados à Augusto Pinochet. Para uma análise mais aprofundada dessas divergências, ver ZÁRATE, 2003.

constituir como identidade perante a história, as culturas políticas fornecem para os grupos que dela se valem um elemento aglutinador, compartilhando uma visão perante os assuntos pertinentes ao Estado, posicionando os membros de uma determinada instituição, por exemplo, frente a um corpo de ideias que detém, para os mesmos, uma coerência que os permite falar enquanto coletivo. Ela é, assim, um elemento de aglutinação e legitimidade:

Como e porquê [sic] nasce a cultura política? A complexidade do fenómeno implica que o seu nascimento não poderia ser fortuito ou acidental, mas que corresponde às respostas dadas a uma sociedade face aos grandes problemas e às grandes crises da sua história, respostas com fundamento bastante para que se inscrevam na duração e atravessem gerações. (BERNSTEIN, 1998:355).

Dessa forma, a cultura política não aparece como uma resposta imediata a uma determinada situação. Uma vez que ela compartilha elementos da cultura de uma nação e, ao mesmo tempo, pode se valer de posições de outras culturas políticas, a cultura política demora a se constituir como conjunto de ideias coerente. Nas palavras do autor:

Porque surgem ousadas ou inovadoras, estas respostas levam tempo a impor-se. Da nova solução que propõem à sua transformação em corrente estruturada, que provoca o nascimento de uma política normativa, o prazo pode ser muito longo. (BERNSTEIN, 1998:355).

Para Bernstein, a cultura política não é um fenómeno pensado *aprioristicamente*. Ela surge no cotidiano, através da repetição de códigos. Ela permite que uma multiplicidade de elementos, advindos de diversas correntes, que se fundem para constituir uma visão perante o Estado, apresentando uma resposta que pretende se posicionar frente ao passado, o presente e o futuro:

[...] é a composição de influências diversas que acaba por dar ao homem uma cultura política, a qual é mais uma resultante do que uma mensagem unívoca. Esta adquire-se no seio do clima cultural em que mergulha cada indivíduo pela difusão de temas, de modelos, de normas, de modos de raciocínio que, com a repetição, acabam por ser interiorizados e que tornam sensível à recepção de ideias ou à adopção de comportamentos convenientes. (BERNSTEIN, 1998:357).

Para que, então, serviria a cultura política? Berstein traça uma possível explicação:

[...] a verdadeira aposta está em compreender as motivações que levam o homem a adoptar este ou aquele comportamento político. [...] A hipótese das investigações sobre a cultura política é que esta, uma vez adquirida pelo homem adulto, constituiria o núcleo duro que informa sobre as suas escolhas em função da visão do mundo que

traduz. [...] É no conjunto um fenómeno individual, interiorizado pelo homem, e um fenómeno colectivo, partilhado por grupos numerosos. (BERNSTEIN, 1998:359-360).

Essa perspectiva é interessante, para o presente trabalho, na medida em que dimensiona o indivíduo na singularidade e na coletividade. É assim que se pode compreender como os posicionamentos particulares dos oficiais se transformam, ao passo de décadas, em uma “cultura política” difundida entre os membros da caserna, organizando a sua visão de mundo e projetando os militares no cenário público frente à uma determinada concepção de Estado e do próprio papel da instituição armada:

Para o historiador, o interesse de identificação desta cultura política é duplo. Permite em primeiro lugar pelo discurso, o argumentário, o gestual, descobrir as raízes e as filiações dos indivíduos, restituí-las à coerência dos seus comportamentos graças à descoberta das suas motivações [...]. Mas, em segundo lugar, passando da dimensão individual à dimensão colectiva da cultura política, esta fornece uma chave que permite compreender a coesão de grupos organizados à volta de uma cultura. Factor de comunhão dos seus membros, ela fá-los tomar parte colectivamente numa visão comum do mundo, numa leitura partilhada do passado, de uma perspectiva de futuro, em normas, crenças, valores que constituem um património indiviso, fornecendo-lhes, para exprimir tudo isto, um vocabulário, símbolos, gestos, até canções que constituem um verdadeiro ritual. (BERNSTEIN, 1998:362-363).

Fenômeno identitário, a cultura política estaria mais próxima do campo das sensibilidades, escapando de uma leitura racionalizada dos comportamentos, para se transformar em atitude interiorizada “impermeável” à crítica racional. Isso não significa que a cultura política reflita uma emoção, o que seria, na visão de Bernstein, um reducionismo. Compreender esse fenômeno como avesso a um processo de “crítica racional” significa situá-lo em um campo híbrido, na mescla de racionalidade e interiorização:

[...] A habituação do espírito à sua utilização como grelha de análise acaba por torna-la um fenómeno profundamente interiorizado e que, como tal, é impermeável à crítica racional, porque esta faria supor que uma parte dos postulados que constituem a identidade do homem fosse posta em causa. [...] Quer isto dizer que a cultura política só proviria do instinto, do emocional, da sensibilidade? Isso seria esquecer que a sua aquisição faz supor um raciocínio, que pô-la em prática com um dado facto implica análise ou, pelo menos, a adesão a uma análise proposta [...] Simplesmente, e todos têm consciência disso, a interiorização das razões de um comportamento acaba por criar automatismos que são apenas o atalho da diligência racional anteriormente realizada. (BERNSTEIN, 1998:360-361).

As definições de cultura política são fundamentais para compreensão do pensamento político dos oficiais engendrado desde, pelos menos, a década de 1920 e que resultariam em uma visão mais ou menos homogênea sobre o Estado, a sociedade e as relações civis-militares durante a história do Chile por parte da oficialidade do exército.

Frederick Nunn, em um artigo publicado no *Memorial del Ejército de Chile* em 1976<sup>47</sup>, pretende realizar uma análise do profissionalismo militar chileno durante o século XX, em uma abordagem de cunho transnacional. Na perspectiva do historiador norte-americano, o profissionalismo militar chileno pode ser considerado uma espécie de cultura política, embora o autor não utilize esse tipo de conceituação<sup>48</sup>, porque dotado de certa homogeneidade, organizou a atuação dos oficiais chilenos durante praticamente todo o século passado. Como o próprio autor procura demonstrar<sup>49</sup>:

El profesionalismo en realidad tiene poco que ver con mantener una organización militar latino-americana fuera de la política. Es en realidad causa fundamental y característica de la acción política, cuando bajo *ciertas circunstancias llega a constituirse el militarismo profesional en interés político*. La motivación, habilidad, propensión y voluntad de transformar este interés en acción se debe a actitudes hacia el estado [sic], nación y sociedad basadas en un ethos militar. (NUNN, 1976:65).

Nunn entende que, uma vez reconhecido o profissionalismo das Forças Armadas – em especial do exército -, a participação dos militares chilenos na política não pode ser entendida como uma “anomalia”, senão como produto de um tipo de relações civis-militares estabelecidas em longo prazo. O autor propõe que se estude, justamente, a constituição de uma “autopercepção” dos oficiais das instituições armadas, algo que, no seu entendimento, pode ser feito através da literatura militar. Observe-se que Nunn não generaliza a sua compreensão de pensamento militar: antes disso, ele ressalta a importância de reconhecermos que a literatura militar por ele estudada permite observar as visões dos oficiais e não necessariamente do

---

<sup>47</sup> NUNN, 1976. Trata-se de uma republicação do texto apresentado por Nunn na reunião anual da *The American Historical Association* de 1975, traduzido pelo Instituto de Ciencia Política da Universidad Católica de Chile, na revista *Cuadernos del Instituto de Ciencia Política* de 1976.

<sup>48</sup> Vale lembrar que o artigo foi escrito, originalmente, em 1975, quando esse tipo de abordagem ainda enfrentava enorme resistência na comunidade acadêmica e quando o paradigma culturalista advindo da vertente francesa ainda não havia se constituído na perspectiva elaborada por Bernstein (cujo texto analisado neste subtítulo é de 1997). Além disso, em meados da década de 1970, a cultura política ainda era um conceito da órbita da Ciência Política norte-americana, advinda de pesquisas empíricas baseadas em análises majoritariamente quantitativas.

<sup>49</sup> Grifos no original.

conjunto da instituição – o que ele denominou de “el grueso de una doctrina de elite militar”. (NUNN, 1976:66).

Dessa forma, o historiador norte-americano traça um paralelo entre a obra de escritores estrangeiros, em sua maioria alemães e franceses, e a difusão de algumas ideias sobre o Estado elaboradas por militares chilenos. É o caso da obra *Das Volk in Waffen*, do militar alemão Colmar von der Goltz<sup>50</sup> (originalmente escrita em 1883). De uma maneira geral, o texto de Goltz propunha que a nação deveria ser constituída por soldados-cidadãos e que o exército deveria ser dirigido por oficiais educados, porque “*oficiales cultos podrían mantener la autoridad y disciplina a través del ejemplo*”. (NUNN, 1976:67). Nesse sentido, o papel do exército se amplia, passando de corpo armado para a defesa externa para um grupo profissional homogêneo com forte formação intelectual e capaz de agir perante situações de “agravo institucional”. O soldado-cidadão é aquele que não se distancia das questões nacionais, mas está sempre atento aos problemas que acometem o país.

Considerada o correspondente chileno da obra alemã, o livro “El problema militar de Chile” (1912), do coronel Ernesto Medina Franzani, sinalizava que:

[...] el rol del ejército era mantener la integridad nacional, política, territorial, administrativa y gubernamental... para responder y solucionar situaciones y problemas internacionales ‘e’ intervenir (es decir participar) en aquellos problemas, que directa o indirectamente puedan afectar los intereses y futuro de la República. (NUNN, 1976:68).

Este é apenas um dos exemplos da literatura militar citada por Nunn para demonstrar as conexões entre o pensamento de Goltz e a oficialidade chilena. Como ele mesmo ressalta:

Las conexiones con la filosofía de Goltz son obvias. Sea que como consecuencia del proceso de ‘prusianización’, o simplemente porque eran profesionales, los autores militares chilenos expresaban un ethos militar definido a principios de este siglo. (NUNN, 1976:69).

O livro de Louis-Hubert-Gonzalves Lyautey, “Du Role Social de l’Officier” (1891) é mais uma das obras, desta vez pela vertente francesa de profissionalismo, que

---

<sup>50</sup> A leitura de Nunn, que demonstra que esses pensamentos atravessaram gerações, parece ser válida na medida em que se encontram referências sobre o mesmo no *Memorial del Ejército*. É o caso do artigo do Tenente Coronel Jaime Concha Pantoja sobre estratégia. Nele se lê: “Contestar esta interrogante no es tarea fácil; pretendemos aunque sea en forma muy modesta presentar algunas ideas en un próximo artículo. Sólo así podremos responder al desafío de VON DER GOLTZ: ‘... El que escribe sobre estrategia debería concretarse a enseñar una Estrategia Nacional, única susceptible de ser provechosa para la nación para la cual escribe’”. (PANTOJA, 1978:101).

causaram impacto na oficialidade chilena do início do século XX, constituindo-se, ao longo do tempo, em uma referência para o pensamento da mesma. Nunn ressalta que “Lyautey creía que los deberes del oficial transcendian las funciones puramente militares” (NUNN, 1976:70), sendo o oficial um “agente da ação social”. A crença na superioridade dos oficiais – homoganeamente treinados através de academias e escolas militares – possibilitava que as organizações armadas observassem as demais instituições republicanas com desconfiança. Parte deste pensamento pode ser descrito como uma derivação das observações feitas pelos dois autores.

Essas ideias, adaptadas à realidade chilena, e o crescente descontentamento da oficialidade e da própria sociedade com os conflitos políticos advindos de um sistema parlamentar oligárquico, podem ser lidas, segundo Nunn, na obra do general Tobías Barros Ortiz, “Vigilia de Armas” (1920). Para o historiador norte-americano: “[...] Fue ‘Vigilia de Armas’ la obra que *consolidó una mentalidad militar ‘nosotros vs. ellos’* en Chile, *porque Barros, así como Goltz y Lyautey, apuntaba a una aguda distinción entre cosas civiles y las cosas militares*”. (NUNN, 1976:71).

Na perspectiva de Ortiz, o soldado moderno é o soldado-cidadão, aquele que deve servir à nação, protegendo-a tal qual deve se proteger a sua família. A nação, em última análise, é a família em larga escala: “La familia es la pátria en gran escala; cuando está amenazada todos deben aspirar al honor de defenderla”. (NUNN, 1976:71).

Esses pensamentos, formulados no início da década de 1920<sup>51</sup>, demorariam bastante tempo para fundarem, juntamente com um conjunto de outras concepções, uma cultura política na oficialidade do exército. Todavia, eles podem ser considerados como precursores de uma visão sobre o Estado, a sociedade, a política e as Forças Armadas fundada em uma crença de superioridade da caserna perante o mundo civil e, sobretudo, na necessidade de tutela das instituições republicanas por parte das instituições armadas. A defesa deixa de ser responsabilidade exclusiva das Forças Armadas para se transformar em uma responsabilidade compartilhada por todos. As

---

<sup>51</sup> É importante ressaltar que, antes da década de 1920, não é possível vislumbrar, de uma maneira clara, um posicionamento “corporativo” por parte do exército. Esse fato tem relação, provavelmente, com o incipiente profissionalismo dos momentos anteriores, uma vez que a missão militar prussiana, que remodelaria a concepção da instituição armada, ainda não havia alcançado amplitude suficiente na oficialidade ao ponto de levá-la a uma coesão significativa, que nos permitisse classificá-la como “discurso institucional”. O pensamento militar anterior à década de 1920 era oriundo de um outro tipo de oficialidade, aquela que não havia sido formada pela *ACAGUE* e pelas *Escuelas Militares*, que são criações da missão prussiana do início do século XX. Por questões de antiguidade, a oficialidade do final do século XIX e início do XX ainda está ligada a uma ideal anterior ao processo de modernização.

ameaças à integridade nacional não são entendidas, portanto, somente como agressões externas: a agitação social também faz parte do conjunto dos “inimigos do Estado”. Essa visão irá perdurar por bastante tempo no meio da oficialidade chilena, sendo facilmente constatada através da leitura de artigos do *Memorial del Ejército de Chile*, desde meados da década de 1960 até, em maior número, o período da ditadura militar iniciada em 1973.

A preocupação com o Estado e a sua condução faz parte de uma lógica, por parte dos militares, em que o desenvolvimento material e econômico do país afeta nitidamente as instituições armadas. A política, propícia a conflitos e lenta no cumprimento de suas tarefas básicas, ameaçaria, constantemente, a própria existência das Forças Armadas. Esse tipo de pensamento, que é descrito por Nunn como compartilhado por diversas instituições armadas do mundo – no texto os exemplos citados são os do general De Gaulle – ganhava ainda maior peso pela situação precária em que se encontravam as Forças Armadas chilenas, principalmente entre as décadas de 1950-1960. Armamentos antiquados, pouco pessoal, orçamento baixo: as instituições armadas se viam abandonadas e, sobretudo, temiam que esse esquecimento levasse a uma situação irreversível de “destruição” do Estado.

Além disso, a política era vista como mesquinha e partidarista, enquanto a instituição armada podia se orgulhar da sua coesão, disciplina e, sobretudo, de constituir uma entidade “nacional”. A visão de integridade que sustenta esse tipo de pensamento é aquela que impulsiona o desprezo por parte dos militares às ações de grupos que pretendem defender “os seus interesses”, ao invés de colocarem, acima de todos os seus objetivos, os “interesses nacionais”. É importante observar que esse tipo de pensamento tende a conceituar o político como algo anterior a política: essa última é fruto da ação dos partidos, enquanto o primeiro é a essência da existência do Estado e da nação. Nas palavras de Nunn: “Mientras Chile se encaminaba hacia el colapso financiero y la depresión, el militar se veía a sí mismo como ligado al estado, representativo de la nación como un todo, compuesto por todos los elementos de la sociedad, pero aparte y superior”. (NUNN, 1976:78).

A partir da reação civilista de 1932, com o fim da constante participação política dos militares no governo – através de golpes de Estado e gabinetes militares -, Nunn ressalta que a caserna não deixou de alimentar esse tipo de profissionalismo militar. Pelo contrário, esse pensamento seguiu exercendo influência, embora seja mais difícil

reconhecê-lo através da literatura militar. Assim, o profissionalismo militar se transformou em militarismo profissional – maior atenção aos problemas corporativos.

Entretanto, ainda é possível observar o desenvolvimento de uma percepção sobre o político e a política. É o caso de “El ejército, Escuela de civismo e institución de equilibrio social” (1940), do coronel Guillermo Aldana. Suas ideias resumem um sentimento de desconfiança perante a sociedade civil e os políticos: “Para Aldana, la sociedad civil gestaba mediocridade. La democracia liberal hacía posible que líderes medíocres se destacaran politicamente a través de decisiones tomadas por votantes medíocres”. (NUNN, 1976:81). Nessa visão, o exército serve como aliado do Estado no combate às batalhas políticas e a mediocridade dos eleitores. Isso porque a “grande massa” é vista como aquela que permite a emergência de um jogo político que não consegue resolver os “verdadeiros problemas nacionais”.

O historiador norte-americano ressalta que, embora se possam notar diferenças entre as concepções do papel do exército dentro do concerto nacional, existem algumas visões que não mudariam nunca: “[...] la hostilidad de la clase de oficiales hacia el marxismo y un escepticismo elitista acerca de la aplicabilidad de la democracia liberal a las realidades chilenas”. (NUNN, 1976:84). Quanto ao “antimarxismo”, o autor afirma: “[...] no es evidente en literatura militar oficial, pero por inferencia el pensamiento y percepción militares están en evidente oposición a doctrinas de conflicto de clases y revolución social”. (NUNN, 1976:85). Ao expressar suas convicções contra o marxismo em publicações oficiais, o oficial estaria transgredindo a regra de não deliberação, algo que dificilmente ocorreria. Entretanto, como já analisado no primeiro subtítulo deste capítulo, essas questões não deixaram de consistir em uma preocupação da oficialidade, embora eles as expressassem de uma maneira indireta e, quase sempre, apoiados em artigos externos à caserna.

Nunn continua sua análise apresentando uma modificação na percepção dos militares frente à política a partir do governo de Salvador Allende. Nesse sentido, o autor ressalta que a oficialidade acabou por retomar os pensamentos da década de 1920, principalmente aqueles citados pelo autor ao longo do artigo agora analisado:

En la posición que estaban, una posición que debe ser considerada altamente indicativa de la mantención de la tradición fue la reedición en el Memorial del Ejército de Chile de dos obras de elite militar. Primero apareció la tercera edición de ‘El arte de mandar’ del Capitán

André Gavet<sup>52</sup>, publicada en Francia por primera vez en 1899. [...] Gavet escribía acerca del ejército como una escuela, representativa de los mejores intereses y cualidades de la Nación. En una segunda edición de 'Vigilia de Armas', el venerable Tobías Barros volvió a hablar a su nueva generación de lectores (como si todos los oficiales chilenos no conocieran ya su obra) de las glorias del servicio militar, del honor, de la disciplina y sacrificio. (NUNN, 1976:90).

É assim que Nunn compreende que o golpe militar de 1973 não pode ser compreendido senão através de um *ethos* militar – esse é o termo utilizado pelo historiador -, e não como uma mera reação frente ao governo de Salvador Allende:

El derrocamiento de Allende constituyó una operación militar pura y simple, pero la decisión de derrocarlo y mantener el poder después de septiembre estaban basadas en un *ethos* militar que se había desarrollado a comienzos de siglo, aparecía manifiesto en las acciones políticas de 1920 y fue mantenido a pesar de las críticas después de 1932 y sólo revivió, y dramáticamente redefinido, entre 1970 y 1973. (NUNN, 1976:91).

Dessa forma, na perspectiva de Nunn, os militares chilenos atualizaram o seu pensamento político, modificando conforme uma determinada situação, conformando uma visão sobre o Estado, a sociedade e a política.

O artigo de Frederick Nunn suscitou uma resposta, publicada em 1977, através do artigo escrito pelo tenente coronel Richard Neeb Gevert<sup>53</sup>.

As palavras iniciais do texto do coronel se referem ao artigo de Nunn, ressaltando que o mesmo, embora tenha apontado para a “evolução do pensamento militar” dos oficiais, não incluiu em sua análise o “momento atual”. E qual era esse momento, ao qual Gevert se referia?

[...] un momento en que, impulsados por un proceso histórico categórico, han asumido una responsabilidad de profunda transcendencia para el país. Es indudable que la situación actual no pudo generarse en forma espontánea, como consecuencia inmediata de un período caótico. Un hecho, como lo fue el cambio de Gobierno del 11 de septiembre de 1973, no habría pasado de ser un simple golpe militar, como muchos anteriores en otras partes del mundo, si no hubiese estado sustentado adecuadamente por una definida posición ideológica de sus gestores. (GEVERT, 1977:71).

---

<sup>52</sup> Assim como no caso de Goltz, Gavet aparece como um exemplo a ser seguido. A referência aparece em uma carta que, aparentemente, parece ser escrita por oficiais retirados, mas que, por não ter assinatura de autor, se supõe escrita pela direção do *Memorial del Ejército de Chile*: “Nuestro Gobierno Militar se encuentra empeñado en hacer desaparecer el flagelo de la burocracia. Ello no se puede hacer por Decreto y es menester dar la "lección objetiva" como lo dijera el Capitán don André Gavet en su magistral obra ‘El Arte de Mandar’”. (LA DIRECCIÓN, 1979:95).

<sup>53</sup> GEVERT, 1977.

Nessa concepção, que aceita a leitura de Frederick Nunn de um processo longo de posicionamentos frente aos assuntos de Estado por parte da oficialidade, e que, neste artigo, em nenhum momento tenta refutar as ideias contidas no artigo publicado pelo *Memorial del Ejército de Chile* em 1976<sup>54</sup>, pode-se perceber que a oficialidade, mais do que participar como “executora” do regime – aquele que levou a cabo a derrubada do governo de Salvador Allende –, aparece também como “gestora” de uma “posição ideológica”. Mas o que seria essa posição ideológica?

Muchos podrían expresar serias dudas sobre lo que puede ser una ‘posición ideológica’ del oficial de Ejército. No existía un trabajo o documento que estableciera las bases doctrinarias de un pensamiento político del sector militar. Sin embargo, podemos establecer claramente que existe una notable unidad de doctrina en todo el cuerpo de oficiales, que permite que éstos hayan asumido la gestión gubernativa con una uniformidad de criterios y acción, que los partidos políticos tradicionales jamás supieron imponer a sus militantes. (GEVERT, 1977:71).

Existe, portanto, na visão deste oficial, uma “unidade de doutrina” que permite uma “uniformidade de critérios e ações” entre a oficialidade. Não obstante, tal unidade está construída sob bases melhor desenvolvidas do que os partidos políticos. Aqui reside uma crítica dirigida tanto ao sistema político anterior ao regime militar como ao próprio conjunto de grupos políticos, vista como portadora de defeitos indelévels.

Entretanto, o próprio oficial trata de relativizar essa “uniformidade”, sinalizando que é possível observar diferenças de concepções dentro do campo da oficialidade, mas sempre aquelas relativas a outros temas, senão aqueles puramente militares:

[...] Sin profundizar, señalaremos la absoluta libertad que goza en materias religiosas y filosóficas. El oficial puede profesar cualquier religión y pertenecer a instituciones filosóficas, como la masonería, sin más limitación que el respeto por las creencias de los demás. Puede participar, sin restricciones, en clubes, organizaciones de diversa índole y objetivos, que estén legalmente constituidos [...]. (GEVERT, 1977:72).

Essas “liberdades”, portanto, garantem que o oficial não está submetido a uma “obediência cega” por parte da instituição. Nesse aspecto, o tenente coronel pretende ressaltar que, embora a instituição armada jogue um papel importante na constituição política dos seus membros, é possível entrever, através destas outras atividades, que

---

<sup>54</sup> Em um artigo de 1978, Gevert revê ponto a ponto as ideias de Frederick Nunn, expressando claras divergências com relação as ideias do autor norte-americano. Esse artigo será analisado em partes, uma vez que o seu conteúdo nos serve para explicitar uma série de temáticas abordadas na presente dissertação. GEVERT, 1978.

a caserna não pretende “moldar” o oficial a partir de suas próprias convicções “religiosas” ou “filosóficas”. Para além disso, o que, no meio civil, poderia representar uma miríade de posições, torna-se um elemento de coesão no meio castrense:

Estas libertades podrían implicar, como lo es natural en el ámbito civil, una diversidad de posiciones ideológicas en los miembros de la Institución. Sin embargo no sucede así y, como ya se dijo, exista una notable uniformidad de pensamiento, matizada levemente por influencias ambientales, de origen o posición relativa en el campo social. (GEVERT, 1977:72).

O militar chileno, então, passa a analisar as “origens” dessa uniformidade, que, para ele, residem em sete pontos: homogeneidade racial, homogeneidade social, formação comum, tradição histórico-militar, influência prussiana, pressão econômico-social durante a carreira e uma doutrina acadêmica dos seus chefes.

Gostaria de examinar, rapidamente, alguns destes pontos, a fim de colaborar para o entendimento, escrito, através deste artigo, por um membro do exército, sobre o pensamento da oficialidade e o seu vínculo com uma “cultura política” prévia ao golpe de Estado de 1973.

O primeiro deles diz respeito a uma leitura sobre o passado e a chamada “raça chilena”. O autor explica que a “*raza chilena*” iniciou o seu processo de formação a partir do século XVI, “fundindo” o sangue “indígena” com o “ibero-godo” espanhol<sup>55</sup>. Ao passo de quatro séculos, “se logra una raza que es prácticamente ibera”, ainda que composta por elementos “indígenas”. Gevert observa que esses elementos são mais vistos nas classes baixas e “menos perceptible” nas classes “superiores”. Predominaria, nestas últimas, características europeias, impulsionadas pelo processo de imigração do século XIX.

O oficial então explica, através de um quadro, como esse último elemento – o europeu imigrante – é aquele com maior presença no seio da a oficialidade chilena:

De este cuadro se desprende una influencia aparentemente fuerte del elemento extranjero. Sin embargo, cabe hacer presente que, en

---

<sup>55</sup> Essa leitura é muito utilizada pela oficialidade chilena, em uma visão sobre o processo de colonização que parece se fundar através de um mito de “homogeneidade racial”. Uma vez “fundidas” as “raças” europeias e indígenas, processo que teria culminado no aparecimento de uma “raça verdadeiramente chilena”, em torno do século XVIII, não haveria problemas de índole racial no âmbito chileno. Essa ideia sobre a identidade racial chilena também pretende se estender a uma visão sobre a “identidade nacional”, que seria compreendida como fruto dessa “fusão racial”. Apenas para citar um exemplo dessa visão, podemos ler, em um artigo de 1979: “Dos pueblos; gentes de dos continentes; se fundieron durante siglos para poner en circulación, dentro de nuestras venas, un torrente de sangre generosa. Sangre de navegantes y conquistadores; sangre de bravos toquis e indómitos caciques. Rodrigo Díaz de Vivar, en España; Caupolicán y Lautaro, en las selvas de Arauco, simbolizan a esos héroes y caudillos”. (CAMPOS, 1979:87).

general, se trata mayoritariamente de casos en pleno proceso de absorción, como lo demuestra la fuerte incidencia de los que sólo tienen un apellido de origen extranjero (87%) frente a los que tienen los dos (13%). (GEVERT, 1977:74).

Nesse caso, o autor está relativizando o peso do imigrante e do estrangeiro na composição da oficialidade por perceber que esses indivíduos já se “misturaram” com elementos da “*raza chilena*”. Acontece que, como no costume espanhol, espalhado por toda a América hispânica, os indivíduos recebem os sobrenomes do pai e da mãe, e não somente o do pai. Entretanto, a constatação deste processo de “absorção”, pode ser um demonstrativo do mito da “democracia ideal”, que os militares entendem representar como instituição que recebe indivíduos de “todas as classes”. Esse pensamento é bastante recorrente e está presente na oficialidade desde, pelo menos, a década de 1930. Argumentos como os seguintes parecem corroborar essa leitura:

En todo caso, se puede concluir que la conformación del Cuerpo de Oficiales refleja exactamente la composición de la raza chilena y que no existen elementos que puedan ejercer una influencia modificatoria. Este hecho permite establecer que no existen en el medio en estudio problemas, diferencias o roces provocados por problemas raciales, tan frecuentes en otras naciones. (GEVERT, 1977:74).

Esse fato estaria intimamente relacionado ao segundo ponto de uniformidade exposto por Gevert. Ele é taxativo: “los oficiales de Ejército provienen prácticamente en su totalidad de la clase media chilena”. (GEVERT, 1977:74). O militar considera que tal fato não se constitui como elemento de definição política por parte dos militares, mas que ajuda a compreender algumas aproximações entre as concepções de “elementos civis”, de “virtudes e vícios” dessa camada da população entre a oficialidade.

A tradição histórica do exército demonstrou que, para além da mera tarefa defensiva, a instituição armada trabalhava para o “beneficio de la comunidad nacional”. (GEVERT, 1977:76). Nesse sentido, através de várias iniciativas, entre elas o “Servicio Militar Obligatorio”, foi possível manter “permanentemente” o afeto e o respeito da cidadania:

[...] pese a los múltiples esfuerzos realizados por círculos políticos, que viendo en el Ejército un grave obstáculo para el logro de sus objetivos maquiavélicos, han tratado de desprestigiarlo, o bien no han vacilado en su intención de infiltrarlo para buscar su autodestrucción. (GEVERT, 1977:76).

Em seguida, o oficial chileno afirma que, embora a missão do exército imperial alemão tenha sido o grupo que mais exerceu influência sobre “la forma, actitud y

pensamento del soldado chileno”, é preciso observar que “el Ejército de Chile actual no es de corte prussiano en sí”. Essas influencias:

[...] sólo constituyen parte del aparato exterior, muy importante, si se quiere, en cuanto a la imagen que refleja la institución y por cooperar activamente en la formación disciplinaria, pero de menor influencia en el plano netamente profesional. (GEVERT, 1977:76).

O autor ressalta, entretanto, que a “influência prussiana” desenvolveu no exército uma consciência profissional, atenta a sua responsabilidade frente à pátria. É nesse sentido que:

[...] de ahí se deriva un constante y creciente interés por los problemas sociales y económicos que afectan al país y en no pocas oportunidades ha demostrado su inquietud por la indolencia y despreocupación con que los dirigentes políticos enfrentaban los problemas nacionales. (GEVERT, 1977:77).

Essa preocupação sobre os problemas econômicos e sociais não permitia, entretanto, que os militares intervissem na política, situação que ocorrera “en contadas ocasiones”. (GEVERT, 1977:77). Afastar-se da política seria a maior marca que a influência prussiana teria deixado: “[...] Esta prescindencia de la participación activa del militar en el campo político es quizás el reflejo más permanente de la influencia prusiana en la formación militar chilena”. (GEVERT, 1977: 77).

Partindo para outro ponto, tratando da pressão econômico-social na carreira, Gevert sentencia que o descuido com os salários dos militares, e a deterioração dos investimentos para as Forças Armadas gerou um posicionamento sobre a economia e uma constante preocupação com esta temática: “El factor antes nombrado ha tenido una honda repercusión en la formación del pensamiento del militar, que se demuestra en el interés siempre creciente por el problema económico contingente”. (GEVERT, 1977:78).

Nesse sentido, é possível observar que “son también los militares los principales propulsores de los planes de desarrollo nacional, ya que están conscientes que de su cumplimiento se deriva la seguridad, prosperidad y el bienestar de todo el pueblo chileno”. A atenção ao desenvolvimento econômico pretende “generar un sistema de Gobierno realmente democrático, ajeno a las influencias de doctrinas foráneas desquiciadoras de la idiosincrasia chilena, como lo es el marxismo leninismo en sus diversas versiones e interpretaciones”. (GEVERT, 1977:78).

O autor analisa, então, o último ponto para a definição de um “pensamento político” do oficial do exército do Chile, a doutrina acadêmica dos chefes. Gevert

ressalta que os oficiais são formados em escolas e academias que, além de oferecerem cursos na área estritamente militar, também possibilitam um contato, através de conferências e cursos complementares, com “especialistas seleccionados que permiten ampliar su visión de la real situación política, social y económica del país y del mundo”. (GEVERT, 1977:78). A formação recebida nesses cursos não permanece inerte, mas dá frutos a “diversos trabajos de investigación, foros, conferencias, visitas y viajes de estudio”, que permitem uma ampliação dos conhecimentos e uma difusão da doutrina, “no sólo en materias estrictamente militares, sino también en todos los campos del pensamiento humano”. (GEVERT, 1977:79).

O oficial do exército, portanto, é aquele que:

Se opone y rechaza abiertamente la política partidista que sobrepone intereses pequeños y particulares a los grandes intereses nacionales. Rechaza toda influencia política e ideológica foránea, especialmente al marxismo leninismo y promueve la formación de un concepto nacionalista, que busque el bienestar real del pueblo chileno a base de una positiva y activa política de planificación del desarrollo nacional. (GEVERT, 1977:80).

Assim, os princípios ideológicos gerais sustentados pelos oficiais seriam:

[...] Un profundo nacionalismo, basado en el cariño y respeto a las tradiciones cívicas, morales e históricas de nuestra Patria. [...] Reconocimiento de que el sistema democrático tiene como única limitación la de impedir la formación de otros sistemas políticos paralelos que signifiquen su destrucción por medios legales. [...] Rechazo absoluto de las doctrinas absolutistas y totalitarias que sobrepongan otros intereses a los naturales del ser humano. [...] Convicción de la necesidad de fundamentar la convivencia social en un sistema de Gobierno autoritario y descentralizado, con respecto a la jerarquía y disciplina moral y cívica [...] Adhesión a los principios éticos y morales de la civilización y cultura cristiana occidental, sobre la base de un total respeto a la libertad de cultos. (GEVERT, 1977:80-81).

É possível observar que, embora o autor sinalize uma “liberdade de culto” aos oficiais, os mesmos estão submetidos à adesão dos princípios “éticos e morais da civilização e cultura cristã ocidental”. Talvez aqui possa se notar uma preocupação com outros “princípios éticos e morais”, aqueles advindos de uma civilização “oriental” e que refuta, em diversos pontos, a “cultura ocidental cristã”: o marxismo. Nesse sentido, a doutrina marxista é vista como uma “excrecência” moral e cultural, porque distância o indivíduo de uma “tradição cristã ocidental”. Esse argumento tem base,

provavelmente, com o “mito do apátrida”, onde o militante de esquerda é visto como um inimigo “externo”, pela sua vinculação com um movimento internacional.

A leitura de Nunn sobre a cultura política dos oficiais, no artigo anteriormente analisado datado da década de 1970, é percebida pelo autor chileno Felipe Pezoa Dittus, em artigo recente<sup>56</sup>. O historiador chileno analisa o “anti-izquierdismo” no exército no período posterior a Primeira Guerra Mundial (1918-1932), em um contexto de intensa participação política dos militares no cenário público. O autor está ancorado em duas definições sobre os militares: a de que eles se definem através de uma cultura (na noção de Geertz) e engendram uma subcultura (na visão de Burke), uma vez que Dittus considera que a caserna se desenvolve relativamente apartada da sociedade ao longo do século XX. Dessa forma, o autor prefere a definição de “subcultura militar” ao chamado “pensamento militar”, para ele reducionista:

[...] entenderemos por subcultura militar aquel conjunto sistemático y práctico de elementos simbólicos orales (discurso, palabras claves) y visuales (emblemas) propio del Ejército nacional, que también abarcaría su forma de vida, cosmovisión, doctrina profesional y sus tradiciones, o conjunto de prácticas ‘de naturaleza simbólica o ritual, que buscan inculcar determinados valores o normas de comportamiento por medio de su repetición’. (DITTUS, 2012:73).

Na visão do presente estudo, o termo subcultura hierarquiza essas crenças/tradições, uma vez que reconhece que uma subcultura está subordinada a um conjunto maior, ou seja, a cultura nacional. Neste caso, opto pela visão de Sirinelli e Bernstein de “culturas políticas”, uma vez que estas compartilham, até mesmo com as suas “antagonistas”, elementos comuns de um conjunto de crenças, tradições, práticas e símbolos, sem hierarquizá-las. De todos os modos, a concepção que pretende entender a “cultura política” dos militares como uma subcultura acaba por endossar, de certa forma, a própria visão dos militares como “sociedade em miniatura” e indivíduos pertencentes a uma instituição que se desenvolve à margem da sociedade. Para a análise deste estudo, as Forças Armadas só podem ser entendidas se relacionadas com o conjunto da sociedade civil, percebendo que, embora haja uma distância “virtual” entre os interesses da caserna e dos civis, é possível perceber que as instituições armadas acabam por ancorar suas visões em uma relação com o restante da sociedade, justificando assim a sua existência e ressaltando o seu papel dentro do cenário público. Dittus afirma que:

---

<sup>56</sup> DITTUS, 2012.

[...] el principal motivo por el que consideramos que la suma de aspectos simbólicos y valóricos del Ejército, constituye una 'subcultura' propia se debe a que sus miembros, si bien comparten las ideas y símbolos provenientes de un marco cultural mayor imperante en el Chile de entonces (en especial en sus grupos dirigentes), enfatizan algunos por su rol de garantes de la patria y el orden, a la vez que poseen elementos propios. (DITTUS, 2012:74).

É justamente por entender esse compartilhamento que opto por não denominar a cultura política dos militares, baseada em um “*ethos* militar”, tal qual pretendeu mostrar tanto Frederick Nunn – para o caso chileno –, como Celso Castro (1990) – para o caso brasileiro –, como subcultura. A definição da subcultura de Dittus se aproxima bastante do entendimento de *ethos* militar:

[...] esta subcultura posee mecanismos propios de control y homogenización de la conducta de sus integrantes, por medio de preceptos y reglas determinadas. [...] posee un importante nivel de coherencia interna en cuanto a sus ideas y valores básicos, si bien no es absoluta puesto que dentro del Ejército, se pueden observar ciertas diferencias de perspectiva y actuar sobre diversos aspectos, debidas a factores educacionales y sociales. (DITTUS, 2012:73).

O autor afirma que um elemento importante da subcultura militar é o nacionalismo, manifestado de duas formas: índole bélica e racial, baseado na ideia de que os chilenos eram herdeiros de uma raça guerreira conformada através da luta entre os espanhóis e indígenas. A outra pode ser encontrada no âmbito cívico, arraigado na defesa da legalidade e dos direitos fundamentais, idealizando a concepção de que a sociedade chilena conformava uma grande “família”. Ambas as visões foram abordadas tanto no artigo de Nunn, publicado no *Memorial del Ejército de Chile* em 1976 como no texto de Gevert, publicado em 1977. A noção de família, como já exposto, ajudaria a corroborar uma visão idealizada da identidade nacional:

[...] Esto último muestra el aspecto esencialista del nacionalismo uniformado, al enfatizar una identidad nacional integrada y homogénea, y criticando en consecuencia aquellas visiones pluralistas que trascienden lo nacional, como las ideas de izquierda. (DITTUS, 2012:75).

Diferente do que o próprio autor ressalta no início do texto, os militares deste período (1918-1932) jogaram um papel fundamental no conjunto da sociedade, pois além da preocupação com a estabilidade institucional, procuraram apontar soluções para questões econômico-sociais, expandindo a própria ideia de defesa da nação, em um pensamento bastante incipiente que derivaria, nas décadas seguintes, em uma concepção própria sobre a defesa nacional e a segurança nacional. Neste caso, como *a posteriori*, os militares entendem que uma das maneiras de combater as ideias de

esquerda é fomentar o desenvolvimento econômico e buscar, na medida do possível, um ajuste nas diferenças sociais. Presente no ideário político da direita desde meados da década de 1920 – nesse caso sob a bravata de “*evolución para evitar la revolución*<sup>57</sup>” -, a visão de que o desenvolvimento social passa pelo desenvolvimento econômico, e que este último consiste também em tarefa das Forças Armadas, pode ser amplamente reconhecida em artigos do *Memorial del Ejército de Chile*.

Mais uma vez, este tipo de constatação nos ajuda a compreender que a temática “política”, dentro dos artigos dessa publicação, precisa ser ampla o suficiente para abarcar um pensamento que se adapta, da mesma forma que o pensamento corrente dos grupos políticos, às conjunturas internacionais e nacionais. É somente na relação entre políticos, civis e militares que se pode compreender a visão destes últimos sobre os temas públicos.

Além da demonstração de uma preocupação com a chamada “questão social”, essa visão permite conceber uma relação diferente daquela comumente aceita pela historiografia entre militares e sociedade: para além da “elite” que pretende cooptar os membros da caserna para a consecução de seus “planos de dominação”, as instituições armadas buscaram uma dimensão “popular” para sustentar, justamente, a sua visão de mundo e justificar, por conseguinte, algumas de suas posições. Essa estratégia, visível desde meados da década de 1920, também pode ser apreciada durante a ditadura inaugurada em 1973<sup>58</sup>. O apoio popular consiste, nesse sentido, em uma necessidade de legitimidade perante à sociedade por parte dos militares. Uma vez que os partidos e o próprio sistema político são considerados “corrompidos” e, por conseguinte, as figuras públicas – os políticos, chamados de “demagogos” (aqueles que praticam não a política, mas a “*politiquería*”) -, os militares pretendem se relacionar com a sociedade de outras formas. Uma destas estratégias é o incentivo, por exemplo, da organização de associações civis, consideradas apartidárias. Alguns casos são elucidativos, como a organização de um movimento feminino, a criação nos primeiros anos da ditadura de secretarias tanto da mulher como da juventude<sup>59</sup>, e o

---

<sup>57</sup> Para uma análise mais aprofundada dos projetos políticos da direita no Chile durante o século XX ver, em especial, duas obras: MOULIAN e DUJISIN, 2011; SUTIL, 2011.

<sup>58</sup> ZÁRATE, 2010.

<sup>59</sup> Seguindo um estilo de organização da sociedade civil à margem do sistema político republicano tradicional, conforme o modelo da ditadura franquista. Para uma análise completa das aproximações entre ditadura militar chilena e espanhola ver: HINOJOSA, 2008.

estímulo a um modelo de organização gremial, de onde surgira a figura de Jaime Guzmán, um dos ideólogos civis do regime militar.

Ao analisarem as ideias da “esquerda” e proporem alternativas a esse tipo de ideias, os militares estavam concebendo o seu papel como educadores de uma visão sobre nação, ou seja, compreendendo a instituição armada como “escola cívica”. É assim que, ao invés de reprimir as ideias advindas da esquerda, os militares preferiam apontar opções e “refutar” aquelas no plano teórico. Foram proferidas conferências pelos “Comandantes de Cuerpo” sobre “los peligros que envolvía el maximalismo para el país”:

Este enfoque de las medidas anti-izquierdistas castrenses en los reclutas y suboficiales se mantuvo en la década del veinte, siendo la educación cívica una de las principales herramientas utilizadas para tal efecto, por parte de los oficiales y profesores. [...] Este procedimiento pedagógico de refutar las ideas de izquierda, en vez de reprimirlas, fue una de las formas de acción que desarrolló el Ejército en contra de las ideas y grupos revolucionarios. (DITTUS, 2012:78).

Os políticos e seu “sistema egoísta” seriam os responsáveis pela penetração de elementos “doentes” que causavam desordem e se apresentavam como verdadeiras ameaças ao “espírito nacional”:

[...] la ponencia desarrollada por el teniente René Montero, en la Escuela de Suboficiales en 1926: coincidiendo con el diagnóstico social dado por otros oficiales, criticó a la oligarquía por contribuir ‘con su incomprensión y egoísmo, a darle caracteres graves al problema social en Chile’, fomentando así la efervescencia popular y la aparición del agitador, que ‘reniega de los conceptos sagrados de patria’ y cuya labor de desquiciamiento debía ser frenada ‘no solo por la violencia sino también por la justicia de las leyes, por la equidad de los procedimientos, por la cooperación social’, ya que el agitador era producto de las injusticias sociales. (DITTUS, 2012:79).

Nesse sentido, também é possível observar que:

[...] Otros oficiales, por su parte, recomendaron la lectura a los conscriptos de informaciones acerca del fracaso del sistema comunista en la Unión Soviética, a fin de convencerlos de que ‘nada hay más conveniente que mantener el régimen de orden [sic] en que vivimos’, pues el orden era el único factor de progreso. (DITTUS, 2012:79).

Os membros da esquerda, os “agitadores”, uma figura tão cara dos políticos chilenos em meados da década de 1920, não poderiam ser considerados como “chilenos”, porque sua doutrina “malsã” era uma clara demonstração da aceitação de ideias “estranhas” ao âmbito nacional. Assim, os membros da esquerda constituíam

não só um perigo por sua doutrina “maldita”, mas por se apresentarem, nessa perspectiva, como uma ameaça externa à comunidade nacional:

[...] los integrantes del Ejército, al denominar a los adherentes de izquierda como individuos ‘sin patria’, los consideran como traidores a Chile y una amenaza externa a comunidad nacional. En cuanto a los símbolos visuales, el más importante para los miembros de la institución armada fue la bandera roja, emblema característico de los comunistas y otros grupos revolucionarios. [...] los militares expresaron una profunda molestia ante la presencia pública de una enseña perteneciente a colectividades políticas de origen extranjero. Para los uniformados el estandarte rojo simbolizaba el desorden y la antipatria, lo opuesto a los valores tradicionales del país [...]. (DITTUS, 2012:82).

O governo ditatorial e militar de Ibáñez caí em 1931 e, com o fim da repressão, os grupos de esquerda ressurgem no cenário político. A reação anti-esquerdista da oficialidade não tardaria em chegar, se manifestando em diversos meios. Entre eles está uma circular do comandante-em-chefe do exército, Indalicio Téllez<sup>60</sup> de setembro de 1931:

[...] Junto con criticar el sistema comunista en la URSS, por coartar la libertad y destruir a la familia, Téllez comparó entre los comunistas que deseaban vivir esclavizados y los chilenos amantes de la libertad [...]. Este oficial juzgó a los simpatizantes del comunismo bajo la perspectiva esencialista de la nación, al dejar entrever que por preferir la opresión de su ideología, no serían chilenos. (DITTUS, 2012:83).

Essas atitudes nos demonstram como os militares estavam preocupados com o âmbito da política de diversas formas, sem alentar um intervencionismo direto como alternativa de combate à esquerda. Além disso, essas posturas demonstram como existe um arcabouço cultural compartilhado entre a oficialidade e os políticos com relação à esquerda. Nesse sentido, Dittus aponta que:

[...] desde fines de la década de 1920 el comunismo pasó a ser el principal foco de críticas de los militares [...]. [...] esta postura evolucionó posteriormente, hasta ser antimarxista desde principios de los años treinta, tras la creación del Partido Socialista de Chile. Este antimarxismo se mantuvo en el ámbito castrense local, sin grandes diferencias, durante buena parte del siglo XX, siendo uno de los principales factores que incidieron en el derrocamiento del gobierno de Salvador Allende en 1973. (DITTUS, 2012:85).

A cultura política dos militares, portanto, não pode ser entendida no curto espaço do ressurgimento de sua atuação política direta, ou seja, no momento do golpe

---

<sup>60</sup> O padre jesuíta Eduardo Tampe Maldonado, historiador, escreve um artigo sobre Téllez, em que se lê: “Su nombre aparece en la galería de militares ilustres. Su palabra fue oída y respetada en los círculos castrenses”. (TAMPE, 1984:114).

de 1973. Pelo contrário, seguindo as ideias de Sirinelli (1998), seria inclusive errôneo compreender as ideias que são expressas a partir do golpe militar como representativas de uma “cultura política reativa”. A visão dos oficiais sobre o Estado, a sociedade, a economia e os partidos políticos, nesse sentido, remonta a um ideário historicizado, que pode ser localizado desde a década de 1920, passando por conjunturas políticas diversas e sofrendo inflexões. Todavia, as mudanças percebidas com o passar do tempo não são capazes de “distorcer” as concepções elaboradas através de um doutrina emanada desde a *ACAGUE* e dos diversos círculos sociais dos quais os oficiais participam. Essa socialização das concepções, que se dá, no âmbito militar, de uma forma mais endogâmica do que no âmbito civil, permite que uma visão e, nesse sentido, uma “cultura política”, possa ser construída ao longo de quatro décadas (1930-1970), permanecendo como elemento aglutinador dos posicionamentos da oficialidade do exército chileno até, pelos menos, o final da ditadura, em 1990.

### 3 OS OFICIAIS E SUAS TRAJETÓRIAS: ALGUNS PONTOS DE CONVERGÊNCIA PARA CONSIDERAÇÃO

Este capítulo se dedica a reconhecer, ainda que de maneira tangencial, a atmosfera em que surgiram os textos analisados pela presente dissertação. A procura por recorrências na trajetória dos autores da revista *Memorial del Ejército de Chile*, como convergência nos campos de estudo, ou mesmo sinais de confluência nos destinos das viagens proporcionadas pela caserna, podem nos oferecer um panorama mais abrangente dos autores e de seus escritos, evidenciando, talvez, algumas constantes que possam ajudar a explicar a escolha dos textos do *Memorial del Ejército de Chile* a serem analisados.

Para tanto, é preciso observar a importância dos documentos que fornecem as informações compiladas neste capítulo. A dificuldade em obter dados sobre os oficiais através de contato eletrônico impôs a necessidade de uma pesquisa *in loco*, levada a cabo durante duas estadas no Chile, em 2014 e 2015. Devido à inexistência de recursos que ajudassem a custear as despesas, as viagens foram curtas e bastante objetivas, sem permitir uma incursão maior que, provavelmente, possibilitaria uma visão alternativa aquela por hora oferecida. Todavia, a relevância da pesquisa no *Archivo General del Ejército* é imensurável, em especial, por proporcionar o contato com o pessoal responsável pelo órgão histórico da caserna – uma vez que o arquivo está vinculado ao *Departamento Cultural, Histórico y de Extensión del Ejército*, ligado diretamente ao chefe do EMGE.

As reflexões por mim oferecidas ao leitor não devem ser consideradas como definitivas. Minha própria visão sobre a oficialidade chilena, anterior ao conhecimento desses documentos, foi alterada ao me deparar com um acervo gigantesco e, aparentemente – pelo menos durante o período de estudo aqui analisado – pouco explorado. Os KARDEX são uma compilação de informações pessoais e profissionais do corpo efetivo do exército chileno que, ainda hoje, se encontram em papel e, na maioria dos casos, manuscrito<sup>61</sup>. Esses registros passaram por algumas modificações – fruto, algumas vezes, da relevância do oficial em questão ou, em outras ocasiões, devido a problemas de conservação – que permitem a existência de uma diferença de

---

<sup>61</sup> KARDEX é a sigla que designa, para a administração do exército do Chile, o que é comumente conhecido como “*hoja de servicio*” ou “*hoja de vida*”, ou seja, um histórico de trabalho que contém todos os registros relacionados a carreira de um militar na caserna.

quantidade e qualidade das informações de indivíduo para indivíduo. Ou seja, não foi possível reconhecer, na amostra analisada, um padrão de registro das informações. Contudo, é possível observar alguns dados “balizares”, encontrados em quase todas as folhas de registro.

Dessa forma, é possível traçar, ainda que de maneira mais singela, um perfil dos oficiais selecionados, buscando os pontos de convergência em suas carreiras e demonstrando alguns dados que possibilitam certo distanciamento entre eles. Buscou-se, quando da consulta ao acervo histórico junto ao *Archivo General del Ejército*, a obtenção do maior número de informações possíveis sobre os oficiais selecionados para este estudo. Todavia, a grande quantidade de dados, o estado físico do material e a escassez do tempo da viagem não possibilitaram a coleta completa dos oficiais abarcados por esta dissertação. Entretanto, a amostra recolhida dá conta de oferecer ao leitor uma percepção geral sobre a formação acadêmica da oficialidade do exército chileno durante, pelo menos, as décadas de 1950, 1960 e 1970.

Conforme apresentado no primeiro capítulo da presente dissertação, foram selecionados, primeiramente, 95 textos, dos quais 55 representavam artigos escritos por militares – excluindo-se, desse cálculo, os editoriais, considerados à parte. Se consideramos os oficiais autores dos artigos (37 militares), juntamente com os membros do conselho consultivo e diretos da revista *Memorial del Ejército de Chile* (40 membros, mais 7 diretores, totalizando 47 indivíduos), temos o número de 84 oficiais. Essa foi a lista requerida para consulta dos KARDEX junto ao *Archivo General del Ejército*. Foram disponibilizados 10 KARDEX por vez, sendo possível a recopilação das informações – devido à inexperiência na manipulação do material, dificuldade de manuseio e leitura dos documentos, escassez de tempo e demora na sistematização das informações consultadas, uma vez que todos os dados precisavam ser transcritos, vedada a possibilidade de fotografar o material – de um total de 40 oficiais. A escolha da entrega de quais KARDEX seriam revisados primeiro respeitou uma lista aleatória, estruturada por ordem alfabética, a qual havia sido solicitada para separação do material pelo arquivo. Assim, em um primeiro momento, a escolha destes 40 oficiais não foi deliberada, senão fruto de minha inexperiência. Entretanto, a amostra analisada dá conta de apresentar um perfil geral da totalidade dos oficiais, representado aquilo descrito pela historiografia (ZÁRATE, 2003).

Os KARDEX se convertem, assim, em pedras fundamentais para compreender a própria existência dos textos contidos no *Memorial del Ejército de Chile*. Através desses documentos, é possível observar uma profícua atividade acadêmica, realizada tanto em âmbito nacional – dentro da *ACAGUE* ou na *Escuela Militar* - como internacional – como no caso do *Colegio Interamericano de Defensa*, com sede em Washington, Estados Unidos da América. É possível inferir que muitos dos escritos publicados na revista em análise são fruto dessa atividade didática, revelando assuntos que eram considerados, portanto, relevantes para a formação da oficialidade chilena. Uma parcela considerável dos artigos do *Memorial del Ejército de Chile* – pelo menos daqueles selecionados para a análise no presente estudo – se apresenta como uma espécie de sùmula das disciplinas ministradas pelos seus autores, ou ainda como documentos preparados para a jovem oficialidade ingressada na *ACAGUE*.

Devido a inacessibilidade de dados oficiais históricos referentes ao número de membros do exército chileno, torna-se difícil esboçar qualquer paralelo entre a oficialidade no conjunto da caserna e o pequeno grupo de oficiais selecionados para este estudo. Entretanto, apenas com o objetivo de traçar uma estimativa, é possível dizer que essa pequena parcela corresponde aquilo esperado de uma elite militar altamente treinada. De acordo com Zárate (2003), o número total de militares, somadas as três armas (Força Aérea, Marinha e Exército), entre os anos de 1967 e 1968 era de 46.000. As conclusões aqui apresentadas, portanto, dizem respeito a uma pequena parcela da oficialidade: aquela que publicou artigos ou fez parte do corpo editorial da revista *Memorial del Ejército de Chile*. Isso não significa, contudo, que não se possa inferir algumas conclusões gerais. É preciso lembrar sempre que, de certo modo, a formação da oficialidade do exército realizada através da *ACAGUE* obriga o historiador a reconhecer a existência de certas convergências formativas e, portanto, uma determinada homogeneidade de “pensamento” dos oficiais do exército. Além disso, é possível cruzar tais conjecturas com os textos analisados, apresentando, assim, uma visão mais concreta daquilo que se pressupõe e daquilo que se desprende da análise empírica. Os artigos selecionados revelam traços formativos que podem ser observados através da análise dos dados contidos nos KARDEX.

Infelizmente, devido ao pouco tempo de pesquisa no Chile e a dificuldade de acesso as informações através de contato eletrônico, não foi possível conhecer o currículo ministrado na *ACAGUE* durante os diferentes momentos abarcados pelo presente estudo. Entretanto, é possível conhecer algumas disciplinas ali oferecidas

através dos KARDEX. As duas matérias de de maior recorrência são “Geografía Militar y Geopolítica” e “Historia Militar y Estrategia”. Essas matérias jogam um papel ainda mais importante se observamos as disciplinas requeridas no exame de admissão da *ACAGUE*. Durante a década de 1970, são as seguintes: história, geografia, organização e pessoal, inteligência, tática e logística (essas são disciplinas oferecidas ao longo do curso de Estado Maior).

A partir de 1973, o Plano de Estudo da Academia de Guerra consistia nas seguintes disciplinas<sup>62</sup>: Pessoal, Logística, Inteligência, Geografia Militar, Geopolítica, Direito internacional público, Economia de Defesa, História Militar e Estratégia, Estatística, Investigação e Técnica Militar, Operações e Relações Públicas.

A existência da atividade docente durante o tempo de formação do curso de Estado Maior, realizado na *ACAGUE*, nos permite conferir aos autores dos textos selecionados uma relevância fundamental. Se são eles os responsáveis pela formação dos jovens cadetes, os ingressados na *Escuela Militar*, ou mesmo dos seus colegas, durante os cursos na *ACAGUE*, é possível inferir, portanto, que parte deles a construção de uma visão sobre o papel/função que deve ocupar o oficial na vida nacional. São esses oficiais, professores nas duas instituições de ensino militar mais importantes do Chile, os responsáveis por multiplicar a visão do comando da caserna, replicando, de certa forma, os conhecimentos adquiridos através de viagens ao exterior e cursos em outras instituições<sup>63</sup>.

Para além da atividade acadêmica levada a cabo dentro da instituição cuja função é a formação dos oficiais de Estado Maior, ou seja, a parcela da oficialidade responsável pelos postos de comando de batalhões, companhias, institutos e outros organismos castrenses, pode-se observar uma complementação da instrução acadêmica dos oficiais através do estudo de idiomas estrangeiros, com clara preferência para a língua inglesa. Se cruzamos os dados dos militares selecionados

---

<sup>62</sup> Conforme ANDRADE, 2006:142.

<sup>63</sup> Um dos aspectos relevantes da formação complementar dos oficiais – contida como anotação de comissionamento nos KARDEX - é a existência de um pequeno grupo, dentro os militares estudados, que obteve o título de mestrado em Ciências Políticas pela *Universidad de Chile*. Em um caso, um oficial obteve, na Espanha, o título de doutor em Ciências Políticas pela *Universidad de Salamanca*. Esse fato revela uma necessidade, ainda que muito pequena com relação ao conjunto dos demais professores, de obtenção de títulos acadêmicos no meio civil para a continuidade das atividades docentes. Atualmente, os cursos da *Escuela Militar* oferecem formação em licenciatura de Ciências Sociais, possibilitando aos jovens cadetes, ao final do curso, a obtenção de título universitário outorgado pela própria instituição militar.

neste estudo com o período de obtenção dos títulos de intérpretes de idiomas, podemos observar que há uma maior concentração nas décadas de 1960 e 1970<sup>64</sup>.

Se observamos a média de tempo de serviço ativo do grupo de oficiais selecionados, podemos constatar que ela não difere do que é estabelecido através do *Estatuto del Personal de las Fuerzas Armadas*<sup>65</sup>, considerados 40 anos nas fileiras da caserna. Grande parte dos indivíduos estudados superou os 35 anos de serviço militar ativo. Nesse sentido, se observa uma estabilidade da carreira militar mesmo após o golpe de Estado.

Essa situação é relevante se levarmos em consideração como ocorriam as promoções e a própria permanência dos militares no serviço ativo antes do golpe de 1973. A carreira de um oficial dependia, muitas vezes, da sua capacidade de barganha nos círculos políticos, uma vez que as promoções aos cargos superiores eram referendadas pelo Congresso Nacional. Ou seja, mesmo havendo completado os requisitos previstos pelo *Estatuto de Personal de las Fuerzas Armadas*, o oficial permanecia “refém” de um lobby político para a obtenção de sua ascensão na carreira.

Esse tipo de procedimento não foi totalmente alterado com a derrubada do governo: de uma maneira geral, o lobby apenas mudou de endereço. A partir de setembro de 1973, com a mudança realizada pela *Junta de Gobierno* na própria estrutura das forças armadas – criação de novas unidades, institutos e órgãos administrativos -, além do fechamento do Congresso Nacional, as promoções passaram a ser resolvidas pelos respectivos comandantes-em-chefe. Dessa forma, é possível inferir, inclusive, que o próprio comportamento da oficialidade – ainda que descontente ou dissidente do governo militar – se alterou em consideração a manutenção de suas carreiras, exceção feita aos expurgados, principalmente durante o período de setembro de 1973 até meados de 1975<sup>66</sup>. Esse procedimento se manteve

---

<sup>64</sup> Esses dados estão de acordo com as observações mais gerais sobre a oficialidade formada pela *Academia de Guerra*, realizadas através do livro *La Academia de Guerra del Ejército de Chile 1886-2006: ciento veinte años de historia*, principalmente no capítulo escrito pelo coronel Walter Dörner Andrade sobre a formação acadêmica entre as décadas de 1930 e 1970. Ver: ANDRADE, 2006.

<sup>65</sup> Decreto con Fuerza de Ley n. 1 – Santiago de Chile, 6 de agosto de 1968.

<sup>66</sup> Como afirmar Steve Stern: “[...] Pinochet también coordinó los llamados a retiro y las promociones en el Ejército, gracias a lo cual constituyó un cuerpo de generales más jóvenes y de gran lealtad personal”. (STERN, 2013:95). Essa foi a mesma percepção oferecida pela historiadora do *Archivo General del Ejército* em Santiago. Segundo ela, Pinochet controlou as promoções de maneira muito próxima. A informação oferecida pela funcionária é de relevância se considerarmos de que posição fala: Claudia Arancibia é filha do general da reserva Roberto Arancibia Clavel, ex-chefe do Estado Maior do Exército – irmão de Enrique Arancibia Clavel, condenado na Argentina – e assassinado em 2011 - a prisão perpétua pela morte de Carlos Prats – ex-comandante-em-chefe do exército durante o governo de Salvador Allende e ministro do Interior na fase de gabinetes militares – e sua esposa. A família Arancibia

até as reformas constitucionais de 2005, possibilitando que a própria caserna gerisse o processo de promoção dos oficiais. Atualmente, as promoções e os retiros são decididas, em última instância, pelo presidente da República<sup>67</sup>.

Se observamos, em combinação com os dados anteriores, a média de posições hierárquicas ocupadas pelos oficiais estudados, podemos verificar que a grande maioria ascendeu até o grau de coronel. Ainda assim, é possível encontrar um número considerável de oficiais que alcançaram, pelo menos, uma das três posições de alto oficialato do exército chileno (*Brigadier General* [*General de Brigada*], *Mayor General* [*General de División*] e *Teniente General* [*General de Ejército*]<sup>68</sup>). Isso significa dizer que, no decorrer de suas carreiras militares, esses oficiais ocuparam posições de destaque dentro da instituição armada, desempenhando funções de comando e, muitas vezes, servindo como “planta de apoio” do governo militar para os mais variados propósitos. Dentre eles, podemos encontrar diretores de empresas estatais, ministros e secretários de Estado, adidos militares, professores, instrutores militares e observadores internacionais. Nesse sentido, os oficiais selecionados para o presente estudo constituem uma espécie de “elite militar” intelectualizada e com grande circulação no meio político do regime.

Se nos concentramos na análise da circulação desta oficialidade por outros países, seja através de “comissões militares” – viagens oficiais ao estrangeiro ou designações para ocupação de postos em outras instituições – ou no uso de suas férias, podemos observar algumas convergências. Durante a década de 1950, é possível observar um número reduzido de viagens ao exterior, com a exceção daqueles militares participantes na “Missão Militar Chilena nos Estados Unidos”. A partir de meados da década de 1960, é possível observar um incremento nessas comissões, seja com direção aos Estados Unidos – em diversos centros militares, como *Fort Sill* e *Fort Benning* -, mas, sobretudo, tendo como destino os países da América do Sul. Esse aumento se deve, em especial, a política de treinamento na

---

Clavel é um bom exemplo da composição de conglomerados que se perpetuam na instituição castrense. Roberto é irmão de Daniel Arancibia Clavel, *general de división* da reserva que alcançou o posto de *comandante de Operaciones Terrestres* e de Felipe Arancibia Clavel, atual comandante da *Academia Nacional de Estudios Políticos y Estratégicos (ANEPE)*.

<sup>67</sup> Para um quadro explicativo das mudanças no regramento interno das Forças Armadas chilenas, ver: SAAVEDRA, 2012.

<sup>68</sup> Entre os anos de 1968 e 1981 vigorou, no exército chileno, a nomenclatura de *General de Brigada*, *División* e *Ejército* para os três maiores graus na escala hierárquica. A partir de 1982, a denominação de *Brigadier General*, *Mayor General* e *Teniente General*, anteriormente utilizada pelo exército, voltou a valer.

zona do Canal do Panamá e o papel cada vez maior relegado a contrainsurgência. É também durante os anos 1960 que se pode visualizar uma preferência por utilização dos “feriados legais” – períodos de férias proporcionais aos anos de serviço – para realização de viagem em direção aos Estados Unidos, além de um grande número de oficiais tendo como destino a Argentina. É interessante perceber, ainda, que em muitos casos, os dois destinos – EUA e ARG – são visitados pelo mesmo oficial.

O estudo de uma segunda língua e a obtenção do título de intérprete influenciavam, obviamente, na ascensão e, por conseguinte, no destino, dos oficiais. Nesse sentido, é possível observar uma clara preferência pelo inglês. Os títulos eram normalmente adquiridos durante o curso de Estado Maior da *ACAGUE*. É importante notar que as viagens ao estrangeiro ocorriam, exclusivamente, após a obtenção do título de oficial do Estado Maior – uma vez que os cursos realizados em instalações militares estadunidenses, tanto nos EUA como no Panamá (*United States Army Caribbean School/United States Army School of Americas - USARCARIB/USARSA*), exigiam o grau de Tenente-Coronel. Assim, somente militares graduados se beneficiavam com essa mobilidade. Em certo sentido, é possível inferir que tal condição fazia parte de uma estratégia militar de enquadramento das patentes superiores, atuais ou futuros professores nos institutos militares, dotando-os de determinado prestígio e incentivando, portanto, a difusão dos conhecimentos obtidos nos cursos e instruções fora do país. Ainda que os Estados Unidos tenham se demonstrado, a partir da pesquisa documental levada à cabo no *Archivo General del Ejército* através dos KARDEX, destino de preferência e/ou maior recorrência nas viagens ao estrangeiro dos oficiais, parece imperioso não sugerir, de maneira absoluta, que tal fato tenha se cristalizado como importação pura e simples da “doutrina norte-americana”. É necessário, inclusive, relativizar tal importância, demonstrando que, em alguns casos, a realidade aprendida nos Estados Unidos entrava em confronto direto com o cotidiano vivenciado pelos oficiais no Chile. Isso pressupõe uma adaptação dos conhecimentos e uma reflexão crítica por parte daqueles que exerceriam funções didáticas inspirados nos conhecimentos obtidos através dessas comissões.

Ao analisarmos o papel da política norte-americana na região da América Latina, é preciso que levemos em consideração que tais relações se desenvolveram de maneira complexa e, nem sempre, responderam diretamente aos interesses dos Estados Unidos. É necessário levar em consideração a cosmovisão das Forças

Armadas latino-americanas prévias ao contato com os treinamentos de contrainsurgência, para compreendermos em que sentido é possível considerar a influência dos Estados Unidos na formação de uma concepção ideológica por parte da caserna na América Latina. Como nos relembra Heller<sup>69</sup>:

[...] El papel que desempeña Estados Unidos en América Latina demuestra la dificultad por delimitar con precisión la frontera entre 'proceso nacional' y condicionamientos externos. [...] Si bien la militarización de la vida política latinoamericana es el hecho más evidente, no se trata sin embargo, de encontrar un culpable supranacional del militarismo. Creemos que frecuentemente se cae en análisis mecanicistas que centran su atención en la dependencia latinoamericana con respecto a Estados Unidos como determinante fundamental del proceso político de los países de la región. Ello ha llevado frecuentemente a la formulación de peligrosas simplificaciones y generalizaciones que no permiten siempre apreciar en toda su dimensión la problemática del militarismo. (HELLER, 1977:s/p).

Não se pode considerar, portanto, a ação dos Estados Unidos como único elemento explicativo da tomada de ação – golpes de Estado, intervenção na economia, “ações cívicas” – dos militares latino-americanos. Antes de tudo, é preciso compreender cada caso nacional na sua especificidade, dando atenção para uma série de aspectos, dentre eles a cultura política específica alentada pela oficialidade, a fim de esboçarmos uma interpretação sobre a ação militar no campo da política.

Ao nos debruçarmos, em especial, as funções de adidos militares em embaixadas do Chile no estrangeiro, é possível observar uma intensa atividade. Nesse caso, não há uma preferência por determinado continente.

Curioso ainda seria de pudéssemos analisar as redes familiares e sociais nas quais estes oficiais estavam inseridos. Muitos dos militares selecionados pelo estudo levam o sobrenome de figuras de relevância no regime militar, como é o caso de Luis Eduardo Arellano Stark – que possui os dois sobrenomes do general golpista Sergio Arellano Stark – ou mesmo do coronel Fernando Polanco Gallardo – que compartilha os seus dois sobrenomes com Luis Polanco Gallardo, condenado pela justiça chilena, no final de 2015, por crimes na Caravana da Morte. Ainda que não se possa relacionar diretamente os militares em questão, é possível inferir que, devido a evidente semelhança de seus sobrenomes, existam “famílias militares”, com diversos membros pertencentes aos quadros da caserna. Esse fator pode ser corroborado com um

---

<sup>69</sup> HELLER, 1977. As citações deste artigo não possuem paginação por se tratarem de uma cópia eletrônica de artigo impresso, sem que tenha se respeitado a ordem das páginas original da primeira publicação. As considerações esboçadas pelo autor respaldam as análises de Rouquié (1984).

estudo sobre o ingresso na *Escuela Militar* ou na *ACAGUE*. Segundo relatos de Claudio Fuentes Saavedra (2012), um dos requisitos básicos para ingresso nos institutos militares é o pertencimento a “família militar”, ou seja, possuir um parente próximo membro da ativa ou da reserva, fator que influi, além disso, na outorga de bolsas de estudos. Segundo o autor, existem uma série de barreiras, muitas delas econômicas, que visam um “filtro” na entrada dos cadetes a *Escuela Militar*. O processo de aumento das mensalidades teria sido iniciado pelo governo militar e se equiparado a situação das instituições de ensino superior na atualidade – situação que leva aos estudantes dispender de quantidades proibitivas para a sua educação. Um dos pontos mais interessantes da análise de Claudio Fuentes reside na apresentação de uma “elitização” do corpo de cadetes ingressantes na *Escuela Militar*. Existiria, por detrás dos requisitos exigidos pela instituição de ensino militar, um “perfil socioeconômico” dos futuros oficiais.

Com o intuito de esboçar tais percepções através de uma demonstração concreta do material consultado no *Archivo General del Ejército*, selecionei apenas aqueles oficiais que alcançaram as três primeiras posições – “antiguidades”, no linguajar militar – durante o curso de Estado Maior da *ACAGUE*. Foi possível a consulta de 40 KARDEX, número que não reflete a totalidade dos oficiais selecionados para o estudo, mas que permite, contudo, a demonstração, ainda que parcial, de um perfil sobre essa oficialidade.

Destes 40 militares, apenas 35 realizaram o curso de Estado Maior da *ACAGUE*<sup>70</sup> (três militares foram reprovados na prova de admissão, um deles foi incorporado a partir da Justiça Militar e um indivíduo não consta com registro de ingresso ou reprovação no curso de Estado Maior). É possível conhecer a posição final do curso de Estado Maior de apenas 20 oficiais. Dentre estes, 19 ocuparam as 10 primeiras posições<sup>71</sup>. Oito destes dez oficiais ocuparam uma das três primeiras posições.

Passemos a análise dos 8 oficiais que terminaram o curso de Estado Maior entre as três primeiras antiguidades.

---

<sup>70</sup> Um segundo fator importante é a observância do curso de “Fuerzas Especiales”, criado em 1965 através da *Escuela de Paracaidistas y Fuerzas Especiales*. Destes 40 militares de quem se conhece o KARDEX, 39 estavam aptos a realizar este curso. Destes, 66,6% completou a instrução, em sua grande maioria no final dos anos 1960 (turma de 1969 – 42,3%).

<sup>71</sup> Respectivamente, 3 militares em 4º, 1 em 5º, 1 em 6º, 3 em 7º, 1 em 9º e 2 em 10º.

Em primeiro lugar, é possível constatar o posicionamento destes oficiais. Eles fazem parte de uma seleta elite militar que estudou, sem exceções, em institutos militares dirigidos pelo exército dos Estados Unidos, na sua grande maioria durante a década de 1960. O grupo conta com 2 primeiros lugares no curso da *ACAGUE*, 1 segundo lugar e 5 terceiros lugares. Em metade destes registros é possível encontrar o título de intérprete de idioma estrangeiro, em sua maioria do inglês. Isso não significa que os demais oficiais não possuíssem habilidades em outro idioma, o que, inclusive, dificultaria os estudos no estrangeiro<sup>72</sup>.

Quadro 3 – Ingresso na *Academia de Guerra* e viagens ao exterior

Nome	<i>ACAGUE</i>	Colocação	Viagem de estudos no exterior
Marcelo Hernán Béjares González	1953-1955	3º/23	EUA – <i>Fort Benning</i> (1969)
Rafael Ortiz Navarro	1957-1959	3º/12	PAN – USARCARIB (1961-62)
Juan Guillermo Von Chrismar Escuti	1957-1959	2º/12	PAN – USSOUTHCOM (1969)
Luis Joaquín Ramirez Pineda	1958-1960	1º/16	EUA – <i>Fort Sill</i> (1964-65)
Enrique Arturo Valdes Puga	1962-1964	1º/16	PAN – USARCARIB (1959-1961)
Roberto Alfredo Soto Mackenney	1966-1968	3ª/21	EUA – <i>Fort Sill</i> (1970)
Herbert Orellana Herrera	1967-1969	3º/20	EUA (Sem Local Descrito) – 1969 EUA – Washington – <i>Colegio Interamericano de Defensa</i> (1978)
Héctor Ernesto Graciano Darrigrandi Marques	1971-1973	3º/25	EUA – West Point ( <i>United States Military Academy - USMA</i> ) (1973-74)

Elaborado pelo autor. Fonte: KARDEX (*Archivo General del Ejército*).

Ao compararmos a atuação acadêmica destes oficiais dentro da *ACAGUE*, podemos observar uma preferência por duas disciplinas: “Historia Militar y Estrategia” e “Geografía Militar y Geopolítica”. Além disso, dentre estes militares, 7 dos 8

<sup>72</sup> Embora os cursos fossem realizados em espanhol.

ocuparam cargos no corpo editorial da revista *Memorial del Ejército de Chile*. Ao relacionar a sua atuação acadêmica com a sua atuação governamental durante o regime militar, é possível observar uma relevância considerável destes oficiais, ocupando cargos ministeriais ou de assessoria direta do gabinete da Presidência. Esse fator, somado a trajetória dos oficiais, evidenciam ainda mais sua importância. Destes 8, todos ascenderam a patente de coronel, 6 alcançaram o grau de *General de Brigada* e 5 obtiveram a maior patente militar possível aos demais oficiais – excluindo-se o grau de *Teniente General*, conferido apenas ao vice-comandante-em-chefe do exército e *Capitán General*, conferido exclusivamente a Augusto Pinochet Ugarte na condição e comandante-em-chefe do exército, presidente da *Junta de Gobierno* e Presidente da República -, o grau de *General de División*.

Quadro 4 – Disciplinas ministradas

Nome	Disciplina
Marcelo Hernán Béjares González	1 - Historia Militar y Estrategia 2- Geografía Militar y Geopolítica
Rafael Ortiz Navarro	1 - Historia Militar y Estrategia 2 - Geografía Militar y Geopolítica
Juan Guillermo Von Chrismar Escuti	Personal
Luis Joaquín Ramirez Pineda	1 – Historia Militar Y Estrategia 2 – Personal
Enrique Arturo Valdes Puga	Historia Militar y Estrategia
Roberto Alfredo Soto Mackenney	Logística
Herbert Orellana Herrera	1 – Historia Militar y Estrategia 2 – Geopolítica
Héctor Ernesto Graciano Darrigrandi Marques	1 – Historia Militar y Estrategia 2 – Geografía Militar y Geopolítica

Elaborado pelo autor. Fonte: KARDEX (*Archivo General del Ejército*).

Quadro 5 – Cargos ocupados no governo militar e patente máxima alcançada

Nome	Cargos no governo	Posição
Marcelo Hernán Bájares González	Representante del Ejército (Comité de Estudios de la nueva Constitución Política), jefe de la zona de emergencia de Valdivia, ministro secretario general de gobierno	General de Brigada
Rafael Ortiz Navarro	Gabinete de la presidencia de la república, presidente del comité de telecomunicaciones	General de División
Juan Guillermo Von Chrismar Escuti	Não ocupou cargos governamentais	Coronel
Luis Joaquín Ramirez Pineda	Não ocupou cargos governamentais	General de División
Enrique Arturo Valdes Puga	Vice-ministro de Relaciones Exteriores	Mayor General (Gen. Div.)
Roberto Alfredo Soto Mackenney	Subsecretario de relaciones exteriores, presidente CONARA, comité asesor presidente de junta de gobierno	Mayor General (Gen. Div.)
Herbert Orellana Herrera	Jefe de la zona de emergencia de Bío-Bío, secretario de la Junta de Gobierno	Brigadier
Héctor Ernesto Graciano Darrigrandi Marques	Não ocupou cargos governamentais	Mayor General (Gen. Div.)

Elaborado pelo autor. Fonte: KARDEX (*Archivo General del Ejército*).

Três destes oito oficiais realizaram instruções na Zona do Canal do Panamá, na *United States Army Caribbean School (USARCARIB)*, também conhecida como *Escuela de las Americas*. Os demais foram alunos em cursos nos tradicionais centros norte-americanos, como *Fort Sill* e *Fort Benning* (este último receberia, durante a década de 1980, a *USARCARIB/USARSA*).

Nesse sentido, pode-se observar que os oficiais que ocupavam o corpo editorial da revista faziam parte de uma elite militar do exército, treinada de maneira mais ou menos uniforme em institutos militares nos EUA e que levaram a cabo a organização de um “pensamento militar” de acordo a lógica da Guerra Fria. O inimigo interno passa a ser uma preocupação constante e as Forças Armadas, em sua ótica, tornam-se os guardiões dos “valores” e “tradições” de suas nações. Tais noções são exploradas no terceiro capítulo da presente dissertação.

É preciso que, brevemente, nos concentremos na criação do centro de instrução militar estadunidense na zona do Canal do Panamá, com o objetivo de compreendermos quais as implicações dos treinamentos ali oferecidos na conformação cosmovisão castrense chilena sobre a política, o Estado e o papel das instituições armadas no cenário público latino-americano.

Em artigo publicado em 1984, William H. Ormsbee – funcionário civil, na época, do Departamento do Exército dos Estados Unidos, sendo o oficial responsável pelas relações públicas do *U.S. Southern Command* (USSOUTHCOM), organismo que dirige a *U.S. Army School of the Americas* (USARSA) – realiza um pequeno resumo da história escola, levando em consideração o fim do Tratado do Canal do Panamá (1984) e a conseqüente mudança da referida instituição para as dependências, em território estadunidense, de *Fort Benning*. O autor explica o objetivo da instituição de treinamento:

[...] a U.S Army School of the Americas (USARSA) [...] já formou pessoal das forças armadas latino-americanas sobre habilidades militares e desenvolvimento profissional destinados a contribuir para a defesa interna e o desenvolvimento nacional de seus próprios países. [...] USARSA promoveu tais instruções e treinamentos na forma de bolsas de estudos majoritariamente financiadas pelo Programa de Educação e Treinamento Militar Internacional (IMET), um dos maiores elementos do Programa de Assistência de Segurança dos Estados Unidos. (ORMSBEE, 1984:82)<sup>73</sup>.

Nesse sentido, a USARSA tem como objetivos a promoção de treinamentos para oficiais latino-americanos dentro dos marcos de uma concepção de guerra estadunidense, tendo em vista o conflito global da Guerra Fria e os problemas de contrainsurgência. Além disso, na análise de Ormsbee, o local se configurou como um

---

<sup>73</sup> “[...] the U.S. Army School of the Americas (USARSA) [...] has trained Latin American military personnel in military skills and professional development designed to contribute to their countries’ internal defense and national development. [...] USARSA provides such instruction and training in the form of military scholarships funded primarily by the International Military Education and Training (IMET) Program, one of the major elements of the U.S. Security Assistance Program”. (ORMSBEE, 1984:82).

centro de intercâmbio de ideias “[...] e também contribuindo para a amizade e o entendimento interamericano”. (ORMSBEE, 1984:83).

As tratativas de estabelecimento de um organismo de treinamento para os militares latino-americanos por parte das forças armadas dos Estados Unidos se iniciam em 1936, após o cancelamento dos contratos bilaterais, por parte dos países latino-americanos, com as potências europeias, resultado da Declaração de Solidariedade e Cooperação Interamericana. Esses esforços faziam parte da política do presidente Roosevelt para a mudança da relação entre os Estados Unidos e os países do sul do continente americano. A partir de 1941, missões militares estadunidenses são estabelecidas em todas as capitais do continente. Com a entrega de armamento através do programa de *lend-lease* norte-americano (envio de armamento obsoleto ou excessivo para os países latino-americanos), as respectivas missões militares dos Estados Unidos perceberam a necessidade de treinamento dos membros das Forças Armadas da América Latina. A mudança acontecida a partir do fim do comércio de armamentos e de treinamento entre as nações europeias e os países sul-americanos deu passo a uma substituição alentada, por parte dos Estados Unidos, dessa antiga influência. Nesse sentido, era preciso não só atualizar os exércitos latino-americanos nas questões tecnológicas, como redimensionar o ideário militar dessa porção do continente americano, procurando alinhar a cosmovisão castrense latino-americana com uma concepção modernizadora empreendida pelos Estados Unidos.

Ao longo da década de 1940 foi constituída uma série de cursos profissionais, em primeiro lugar pensados exclusivamente para militares dos Estados Unidos, na Zona do Canal do Panamá, para oferecer treinamento técnico-profissional as pares da América Latina. Em 1949, todos esses cursos se unificam, dando início a *U.S. Army Caribbean School* (USARCARIB), com sede no antigo hospital militar de *Fort Gulick*. A partir de então, para além do treinamento do pessoal norte-americano, a USARCARIB expande suas funções para treinamento tático das tropas latino-americanas, inaugurando instruções em língua espanhola. Essa abertura possibilitou um incremento no número de oficiais dos países do sul, ajudando para o rápido crescimento evidenciado na década de 1950 e definitivamente consolidado em meados dos anos 1960. A maioria dos oficiais que ali estudavam permaneceria estadunidense até 1954, quando o número de estudantes latino-americanos supera os 50%. (ORMSBEE, 1984). Rapidamente, em 1956, todas as instruções em inglês

são eliminadas, consumando a função primordial de centro de treinamento para os oficiais latino-americanos (o que não excluía militares estadunidenses de frequentarem a escola, especialmente o curso de floresta, o *U.S. Army Jungle Operations Training Center – Jungle Operations Committee*). Em 1963, a escola passa a se chamar *U.S. Army School of the Americas*.

As mudanças do centro de treinamento não seriam sentidas apenas pela alteração do seu nome. Durante a década de 1960 iniciam-se os cursos de contrainsurgência e atividades cívicas como parte integrante dos esforços estadunidenses expressados através da Aliança para o Progresso<sup>74</sup>. Como uma resposta à “ameaça comunista” na região, em 1961 se estabelece o *Counterinsurgency Committee*, agrupando todos os cursos relativos a essa matéria. Dito comitê fazia parte do Departamento de Defesa Interna (*Department of Internal Defense*), onde também se encontravam instruções relativas ao aporte das instituições castrenses ao desenvolvimento nacional.

Nesse sentido, é possível perceber que aquela distinção oferecida por Zárate na obra *El golpe después del golpe* (2003), entre um grupo desenvolvimentista e um grupo estritamente anticomunista baseado na luta armada contra o “inimigo interno” não advinha, em um princípio, de fontes discrepantes. Resta na análise de Zárate a sensação de que este último grupo teria se constituído através da influência norte-americana, enquanto os militares desenvolvimentistas seriam fruto de uma “herança militar” do ibañismo<sup>75</sup>. Embora a autora expresse que o pertencimento a um determinado grupo não excluía, via de regra, o posicionamento no outro, ela considera, de uma maneira geral, que ambos os grupos surgiram de influências distintas. Assim, fica evidente a constatação de que os cursos realizados em instituições militares estadunidenses ajudaram a formar concepções diferentes sobre o problema do “comunismo”, possibilitando aos militares uma assimilação dos conceitos ali ensinados de forma a coaduná-los com os conhecimentos adquiridos em

---

<sup>74</sup> A Aliança para o Progresso (ALPRO) foi um plano sócio-econômico desenvolvida no âmbito da política externa estadunidense durante o governo de John F. Kennedy com o objetivo de fazer frente ao subdesenvolvimento da América Latina e freiar, dessa forma, o avanço do comunismo na região. Além disso, podemos considerar que a ALPRO foi, em certa medida, uma resposta à Revolução Cubana (1959). A política externa dos EUA para a América Latina, a partir de 1961, concentraria-se no treinamento de pessoal militar, por um lado, e na ajuda financeira, por outro. Sobre o impacto da ALPRO nos partidos políticos chilenos, ver RUIZ, 2013.

<sup>75</sup> Esse conceito será explorado, com maior profundidade, no terceiro capítulo da presente dissertação. Por hora, é possível ressaltar que tais ideais se vinculavam a segunda administração do general Carlos Ibáñez del Campo, reconhecida como “populista” e de corte “desenvolvimentista”, durante a década de 1950.

território chileno, nas escolas matrizes das forças armadas do país andino. Zárate tem razão quando relativiza o papel da Doutrina de Segurança Nacional na formação de uma concepção sobre o “inimigo interno”. É preciso reconhecer que, para além da simples importação de conceitos, os oficiais já partiam para o estrangeiro com uma cosmovisão mais ou menos forjada através de sua formação na *Escuela Militar* e na *ACAGUE*. Corrobora essa hipótese o fato de que, em sua grande maioria, quando não exclusivamente, estes militares já ostentavam a patente de Major, o que os estabelece, dessa forma, na metade da carreira militar. Dessa forma, ao ingressar nos cursos oferecidos na USARCARIB ou mesmo em *Fort Sill* ou *Benning*, estes indivíduos já haviam recebido uma instrução prévia sobre a cosmovisão castrense chilena, bem como haviam convivido no seio da caserna com seus pares, subalternos e superiores, possibilitando a socialização de uma concepção sobre o grupos de esquerda que respondesse, em específico, a sua realidade nacional.

Concomitante ao treinamento de contrainsurgência, com um peso relativamente alto dentro das matérias oferecidas nos seus cursos, a USARSA passa a ministrar instruções do que se chamaram “ações cívicas” dos militares. Esses treinamentos consistiam na preparação dos membros das Forças Armadas latino-americanas para fornecer aportes aos governos locais através de ajuda em setores técnicos. Assim, cursos de operadores de construção pesada, escavadores, especialistas em manutenção de infraestrutura radiofónica, construtores de pontes, etc., passaram a ser oferecidos com o objetivo de converter estes oficiais em corpo de apoio ao desenvolvimento material de seus respectivos países.

Podemos reconhecer, portanto, que a USARCARIB/USARSA não oferecia somente um treinamento baseado na luta do inimigo interno através da contrainsurgência, mas propunha um papel auxiliar para as Forças Armadas latino-americanas. Um dos objetivos desta estratégia pode ter sido o de incentivar o contato entre a população e os membros das instituições castrenses, uma vez que tais ações cívicas eram levadas a cabo, na maioria das vezes, em lugares onde ou não havia interesse da iniciativa privada ou o Estado, como executor de benfeitorias públicas, não podia despender de recursos públicos. Talvez essas ações nos ajudem a explicar, de alguma forma, o respaldo dado pelas populações de baixa renda para o governo militar. De alguma forma, os membros da caserna, através da figura de seus oficiais, conseguiram captar e agregar alguns anseios das populações mais carentes,

oferecendo-lhes uma alternativa viável de exercício de poder<sup>76</sup>. Este era, inclusive, um dos pilares básicos da Aliança para o Progresso. Uma “revolução em liberdade”, como propunha Eduardo Frei em 1964. Uma mudança na situação dos menos favorecidos através de uma maior justiça social, sem ser impulsionada desde um ponto de vista “violento”. Cabe ressaltar que este era um dos objetivos propostos por Kennedy, logo abandonados pela administração Johnson, dentro do marco da Aliança para o Progresso: desenvolver laços mais próximos entre a população, principalmente a menos favorecida, e os militares.

Sobre isso, Frederick Nunn, no livro *The Military in Chilean History: Essays on Civil-Military Relations, 1810-1973* (1976), adverte sobre a proximidade entre a população mais carente e os membros das instituições castrenses. No seu entendimento, esse sentimento estava mais presente durante os anos precedentes ao governo da UP. Nas suas palavras:

[...] Pesquisas no campo da sociologia levadas a cabo em meados dos anos 1960 indicaram que, nesse período, as classes mais baixas seriam relativamente mais abertas a intervenção militar, formas alternativas de governo e a criação de um novo sistema político. O sentimento das classes baixas era muito mais favorável em relação ao exército do que aos Carabineros, devido ao papel de manutenção da ordem interna da polícia, e definitivamente favorável a uma ação militar para acabar com violações à Constituição. (NUNN, 1976:166)<sup>77</sup>.

Ao nos valermos das análises empreendidas por Nunn, é preciso ressaltar a diferença entre a interpretação oferecida pelo autor estadunidense e a presente nesta dissertação. Como já referido no primeiro capítulo do presente trabalho, a ideia de um corpo armado, em especial o exército, distante do cenário político e dos problemas nacionais não é corroborada a partir da análise efetuada através do *Memorial del Ejército de Chile*, seja durante os anos 1960 – estudado com muito maior cuidado por Zárate (2003) -, ou durante os primeiros anos do governo da UP – análise levada por mim a cabo durante meu trabalho de conclusão de curso (2013). Nesse sentido, é preciso discordar de Nunn, compreendendo, entretanto, o momento em que sua obra foi desenvolvida e de quais pressupostos o autor partia. Imbuído de uma visão mais institucionalizada sobre o exército chileno – fruto de sua pesquisa durante a década

---

<sup>76</sup> Para uma análise da dimensão “popular” da ditadura militar chilena, ver ZÁRATE, 2010.

<sup>77</sup> “[...] Sociological research carried out in the mid 1960s has indicated that at the time the lower classes would have been relatively amenable to military intervention, alternative forms of government, and the creation of a new political system. Lower-class sentiment was far more favorable to the army than to the Carabineros, owing to the police’s role in maintenance of internal order, and definitely favorable to military action to forestall violations of the Constitution”. (NUNN, 1976:166).

de 1960 -, Nunn não contava, provavelmente, com a totalidade das revistas ou, muito provavelmente, optou por analisá-las desde uma ótica que considerasse alguns assuntos, reconhecidos por Zárate e por mim como políticos, como textos que davam conta de responder a uma crescente demanda de profissionalização<sup>78</sup>.

Parece curioso, entretanto, que Nunn advirta sobre a importância da relevância da ajuda militar dos Estados Unidos para o Chile e ignore os programas de treinamento na zona do Canal do Panamá. Não há uma análise sobre como se tratavam estes temas. Ele é categórico ao afirmar que:

[...] durante o restante dos anos 1960, o MECH [*Memorial del Ejército de Chile*] focou-se exclusivamente em teoria geopolítica, temas puramente profissionais, relações internacionais, exploração espacial e em história militar costuraria. Um artigo sobre desenvolvimento econômico foi publicado (1967); nenhum sobre temas sociais ou políticos. (NUNN, 1976:264)<sup>79</sup>.

O argumento de Nunn é que, até meados do governo de Salvador Allende, parece não haver existido uma preocupação por parte dos militares com a situação política do país. Na sua visão, os artigos que tratam da guerrilha e enfocam sua atenção nos conflitos mais recentes nesse sentido não são uma resposta direta ao ambiente chileno, mas apenas questões “profissionais”. Ao considerarmos a sua análise como válida, estaríamos obrigados a discordar do argumento principal da obra de Zárate (2003), no sentido da existência de dois grupos, formados a partir dos anos 1960, no seio das Forças Armadas, demonstrado justamente através de artigos, não só do *Memorial del Ejército de Chile*, como de outras revistas militares. Esses artigos possuem uma carga política e econômica, refletindo concepções sobre a luta contra o comunismo diferentes, mas não excludentes.

Entretanto, a importância dos programas de treinamento fica evidente se observarmos, como nos demonstra Dujisin<sup>80</sup>, as reações no setor da esquerda com relação as ações de ajuda levadas a cabo pelos Estados Unidos:

[...] En su programa presidencial [Allende] se observa una serie de medidas ‘antiimperialistas’, entre las cuales estaba la anulación del Pacto de Asistencia Militar con EE.UU., el retiro de todos los asesores

<sup>78</sup> Sobre a temática da política em textos do *Memorial del Ejército de Chile*, ver o livro organizado por Augusto Varas e Felipe Agüero, através de uma pesquisa desenvolvida na FLACSO do Chile. (VARAS e AGÜERO, 2011).

<sup>79</sup> “[...] For the remainder of the 1960s MECH focused exclusively on geopolitical theory, purely professional matters, international relations, space exploration, and routine military history. One article appeared on economic development (1967); none was published on social or political topics”. (NUNN, 1976:264).

<sup>80</sup> DUJISIN, 2014.

de la 'Alianza para el Progreso' en Chile, y la reanudación de relaciones diplomáticas con Cuba. (DUJISIN, 2014:143).

A necessidade de término desses programas evidenciava uma preocupação com a sua funcionalidade e objetivo. Estes programas de treinamento, portanto, eram vistos como uma política norte-americana de intervenção direta na política latino-americana.

Na concepção de Nunn (1976), os militares chilenos não se preocupavam com a situação política de seu país – ou ao menos não a demonstravam através dos artigos do *Memorial del Ejército de Chile* – pela falta de formação de uma “ideologia”. Nesse sentido, as instituições castrenses teriam sido capazes de conformar, apenas, um “profissionalismo” que as permitia expressar um “conjunto de valores”. Seria especulativo de minha parte buscar as origens do conceito de ideologia de Nunn. Entretanto, ao compreender que o autor se refere a uma ideologia intervencionista, ou seja, a uma resposta institucional da caserna a desafios gerados no cenário público e “lançados” no interior do mundo militar, podemos perceber que Nunn se refere a um conceito de ideologia que significa, em suma, um ideário criado exclusivamente pelos militares chilenos, sem interferências ou intercâmbios com o mundo civil. Em suas palavras:

[...] As forças armadas [chilenas] não possuíam ideologia, diferentemente das forças armadas da Argentina, Brasil e Peru. O que aconteceu em 1970<sup>81</sup>, tão traumático como foi, não impulsionou imediatamente uma ideologia ou senso de missão no exército, ou nas forças armadas como um todo, enquanto o que aconteceu entre 1970 e 1973 obviamente impulsionou. Isso é significativo, porque pode indicar que no Chile influências externas eram muito mais importantes na formação do posicionamento político militar ou de uma ideologia militar do que foram na Argentina, Brasil ou Peru. É ainda mais significativo que essas influências externas, mescladas com o profissionalismo militar chileno, parecem ter criado um senso de missão em três anos. Não deve surpreender que esse senso de missão resultou em um eficiente, mas sanguinário, golpe de Estado e em uma atmosfera dura e repressiva após o golpe. (NUNN, 1976:265)<sup>82</sup>.

<sup>81</sup> Nunn faz referência ao assassinato do comandante-em-chefe do exército, René Schneider, pelo grupo de ultra direita *Patria y Libertad*, em uma tentativa de impedir, empurrando os militares para um golpe, a posse de Salvador Allende.

<sup>82</sup> “[...] The armed forces [chilenas] had no ideology, unlike armed forces of Argentina, Brazil and Peru. What happened in 1970, traumatic as it was, did not immediately thrust an ideology or sense of mission on the army, or on the armed forces as a whole, thought what happened between 1970 and 1973 obviously did. This is significant, for it may indicate that in Chile external influences were far more important in the formation of a military political stance or a military ideology than they have been in Argentina, Brazil, or Peru. That these external influences, when blended with Chilean military professionalism, seem to have created a sense of mission within three years is all the more significant.

Para Nunn, portanto, não é possível visualizar, antes do golpe de Estado de 1973, um “senso de missão”, ou seja, uma vontade sobre a política. Na sua análise, pretende-se demonstrar que, ao contrário do acontecido no Brasil e na Argentina, por exemplo, não foi uma sensação de dever de combate a afrontas, ou um ímpeto de “justiça” que levou aos militares a uma intervenção na política, no Chile. Assim, os militares chilenos parecem ter “reagido” a opinião pública – entendida como a portavoza da “vontade geral” – e a “influências externas”. Aqui, é preciso ressaltar que, para o autor, qualquer influência advinda fora da caserna é considerada como externa.

Sobre a questão do desenvolvimentismo, Nunn parece ignorar, ou pelo menos não o demonstra através de sua obra, a relevância da Aliança para o Progresso, ou mesmo dos treinamentos na zona do Canal do Panamá. Para ele, é Salvador Allende, com a sua política de aproximação dos militares com relação ao seu governo, quem impulsiona uma tomada de posição sobre a economia e o desenvolvimento por parte dos membros da caserna<sup>83</sup>. Essa atitude seria parte da estratégia de Allende para se sentir respaldado pelas Forças Armadas, revestindo seu mandato de legalidade e apego a Constituição. A caserna teria um papel especial dentro do governo da UP:

Antes que ele [Allende] completasse cinco meses no cargo, já havia elogiado os militares em um discurso dado em Temuco, em 2 de março de 1971. Os militares seriam uma parte integrante do desenvolvimento nacional, elas deveriam participar especificamente no desenvolvimento futuro das indústrias de cobre e ferro, energia atômica, pesquisas científicas. (NUNN, 1976:270)<sup>84</sup>.

E, por conseguinte, “[...] um civil chileno estava impulsionando uma attitude desenvolvimentista nas forças armadas (particularmente no exército) para os seus

---

That the sense of mission resulted in a very efficient but bloody golpe de estado and in a harsh and repressive atmosphere after the golpe should not be surprising”. (NUNN, 1976:265).

<sup>83</sup> Sobre a relação de Allende e os militares, desde uma perspectiva favorável a estes últimos, ver VERA, 2014. Em especial, nessa obra, reforça-se a tese de que a militarização da política, ou seja, o apelo ao apoio das Forças Armadas para o reforço da legitimidade constitucional dos governos civis, causou uma politização dos militares. Como podemos observar: “Para este libro la relación de Allende y los militares fue mucho más compleja que la simple contraposición entre un gobierno revolucionario y unos militares anticomunistas. Es que hay que tomar aspectos en los cuales los militares eran tocados en su fibra nacionalista y popular, también en cómo ellos ese habían erigido, lentamente, en los ‘árbitros’ de la política chilena, en una costumbre que se antecedió a la Guerra Civil de 1891. [...] Tengamos en cuenta esta idea del arbitraje de los militares, porque no obstante hay componentes internos del pensamiento castrense (parecidos a los de Argentina por ejemplo) fue una idea que emergió del ámbito civil para reforzar sus propios postulados y objetivos, tratando de forzar los procesos”. (VERA, 2014:11).

<sup>84</sup> “Before he [Allende] had been five months in office he had praised the military in a speech delivered in Temuco on March 2, 1971. The military was to be an integral part of national development; specifically, it should participate in future development of copper and steel industries, atomic energy, scientific research”. (NUNN, 1976:270).

próprios propósitos, imaginando que poderia controlar tal espírito”. (NUNN, 1976:271)<sup>85</sup>.

A maioria dos autores consultados concorda sobre a importância da Aliança para o Progresso e seus programas vinculados como um elemento de incremento na política militar dos Estados Unidos para a América Latina. Esse programa se constituiria na “alternativa” frente a revolução comunista:

[...] el gobierno de Kennedy inició una ofensiva contrarrevolucionaria. [...] contempló la creación de la Alianza para el Progreso, [...] con el objetivo real de evitar explosiones revolucionarias similares a la cubana. (HELLER, 1977:s/p).

Nesse sentido, Lowenthal<sup>86</sup> propõe que:

La Alianza para el Progreso reflejaba una nueva manera de entender la naturaleza del desafío al liderazgo estadounidense en América Latina. Los arquitectos del proyecto reconocían el potencial revolucionario que conllevaban la extrema pobreza y la desigualdad, y que se acrecentaba por la represión autoritaria; asimismo, apoyaban el desarrollo económico y la reforma social como alternativas a la revolución [...]. (LOWENTHAL, 2010:560).

Dujisin afirma que:

La expresión de la nueva política latinoamericana fue por una parte la ‘Alianza para el Progreso’, un programa de apoyo económico creado específicamente como una manera de evitar nuevos estallidos revolucionarios [...]. Por otra parte, se implementa la doctrina de la Seguridad Nacional, que no era otra cosa que la expresión militarizada de la seguridad y que ‘ofrecía una imagen decididamente apocalíptica’. En ese contexto los ejércitos latinoamericanos pasan a tener un rol cada vez más relevante. La doctrina del ‘enemigo interno’ y la ‘teoría de contrainsurgencia’, instalada por EE.UU. que incluyó la formación de militares y que allanó el camino para la construcción de lazos entre las distintas fuerzas militares del continente y Estados Unidos. Adoctrinamiento que robusteció la visión anticomunista en los ejércitos de la región. (DUJISIN, 2014:141).

O presidente Kennedy utiliza como meio de pressão, durante o início da década de 1960, a política de reconhecimento dos governos. Em sua perspectiva, as ditaduras militares que começavam a se instalar na região não faziam outra coisa senão favorecer “un clima propicio a la penetración comunista” na América Latina. A Aliança para o Progresso seria a alternativa viável de concretização de uma política contra a expansão comunista, propugnando um “revolução pacífica e positiva” com o objetivo de reestruturar as relações econômicas e sociais no continente. Entretanto, no seu

---

<sup>85</sup> “[...] a Chilean civilian was infusing a developmentalist attitude into the armed forces (particularly the army) for his own purposes, thinking he could control that spirit”. (NUNN, 1976:271).

<sup>86</sup> LOWENTHAL, 2010.

conjunto, a política norte-americana não respondeu a imagem construída por Kennedy, caracterizando-se “por una aparente incoherencia y falta de continuidad en la medida de que fue formulada sobre la base de un análisis casuístico”. (HELLER, 1973:s/p).

A partir de 1963, observa-se uma mudança na atitude do governo dos Estados Unidos, principalmente com relação aos militares. Na visão de Heller, “queda claro que Estados Unidos revalorizó el papel de los militares en América Latina”. (HELLER, 1973: s/p). Nesse sentido, não havia contradição:

Washington no fundamento su política sobre la base de un gran principio de ‘democratización regional’ que pudo haber sido apoyada por presiones más efectivas que las utilizadas, sino que siguió una política de ‘caso por caso’, en función de sus intereses y necesidad bilaterales. (HELLER, 1973:s/p).

A partir da revolução cubana, há uma redefinição da natureza dos programas de ajuda. Assim:

[...] la noción tradicional de seguridad hemisférica fue sustituida por la de seguridad intercontinental que significaba que la amenaza de agresión podía venir del interior mismo de un país de América Latina y no necesariamente del exterior. [...] Estados Unidos adoptó una política militar de apoyo a las acciones de contrainsurgencia y de acción cívica que perseguían como objetivo proveer un margen de seguridad interna para la aplicación eficaz de los programas de la ALPRO. (HELLER, 1973:s/p).

Em um primeiro aspecto, a partir de 1962, começaram a se ensinar os cursos de luta antiguerilha, guerra psicológica e propaganda. Por outro lado, a criação de programas de “ação cívica” tinha como objetivo:

[...] modificar la imagen poco popular de los militares en seno de la sociedad latinoamericana”. [...] [os militares] podían ser estimulados a participar en transformación económica y social, participando en actividades tales como construcción de carreteras, escuelas, vivienda, así como de asistencia médica en zonas rurales poco comunicadas y abandonadas. [...] De esta manera, las fuerzas armadas desempeñarían un papel fundamental en el ‘proceso de modernización’ facilitado por su acceso a la información sobre todos los problemas internos así como por un estrecho contacto con la sociedad civil. (HELLER, 1973:s/p).

Os cursos da USARSA/USARCARIB não ficariam livres de críticas. O foco na luta contrarrevolucionária, a perspectiva de aporte no desenvolvimento da economia, o impulso a criação de um sentimento de “superioridade” com relação ao meio civil ajudariam a consolidar, a partir dos anos 1970, uma visão sobre a instituição com a “escola de ditadores”.

Em artigo de 1968, publicado na revista do *Partido Comunista Revolucionario* do Chile, Róbinson Rojas denuncia a interferência norte-americana no Chile através das Forças Armadas. Essa não seria a primeira vez que Rojas versaria sobre a intervenção dos Estados Unidos<sup>87</sup>.

O autor inicia seu artigo oferecendo um panorama interessante sobre o papel das Forças Armadas no concerto da democracia representativa:

Un examen de la penetración norteamericana en Chile, es decir, el grado de influencia y de control de los diversos mecanismos que hacen funcionar lo que se llama nuestra 'democracia representativa', sería incompleto si no se intentara analizar un sector clave de la estructura que apuntala el actual sistema político chileno: las fuerzas armadas. (ROJAS, 1968:s/p).

Podemos observar que o autor está orientado por pressupostos básicos do marxismo-leninismo: a “democracia representativa” é um farsa, por isso está entre aspas; subsistem, no sistema chileno da época, “estruturas” – aparatos de Estado, na concepção de Althusser – que se sobressaem – essa é a acepção de “apuntar” neste caso – no sistema político. As Forças Armadas são, portanto, um ator importante para a sustentação da “democracia representativa”.

As instituições armadas chilenas estariam revestidas do ideário norte-americano:

[...] en su manifestación general [das Forças Armadas], es decir, en las líneas generales que sirven a la estrategia latinoamericana del imperialismo norteamericano, las huellas son claras, precisas, y, algunas veces, bordean el descaro en su acción. (ROJAS, 1968:s/p).

As sequelas poderiam ser vistas em muitos aspectos formativos da caserna. Em especial, Rojas recorre a mensagem presidencial de 1967, com o intuito de denunciar as atividades da *Escuela de Paracaidistas y Fuerzas Especiales*, criada por Eduardo Frei:

[...] estas 'fuerzas especiales' son más conocidas como los 'boinas negras', réplica nativa de los 'boinas verdes', tropas de comando norteamericano expertos en el arte de asesinar civiles sospechosos de ser comunistas revolucionarios en cualquier parte del mundo. (ROJAS, 1968:s/p).

A escola havia sido criada 1965 com o objetivo de oferecer treinamento adicional aos militares nos métodos de combate contrainsurgência. Rojas denuncia que, no ano de 1967, após uma instrução na zona do Canal do Panamá durante um

---

<sup>87</sup> Em 1965, através de um livro publicado pela editora *Punto Final*, Rojas expunha os planos de “dominação” estadunidenses. Ver ROJAS, 1965.

mês, uma turma de oficiais teria como requisito cumprir cursos da *Escuela de Paracaidistas y Fuerzas Especiales*.

Na sua visão, todos os institutos militares estariam atravessados por uma concepção estadunidense, alinhados com a estratégia de combate ao inimigo interno. Ressalta, por exemplo, que a *Escuela Militar*, cujo diretor – em 1967 – era René Schneider (que também havia cursado instruções em instituições militares dos Estados Unidos, em *Fort Benning*), contava com uma turma de cadetes recém formados em um novo modelo de ensino. Tal inovação consistia na realização de estudos na zona do Canal do Panamá e a exigência de cumprimento dos cursos de Forças Especiais. Estes cadetes: “Fueron a la llamada ‘Escuela de las Américas’, que es una escuela militar del ejército de los Estados Unidos, bajo mando del Comando Sur del ejército yanqui. El sitio preciso es el fuerte Gulick”. (ROJAS, 1968:s/p).

O principal objetivo deste treinamento consistiria em ensinar a “filosofia de vida” dos Estados Unidos aos militares chilenos. A instrução teria como objetivo a conscientização dos membros da caserna latino-americana, utilizando-se como fachada o programa de *lend-lease* previsto no Tratado Interamericano de Assistência Recíproca (1947).

O treinamento contra guerrilhas seria a principal contribuição norte-americana, segundo o autor, para o combate aos grupos de “libertação nacional” da América Latina. Os instrutores são veteranos de guerra do Vietnã. A intenção destes cursos é preparar o “espírito de matar” dos militares latino-americanos: “Es frecuente que, para preparar el ‘espíritu de matar’ de los futuros guardianes del orden contrainsurreccional se haga práctica de matar con bayoneta y cuchillo contra blancos vivos (en especial perros o pequeños monos)”. (ROJAS, 1968:s/p).

Parte dessa prática seria destinada a uma instrução ideológica, dirigida, em especial, para o combate ao comunismo:

[...] se introduce en las mentes de los entrenados la imagen de que se preparan para luchar contra ‘gente perversa’, ‘verdaderos diablos’, y por ser diablos, entonces de color rojo; y por rojos, comunistas, y por comunistas, miembros de un ejército de liberación. (ROJAS, 1968:s/p).

Podemos observar, neste trecho, a utilização, por parte do autor, de uma linguagem própria dos grupos de extrema direita, ferrenhos anticomunistas, os quais propugnavam que os comunistas seriam “inimigos internos” dirigidos pelo comunismo internacional desde Moscou, “agitadores sociais”, revolucionários “profissionais”, adeptos do “flagelo” latino-americano.

A estratégia de “dominação ideológica” seria a melhor a ser empenhada pelos Estados Unidos com o fim de submeter a seus desígnios os militares da América Latina:

[...] el mejor método [para dominar um exército “amigo”] es el ‘integral’, es decir, el de crear primero la dependencia material del ejército latinoamericano, y, en seguida, crear la dependencia ideológica. [...] se trata de una ‘penetración total’, de una especie de transfusión de sangre ideológica. (ROJAS, 1968:s/p).

Por último, com o objetivo de demonstrar a penetração total nas Forças Armadas chilenas, Rojas cita diversos artigos de jornais – nacionais e estrangeiros – que dão conta de evidenciar o trânsito de oficiais com direção aos Estados Unidos.

Na ótica de Ormsbee, esse tipo de denúncia expõe uma determinada estratégia dos opositores comunistas. O autor ressalta que, durante décadas, a USARSA sofreu críticas, principalmente de setores “comunistas, esquerdistas e nacionalistas”, que enxergavam a escola como “uma ‘fortaleza Yankee’ impenetrável na América Latina”. (ORMSBEE, 1984:85). Além disso, também expõe que alguns setores, principalmente da esquerda, acreditavam que os militares que recebiam treinamentos na zona do Canal do Panamá se tornavam mais propensos à instauração de “fortes ditaduras”.

Em especial, as críticas se concentravam sobre o curso de contrainsurgência. Na visão de Ormsbee:

[...] foi desenvolvido um curso de táticas e técnicas de contrainsurgência, em resposta ao program de operações de insurgência comunista na América Latina lançado por Fidel Castro em Cuba. Concebido para construir estabilidade interna e combater insurreições inspiradas ou apoiadas pelo comunismo, os beneficios do curso disseminaram-se pelas Forças Armadas latino-americanas, não obstante foi o alvo principal de alguns civis, os quais se contraporam ao ensino de contrainsurgência (ORMSBEE, 1984:84-85)<sup>88</sup>.

As reações a estes cursos, portanto, são consideradas pelo autor como indicativos de sua eficiência. O impacto da USARSA na América Latina seria muito maior do que o alcançado pela Aliança para o Progresso. Assim, através dos militares que haviam recebido treinamento ali, foi possível “erigir uma impenetrável barreira em

---

<sup>88</sup> “[...] a course in tactics and techniques of counterinsurgency operations, including civic action, which was developed in response to the communist Latin American insurgency program launched by Fidel Castro from Cuba. Designed to build internal stability and counteract communist inspired or supported insurrections, the benefits of the course had been disseminated throughout the armed forces of Latin America, notwithstanding it having been a prime target of some civilians who objected to the teaching of counterinsurgency”. (ORMSBEE, 1984:85-86).

frente dos planos comunistas para tomar rapidamente a América Latina”. (DUBOIS *apud* ORMSBEE, 1984:86).

Várias mudanças ocorreriam na escola durante a década de 1970, incluindo o encerramento de alguns cursos de contrainsurgência. Muitas dessas alterações foram influenciadas pelo impacto negativo das denúncias do deputado democrata Michael Harrington, em 1975. Foi a denúncia do caso do Chile, nesse sentido, que disparou uma onda de críticas no Congresso norte-americano contra os cursos oferecidos pela USARSA.

Em 1977, o presidente Jimmy Carter anuncia, durante uma reunião da Organização dos Estados Americanos, no mês de setembro, a conclusão das negociações para a assinatura de um novo tratado com o governo do Panamá – o primeiro tratado bilateral entre ambos países havia sido firmado em 1903, dando um controle total ao governo dos Estados Unidos para desenvolver atividades na zona do Canal. Entre as cláusulas assinadas pelo presidente democrata, encontrava-se a previsão de encerramento das atividades da USARSA em território panamenho e sua consequente transferência, a partir de 1984, para *Fort Benning*, território estadunidense – a menos que os dois governos entrassem em um novo acordo sobre a concessão da área do Canal, o que nunca ocorreu. Carter felicitava o acordo, em 7 de setembro de 1977, em uma cerimônia na Casa Branca. A cerimônia ocorreria um dia depois de que ele recebesse o general Augusto Pinochet.

Em uma conferência de imprensa oferecida no dia 6 de setembro de 1977, Carter ressalta os aspectos mais importantes de sua conversa com o ditador. Reafirma sua preocupação com a questão dos direitos humanos e sua posição quanto aos observadores internacionais. Naquele mesmo dia, Carter havia se reunido com outros líderes latino-americanos, muito provavelmente aproveitando a reunião da OEA para realizar aproximações diplomáticas.

Em meados de 1977, as relações entre os Estados Unidos e o Chile já se encontravam estremeçadas. A suspensão do IMET e, conseqüentemente, a paralisação no programa de *lend-lease* faziam com o que governo de Pinochet não reconhecesse em Carter um aliado na luta contra o comunismo. Provavelmente, a assinatura do tratado – que interferia, também, nos interesses do governo chileno de retomada das instruções de seus militares por instituições norte-americanas – não foi recebida de uma maneira favorável por parte da delegação chilena. O fato é que a

década de 1970, especialmente durante a administração de Carter, reconfigura-se a política externa dos Estados Unidos com relação à América Latina.

Em que medida podemos generalizar tais observações? Através do estudo realizado por Verónica Valdivia Ortiz de Zárate sobre a oficialidade da década de 1960, contido no livro *El golpe después del golpe* (2003), é possível traçar alguns paralelos entre a análise empreendida pela historiadora e a presente investigação.

A historiadora chilena reconhece que, em meados da década de 1960 existem, de uma maneira geral, dois grupos no interior do exército. O primeiro deles, buscando inspiração nos militares desenvolvimentistas da década de 1920, estaria preocupado com o subdesenvolvimento do Chile, atrelando o atraso econômico do país a uma crescente deficiência no campo da defesa. A pobreza material permitiria a expansão de “ideários estrangeiros”, facilitando a ação dos “agitadores sociais” e permitindo a criação de um cenário fértil para a “revolução marxista”. Na visão deste grupo, o combate ao marxismo deveria ser travado, prioritariamente, no campo da política e, em especial, no combate ao subdesenvolvimento. Na opinião de Zárate (2003), estes militares se identificavam com a corrente ibañista da política, elevando as Forças Armadas a um patamar de “impulsora” do desenvolvimento econômico.

Por outro lado, sem a existência de uma oposição sistemática entre os grupos, existiam oficiais preocupados especificamente com a lógica da Guerra Fria. Neste sentido, estes militares se sentiam inseridos no conflito entre o “totalitarismo soviético” contra o “mundo livre”. Através dos acordos militares idealizados pelos Estados Unidos, na busca de uma uniformidade ideológica das Forças Armadas latino-americanas, tratou-se de preparar estes militares:

[...] para la defensa continental y la seguridad interior de cada país, entregándoles la misión de mantener la unidad nacional ante cualquier peligro de disgregación. Los conceptos que deberían dominar el pensamiento militar latinoamericano serían los de nación-Estado, unidad nacional, poder nacional, geopolítica, guerra contrasubversiva. (ZÁRATE, 2003:27).

A cosmovisão castrense, em especial no Chile, considerava, naquele momento, a violência como intrínseca ao homem. Entretanto, a possível agressão seria cometida pela União Soviética, quando não de forma direta, através dos partidos marxistas que, nesse sentido, converteram-se na imagem perfeita do “inimigo interno”. Este grupo, portanto, enfocou-se no estudo da doutrina marxista e na elaboração de um conjunto

de escritos destinados a compreender o acionar dos “subversivos”, atentos as diferenças entre os grupos de esquerda e preocupados com o “terrorismo”.

Esses postulados foram reforçados através do treinamento em instituições militares nos Estados Unidos ou ao seu encargo, como na Zona do Canal do Panamá. Zárate (2003) afirma que, até 1975, 71.651 oficiais de países latino-americanos estudaram em cursos realizados pelas Forças Armadas dos EUA. Foi durante a administração de Kennedy que se desenvolveu a “resposta flexível”, ou seja, um enfrentamento contra a URSS não no campo militar, entretanto no espectro ideológico. Nesse sentido, a partir de 1963, observa-se um incremento no número de oficiais latino-americanos treinados nos centros controlados pelos EUA.

No caso específico do Chile, esses números começam a aumentar em meados de 1964. Segundo Zárate (2003), entre os anos de 1950 e 1965, 2.613 oficiais chilenos estudaram em instituições coordenadas pelos EUA, sendo 2.064 em território norte-americano e 549 na Zona do Canal do Panamá. Essa situação se inverte a partir de 1966. Até 1975, uma média anual de 180 oficiais recebiam instruções em centros estrangeiros dirigidos pelos Estados Unidos.

O treinamento a nível internacional proporcionava uma visão de conjunto a estes militares, uma vez que estudavam com indivíduos de todos os países americanos. É possível imaginar, dentro da lógica daquele momento, que estes oficiais, uma vez regressados do período de instrução no estrangeiro, convertiam-se em uma “atração” para a caserna. Conformavam-se, possivelmente, em uma espécie de “elite”, difundindo os conhecimentos e moldando o pensamento dos demais colegas.

Nessa modalidade de treinamento militar, recebida através do TIAR, por meio do *International Military Education and Training Program* (IMET), seja na zona do Canal do Panamá – USARCARIB/USARSA – ou em centros militares no território estadunidense – *Fort Sill/Fort Benning*/Colegio Interamericano de Defesa – entra em declínio a partir de 1975 e é interrompida a partir de 1977.

A administração do democrata Jimmy Carter (1977-1981) inaugurará um novo período no âmbito da educação militar entre os Estados Unidos e o Chile. Depois da divulgação das ações encobertas desenvolvidas no Chile durante o período de 1963-1973 pelo Senado dos Estados Unidos, a situação de todos os países latino-americanos passa por uma revisão. Enfrentando acusações de violação dos direitos

humanos, países como o Brasil (1977) e a Argentina (1978) deixam os programas de treinamento militar realizados através do IMET.

Entretanto, essa mudança de atitude por parte dos EUA não viria sozinha; em contraposição a atitude crítica dos Estados Unidos, a URSS veria sua influência incrementada na região, se não direta, indiretamente. Alguns países latino-americanos, principalmente aqueles dirigidos por regimes militares, buscaram, ao longo da década de 1970, uma maior independência no cenário internacional com relação aos Estados Unidos. A Argentina, por exemplo, fez da União Soviética sua maior parceira comercial, enquanto a questão das Malvinas colocaria fim a uma era de relações entre o país do norte e a pátria portenha.

No caso brasileiro, o distanciamento é iniciado com afronta ao Tratado de Não Proliferação de Armas Nucleares, SALT (*Strategic Arms Limitation Talks*), em sua fase de revisão, iniciada no período de Nixon e concluída por Carter em 1979. Na busca de uma alternativa energética, o Brasil assina os acordos para a construção das usinas nucleares de Angra dos Reis. São esses acordos que levam a exclusão do Brasil dos programas previstos pelo IMET.

O governo de Jimmy Carter buscou uma mudança de posicionamento com relação aos governos militares na América Latina e suas posições reticentes sobre as violações dos direitos humanos. Iniciativas do Congresso dos Estados Unidos, somadas a uma política de sanção do governo Carter ajudaram a reduzir o peso dos EUA no cenário militar latino-americano.

Essas situações não escapariam ao olhar dos militares chilenos. Em 1978 é publicada uma carta do Coronel da reserva Victor Chaves Dailhe, através do *Memorial del Ejército de Chile*, direcionada ao presidente norte-americano<sup>89</sup>. Renova-se, mais uma vez, a estratégia dos militares chilenos de recorrer ao oficial da reserva para expressar seu descontentamento.

O texto do coronel inicia com um alerta para o presidente dos Estados Unidos. O militar estima conveniente enviar a carta para “[...] ofrecerle algún cuadro objetivo de la situación pre-bélica que enfrenta hoy día la nación norteamericana en este instante crucial de su historia”. (DAILHE, 1978a:43). Em seguida, o oficial reclama que a “posição significativa e influente” do Chile não fora “devidamente valorizada pelos

---

<sup>89</sup> Dailhe enviaria uma segunda carta ao presidente Carter, no mesmo ano. Ver DAILHE, 1978b.

governantes e legisladores dos Estados Unidos”. E assim, expõe seu descontentamento com a atitude do congresso norte-americano:

[...] Tal vez por desinformación, o información distorsionada, de la realidad chilena o por prejuicio, se está incurriendo en el error psicológico de juzgar al Gobierno militar por presunta infracción a los derechos humano, mientras se *atropellan* flagrantemente esos derechos en otras partes del mundo y no se establece un precedente, de carácter general, sobre la materia. (DAILHE, 1978a:43).

A importância do Chile, no concerto do hemisfério ocidental – o autor está se valendo de um linguajar pouco utilizado nos textos do *Memorial del Ejército de Chile*, mas caro ao discurso do governo dos Estados Unidos – reside em sua posição estratégica. Assim, “resulta inexplicable que norteamericanos de influencia dirigente en su país, ignoren que Chile —geográficamente hablando— constituye el CERROJO de las comunicaciones marítimas” do Pacífico e do Atlântico. Nesse sentido: “[...] es más inexplicable y contradictoria esta conducta, cuando se niega ayuda militar y prohíbe el otorgamiento de créditos a un aliado útil de USA”. (DAILHE, 1978a:44).

Em seguida, o autor lembra que é uma obrigação dos Estados Unidos a prestação de armamentos e a destinação de recursos para a modernização das Forças Armadas latino-americanas, cláusulas previstas no Tratado de Assistência Recíproca de 1947. Com o intuito de recordar aos governantes norte-americanos sobre a tomada de posição durante 1973, Dailhe recorda:

Por la actitud de USA, se ve muy bien cuan profundo y fatal es el desconocimiento que existe sobre la realidad chilena en las altas esferas de Washington, donde no se mide la transcendencia con caracteres de catástrofe histórica que habría tenido la caída de Chile bajo la hegemonía de una potencia extracontinental, y su secuela inevitable: la de convertirse en una segunda Cuba, con bases navales y aéreas soviéticas en las regiones sur y austral [...]. De haberse materializado esta hipótesis, el *sándwich rojo* o, en otras palabras, los brazos de la proyectada TENAZA CUBA – CHILE, habrían aprisionado, irremediabilmente, a los países americanos, amagando así la seguridad del continente y el destino mismo de Norteamérica. (DAILHE, 1978a:44).

Como podemos ler através deste trecho, o oficial da reserva pretende relembrar a participação do Chile na guerra contra o “inimigo vermelho”, impedindo que o país se constituísse em uma “segunda Cuba”, assegurando, dessa forma, não somente a “liberdade” dos chilenos, mas, sobretudo, a segurança dos estadunidenses.

Em seguida, o autor faz uma série de considerações sobre a União Soviética, seu “destino manifesto” de expansionismo através da teoria da “Ilha do mundo” de Mackinder, sobre a população russa e o seu espírito revolucionário e, enfim, pretende

demonstrar que a política de distensão – e o pretense período de “paz” que se vive – levada a cabo pelos Estados Unidos, e o seu conseqüente entendimento de que algumas ações governamentais no sentido de manutenção da segurança hemisférica deveriam ser paralisadas, constituíram-se em armas de fortalecimento do poderio soviético. Este último saberia se aproveitar dessa crença na “paz”, para promover a subversão e o comunismo em território latino-americano. Assim:

Diríase que la III Guerra Mundial ha comenzado y, sin embargo, muchos norteamericanos parecen ignorarla. La política de ‘Distensión’ ha traído como consecuencia la retirada de USA del escenario principal, y el avance de MOSCOVIA. (DAILHE, 1978a:47).

Essa não é uma guerra tradicional:

[...] sino una *guerra posesional e ideológica*, en la que se enfrentan dos filosofías, dos concepciones de vida diametralmente opuestas y cuyo objetivo es ganar *zonas de apresto*, empezando por las ‘mentes y las voluntades de los hombres. (DAILHE, 1978a:47).

A guerra está sendo travada, portanto, por todos os países e, quando negada a ajuda por parte dos Estados Unidos, sai indefeso o Hemisfério Ocidental. Mesmo passando por “dificuldades” e sofrendo com “caluniadoras críticas e malévolas campanhas” dos grupos extremistas, as Forças Armadas chilenas seguem cumprindo com o seu compromisso. Mais do que reciprocidade, os Estados Unidos devem lembrar-se que “durante la II Guerra Mundial el país [Chile] volcó la totalidad de sus recursos alimenticios y materiales estratégicos en pro del esfuerzo bélico de USA”. (DAILHE, 1978a:50). É preciso recordar que a União Soviética adota métodos de infiltração ideológica e material, “estimulando” conflitos regionais e revivendo “antiguos sentimientos revanchistas” e estimulando conflitos limítrofes para alterar a convivência pacífica entre os países vizinhos. É possível observar que o coronel faz referência as animosidades entre o Chile e a Argentina – país que via, nesses momentos, cada vez mais incrementado o papel da União Soviética como parceiro comercial.

A carta tem uma intenção específica: demonstrar o papel dos Estados Unidos como um parceiro fundamental na manutenção da segurança hemisférica. Sobretudo, a “denúncia” por parte do coronel pretende relembrar os laços estreitados entre o governo dos Estados Unidos e o Chile, chamando a atenção para os momentos em que o país andino acudiu, sem maiores hesitações, aos pedidos do irmão do norte.

Ao longo deste capítulo observamos como a instrução nos Estados Unidos, ou mesmo a ajuda material recebida através do programa de *lend-lease*, configuraram-

se como pilares fundamentais no entendimento dos oficiais. Foi possível observar que, traçando um perfil preliminar dos membros da caserna, dos quais foi possível ter acesso a informações através dos KARDEX, a instrução em institutos militares dos Estados Unidos se constituiu como um fundamento base na formação dos mesmos, principalmente durante ou após os estudos de Estado Maior na *ACAGUE*. A complementação da formação esteve a cargo da *Escuela de Paracaidistas y Fuerzas Especiales* do Chile. Foi possível observar, ainda, uma profícua atividade acadêmica, fator que refletiu nos textos selecionados ou na participação no corpo editorial do *Memorial del Ejército de Chile*.

#### 4 PARA SALVAR O ESTADO DE SUA MORTE IMINENTE: ELEMENTOS DISCURSIVOS DO PROJETO *REFUNDACIONAL* ATRAVÉS DO *MEMORIAL DEL EJÉRCITO DE CHILE*

Até aqui, tentei demonstrar de que forma os artigos publicados através da revista *Memorial del Ejército de Chile* se constituíram como uma “trama argumentativa” da oficialidade. Busquei expor como essa argumentação se sustentava a partir de uma determinada cultura política da oficialidade. O conjunto de militares analisados representam, pois, um corpo treinado de uma maneira mais ou menos homogênea por meio da *Academia de Guerra*, permitindo o surgimento de um pensamento político de acordo com princípios básicos idealizados pelo Alto Comando e que respondia, em certa medida, aos anseios daquele grupo. Isso implica em dizer que essa oficialidade construía laços com uma visão sobre o mundo político existente antes mesmo do golpe de Estado de 1973, o que nos permite sustentar, ainda, que tal visão precisou se ajustar a realidade político-social dos anos do regime militar, período em que algumas ideias foram mais acentuadas e outras menos valorizadas.

Na introdução de *El golpe después del golpe*, Verónica Valdivia Ortiz de Zárate (2003) propõe uma visão que se concentra, justamente, na continuidade do pensamento dessa oficialidade com um período histórico anterior ao golpe de Estado, remontando a um ideário construído a partir da década de 1930 e comumente conhecido como “ibañismo”. É preciso que nos debruçemos, ainda que de maneira mais rápida, sobre este tema para compreendermos em que medida tais prerrogativas faziam parte do pensamento da oficialidade.

O ibañismo foi um movimento político chileno iniciado na década de 1930, grosseiramente apontado como “populismo”, tendo alcançado seu desenvolvimento pleno durante a segunda administração do general Carlos Ibáñez del Campo, durante a década de 1950. O experiente general já havia participado da derrubada do regime parlamentarista, durante as revoltas da década de 1920. Foi um dos promotores da promulgação da Constituição de 1925. Oriundo de uma primeira geração de militares formados através da marca do “prussianismo”, Ibáñez ocupava, em 1925, o cargo de Ministro da Guerra. Ibáñez, chefe militar do movimento de 1924 – assim como Pinochet, após a transição, em 1990 – ocupa o cargo de Ministro do Interior e Comandante-em-chefe dos *Carabineros*, o que lhe confere uma importância decisiva

nas decisões de governo, devido as grandes dificuldades então impostas. Em 1927, em uma eleição onde somente ele era candidato, obtêm 98% dos votos.

O primeiro governo de Ibáñez levou a cabo uma perseguição sistemática dos seus opositores e, ao mesmo tempo, procurou “modernizar” o país criando diversas instituições, como o corpo de *Carabineros* (instituição policial independente do exército, semelhante à Polícia Militar no Brasil) e a Força Aérea chilena. Terminou com a chamada reação civilista, em 1932. O fim do primeiro mandato de Ibáñez encerra uma etapa de relações cívico-militares no Chile, inaugurando um período, caracterizado por Varas e Agüero (2011) como constitucionalismo formal. Essa etapa é importante porque pressupõe um desenvolvimento apartado das instituições armadas de uma política direta de defesa por parte dos governos civis.

Afastado do cenário político até meados da década de 1940, Ibáñez detêm certo prestígio político entre o centro e alguns setores da esquerda. Durante esta década, o general formará sua agremiação, o *Partido Agrario Laborista* e partirá para as disputas presidenciais. O cenário politicamente fragilizado da direita e os problemas apresentados por um governo de centro liderado por González Videla permitirão que o agora rotulado “populista” Ibáñez vença as eleições de 1952. Com uma proposta de cunho esquerdista, mas altamente revestida de uma crítica ao comunismo, Ibáñez exerce influência em alguns círculos militares.

Em especial, essa simpatia era advinda de uma fusão, propiciada por Ibáñez, de diversas correntes nacionalistas, com um projeto definido de “revolução do trabalho”, uma espécie de trabalhismo embasado em uma visão keynesiana de pleno emprego. A proposta do general se apresentava como uma contraposição ao cenário caótico da política chilena, revestindo-se como alternativa tanto ao capitalismo liberal como ao marxismo. O movimento ibañista da década de 1950 contou, inclusive, com o apoio de grupos de esquerda mais moderada, como do *Partido Socialista Popular*, agremiação que continha elementos latino-americanistas, anti-imperialista e autoritários. Salvador Allende fazia parte desse grupo, mas retirou-se do partido por não concordar com as políticas de Ibáñez.

Durante a eleição, o general recorreu a um imaginário político típico das décadas de 1950 e 1960: seu símbolo era uma vassoura, usada para “varrer” a “*politiquería*”. Uma das ideias principais de Ibáñez era conseguir um crescimento econômico com um “sentido nacional” e conquistado através da utilização das “forças vivas” do país. (ARAYA, 2012:215).

As ideias de Ibáñez encontrariam respaldo em grupos políticos diversos. Seu nacionalismo atingiria adeptos em todo o espectro político chileno. Algumas figuras, futuros defensores e participantes do regime militar iniciado em 1973, fariam uma defesa desse tipo de posicionamento, encontrando nele uma saída para a constante “crise” que identificavam na sociedade andina.

É o caso do grupo concentrado ao redor da revista *Estanquero*. Seu nome já sugere sua vinculação política. Durante os inícios da república chilena, em meados da década de 1820, o grupo defensor de um governo centralizador e autoritário, com um marcado acento conservador e hierarquizante da sociedade, concentrados na figura de Diego Portales, autoproclamavam-se *estanqueros*. Ibáñez surge então como uma alternativa para a concretização de uma série de medidas que visavam “la defensa de los valores nacionales, el orden, la jerarquia y la disciplina necesaria para la consecución de los objetivos ‘regeneradores’ de la sociedad chilena”. (ARAYA, 2012:216).

Jorge Pratt, conhecido político durante o regime militar, via em Ibáñez a possibilidade de instaurar a forma de “corporativismo autoritário” por ele pensada. Pratt participaria do governo do general, nos primeiros anos de mandato, em funções relacionadas à economia. Representante de uma direita política conservadora e nacionalista, Pratt seria um dos expoentes deste grupo que se concentravam, em especial, nas organizações gremiais aglutinadas na *Corporación de la Producción y el Comercio*. O pensamento dessas instituições convergia, de tal forma que:

Se pensaba entonces que, más allá de la difícil situación económica, el empeoramiento general de la calidad de vida de los sectores populares o las tensiones suscitadas en torno a las presiones sectoriales de los trabajadores organizados, el comunismo, en la clandestinidad, era el instigador general de este tipo de movimientos, tendientes como siempre a la desestabilización del régimen de gobierno y del orden social. (ARAYA, 2012:220).

Segundo Zárate (2003), as Forças Armadas contavam, em 1973, com o embasamento doutrinário do ibañismo. Durante os anos 1920, o governo do general Ibáñez buscou um papel mais acentuado do Estado, uma organização sindical controlada pelo governo e uma ampliação dos direitos sociais das classes mais desfavorecidas. Após a queda do militar, em 1931, acreditou-se que sua influência nas Forças Armadas desaparecera. Entretanto, na concepção da historiadora chilena, o militar foi o “encarnador de un estadio del pensamiento militar”. (ZÁRATE, 2003:17). Ela argumenta que diversos complôs militares tinham inspiração do general, como a

conspiração “de las patitas de chanco” (1948) e o movimento *Línea Recta* (1955). Os oficiais aglomerados em torno do ex-ditador pretendiam:

[...] reponer un ejecutivo fuerte, neutralizando la injerencia de los partidos en la gestión gubernamental, y devolver al movimiento obrero su ‘naturaleza reivindicativa’ (gremialista), apartándolo de la influencia partidaria. Es cierto que la oficialidad era crítica de la situación política, pero ella aludía al peso de los partidos, al entramamiento de la maquinaria estatal, producto, a su entender, de la presión de grupos sectoriales que anteponían sus intereses al nacional. En otros palabras, antipartidismo, anticomunismo y ansias de eficiencia gubernativa. (ZÁRATE, 2003:18).

O ibañismo era, portanto, “la añoranza castrense por un gobierno fuerte y eficiente, que despreciaba a los políticos y prefería a los tecnócratas, que valorizaba la función económica del Estado”. (ZÁRATE, 2003:18). A mistura de elementos da Doutrina de Segurança Nacional e do ibañismo revela a complexidade da cosmovisão militar. A influência do ibañismo resistiria até o início da década de 1980, quando, segundo a historiadora, surge o chamado “pinochetismo”. Dessa forma:

Los primeros siete años del gobierno militar constituyeron su derrota [do ibañismo] final y la emergencia de una nueva cosmovisión: la neoliberal y de contrainsurgencia, asociada al general Pinochet. Entendemos por ‘Pinochetismo’ aquellas tendencias castrenses que entendían la modernización preferentemente en términos económicos-tecnológicos, que veían en la represión el instrumento más eficaz para combatir el pensamiento marxista y los conflictos sociales, y por lo mismo, creían en un desarrollo social fruto de la acción individual y no de la colectiva-comunitaria. (ZÁRATE, 2003:18-19).

O que foi, afinal, o *projeto refundacional*?

O termo foi utilizado por Isabel Jara Hinojosa (2011), com referência, em primeiro lugar, a uma tentativa de “refundação” das bases culturais e, por conseguinte, da identidade nacional chilena por parte dos militares durante a ditadura. Em suas palavras, o

[...] proyecto refundacional del régimen, en el entendido de que la reformulación simbólica (del imaginario) del país y de su historia exigía alterar el panteón de ídolos, enemigos y mitos del proyecto socialista y del pasado republicano, reinventando algunos de sus símbolos y desacreditando otros (HINOJOSA, 2011:132).

Localizado no plano simbólico, o *projeto refundacional* buscava, portanto, “reformular” as bases identitárias que haviam sustentado o projeto político vigente no Chile a partir da Constituição de 1925, vinculando a obra do regime militar a um governo autoritário e centralizador, fruto da ação dos *Estanqueros* liderados por Diego

Portales e que culminou no mito fundacional da República organizada, materializada pela Constituição de 1833. Esse período ficou conhecido como “Era Portaliana”: governos presidencialistas centralizados, com um controle máximo sobre as pequenas regiões, barganhando cargos no executivo e levando a cabo um programa de desenvolvimento econômico baseado na iniciativa privada.

Ao se analisar o conteúdo dos artigos publicados através da revista oficial do EMGE, é possível perceber sua vinculação com uma determinada retórica. É certo que esse discurso vai sendo construído durante os primeiros anos do regime militar, até se consolidar de forma definitiva a partir da promulgação da Constituição de 1980. Ao estudar os textos do interior dessa publicação, buscou-se os elementos aglutinadores do discurso da oficialidade. Esse fato se deve, inclusive, a uma dificuldade em observar discordâncias relevantes sobre o conteúdo mesmo da narrativa. Assim, optei por utilizar a mesma mecânica analítica de Hinojosa. Nas palavras dessa:

[...] se pasan por alto las distinciones que dieron a los textos los diversos grupos involucrados en el gobierno [...], manteniendo la aproximación de conjunto al carácter denunciador de la UP y justificador del golpe que, en mayor o menor medida, se filtraba en gran parte de las publicaciones oficiales de la etapa de instalación de la dictadura (HINOJOSA, 2011:134).

A autora chilena apresenta a identidade ideológica do regime militar como fruto de uma exacerbação da direita durante os anos 1960:

[...] la identidad ideológica del régimen era también el resultado del carácter ofensivo que había adquirido la derecha desde mediados de los años sesenta, el cual la había llevado a priorizar la lucha política sobre los métodos cooptativos, a formular proyectos sociales más nítidos y a instigar la solución armada. Ello facilitó que, si bien durante la instalación de la Dictadura su proceso de redefiniciones continuó, el régimen concentró su discurso público en la lucha contra la UP, el marxismo y la 'politiquería' democrática (HINOJOSA, 2011:135).

A luta não seria somente contra o governo de Salvador Allende ou o legado da UP, mas também contra a democracia em geral. Assim, “[...] el gobierno militar declaró que pretendía una profunda refundación de la política y sociedad chilenas, para romper no solo con la Unidad Popular sino también con el Estado democrático multipartidista, al que consideraba responsable de la acción cismática de los políticos”. (HINOJOSA, 2011: 136).

O *projeto refundacional*, ainda que não possa ser visualizado como uma empreitada completamente planejada, adquiria homogeneidade suficiente para configurar-se como uma “empresa de contracultura”:

[...] podemos decir que la Junta Militar no desarrolló propiamente una política cultural, entendida como un proyecto articulado, sostenido y manifiesto, sino que más bien desplegó una serie de iniciativa que, sin adquirir la consistencia de un plan consumado, especificaron una disposición. De forma que, pesa a las diferencias doctrinarias internas y a las constricciones económicas y políticas, hubo suficiente coincidencia ideológica para que la dictadura desarrollara una verdadera empresa de ‘contracultura’ contra los imaginarios revolucionarios, reformistas y democráticos, en el convencimiento de que su ‘misión independentista’ consistía en rescatar la genuina ‘chilenidad’, degradada durante las décadas liberales y francamente corrompida en los años marxistas. (HINOJOSA, 2011:138).

Um exame apurado do discurso militar presente na revista *Memorial del Ejército de Chile* faz perceber, rapidamente, elementos de uma cultura política presente na direita do espectro político chileno pelo menos desde a década de 1930. O cenário de “crise institucional”, também visualizado nos dias de governo da UP pelos oficiais do exército, conformava-se a partir de uma retórica comum, difundida através de comícios, atividade parlamentar e, em paralelo, em uma profusa atividade literária de “denúncia”, divulgada através de revistas, em especial ao longo da década de 1950.

Vinculado ao pensamento católico dos anos trinta, tendo como base as proposições da encíclica *Quadragesimo Anno* de Pio XI, o pensamento corporativista tinha como objetivo apresentar uma solução, em alternativa ao capitalismo e ao socialismo, para a “profunda crise” que se constatava. Estas ideias serviram de fundamento para diversos grupos chilenos, entre eles a *Juventud Conservadora*, que mais tarde formaria a *Falange Nacional*. Através da revista *Lircay*, entre as décadas de 1930 e 1940, esses jovens procuravam alentar alternativas ao sistema político vigente, evidenciando a incapacidade dos políticos tradicionais para resolverem os problemas públicos.

As revistas *Política y Espíritu* (1945 - 1975) e *Estanquero* (1945 - 1955), publicadas durante as décadas de 1940 e 1950, serviram como base do pensamento da *Democracia Cristiana* e do *Partido Nacional*, respectivamente. O pensamento aglutinador contido nessas revistas consiste na ideia de “proponer la refundación de la sociedad sobre nuevas bases, dada la insuficiencia histórica del sistema político chileno para dar solución a los grandes problemas nacionales”. (VICUÑA, 1990:122).

O diagnóstico da crise profunda pode ser encontrado em ambas as publicações. Com relação ao discurso de *Estanquero*:

La causa principal de la crisis no es de orden socioeconómico, sino en lo fundamental de orden moral. En este sentido se constata una profunda desintegración nacional. Los factores que están detrás de la crisis antes mencionada son dos: el comunismo y la actitud de los partidos políticos que actúan por sus propios intereses, al margen de los intereses nacionales. (VICUÑA, 1990:122).

Muitas ideias expressas em *Estanquero* serão assumidas pela oficialidade do exército. Para citar apenas exemplos gerais: a excessiva permissividade do sistema democrático, a importância da unidade nacional ameaçada pelo comunismo, uma concepção organicista do Estado, a anormalidade da *polítiquería*, a luta contra os partidos políticos, o império da demagogia. A crítica aos partidos é mais acentuada porque pretende apresentar a alternativa promovida por *Estanquero*, o corporativismo, aliada a sua crítica à democracia liberal, e suas vinculações com o projeto político de Portales<sup>90</sup>, constituem-se em exemplo claro das relações estabelecidas a nível político entre a oficialidade e grupos civis.

Nesse sentido, pode-se perceber que o projeto de *Estanquero* é:

[...] de corte autoritario, que pretende revitalizar el ideal Portaliano, la noción del 'Estado em Forma'. Se pretende en el fondo la solución de la crisis política por una imposición de corte autoritaria que margina a los actores problemáticos – los partidos políticos – e introduzca nuevos actores al sistema político como son los productores y otras fuerzas sociales agrupados en organizaciones naturales, tales como los gremios, la familia, etc. (VICUÑA, 1990:131).

De uma maneira análoga, esses ideais podem ser encontrados na revista *Política y Espiritu*. A crítica à democracia liberal, o partidarismo, a busca pelo bem comum, a organicidade do Estado, o cenário de crise, a importância da família como célula principal da sociedade, são elementos comuns de um discurso específico – não hegemônico – do grupo precursor da *Democracia Cristiana*.

É possível perceber, portanto, que essas correntes de pensamento, que se traduzem na prática como uma cultura política – cujos fundamentos básicos são a crítica à democracia liberal, aos partidos, bem como a constatação de uma profunda crise e uma concepção orgânica do Estado –, são difundidas no espectro político

---

<sup>90</sup> “En términos generales, el ideario político de ‘Estanquero’ deriva de una interpretación de la historia de Chile. Su ideal de Estado o de organización política es lo que denominan ‘El Estado Portaliano’. El análisis en este sentido, comienza para ‘Estanquero’ constatando la analogía que existiría, en términos fundamentales, entre la crisis ‘pre-Portales’ y la existente durante el período de los años ‘30 y ‘40”. (VICUÑA, 1990:130).

chileno entre as décadas de 1940 e 1970. Mais interessante ainda é perceber, reatualizado o conteúdo, a permanência de um linguajar político que recorre, mesmo durante a ditadura militar, aos mesmos modelos.

Em suma, a crítica existente e, por conseguinte, a constatação de um cenário de crise<sup>91</sup>, representa um julgamento da democracia liberal. É ela, com o seu permissivo pluralismo e sua mazela mais significativa, a “*politiquería*” – associada a demagogia e ao partidarismo – quem impede o Chile de progredir. Uma visão arraigada em princípios conservadores da política, vinculada a uma concepção de sociedade estratificada e, dessa forma, não igualitária.

Isso não significa dizer que existe um desprezo pela democracia nos textos analisados. Antes de tudo, é um determinado tipo de democracia – a representativa com base nos partidos políticos – e uma forma de governo – o presidencialismo de alternância e a teoria do “pêndulo” –, engendrada a partir da primeira, que desperta desconfiança e desagrado na oficialidade.

Seria muito difícil traçar as redes de vinculação entre grupos políticos prévios ao golpe de Estado de 1973 e a oficialidade autora dos textos em análise. A análise dessa sociabilidade exigiria uma pesquisa com este objetivo específico. Entretanto, é possível perceber alguns traços evidentes de congruência nos discursos de determinados grupos, antes mesmo dos fatos de 1973, com o discurso adotado pelos militares do exército após a queda de Salvador Allende.

O fato mais surpreendente nessas constatações é a resistência de uma determinada cultura política através de um período relativamente longo, em conjunturas absolutamente distintas. Talvez, um fato que corrobore essa permanência seja a continuidade de algumas figuras exponenciais desse pensamento, prevalecendo como líderes políticos durante a década de 1950 até bem adiantado o regime militar, em meados dos anos 1980. Figuras como Jorge Alessandri, Sergio Onofre Jarpa ou mesmo Jaime Guzmán Errázuriz conduziram tarefas distintas no governo militar, ajudando a construir sua institucionalidade. O primeiro, ex-presidente

---

<sup>91</sup> “[...] La crisis evocada: unas constituciones políticas que veneraban la democracia representativa, en circunstancias de que esta promovía la toma del poder por partidos interesados únicamente en el poder. La solución propuesta: una nueva institucionalidad y una ‘nueva democracia’, en la cual los partidos políticos ‘pasarán a ser corrientes de opinión que solo influyan por la calidad moral de sus integrantes y la seriedad de sus plantamientos doctrinarios y prácticos’. El mensaje era consistente con la historiografía conservadora: la Constitución de 1925 había inaugurado un siglo de desastres. La nueva Carta Magna permitiría terminar con la vieja política y construir un modelo de representación protegida y tutelada”. (STERN, 2013:114).

do Chile (1958-1964), chefiou o Conselho de Estado até 1980 – um mês antes da Constituição do regime militar ser promulgada, tendo em vista os desacordos entre suas ideias e a cúpula militar. Sergio Onofre Jarpa, político do *Partido Nacional*, chefiou o processo de abertura política do regime em 1983. Jaime Guzmán, líder estudantil durante a década de 1960 e destacado teórico do gremialismo chileno, desempenhou cargos de assessoria civil da Presidência da República, fundando seu próprio partido – a *Unión Demócrata Independiente* – considerado o representante civil do regime militar.

Assim, é possível deduzir, em primeiro lugar, que houve, durante a década de 1950, uma identificação por parte da oficialidade com determinado pensamento político – provavelmente consolidada na década de 1960 com o enfraquecimento da direita e com a emergência dos partidos de esquerda com invejável potencial eleitoral – do espectro público chileno, sem a expressão – pelo menos através de canais oficiais das instituições armadas – de tal aderência. Em segundo lugar, é possível intuir que, durante os primeiros anos do regime militar, com o objetivo de conduzir o poder e agregar civis ao seu projeto político, o governo tenha se aproximado de determinada retórica política, com o fim de legitimar a sua ação mediante a adesão de líderes políticos com uma longa trajetória no cenário eleitoral chileno – caso de Gabriel González Videla e Jorge Alessandri.

Isso não significa que considero o regime militar chileno aprioristicamente como de “direita”. Entretanto, é possível reconhecer, em sua retórica mais elaborada – aquela desenvolvida no âmbito da *ACAGUE* e difundida para os oficiais do Estado Maior – traços de um discurso político de direita, existente muito antes da primeira candidatura presidencial de Salvador Allende. O anticomunismo e a visão orgânica do Estado, bem como a crítica à democracia liberal, não são novidades inventadas pelos militares em 1973. Antes disso, são parte de uma retórica presente no discurso político do *Partido Liberal*, *Conservador*, da *Falange Nacional*, do *Partido Nacional* e da *Democracia Cristiana*.

O corporativismo advindo da crítica à democracia liberal tem suas origens muito difusas. É possível reconhecê-lo através de um discurso que valoriza as pequenas entidades – e o núcleo base da sociedade, a família – em detrimento dos partidos políticos. Apesar de vinculado, por muito tempo, aos fascismos, surgiu como alternativa política frente a dificuldade de se criar consensos através dos partidos, para a resolução dos problemas nacionais, em especial, no cenário de progressivo

desgaste eleitoral e ideológico dos grupos de direita, concentrados, durante a década de 1950, nos *Partido Liberal* e *Conservador*. O movimento gremialista, vertente direta deste pensamento, criado em meados da década de 1960 em torno da *Pontificia Universidad Católica de Chile*, aportará importantes conceitos ao regime militar, possibilitando, durante os primeiros anos de ditadura, uma reestruturação do papel do Estado e rearticulando o cenário político com o fim dos partidos.

Tais convergências demonstram a complexidade da retórica militar e, ao mesmo tempo, a historicidade de sua cosmovisão. O *ethos* militar da oficialidade do exército foi fundado a partir da escola prussiana, recebendo o aporte de um pensamento social organicista baseado no darwinismo social resumido na geopolítica de Mackinder, Ratzel, Kjellen e Haushofer.

É a geopolítica o elemento central para se compreender a atitude dos militares frente ao Estado e a sua própria concepção sobre ele. O Estado é um ente vivo, semelhante ao ser humano, figura principal do palco político e detentor último do bem comum. Sua vida depende da condução política baseada em uma moral e orientado ao fortalecimento de sua soberania. O Estado é um ente suprapartidário e, por conseguinte, detentor das garantias – econômicas, sociais, políticas e culturais – da nação.

A nação, por sua vez, se materializa como um ente social construído, aglutinador da população e detentora de valores e tradições. É interessante perceber que, para esses oficiais, a criação da ideia de nação – nunca referida como nacionalidade – precede a construção do Estado. É o nascimento de um sentimento nacional – dotada de um idioma, uma população, raça, território e valores – que determina a criação dos Estados, contrariando muitas análises historiográficas<sup>92</sup>. Entretanto, isso só acontece porque o Estado, frente à nação, não é um elemento meramente jurídico, ou seja, não encerra em si um território, mas sim porque ele encarna os valores emanados da nação para sua constituição. Moldado através do espírito nacional, o Estado surge como fruto da vontade de uma coletividade de se organizar a partir de determinados princípios, e não ao contrário.

Estes conceitos são de fundamental importância para a compreensão do *projeto refundacional*. Suas bases se encontram na cosmovisão castrense sobre o Estado e a nação e a apreciação do cenário político do período da UP. O período

---

<sup>92</sup> Sobre a ideia de construção da nação na América Latina ver DUSEK e GUERRA, 2003. Para o caso chileno, e a postura do Estado frente a construção de uma ideia de nacionalidade, ver PURCELL, 2007.

“anárquico” do pós-independência se reflete na incompetência dos políticos, produto de um sistema falido e da libertinagem permitida pela democracia. É preciso reviver momentos de autoritarismo político e de compromisso com o Estado.

Assim, os Estados obedecem a um ciclo<sup>93</sup>, passando por estágios de pluralismo e centralização. O poder responde a um comportamento variável de conjunturas, retornando a uma maior concentração nos momentos de profunda crise. As instituições mudam, mas os modelos permanecem:

Hace más de 23 siglos, observó Sócrates que los sistemas de Gobierno seguían un ciclo: la monarquía absoluta o Gobierno de un solo hombre es sucedida por una oligarquía o Gobierno de unos pocos, que a su vez cede el paso a la democracia o Gobierno de muchos, que con el transcurso del tiempo puede deteriorarse y degenerar en demagogia o dominación tiránica de la plebe, que lleva al caos. Si la Nación tiene latente su energía vital, surge necesariamente un Gobierno autoritario que reorganiza el Estado y el ciclo vuelve a repetirse. En Chile, la República organizada en forma estable en 1831 perduró por 140 años hasta que, en 1970 se impuso la demagogia marxista que en menos de tres años arruinó al país. (PRADO, 1976:11).

A necessidade de justificar alguns argumentos recorrendo a filósofos e historiadores da antiguidade clássica responde a uma premissa da geopolítica e, ao mesmo tempo, a uma necessidade de afirmação frente as crescentes críticas. Antes de tudo, a oficialidade não pretende apresentar o regime militar como fruto de uma aventura apressada, idealizada nos três anos de governo de Salvador Allende. É preciso recorrer à história para demonstrar que sua empreitada é uma necessidade imperiosa prevista desde tempos imemoriais. A evocação de Aristóteles, Platão, Heráclito e tantos outros demonstram, além disso, um repertório conectado com o ideário filosófico apropriado pelo cristianismo católico. A antiguidade clássica, somada aos axiomas do século XIX, confere ao regime militar ares de conservadorismo. A vinculação com esses pensamentos pode ser uma tentativa de expressão de erudição

---

<sup>93</sup> A metáfora dos ciclos está presente em outros artigos. Como exemplo, podemos ler o seguinte argumento: “El ciclo es en la “Rueda de la Vida”: nacimiento, adolescencia, madurez, declinación y muerte; todo ello, para volver a nacer y repetirse, en la marcha perpetua del tiempo. Estamos ya sometidos a una repetición constante en las 24 horas del día y en la sucesión periódica de las estaciones: primavera, verano, otoño e invierno, para reiniciarnos, nuevamente, con la primavera, y continuar así, en el devenir de los días, los meses, los años y los siglos”. (CHAVEZ, 1975:53). E logo, uma explicação aplicada ao Chile: “Pero, en lo histórico puro, insistiremos en el ciclo largo de 121 años, dividido, a su vez, en dos partes, cada una de 60 años, ciclos estos que corresponden a un lapso de autoritarismo y de libertinaje, respectivamente, aunque con algunas variaciones de tiempo. Son los que producen las revoluciones más cruentas y de mayor trascendencia, por sus resultados (por ejemplo: 1891, derrocamiento y suicidio del Presidente Balmaceda; 1973, pronunciamiento de las FF. AA. y suicidio del Presidente Allende. Entre ambos median 82 años)”. (CHAVEZ, 1975:55).

e cultura, além de demonstrar um esforço por se vincular a pensadores de outros tempos, sem aparente “ideologia”.

O *projeto refundacional* constituiu-se, portanto, através de uma arraigada cultura política de viés conservador, com suas raízes no corporativismo<sup>94</sup> da década de 1930 – atualizado ao longo dos anos 1950 e, indiretamente, alentado durante a década de 1960 – e as crescentes críticas advindas desde a direita do espectro político com relação à democracia liberal. Dessa forma, é possível observar a aproximação do regime militar de um discurso enraizado no cenário público chileno. Mesmo que, na época do golpe militar de 11 de setembro de 1973, não se pudesse visualizar um projeto político com contornos definidos, é notório o desenvolvimento de “objetivos” a serem alcançados.

Em um primeiro momento, seria preciso lidar com a “situação caótica” que o país enfrentava, extinguindo as organizações “extremistas” e os partidos políticos. Com o fechamento do Congresso nacional e implementação do Estado de sítio, seria possível lidar com o problema da “*politiquería*” e, concomitantemente, da subversão. Neste plano mais imediato, as medidas eram tomadas para legitimar a *Junta de Gobierno* e desprestigiar, preferencialmente, o governo de Salvador Allende.

Em segundo lugar, foi preciso organizar novas instituições civis que aglutinassem os anseios da população, permitindo um canal de diálogo entre o governo e os cidadãos. É preciso que se tenha em mente que, mesmo consistindo em um regime ditatorial de viés fortemente autoritário e centralizador, o governo militar chileno precisava de uma base de apoio popular, buscada através de diversas instituições e medidas. Políticas populares foram adotadas durante toda a ditadura, com o intuito de aumentar e fortalecer a base de sustentação civil do regime. Assim, criaram-se as diversas secretarias (da Mulher<sup>95</sup> e da Juventude, por exemplo), os

---

<sup>94</sup> “[...] no cabe duda que Guzmán y el gremialismo proveyeron el soporte intelectual, los consejos y un lenguaje que se articularon bien con lo que deseaba Pinochet. Al mismo tiempo, vincularon el proyecto político militar con un pensamiento conservador y de crítica de la democracia que ya tenía bastante influencia desde antes del 11 de septiembre. El énfasis antipolítico de los gremialistas era convergente con la idea de que la historia reciente del país mostraba la necesidad de destruir la cultura política imperante”. (STERN, 2013:98).

<sup>95</sup> “Si hay alguien que en Chile merezca un monumento al valor, son los miles de mujeres chilenas, de todas las edades y de todas las condiciones sociales que salieron a la calle en defensa de sus ideales que son los ideales de todo chileno: DIOS - PATRIA - FAMILIA - LIBERTAD. El 11 de septiembre, fecha aniversario de nuestra segunda independencia, recordará para siempre, que junto a los miembros de las FF. AA. y de Orden, junto a todos los chilenos, el valor y la nobleza de la mujer chilena fue un combatiente de extraordinario valer e importancia. En justicia S. E. el Presidente de la República, General de Ejército, Excmo. Sr. Augusto Pinochet Ugarte, Comandante en Jefe del Ejército, en fecha

grupos de mães, associações comunitárias e as diversas corporações estatais, com o intuito de agregar ao governo demandas tanto do setor produtivo como do empresariado. Todos esses organismos visavam canalizar as expectativas da população sem o intermédio dos partidos políticos.

Concomitantemente a esses processos, era preciso aglutinar os anseios dos antigos líderes políticos aderentes ao regime. Assim, criou-se o Conselho de Estado e uma série de outros cargos administrativos, com o propósito de integrar ao governo militar antigas militâncias políticas. As acomodações respeitaram o grau de aderência ao governo, possibilitando que figuras políticas históricas, como o ex-presidente Jorge Alessandri, ocupassem certo lugar de destaque. Entretanto, a subordinação à *Junta de Gobierno* seria constantemente reafirmada, sobrepondo-se a esses organismos ou pessoas sempre que elas contrariassem seus desígnios.

Em um terceiro momento, já institucionalizado o regime militar e acomodados os líderes políticos, era preciso pensar em estratégias de fortalecimento do governo e, simultaneamente, de legitimação de sua ação de deposição. A intervenção é apresentada como um ato de liberação, uma segunda independência. Criam-se símbolos, revivem-se figuras históricas, comparam-se períodos (independência vs. 11 de setembro), na tentativa de revestir o golpe de Estado de uma aura messiânica transcendental.

Fundamentado a partir de um pensamento conservador, o regime buscava sua legitimação através de duas vias que, em sua síntese, desembocavam na sua justificativa mais recorrente.

Por um lado, influenciado pela visão de Estado apresentada pela geopolítica alemã de final do século XIX, o regime militar aposta no corporativismo e nas pequenas organizações comunitárias, valorizando o núcleo familiar e as “comunas<sup>96</sup>”. O processo de regionalização e a lei de municipalidades dão conta de oferecer argumentos para essa pretensão.

De outro lado, o profundo sentimento de crise, não só da classe política chilena e de sua sociedade, mas do mundo ocidental e da civilização cristã. Nesse sentido, a pornografia, as drogas, as transgressões morais, o lucro, o individualismo, o egoísmo,

---

recordatoria tan memorable, colocó a la mujer chilena en el sitio que ella conquistó: con iguales derechos, igual a igual, junto al hombre de Chile”. (HOMENAJE..., 1976:32).

<sup>96</sup> Pequenas unidades administrativas, menores do que as municipalidades e maiores do que os bairros. Esse núcleo administrativo já existia antes do regime militar, mas foi consolidado com centro de poder local.

as falsas teologias, a doutrina ateia e muitos outros males dessa sociedade corrompida, fruto da destruição da tradição de poder advinda da Revolução Francesa<sup>97</sup>, fazem com que o cenário seja apresentado como decadente. A democracia emerge, nesse concerto apocalíptico, como um sistema de exacerbação da liberdade, convertendo em regime da “libertinagem”. Permissivo, esse modelo detinha mais defeitos do que virtudes. Mas era preferível, ainda, em comparação com o “fanatismo” totalitário do comunismo.

Em conjunto, essas duas visões pretendem apresentar os partidos políticos como culpados pela crise da democracia. Imersos em querelas ideológicas, sobrepondo os interesses individuais aos coletivos, os partidos nada agregam ao Estado. Transformavam o cenário nobre da política em prática demagógica: a “*politiquería*”. Em um sentido mais amplo, visam responsabilizar a própria população, parte integrante do sistema político e coautora dos crimes contra o espírito nacional.

Aliado a esse pensamento, um profundo antimarxismo guia o *projeto refundacional*. Fruto do materialismo, advindo de uma dialética hegeliana, embasado na moral idealizada por Nietzsche e Feurbach, a doutrina marxista engana e perverte. Engana porque promete o paraíso, apenas divino e alcançado após a morte, na Terra. Perverte, porque destrói as bases de sustentação do pensamento humanista cristão-católico.

Em um sentido político, o marxismo aproveita-se das mazelas permissivas do sistema democrático para criar uma ideologização do governo. Nesse sentido, proporciona o enfrentamento do ideário de governo de Portales, visto como modelo exemplar a ser seguido. Além disso, proporciona a desunião, desagregando a população e destruindo a unidade nacional em função da luta de classes.

A doutrina de Marx é materialista, portanto ataca as bases do pensamento cristão-católico; é coletivista, em detrimento do indivíduo e sua ação, além de proporcionar o advento de um Estado centralizador e detentor de toda iniciativa; e, por último, é internacionalista, portanto apátrida, estrangeira, estranho aos valores e tradições nacionais.

---

<sup>97</sup> “[...] En el Siglo XVII, con el idealismo, el racionalismo y el empirismo –verdadera trilogía diabólica– sería deshecha la ‘filosofía perennis’ de Occidente, tras lo cual, un siglo más tarde, la Revolución Francesa, destruyendo definitivamente el orden político tradicional, cerraría el ciclo que en 1917 reabrirla el bolchevismo”. (VILAS, 1979:41).

O *projeto refundacional* se baseou nesse conglomerado de ideias e se apresentou, teórica e formalmente, através da Constituição de 1980. É então que o projeto se materializa através do conceito de democracia restringida e, posteriormente, ao papel designado às Forças Armadas. Garantidoras da ordem democrática e partícipes ativas da vida nacional, as instituições castrenses se transformariam em elemento organizador da política chilena.

Foi necessário esperar a aposentadoria de Pinochet e sua posterior prisão domiciliar em Londres para que, paulatinamente, iniciasse uma reformulação deste projeto de Estado. Para um observador atento, é possível reconhecer, ainda hoje, como a visão sobre o Estado no Chile continua transpassada pela cosmovisão oferecida pelos militares durante a ditadura.

Ao longo do presente capítulo analisaremos o discurso da oficialidade sobre três temáticas que fornecem a estrutura do *projeto refundacional*. Em primeiro lugar, a percepção sobre o problema do marxismo e da *politiquería*. Em um segundo momento, a concepção sobre a identidade nacional e, por último, a construção de uma ideia de *nova institucionalidade*.

Os artigos aqui apresentados representam os exemplos mais significativos da retórica construída pela oficialidade do Exército. É importante ressaltar que os textos analisados formam parte de um conjunto maior de artigos lidos, demonstrando partes constitutivas do *projeto refundacional*. Nesse sentido, as categorias desenvolvidas no presente capítulo respeitam as temáticas advindadas dos artigos selecionados de acordo com a bibliografia lida para a dissertação, tendo como horizonte os aspectos fundamentais do discurso do *projeto refundacional* ressaltados por Hinojosa (2011). Assim, as temáticas/categorias de marxismo e *politiquería*, identidade nacional e nova institucionalidade emergiram da confluência da leitura dos artigos da revista *Memorial del Ejército de Chile* e da bibliografia consultadas para o presente estudo.

#### **4.1 “La subversión, el flagelo de nuestro tiempo”: o marxismo e a *politiquería***

Parte central do discurso da oficialidade do exército do Chile, durante a ditadura, consistia na insistência da luta contra o comunismo. Esta batalha deveria ser travada em todos os campos, mas, em especial, uma maior ênfase deveria ser dada ao âmbito cultural. Trata-se, nesse sentido, de uma guerra revolucionária ou total, marcada nos moldes do conflito civilizacional da Guerra Fria.

Várias são as questões que se suscitam a partir da leitura dos artigos. Em primeiro lugar, é preciso ressaltar o constante intercâmbio de termos para identificar o “inimigo”. Dessa forma, comunismo, marxismo, marxismo-leninismo, dialética revolucionária, comunismo totalitário e muitos outros termos servem para descrever a “ideologia intrinsecamente perversa”. Para que, de certa forma, parte do discurso da oficialidade foi formado por um contato com o discurso anticomunista católico<sup>98</sup>. As referências às encíclicas papais, em um sentido direto, ou a colaboração de membros do clero, em um sentido indireto, ajudam a compor um cenário discursivo atravessado pelo catolicismo “contrarrevolucionário” e, nesse sentido, conservador, presente no Chile em meados da década de 1950<sup>99</sup>.

Em segundo lugar, é importante compreender a cosmovisão da oficialidade do exército chileno sobre civilização. O ocidente é um conceito derivado da história grega, romana e católica. A filosofia grega, o direito romano e o catolicismo – entendido como principal expressão do cristianismo – são as bases culturais da civilização ocidental. O ocidente é, portanto, um agente cultural-social com características próprias e, sobretudo, com uma historicidade. São as “tradições ocidentais”, identificadas como o direito de propriedade privada, a família como núcleo central da vida em sociedade, a moral cristã e o catolicismo, que edificam um conceito-chave para a compreensão da suposta agressão civilizatória:

[...] Occidente es una cultura, un espíritu, una concepción del hombre y del mundo que se logró a través de una simbiosis inigualable entre la filosofía griega – Sócrates, Platón y Aristóteles -, la fe cristiana y el derecho romano. (QUEIROLO, 1981:99).

Um dos motivos apresentados pelos oficiais para a propensão da América Latina para a adoção do marxismo – e daí seu iminente perigo – é, como para os pressupostos elaborados pela Aliança para o Progresso, a pobreza e a miséria:

Mientras tanto [o descuido por parte dos Estados Unidos] la conmoción social de Sudamérica sigue creciendo por el aumento de población, agudización de la pobreza y falta absoluta de perspectivas de trabajo, todo lo cual constituye el caldo de cultivo o caldera hirviente

<sup>98</sup> Sobre o tema ver BOHOSLAVSKY, 2014 e BOISARD, 2014.

<sup>99</sup> Em uma edição da revista *Estudios sobre el comunismo*, editada pelo padre Miguel Paradowski, é possível identificar alguns temas que seriam recorrentes, ao longo do regime militar, nos artigos do *Memorial del Ejército de Chile*. Nessa compilação, datada de 1958, pode-se ler os seguintes títulos: *Realidade tras la cortina de hierro*, *El comunismo en Chile* – escrito pelo político Sergio Fernández Larraín, membro do *Partido Conservador* e autor da *Ley de Defensa Permanente de la Democracia*, que proscreeu o *Partido Comunista*, em 1947 - e *Las actividades de propaganda comunista en América Latina en 1958* O primeiro texto da publicação de 1958 trata sobre geopolítica e a União Soviética. Sua tese principal se baseia na teoria de Mackinder e Haushofer sobre a Heartland e a “Ilha do mundo”.

en que se debaten los pueblos del continente. No es extraño, entonces, que surjan constantemente nuevos intentos para aplicar el modelo marxista en un ambiente de miseria y desilusión, especialmente apto para que prospere la revolución del proletariado. (VALENZUELA, 1985:10).

Somada a penúria material, uma profunda pobreza cultural contribui para o desmoronamento dos conceitos-chave da civilização ocidental, cada vez mais fragilizada pelo avanço do individualismo e do consumismo, fazendo do subcontinente um lugar perfeito para a “infiltração” marxista: “El espíritu de Occidente está enfermo, muy enfermo. Sus valores están en crisis. Ha abandonado la fe de sus padres, sin crear un sustituto adecuado que llene el vacío espiritual dejado por un racionalismo endiosado”. (HERRERA, 1980:140).

Em um sentido mais amplo, o marxismo adota, para os oficiais do exército, diversas táticas. Sua superioridade advém do a) aproveitamento das pessoas menos cultas, b) do apoio material recebido desde o exterior, e c) da deficiência das democracias liberais em lidar com os problemas da subversão. São dois os alvos principais dessa batalha; duas instituições, identificadas como detentoras das “tradições nacionais” e civilizatórias, inspiradoras de confiança e forjadoras do espírito dos indivíduos:

Los instrumentos son múltiples, pero obedecen a un doble objetivo: ganar adeptos para sus filas, y utilizar en lo posible o destruir y debilitar el resto de la sociedad. Así, fomentan la corrupción, la desconfianza recíproca, el desconcierto intelectual, infiltran las instituciones de mayor fuerza espiritual como la iglesia y el ejército, tradicionales guardianes de los valores trascendentes, mientras exacerbaban las lacras, vicios y taras propias de la opulencia y excesivo materialismo de Occidente [...]. (HERRERA, 1980:139).

Em um primeiro plano, destaca-se a Igreja Católica como baluarte da civilização ocidental e moralizadora das sociedades a partir do cristianismo. A religião é entendida como parte essencial da vida humana, constituidora de valores e tradições, possibilitando uma regulação dos vícios e um consolo para as “desgraças” terrenas. Deus é uma figura inalienável, intransponível e – segundo os preceitos do cristianismo – imutável. A divindade não é obra humana, não é um conceito criado pelos homens. Deus existe por sobre os homens e todas as coisas. Logo, qualquer tentativa de inversão desta lógica se caracteriza como um ataque direto a civilização cristã e, por conseguinte, ao modelo societário ocidental.

Em segundo lugar, surgem as Forças Armadas que seriam o alvo principal de combate e infiltração. Consideradas o “braço armado” da burguesia, elas deveriam

ser cooptadas ou destruídas, lembrando a experiência da Rússia de 1917. Uma vez observada a resistência da caserna, os marxistas optariam pela infiltração em suas fileiras.

Uma percepção relevante de se observar aqui é como se constrói uma imagem das Forças Armadas como instituições suprapartidárias. Falidos os partidos políticos, muitos deles penetrados pelo marxismo, e outros levando a cabo alianças como subterfúgio eleitoral, como a Democracia Cristã e sua “revolução em liberdade”, as Forças Armadas deveriam atuar para garantir a ordem constitucional e a regência dos valores de pátria, Estado, família e propriedade<sup>100</sup>.

Um traço fundamental da caracterização do marxismo realizada pelos oficiais do exército através dos artigos do *Memorial del Ejército de Chile* consiste na insistência da estratégia comunista para com as populações “menos cultas”. Nesse sentido, a doutrina totalitária se aproveitaria das populações com níveis de educação mais baixo, enganando, portanto, aqueles sujeitos mais propensos à manipulação. A pobreza material, somada à miséria intelectual, possibilitam à emergência de indivíduos vulneráveis, facilmente utilizados pela esquerda extremista para consecução de ações terroristas. Como é possível observar neste trecho:

[...] La vía de la guerrilla le ha dado resultado en algunos países solamente, especialmente en aquellos en que el índice cultural es bajo, ya que es la única manera de poder encontrar adeptos en las zonas rurales o urbanas para su causa (Vietnam y Nicaragua). Sin embargo, por la vía de la subversión han encontrado una mejor recepción, aprovechándose de organismos que han logrado infiltrar a un buen nivel, apoyando esto con Operaciones Sicológicas bien montadas y financiadas. Ejemplo de esto son Organismos Internacionales como la ONU, OEA, OIT, UNESCO, etc., la Iglesia Católica; Partidos Políticos de carácter Internacional como el Partido Demócrata Cristiano, etc. (LOPEZ, 1985:126).

Não só a guerrilha, um dos elementos da estratégia comunista, como também a psicopolítica, arma poderosa do inimigo, são utilizados para a criação de um cenário favorável à penetração das ideias marxistas. A intenção aqui é ressaltar o aproveitamento da estratégia inimiga e seu modelo de cooptação. Entre a população mais baixa, tal manipulação se dá através da promessa do “paraíso na Terra”. Em meio a estratos mais abastados, em especial os grupos universitários, a corrupção

---

<sup>100</sup> “El Ejército, las Fuerzas Armadas, señores, son, ante todo, la salvaguardia de lo permanente”. (QUEIROLO, 1981:99).

dos valores propicia uma tendência à aceitação das ideias marxistas. Seja como for, o inimigo encontra apoiadores dentro de todas as classes da população chilena.

O terrorismo, empresa transnacional hedionda, é levado a cabo por fanáticos, débeis mentais, por quadrilhas, assassinos mercenários, enfim, por elementos da mais vil e depreciável espécie: “[...] La inicial lucha armada ha cesado, salvo grupúsculos transnacionales constituidos por desviados mentales, miembros del hampa, asesinos a sueldo y otros de la hez del ser humano”. (PONTONY, 1980:110).

O inimigo emerge como uma figura grotesca, em sua faceta terrorista – os grupos de guerrilha -, mas também como um ser ardiloso, em sua modalidade mais sofisticada – através da infiltração. As sociedades democráticas estariam em “[...] una batalla contra el enemigo insidioso y activo que busca su mente para sembrar allí la duda y la destrucción”. (PONTONY, 1980:111). Um duelo difícil de vencer-se, imposto desde a esquerda ao restante da população. Quem alenta a luta de classes deseja a desunião e promove o desentendimento, proporcionando as bases para a emergência de um cenário caótico. A desarmonia entre os indivíduos dentro do Estado – e a conseguinte luta pelo poder desatada através dos partidos políticos – é prejudicial para a própria vida desse ente social. Portanto “[...] Se lucha contra los apátridas, internacionalistas, traidores y lucradores [sic] [...]”. (PONTONY, 1980:113). Nesse sentido, a luta se concentra na “[...] reconstrucción de un país moral y económicamente afectado por la conducción apátrida de unos cuantos pseudo [sic] reformadores”. (PONTONY, 1980:110).

A infiltração se dá de maneira refinada. São as sutilezas que permitem a degradação da sociedade. Revolucionários profissionais, treinados desde uma perspectiva ideologizada coordenada pelo comunismo internacional, estariam espalhados pelos mais diversos âmbitos. Assim, existe um:

[...] personal altamente especializado en técnicas psicológicas y científicas, que se encargan de explotar las facilidades legales existentes en las naciones libres, introduciendo con sutileza la ideología marxista en la mente de los tibios y más ignorantes. (LORENZO, 1978:105).

A introdução da ideologia seria possível em lugares onde a pobreza econômica, atrelada ao despreparo cultural, permitiriam que as ideias marxistas florescessem. Dessa maneira:

[...] los mejores terrenos [os governos democráticos – democráticos autoritários – militares, em dificuldade financeira] fértiles en los cuales pueden sembrar la semilla de su ideología marxista, usando

como labradores a los ingenuos de siempre y apoyados por algunas actividades de sus brazos armados que mediante actos terroristas mantienen viva la sensación de antigobierno. (LOPEZ, 1985:126).

Portanto, “[...] la incultura de la población es siempre muy bien aprovechada por la propaganda roja (LOPEZ, 1985:127)”, que deseja moldar os indivíduos conforme o seus desígnios. Aqueles que se deixam levar pela doutrina marxista são:

[...] como los metales maleables, se pueden amoldar a los éstos quieren, transformándose en traidores a su propio país y en sirvientes de un sistema donde no hay libertad para el hombre y donde, si éste se opone, es eliminado. Se le convierte en lo que en jerga popular se conoce como ‘Tonto Útil’. (LORENZO, 1978:100-101).

A adesão ao comunismo não é fruto de uma tomada de consciência ou gesto de racionalidade. Antes de tudo, a aderência a “doutrina vermelha” se configura como uma demonstração de fraqueza e debilidade mental<sup>101</sup>. A manipulação dos indivíduos, pelos comunistas, permite a estes:

[...] moldear las estructuras mentales a favor. Esto equivale, figuradamente, como a inyectar al individuo una sustancia diabólica que lo convierte en aliado involuntario de su más acérrimo enemigo, para ir al extremo, en un hipnotizado que mata a la orden del dueño de su mente. (VILAS, 1980:54-54).

Esse indivíduo hipnotizado, manipulado pelo seu inimigo, converte-se em instrumento de propagação das ideias comunistas, uma ferramenta na engrenagem da infiltração e uma arma na guerra cultural travada entre os defensores do mundo livre e os “débeis mentais” fanáticos do totalitarismo. A propaganda comunista se vale desse seres vulneráveis. Assim:

[...] Con el objeto de restarles apoyo en la opinión pública, acusa a sus miembros [dos governos democráticos ou autoritários] de no respetar los derechos humanos, lo que de inmediato es orquestado por los tontos útiles que han reclutado en todos los campos de acción nacional e internacional<sup>102</sup>. (LORENZO, 1978:106).

---

<sup>101</sup> “A la larga, imágenes y noticias como esas comunicaban una idea de los dirigentes de la izquierda como gente enfermiza. El léxico de la enfermedad mental, de las intenciones ocultas y la maldad, se multiplicó hasta el hartazgo. Los que llevaron a Chile al precipicio fueron ‘mentes extraviadas’, ‘gente adoctrinada’, ‘afiebrados’ y ‘fanáticos asesinos’. La conspiración organizada era ‘diabólica y macabra’. Promovían el odio que ‘se desparramó como la metástasis en los enfermos incurables del cáncer’. Enloquecidos por la sed de poder y una ideología política de odio, estos seres habían perdido cualquier atisbo de integridad humana. No dudarían en asesinar a sangre fría con tal de conquistar el poder, aunque las víctimas fueran simpatizantes o miembros de sus propias filas”. (STERN, 2013:85).

<sup>102</sup> Esse artigo talvez responda a uma mudança de atitude da política externa dos Estados Unidos durante a administração de Jimmy Carter. Sobre o assunto, ver NETO, 2016.

São sempre os menos preparados, as classes mais desprovidas de cultura, as que “caem” frente ao inimigo. Os tontos uteis estão espalhados por todas as esferas da sociedade. É possível observar também:

[...] los días que se viven en Latinoamérica, donde un gran sector de laicos, sacerdotes y congregaciones han tomado partido en el bando equivocado [...], induciendo a las clases culturales más desposeídas a caer en un error religioso con pérdida absoluta de la santidad y divinidad que muchos alojan aún en sus almas. (TRIVELLI, 1987:16).

A alusão ao desvio religioso se refere à Teologia da Libertação, desvirtuando os verdadeiros conceitos do cristianismo e permitindo uma “*marxistización*” da fé. Assim, o marxismo:

[...] no aparece como una mala idea, quizás hay en ella un paralelismo entre la idea del paraíso en el cielo con el paraíso en la tierra y donde el proletario reemplaza al Mesías, salvador del mundo, en el fondo una utopía puede ser aceptada por personas de bajo coeficiente intelectual o fanáticos idealistas de quienes se aprovecha la clase dirigente del marxismo para mantener su poder [...]. (TORRENT, 1983:56).

Essa infiltração se dá através de uma atividade religiosa de congregações de prestígio que, desvirtuadas do verdadeiro caminho da Doutrina Social da Igreja, promovem uma desorientação teológica:

Una importante cantidad de miembros de esta orden [Companhia de Jesus] ha orientado su pensamiento teológico a lograr un sentimiento social que se ha ido desarrollando al superar etapas y procesos materialistas que los ha guiado inconscientemente a una marxistización [sic] de los dogmas del redentor [...]. (TRIVELLI, 1987:14).

A propaganda comunista, a lavagem cerebral desatada pelos seus membros, a manipulação dos descontentes e a utilização desses indivíduos “cooptados” para a causa marxista permitem o surgimento de um inimigo que se infiltra nos mais diversos espaços da sociedade. Os adeptos do comunismo “Vacían las mentes de sus valores tradicionales, para llenarlas con su engañosa ideología, haciendo proselitismo con los frustrados, los descontentos y los necios, quienes se vuelven hacia la perniciosa corriente socialista [...] (HERRERA, 1980:139)”.

Como identificar quando alguém foi “manipulado”, injetado com a “substância diabólica”? Como saber se, dentro das fileiras das instituições armadas, não existe um “inimigo” infiltrado?

La deslealtad será uno de los efectos más claros del accionar del adversario. El soldado empezará a perder su fe, dudará de sus Jefes, de sus compañeros, a veces creará que puede suplantar quienes lo

conducen si su ego fue adecuadamente bañado con el hidromiel de la zalema [...] Lo más importante parece ser el detectar con oportunidad cuando el mal empieza a producirse: las altas fiebres siempre empezaron con el alza térmica de una o dos líneas de grado. Tener cuidado de quien no mira a los ojos, límpidos espejos de un alma, de quien no se expresa con franqueza y pulcritud militar [...]. (PONTONY, 1980:112).

O que se pode perceber, até aqui, é uma caracterização do marxismo como uma doutrina maléfica, capaz de subverter os princípios tradicionais da sociedade chilena e se infiltrar em instituições capitais do Estado. Além disso, pressupõe-se que as democracias são mais sensíveis a tal penetração, não estando dotadas de defesas suficientes para conter o avanço do inimigo. A “falta de cultura” dos indivíduos “menos providos” materialmente se oferece como um “terreno fértil” para a proliferação da propaganda vermelha, convertendo as populações mais carentes em indivíduos “manipulados”, “hipnotizados” pelos profissionais da subversão. Os tontos uteis, espalhados na imprensa e nos órgãos internacionais, promovem uma propaganda ofensiva aos governos que lutam contra a “subversão”, aproveitando a leniência do Ocidente e do concerto mundial. A pobreza seria utilizada pela propaganda comunista para exaltar os problemas do continente:

[...] ha existido una campaña desmesurada para realzar todas las miserias, extrema pobreza, analfabetismo y alejamiento histórico a que han estado sujetos los países latinoamericanos en el curso de los tiempos. Los odios sociales crecientes y la distribución de la riqueza, que es cada día más desproporcionada, han contribuido como un caldo de cultivo a las aspiraciones marxistas. (TRIVELLI, 1987:13).

Na esteira dessa percepção surge um segundo elemento analítico sobre o marxismo. São as chamadas “organizações de fachada”, instituições supostamente “humanitárias”, ou órgãos internacionais, pretensamente imparciais, revestidos de uma hipocrisia ou, o que é pior, infiltrados pelo comunismo internacional. Nesse caso, a vinculação com o movimento internacional, liderado desde Moscou, faz-se mais evidente.

Na tentativa de punir os subversivos, os militares se deparam com uma situação inusitada, pois “[...] cuando se resuelve sancionarlos por sus acciones criminales, surgen de inmediato ‘asociaciones humanitarias’ y organismos de fachada del comunismo soviético”. (PRADO, 1976:10).

Essas organizações não possuem outro objetivo senão promover a subversão e o avanço do marxismo na América Latina e no mundo todo. Dessa forma:

[...] [o marxismo] Procede a la creación de organismos internacionales de fachada inocente, todos ellos propiciadores de la paz, la libertad y la democracia, y propaga sus conocidas consignas de antimperialismo, anticolonialismo y, por cierto, antinazismo, que comprende a todos aquellos que no comulgan con sus ideas. Toda una fraseología de fácil aceptación masiva. (LECAROS, 1977:50).

As ONG's e outras instituições humanitárias estariam rodeadas pelos revolucionários profissionais, no seu afã de propaganda contra o regime militar. Qualquer oportunidade para desqualificar o governo deveria ser utilizada, com o intuito de criar um clima de animosidade política e propiciar a queda do regime:

[...] Un claro ejemplo de esto es el caso chileno, en que incluso han aprovechado el terremoto del 3 de marzo de 1985, para canalizar hacia los damnificados la ayuda por medio de organizaciones de fachada, dándole características totalmente politizadas a las consecuencias de dicha catástrofe, para lo cual por medio de 'Operaciones Sicológicas' bien montadas y haciendo uso de algunos medios de comunicación traten de mostrar al Gobierno como indolente frente a la tragedia. (LOPEZ, 1985:127).

Desde de organismos internacionais de defesa dos direitos humanos, até os recintos mais simples e comuns no interior do Chile, diversos são os lugares penetrados pelos comunistas e utilizados para a conscientização da população. Assim, fazendo referência a um discurso de Yuri Andropov, no ano de 1974, como se o transcrevesse literalmente, o artigo sentencia que “nós, os soviéticos, [...] ya hemos organizado ‘oficinas distribuidoras de rumores’ en todo el mundo: clínicas, bufetes, salones de belleza, clubes sociales y hasta supermercados, barberías y casas particulares...”. (LORENZO, 1978:104). Dessa forma, com:

[...] la aplicación de la técnica del rumor, se aumenta el descontento, la inconformidad, y se debilita el respeto hacia las autoridades que dirigen patrióticamente los destinos de la nación-objetivo. Se intenta así, destruir la cohesión del pueblo [...]. (LORENZO, 1978:101).

São várias as entidades afetadas pela penetração comunista, desenvolvida pelos revolucionários profissionais, os “psicopolíticos”, levam a cabo uma tarefa de “manipulação” dos indivíduos e de difusão dos rumos. É possível observar que:

[...] las ideologías marxistas en el continente han penetrado y se difundido hasta lo más profundo en entidades obreras, comunidades estudiantiles y docentes, prometiendo una justicia social y muchas veces una ilusoria igualdad económica que no existe en los regímenes comunistas [...]. (TRIVELLI, 1987:15).

Outra faceta importante da infiltração consiste na penetração do sistema partidário, levado a cabo pela adoção de políticas comunistas por partidos não comunistas. Provavelmente, parte dessa crítica e denúncia fizesse compusesse um

sentimento contrário a atuação da Democracia Cristã, principal adversária do *Partido Nacional* depois de 1970 e força aglutinadora de opositores. Eduardo Frei Montalva, presidente do Chile no período anterior a UP, é um dos nomes fortes do partido socialdemocrata, fazendo oposição aberta ao regime militar e recusando, inclusive, cargos no governo. Essa confusão doutrinária ajudaria a promover uma desorientação coordenada pelos comunistas:

Finalmente, la infiltración de los partidos políticos que no presentan rótulo comunista es otra de las herramientas que contribuyen – y no poco – a aumentar aquella confusión complementada con el accionar de las conocidas organizaciones de fachada, de actuación en los más variados aspectos de la actividad humana y social. (QUEIROLO, 1981:105).

Até aqui, os apontamentos dos militares concentram-se em denunciar a penetração do comunismo na sociedade chilena e nos organismos internacionais, tratando de demonstrar como o marxismo se constitui como “arma” de cooptação e consegue, através de organizações de fachadas, transvestir-se em “ações comunitárias e humanitárias”. A caracterização dos adeptos ao comunismo e das organizações de fachada permite entrever uma cosmovisão castrense sobre o “perigo vermelho”, como diria Rodrigo Patto (2002), como uma percepção sobre um inimigo que está disseminado por toda a sociedade e que se aproveita das “fraquezas” desta para promover a desunião, através da luta de classes, e a desconstrução dos “valores” e “tradições” nacionais.

É nesse sentido que reside, na visão da oficialidade sobre o “problema” comunista, uma apreciação sobre a decadência da sociedade ocidental, em especial com relação ao âmbito da religião – subvertida pelas “falsas teologias” -, da moral – atacada pelo advento de “lutas de minorias” – e da cultura – vilipendiada pela ação nas universidades e por uma guerra cultural travada no âmbito dos costumes. Essas três “alienações” se conformam em uma ameaça direta a existência do Estado e da nação, uma vez que atacam seus pilares de sustentação. Nesse sentido, é preciso “[...] evitar las desviaciones absolutamente ajenas a nuestra tradición y a nuestra cultura”. (PRADO, 1976:12).

O objetivo final das subversões alimentadas pelo marxismo é a destruição de uma “ordem” da sociedade ocidental e a substituição por um ideário construído através do marxismo, tendo como meta principal a obtenção do poder total e a dominação do mundo. Assim:

La acción subversiva del comunismo busca alterar y destruir el orden, para producir en forma definitiva modificaciones profundas en las estructuras vigentes, buscando como objetivo final la toma del poder. [...] busca la alteración o la destrucción de los principios morales y las estructuras que conforman la vida de un pueblo [...]. (SOTO, 1989:104).

Algumas ideias marxistas se renovam e, descentralizadas do comando direto de Moscou, pretendem uma renovação da corrente comunista. Em especial, pensa-se na Europa e os “eurocomunistas<sup>103</sup>”, governos de esquerda, normalmente liderados por Partidos Socialistas, como o da França e o da Itália<sup>104</sup>, durante as décadas de 1970 e 1980. Esses novos grupos evidenciam:

[...] la aparición de una política neomarxista que pronto, cual verdadero caballo de Troya introducido en las naciones occidentales. [...] [os eurocomunistas] sin pedirles permiso a los popes del comunismo abandonan las tesis de la dictadura del proletariado y de la socialización de los medios de producción, sustituyendo ambos dogmas por una hegemonía cultural que ya poseen –pornografía, pansexualismo, ley sobre el aborto, etc.- y que prepara el terreno para la disolución de la sociedad. [...] se transforma la antigua dialéctica proletariado-burguesía en la nueva dialéctica tradición-modernidad [...]. [...] el eurocomunismo que le promete un socialismo sin campos de concentración es una tentación agradable. (VILAS, 1979:43).

O apelo sexual do comunismo, como elemento de degradação normal das nações, é utilizado para a destruição do núcleo familiar, base da sociedade ocidental. Os comunistas, portanto, “[...] en aquellos países que no han conquistado, introducen la pornografía, el debilitamiento del núcleo familiar, la promiscuidad sexual, la drogadicción y todos aquellos elementos que facilitan el camino a la penetración marxista” (TORRENT, 1983:52).

O que é a doutrina marxista? Em que ela consiste? Quais suas origens? Qual o seu objetivo? Essas são perguntas frequentes nos artigos do *Memorial del Ejército de Chile*. Antes de tudo, elas pretendem apresentar o marxismo teoricamente, seguindo a “evolução” dos conceitos e ressaltando as diferenças entre as “linhas” teóricas, como a russa e a chinesa. O marxismo surge como uma ideia força do século

<sup>103</sup> A crítica aos eurocomunistas advém de uma preocupação com a ação de chilenos exilados no exterior, em especial na França e na Itália, que acabaram por tecer relações com os governos progressistas desses países. Assim, ‘para la DINA [*Dirección de Informaciones Nacionales*], sin embargo, el nudo más inquietante era el de Roma, considerado el ‘centro marxista más importante de Europa y desde donde se dirige toda acción contra Chile’. (STERN, 2013:148).

<sup>104</sup> “[...] Berlinguer, en Italia, y de Marchais, en Francia, que estarían aplicando la misma táctica que conocimos en Chile [...]. La ideología se mantiene y lo que varía, hasta donde podamos aceptarlo, es el grado de sumisión al poder central”. (LECAROS, 1977:49).

XIX, que se desenvolve ao longo do século XX para se converter em fundamento da ameaça a civilização. Como se apresenta aqui:

En la primera mitad del siglo XIX [...] nacen y renacen las ideas socialistas utópicas, sentimentales y románticas [...]. [...] desean remediar los males sociales, mejorar las condiciones materiales de vida mediante reformas administrativas y repudiando toda acción política o revolucionaria [...]. (TORRENT, 1983:49).

A ameaça a civilização que representa o marxismo é fruto de uma filosofia de tradição hegeliana, baseada em fundamentos que podem ser encontrados na antiguidade clássica: “El germen lejano de la vertiente ideológica que agrede nuestra civilización se inicia con Heráclito culminando en Hegel, su máximo exponente, maestro de Marx, ubicado en su ala izquierda”. (QUEIROLO, 1981:100).

Os ideais socialistas, aglutinados ao redor dos primeiros teóricos considerados utópicos, desejam uma melhora nas condições da classe trabalhadora, sem apelar à violência. Entretanto:

A mediados del siglo XIX aparece Carl Marx, quien de acuerdo con el socialismo totalitario cree que la única forma de lograrlo es mediante la revolución permanente del proletariado. [...] Califica de irreal al Socialismo Liberal, porque trataba de mitigar la lucha de clases y mediar en los conflictos; y al suyo propio lo llamaba Socialismo Científico, porque según él se cumpliría con exactitud científica movido por las leyes de la naturaleza. (TORRENT, 1983:49).

Marx é apenas um teórico. Embasado na dialética, sua interpretação da história e da sociedade não pode concretizar-se em seu tempo. Seus conceitos e teorias são apenas especulações. É Lênin quem, apoiado em um profundo conhecimento de Clausewitz, proporcionará uma mudança determinando, transformando o socialismo científico na doutrina marxista-leninista:

La doctrina de la revolución alcanza su elaboración especulativa con Marx, pero faltará la puesta en práctica, que le dará los ajustes correspondientes, para su culminación a través de la concepción de Lenin, lográndose así la combinación del error y la maldad que se conoce como el Marxismo Leninismo. (QUEIROLO, 1981:102).

Maldade e erro. Uma combinação que permitiria a subversão dos valores e desunião das nações. A luta de classes se baseia em conceitos maléficos e equivocados, que distorcem a realidade e exacerbam os conflitos entre a população. A luta de classes é o motor principal da história e, por conseguinte, da revolução. Em resumo, “[...] el concepto de subversión es muy extenso y puede abarcar todas las actividades posibles del quehacer de un hombre. Si se quiere, es sinónimo de error”. (QUEIROLO, 1981:98). E aqui, um complemento:

La lucha de clases es, según dice el Manifiesto Comunista, una verdadera guerra civil latente y agrega que toda lucha de clases es necesariamente política [...]. [...] su desarrollo produce la destrucción de los factores de unidad social y de solidaridad nacional. (ORTEGA, 1988:102).

O objetivo da luta de classes é negar o bem comum, levando ao poder o proletariado com o fim último da instalação da ditadura do proletariado. A democracia seria apenas uma ferramenta descartável, desnecessária quando os comunistas assumissem o poder. A revolução promete um mundo ideal, sem lutas e sem divisões, inalcançável:

[...] en una sociedad dividida en clases no existe el bien común. Al negar que por sobre los conflictos sociales pueda haber elementos de unidad, queda planteada la lucha irreconciliable entre las clases y su fin sólo puede esmerarse del triunfo del proletariado que tendría el papel histórico de fundar la sociedad comunista liberando a toda la humanidad con su lucha. (ORTEGA, 1988:102).

Com o fim das classes, também haveria o fim da especialização do trabalho. Nada mais desalentador e equivocado:

Marx prometía que bajo la sociedad comunista el hombre no se vería conminado a la especialización propia de la división del trabajo de la sociedad industrial [...]. Traduzcamos a la realidad moderna de las técnicas profesionales la receta de Marx. Tendríamos que decir algo parecido a lo siguiente: por la mañana me dedico a operar el cerebro, por la tarde a programar una computadora, y por la noche a hacer cálculos de resistencia de un edificio y después de comer, si me place, dedicarme a escribir un tratado de sociología: puedo después pilotear un avión y luego cultivar mi jardín. (ORTEGA, 1988:110).

Subjaz nessas citações de artigos do *Memorial del Ejército de Chile* uma apreciação sobre o marxismo que combina diversos pensamentos políticos anticomunistas de grupos variados espalhados pelo espectro político chileno durante as décadas precedentes ao golpe de Estado. Como já demonstrado anteriormente, a existência de um feroz discurso de direita, embasado em lideranças políticas que engrossariam as fileiras do regime militar, somada a um catolicismo conservador, que assiste as renovações da Igreja com desprezo e desespero, além da constatação de uma crise civilizatória e de uma evidente “decadência” do ocidente, disseminado pela classe política chilena pode ser observada, também, no discurso da oficialidade.

Parte importante das críticas e percepções construídas sobre o marxismo advêm de militares estrangeiros, em especial argentinos e uruguaios. A existência desses artigos não deve surpreender. Tampouco, deve ser dada uma atenção exagerada a esse fato. O que importa, para a presente análise, é a circulação, no

ambiente do Cone Sul, de uma cosmovisão castrense antimarxista, fortemente arraigada em uma cultura política precedente aos golpes de Estado. É preciso evidenciar que, se os militares assumem a condução do país, pelo menos no caso específico do Chile, eles não o fazem sozinhos. Também não criam novos conceitos ou novos inimigos. De alguma forma, a caserna consegue captar anseios e preocupações de uma parcela significativa da população e, a partir daí, começa a construir um discurso baseado em uma interpretação sobre o passado recente e o futuro ansiado. É necessário ter em mente que esses militares não saem de seus quartéis, isolados da sociedade, para conduzirem os destinos da nação do dia para a noite. Ainda que o *projeto refundacional* se constitua ao longo dos primeiros dez anos do regime militar, ele utiliza elementos que estão presentes na sociedade chilena muito antes da tomada de poder.

Esses são os conceitos chave, fundamentais para a compreensão da cosmovisão castrense e, ao mesmo tempo, de sua cultura política. Muitos dos conhecimentos aplicados à teoria de Estado e, concomitantemente, na análise da doutrina marxista-leninista advêm de uma apreciação sobre a Geopolítica, que senta suas bases em Ratzel<sup>105</sup>, Mackinder<sup>106</sup> e Kjellén<sup>107</sup>. Como já pudemos observar anteriormente, existe um conjunto de ideias que são compartilhadas com o meio civil e, por isso mesmo, difíceis de localizar sua origem. Nesse movimento entre mundo civil e caserna, é importante perceber a utilização de argumentos similares, muitos deles sobrevivendo em um período médio de tempo. A atualização da cultura política, dessa forma, dá-se de maneira paulatina e lenta. Se as raízes do pensamento econômico e o papel do Estado se encontram nas décadas de 1920 e 1930, é o ideário formado a partir da experiência do governo de González Videla, a partir de 1947 e, em especial, de 1948, da derrogação da *Ley de Defensa Permanente de la Democracia* em 1958 e dos conhecimentos adquiridos na USARCARIB/USARSA que conformam uma concepção sobre este “flagelo”.

---

<sup>105</sup> Friedrich Ratzel, geógrafo alemão do final do século XIX, considerado um dos inspiradores da geopolítica. Escreveu uma das obras que baseiam o estudo sobre geopolítica: *Politische Geographie* (1897). Cunhou os conceitos de *determinismo geográfico* e de *espaço vital*.

<sup>106</sup> Halford John Mackinder, geógrafo inglês do início do século XX, é considerado, junto a Ratzel e Kjellén, criador das bases da geopolítica. Seu trabalho mais conhecido é o artigo *The geographical pivot of history* (1904), onde apresenta sua teoria da “ilha do mundo”.

<sup>107</sup> O sueco Rudolf Kjellén, cientista político do final do século XIX, é considerado o fundador da geopolítica, ao ser o primeiro a utilizar o termo para designar uma disciplina específica, elaborando uma espécie de fusão das disciplinas de história, geografia e ciência política, com o intuito de influenciar nas decisões políticas do Estado, principalmente no plano externo.

As ideias de Frederick Nunn parecem ter servido, pelo menos durante os primeiros anos do regime militar, como base de análise da cosmovisão castrenses sobre o seu próprio desenvolvimento doutrinário. Através de republicações do Instituto de Ciências Políticas da *Pontificia Universidad Católica de Chile*, o *Memorial del Ejército de Chile* publicizou a visão do historiador norte-americano, exaltando seu profundo conhecimento sobre as instituições armadas. É que nem sempre todas as ideias de Nunn foram bem recebidas no interior da caserna. Contudo, de uma maneira geral, sua análise sobre a atuação política das Forças Armadas chilenas, bem como suas considerações sobre o desenvolvimento doutrinário foram aceitas.

Muito provavelmente, a recepção das análises de Nunn levasse em consideração a terminologia empregada em seus trabalhos e sua indissolúvel convicção do distanciamento ideológico das instituições castrenses chilenas. Em reiteradas oportunidades, o historiador estadunidense se referiu às Forças Armadas chilenas como fruto de um *ethos* militar prussiano desenvolvido ao longo do século XIX e que se arraigou nas suas posturas políticas. Por um lado, Nunn supervaloriza a influência da doutrina alemã na formação do pensamento político da oficialidade.

Por outro lado, e de uma maneira bastante inteligente, confere ao exército, em especial, uma historicidade memorável. Sua análise, seja através dos textos publicados no *Memorial del Ejército de Chile*, seja por suas obras, é perpassada por uma visão histórica da concepção sobre política da oficialidade.

Um dos pontos mais altos da análise de Nunn reside em sua percepção sobre o desenvolvimento interno das instituições castrenses. Em seu trabalho, concomitantemente a uma sensação de que o exército chileno é uma cópia latino-americana do seu congêneres prussiano<sup>108</sup>, é possível visualizar seu esforço em fundamentar as bases nacionais de desenvolvimento da caserna chilena.

Entretanto, em que pese o profícuo trabalho historiográfico despendido para a análise da conjuntura política do Chile, e suas relações com a caserna durante o século XIX, para o período posterior, e principalmente ao referir-se ao interregno das

---

<sup>108</sup> “En cierto sentido la clase de oficiales es una reliquia histórica colectiva. Tan al día en el aspecto tecnológico y de entrenamiento como lo permiten la asistencia militar de los Estados Unidos, el aspecto esencial del ejército sigue siendo el que corresponde al período entre ambas guerras mundiales; el estilo todavía germánico, un vestigio desde su fundación en las postrimerías del siglo XIX”. (NUNN, 1977:95).

décadas de 1940 e 1970, não é possível observar uma tentativa sistemática de análise desta mesma conjuntura<sup>109</sup>.

Na obra de Nunn resta uma percepção do exército como instituição isolada do cenário político durante a época de emergência da democracia de massas<sup>110</sup>. Essa argumentação se sustenta a partir das afirmações do autor sobre a inexistência de artigos no *Memorial del Ejército de Chile* sobre política contingente durante este período. Acreditar nesse isolamento significa cancelar um discurso oferecido desde a caserna para o restante da sociedade. Desconhecer as relações entre grupos políticos e as Forças Armadas no período precedente ao golpe de Estado significa acreditar na fábula das instituições armadas avessas a ideologias.

De todas as formas, o trabalho do historiador estadunidense permanece fundamental, no sentido em que visa uma tentativa de compreensão do *ethos* militar chileno, conferindo a esta historicidade. Nesse sentido, Nunn aponta para uma influência da geopolítica no pensamento da oficialidade, em especial aquela vinculada a uma visão sobre o Estado orgânico.

Em artigo republicado em 1977 pelo *Memorial del Ejército de Chile*, o autor expressa seu ponto de vista sobre a maioria dos estudos que versam sobre a participação militar na política: “Muy pocos esfuerzos se han hecho para analizar e interpretar desde adentro, lo que equivale a tratar el catolicismo romano sin considerar, digamos, a San Agustin, las Encíclicas, o a Jacques Maritain”. (NUNN, 1977:94).

E continua:

Amplias generalizaciones acerca de los militares latino-americanos deben ser reducidas a pedazos. Si es que hay una relación entre desarrollo institucional y relaciones internacionales, específicamente relaciones hemisféricas, no se pueden comprender o apreciar sin relacionarlas al desarrollo institucional. (NUNN, 1977:94-95).

---

<sup>109</sup> Durante as duas primeiras partes do seu livro *The Military in Chilean History* (1976), Frederick Nunn dedica boa parte de sua análise para demonstrar as relações entre os grupos políticos e a instituição armada. Entretanto, na terceira parte do livro, dedicada ao período entre 1931 e 1973, parece haver mais uma preocupação por explicar o cenário da *Unidad Popular*, fundamentando as posturas dos militares, sem relacionar, diretamente, grupos políticos civis interessados na intervenção militar e suas interações com o meio castrense golpista. Ver, em especial, o nono e décimo capítulo dessa obra.

<sup>110</sup> “No periódico chileno, como já mencionado, há uma incidência menor nos anos recentes de artigos dedicados a questões sociais, políticas ou econômicas em relação as revistas militares da Argentina, Brasil e Peru. Podemos certamente concluir que em 1970 os oficiais do exército chileno possuíam pouco interesse em assuntos extraoficiais” (NUNN, 1976:261). [Tradução do autor].

Aqui fica claro que Nunn está relativizando o papel do treinamento recebido na USARCARIB/USARSA por parte da oficialidade. Sua relativização, contudo, não trata de amenizar a conduta política externa dos Estados Unidos, senão de evidenciar o processo histórico de desenvolvimento interno da caserna chilena. Todavia, como já apontado anteriormente, a ênfase dada pelo historiador à questão nacional na cosmovisão castrense chilena parece, a priori, exagerada.

O processo de desenvolvimento institucional das Forças Armadas é entendido como “una organización profesional en estrecho contacto con el sector civil”. (NUNN, 1977:95). Portanto, para o historiador, é necessário observar essas relações próximas com o setor civil, respeitando as singularidades específicas das instituições armadas.

O autor estadunidense valorizou o “profundo sentido de historia y tradición” da classe de oficiais. E, dessa forma, expressa que, na visão dos militares, estes apenas teriam cumprido “un rol histórico innecesario, excepto en circunstancias extremas raramente presentes en Chile, pero manifiestas después de 1970”. (NUNN, 1977:95).

Nunn reforça a ideia de alijamento da oficialidade de uma ideologização: “Aunque desprovisto de una posición ideológica específica y denegado un rol importante en el desarrollo interno, el ejército mantenía una visión crítica de la democracia, del igualitarismo, individualismo y extremismo”. (NUNN, 1977:95). Aqui o autor pretende apresentar a oficialidade como “una reliquia histórica colectiva”. Na visão de Nunn, prevaleceria na oficialidade uma mentalidade do período de entre guerras. E assim considera que:

No habiendo sido entrenado en un rol global o con un orientación de guerra fría en mente y habiéndose mantenido en la periferia en el escenario doméstico, el desarrollo institucional del ejército hacia mediados de 1970 se parecía al de los ejércitos alemán y francés de antes de 1939 en los términos de relación cívico-militar. (NUNN, 1977:95).

É preciso contestar, uma vez mais, as considerações de Frederick Nunn. Não com o objetivo de destruí-las, mas de relativizá-las. Vários são os autores, como referido no segundo capítulo da presente dissertação, que demonstram como, a partir do final da década de 1950 e, em especial, durante os anos 1960, a oficialidade foi preparada para um conflito global, sendo inserido em uma lógica de Guerra Fria. A política estadunidense, somada a ações dos diversos governos chilenos, impulsionaram a fusão das apreciações sobre o cenário doméstico do país andino

com os conceitos advindos do estreito contato com suas contrapartes latino-americanas e norte-americanas através dos cursos da USARCARIB/USARSA.

Em um outro sentido, insistir no afastamento da oficialidade do “cenário doméstico” é negar a conduta do exército em especial, levando a cabo através de administrações civis de Gabriel González Videla, Carlos Ibáñez del campo, Eduardo Frei e de Salvador Allende. As Forças Armadas não só foram utilizadas pelo governo como suporte repressivo, mas cumpriam funções constitucionais que as colocavam em contato com o cenário doméstico. É o caso das eleições, quando oficiais eram designados para exercer cargos de segurança e controle em diversas regiões do país.

Além disso, a classe de oficiais não estava tão alijada do cenário nacional por uma questão prática. Depende da aprovação do Congresso nacional para as suas promoções, seria preciso em alguns casos, conduzir uma relação profícua com figuras políticas, o que poderia acarretar diversos compromissos. Mesmo que consideremos a boa vontade dos políticos e o suposto afastamento dos militares do cenário doméstico, seria impossível justificar esse tipo de comportamento sem prever, como é natural, relações de interdependência entre os atores em questão. Compromisso político, lealdade ou simples apoio, deveriam ser barganhas utilizadas, além da simpatia de ideias e proximidades de visões.

É interessante perceber a retórica de Nunn sobre a tomada de posição dos militares. Em alguns momentos, fica claro a escolha deste autor estadunidense e o seu livre trânsito dentro do governo militar. Em 1976, Frederick Nunn havia entrevistado vários membros do regime, entre eles os quatro comandantes-em-chefe das Forças Armadas e Carabineros. Assim, emerge uma visão que considera que:

Empujados a una crisis política de mayor magnitud, pero superficialmente parecida a la de Argentina, Brasil y Perú y careciendo de entrenamiento avanzado y orientación para tales crisis como las proporcionadas en tales países, el ejército se encontró a si mismo forzado a tomar partido entre propiciadores y oponentes a la ‘vía chilena’. (NUNN, 1977:96).

Para Nunn, a iniciativa da derrubada do governo de Allende não é de um mero grupo de conspiradores, que com sua influência e exercendo seus cargos na hierarquia militar, valeram-se de uma cultura política conservadora antimarxista contra um governo democraticamente eleito. As Forças Armadas foram “empurradas”, “forçadas” a tomar partido frente a um projeto do qual deveriam “defender” ou “destruir”. O golpe de Estado, nesse sentido, não é fruto da vontade dos militares, mas

sim exigência da sociedade civil constituída frente à um cenário de impasse político que pretendia manipular as instituições castrenses com o objetivo de defender suas próprias posições.

Um ingrediente desse chamamento seria a violência. Dessa forma, setores da esquerda tentavam levar os militares para o seu lado:

Desde 1971 en adelante, la extrema izquierda, por ejemplo, el Movimiento de Izquierda Revolucionaria MIR, trató de subvertir la disciplina militar, incitar a personal no comisionado y a los conscriptos a desobedecer órdenes, y en una 'crisis inevitable', volverse contra sus superiores. Exposiciones como las del 'Libro Blanco del Cambio de Gobierno en Chile', son admitiblemente [sic] hiperbólicas en el tono y con sobrecarga en cuanto a documentación, pero los intentos, conspiraciones e intención son, a pesar de ello, genuinos. (NUNN, 1977:97).

Não se trata aqui de desconsiderar a atitude violenta de grupos de extrema esquerda. Estes grupos participaram do governo de Allende e são o resultado de uma polarização política iniciada em 1950. Entretanto, é preciso relativizar suas ações frente ao aparato militar do Estado. As Forças Armadas chilenas, ao contrário do afirmado por Nunn, não eram uma “reliquia histórica”, com um treinamento similar à de seus congêneres europeus do pré-segunda guerra mundial. Antes de tudo, essas instituições castrenses detinham um profundo respeito pela Constituição política e ao papel a elas designado pela carta magna de 1925. Tal respeito se construiu a partir da reação civilista dos anos 1930 e dos desfechos da tentativa de envolvimento militar na política, como no governo de Ibáñez.

Nunn segue na enumeração de argumentos que explicam a tomada de posição dos militares:

A mediados de 1973, una facción de la dividida izquierda estaba tratando de cooptar a los militares, obtener ventaja de su experiencia técnica y conocimiento organizativo para empujar a Chile hacia 'la vía'. Concomitantemente una facción vociferante e inclinada a la violencia, estaba preparando una confrontación y la destrucción de la clase de oficiales. Una situación así alteró dramáticamente el desarrollo institucional del ejército: 1) solicitando apoyo y 2) amenazando destrucción. (NUNN, 1977:97).

Algumas ideias chave impulsionaram essa ação: “Salvar al país, defender el destino [sic] histórico de Chile (cualquiera que fuese), limpiar al país del comunismo ateo, evitar la posibilidad de la lucha de clases”. Sem alternativa, portanto, a caserna deveria decir se: “[...] enfrentaba a la dictadura totalitaria marxista o a una acción

militar para prevenirla. Las políticas de la extrema izquierda y la oposición política crearon esta creencia”. (NUNN, 1977:97).

O artigo de Nunn está dividido em diversos tópicos. Gostaria de analisar rapidamente alguns destes, com o objetivo de demonstrar que, embora sua argumentação me pareça inclinada a auxiliar as justificativas dos militares, em um sentido macro suas considerações são obviamente relevantes.

Sobre a relação dos militares e a democracia, Nunn alerta que, embora o “inimigo imediato” fosse o marxismo, “el verdadero culpable, desde el punto de vista militar, es la democracia”. Assim “la experiencia entre 1970 y 1973 era vista como el resultado lógico de una exagerada y pervertida democracia, individualismo excesivo, politiquería”. (NUNN, 1977:98). Nesse sentido, considera que há uma concordância dessas ideias críticas à democracia com um pensamento militar europeu do pré-segunda guerra. Em essência, creio que o pensamento militar do Chile, em especial, serviu-se de bases teóricas de grupos políticos que construíram sua crítica à democracia liberal tendo como horizonte as ideais de Carl Schmitt. Esse seria um interessante tema de trabalho, difícil de ser concretizado no curto espaço de tempo desta dissertação de mestrado.

A democracia, a *politiquería* e a demagogia<sup>111</sup> andavam juntas. O sistema democrático permitiria que os medíocres – como exposto em outro artigo de Nunn, já referido no primeiro capítulo deste estudo – escolhessem um governante que, por sua vez, não poderia ser outra coisa senão medíocre.

Portanto:

La democracia permitía a un ‘demagogo de minoría’ llegar a ser presidente constitucional, permitía a una mayoría opositora controlar la rama legislativa (para alivio de muchos oficiales, en la práctica) y creaba condiciones en que la política de coaliciones, la inconsistencia ministerial, actitudes partidistas y luchas por el poder dominaban el gobierno. La democracia empujó a los militares a la política, como raramente lo hizo antes, y los expuso a estas características. La democracia no ofrecía solución a los conflictos e impases ejecutivo vs. congreso, minoría vs. mayoría y, después de las elecciones parlamentarias de 1973, no hubo ya solución alguna. La democracia permitía a los extremistas llevar a cabo actividades terroristas (en las que oficiales perdieron la vida). Democracia significaba que aquellos que actuaban a nombre del Presidente podían ‘maliciosamente aumentar la presión del puño marxista sobre Chile’. (NUNN, 1977:98).

---

<sup>111</sup> “Un corolario práctico de esta visión fue el considerar que los políticos del siglo XX, de centro y de izquierda, habían forjado sus carreras en base a la manipulación de las masas y la demagogia, lo que había conducido a la destrucción del alma y la viabilidad misma de Chile”. (STERN, 2013:111).

É o pluralismo político, e a libertinagem permitida pela democracia, que criam um espaço ideal para o crescimento da subversão:

El liberticida pluralismo ideológico ha devenido en un pluralismo moral, permisivo hasta lo increíble. Poco a poco desaparece la moral general, social, colectiva, y cada individuo se ve justificado en sus actitudes por el solo hecho de estar acorde con la moral grupal, creada a gusto y conveniencia de sus componentes. (HERRERA, 1980:140).

Las democracias saben defenderse y están preparadas para aceptar el libre cambio de ideas de acuerdo con sus principios; pero están inhabilitadas para reaccionar cuando en virtud de esa misma libertad y de esos mismos principios se propagan doctrinas que buscan terminar con ellos. Esta debilidad de las democracias occidentales es hábilmente explotada por el marxismo [...]. (LECAROS, 1977:50)<sup>112</sup>.

Sobre o corporativismo e os militares, Frederick Nunn afirma que essa associação é fruto da falta de “sofisticação sobre coisas políticas”. Dessa forma, “la Junta de 1973 pronto abrazó soluciones corporativistas para los males de Chile”. Nesse sentido, o corporativismo revela uma nova relação civil-militar:

El corporativismo es de ninguna manera exclusivamente militar; en realidad constituye un puente en una nueva relación cívico-militar. La catarsis nacional de 1970 a 1973 revivió y fortaleció una profundamente cimentada tradición de corporativismo civil, que data del desencanto respecto de la democracia libertaria después de la 1ª Guerra Mundial. (NUNN, 1977:99).

É possível observar que Nunn também considera que argumentos sobre a crítica à democracia e a defesa do corporativismo advêm de grupos políticos históricos no Chile.

Sobre o marxismo, o autor afirma que:

La división de la izquierda, que se ha señalado anteriormente, fue realmente significativa para convencer a los líderes militares de que la acción política era necesaria y no es que los militares chilenos necesitaran mucho convencimiento de que el marxismo era incompatible con sus intereses profesionales. (NUNN, 1977:100).

Sobre sua relação dos militares com o mundo civil, o historiador considera que:

Era obvio que los líderes militares culpaban al liderazgo civil de los problemas recientes de Chile y todavía lo hacen. Marxismo y democracia ceden así a un culpable último: la población civil, sus valores, sus instituciones. Como se ha señalado, los civiles no exponen las virtudes que los militares aprecian más. En ocasiones importantes los civiles han desairado a los militares o ignorado sus

---

<sup>112</sup> La principal fuerza del marxismo está en la debilidad de las democracias. [...] Se ha estado haciendo verdad lo que decía Lenin [sic], que el capitalismo ayudaría a vigorizar la economía soviética y que cuando no hubiese cuerda suficiente para colgar a toda la burguesía, ella misma la proporcionaría. (LECAROS, 1977:51).

opiniones. Los líderes militares piensan que los civiles no les ofrecían lo suficiente. (NUNN, 1977:101).

Por último, talvez o ponto mais importante desse artigo de Frederick Nunn, diga respeito a suas considerações sobre os militares e o poder. O autor estadunidense inicia lembrando que a tomada de poder e sua manutenção não obedece a uma unanimidade dentro das Forças Armadas. Entretanto, existem características comuns, evidenciadas na América Latina.

O regime militar baseia sua ideia de poder em um *ethos* militar que afirma a necessidade de uma “remodelação do Chile”. Esse pensamento não seria novo: “Esta convicción existe hace décadas, pero no en un grado que permitiera hacerlo y nunca tampoco como una característica prominente del pensamiento militar”. (NUNN, 1977:102). Assim, o exercício do poder por parte dos militares, deriva de um *ethos* militar baseado na geopolítica, nas teorias de Kjellen, Mackinder, Haushofer e outros.

Emergem questões, portanto, que visam apresentar algumas justificativas sobre o atuar dos militares no mundo da política. Em adição ao seu anticomunismo, já referido anteriormente, a subversão da política, e sua conseguinte transformação em “*politiquería*”, um mal abominável que destrói o Chile. O discurso sobre a demagogia e a *politiquería* já havia sido enfatizado ao longo das décadas de 1940 e 1950. Entretanto, o regime militar adota uma posição mais conservadora, estabelecendo uma relação entre o “caos anárquico” do pós-independência – sanado com um governo centralizador da figura mítica de Diego Portales – e o furacão de impasse político criado pelo partidarismo prevalente nos anos da UP. Assim:

No constituye una novedad para ningún ciudadano chileno que nos debatíamos en una vorágine de política contingente que, incluso, había llegado a transformarse de ‘política’, (que es el arte de gobernar) en una repelente “politiquería” (que es la expresión más vulgar de la política). (JONES, 1974:18).

Sobre isso, uma tradução de um artigo publicado pelo periódico francês *Revue Défense Nationale*, afirmava que:

El número de las víctimas, la instauración del estado de sitio, la suspensión de la Constitución, la disolución del Congreso, la interdicción o suspensión de los partidos políticos, el establecimiento de la censura, han sido para los militares riesgos o decisiones que era necesario tomar para conseguir salvar al país del caos y sanarlo del virus de la politiquería y devolverlo a su cauce normal. (LAFFITE, 1976:52).

A defesa do Chile do mal da *politiquería* se somaria com a luta contra o marxismo:

Recién circunstancias extremadamente graves para la seguridad del país lograron vencer esta resistencia natural, obligándolos a asumir la responsabilidad del Gobierno nacional, para evitar que sucumbiera en el marasmo de la politiquería, para ser víctima fácil de la voracidad del marxismo-leninismo soviético. (GEVERT, 1977:77).

Como nos lembra Nunn, na visão dos militares “la experiencia entre 1970 y 1973 era vista como el resultado lógico de una exagerada y pervertida democracia, individualismo excesivo, politiquería”. (NUNN, 1977:98).

Os políticos, e principalmente aqueles críticos ao regime militar, são considerados verdadeiras excrecências, seres incapazes de compreender o funcionamento do Estado e colocar os interesses da nação por sobre seus próprios interesses partidaristas. O plebiscito de 1978, que “confirmaria” o governo da *Junta de Gobierno* liderada por Augusto Pinochet, seria uma boa demonstração para a classe política:

Sea esta recuerdo la mejor respuesta a esos mercaderes de la politiquería, que no trepidan en aliarse con centros foráneos de influencia, en su frenética desesperación por recuperar un poder que perdieron por obra de sus propios errores, y que el pueblo chileno les reiteró categóricamente el 4 de enero pasado, que no aceptará por motivo alguno que retorne a manos de quienes a cambio de alcanzarlo, estén dispuestos a transar nuestra soberanía o nuestra dignidad. (LA DIRECCIÓN, 1978:8).

O exemplo de O'Higgins<sup>113</sup> deve ser lembrado:

[...] sus cartas nos han conservado el recuerdo de sus amargas y certeras reflexiones, ante el espectáculo doloroso de Chile, sumido por años en el caos, el desorden. O'Higgins con su gesto noble no había calmado la ambición de los políticos que con sus ansias de poder arrastraban al país a la anarquía. Hoy después de 140 años la situación que vivió Chile en su período de recuperación nacional debe recordar a lo que nos llevó la demagogia y la politiquería de algunos políticos, que culminaron en 1973 [...]. (UGARTE, 1978:14).

A ação dos políticos é egoísta, indisciplinada e falsa. Não compreendem a tarefa da defesa e o papel das Forças Armadas:

[...] Lo que puede inducir a confusión es que el soldado en general, en todo el mundo, siente un profundo desagrado por la politiquería indisciplinada y farsesca [sic] que efectúan determinados políticos profesionales, con objetivos generalmente estrechos, egoístas o al servicio de intereses foráneos. [...] No puede estar dispuesto a arriesgarse a sí mismo, ni a los hombres que la ley ha puesto bajo su mando, para obedecer órdenes atrabiliarias de elementos aventureros que no tienen ni siquiera un claro concepto de lo que representa [sic]. (GEVERT, 1978:86).

---

<sup>113</sup> Ver LIRA e SIRGUIADO, 2013.

A política foi compreendida como algo que está a serviço exclusivo dos interesses partidários, não permitindo que, em regime democrático, se estabelecesse um acordo entre as partes conflitantes para a resolução das querelas. A reprodução desse ideal, através da infiltração comunista ou mesmo da conscientização, desvirtuam os “verdadeiros” propósitos das instituições sociais:

[...] También se ocasionan trastornos en el campo social o interno, al malentenderse la libertad en el sentido de llevar la política o politiquería a todos los foros de la nación (sindicatos, sistema educacional, etc.), desvirtuándose sus verdaderos fines. (RIPOLL, 1979:31).

A retórica contra a *politiquería* perdurou até meados dos anos 1980, pelo menos nos artigos do *Memorial del Ejército de Chile*. Isso se deve, provavelmente, a mudança de estratégia do regime militar, preocupado em criar um ambiente político distinto ao dos primeiros anos da ditadura. Como já referido anteriormente, a partir de 1983 se inicia uma reorganização dos partidos políticos, em uma lenta abertura confiada a Sergio Onofre Jarpa. A oposição começa a se aglutinar, mas ainda não consegue concentrar todos os grupos contrários ao regime. Enquanto isso, grupos mais próximos do governo se dividem em pelo menos três conglomerados: a *UDI*, o partido *Renovación Nacional* (RN) e o *Movimiento de Unión Nacional* (MUN). Esse incipiente espectro político alavanca a utilização de uma outra palavra.

O uso do vocábulo “demagogia” pode ser encontrado nos artigos do *Memorial del Ejército de Chile* desde o princípio do regime militar. Em um sentido amplo, ele denota uma falta de compromisso político, por parte dos atores envolvidos no cenário público, com a cidadania. Em um sentido mais específico, demagogia significa, para a oficialidade, toda e qualquer demonstração política, emanada desde as organizações partidárias ou mesmo de indivíduos, que visam a apresentação de promessas, planos ou programas. Normalmente, a palavra vem acompanhada de uma sentença sobre os políticos ou os partidos políticos. Assim, a ação das figuras públicas, os políticos profissionais, é entendida como essencialmente demagógica. Essa crítica vai ao encontro da retórica que denuncia o sistema democrática e expressa uma aversão ao sistema de partidos desenvolvido a partir de 1925. A crítica converte-se ainda mais acirrada quando, em meio a acusação de demagogia, encontra-se referência ao marxismo:

Los adversarios de nuestro Gobierno formulan críticas a la Política Económica, pero ¿quieres [sic] son ellos? O bien son algunos políticos despechados, porque creyeron que nosotros éramos simples

testaferros que habíamos salvado al país del marxismo para entregárselos a ellos que, precisamente, con su demagogia y debilidades habían contribuido a crear las condiciones para el advenimiento comunista, o algunos ambiciosos o aventureros que adoptan la posición fácil de censores aprovechándose, igual que aves de carroña, del sacrificio de un pueblo entero, con fines indisimulados de crearse plataformas políticas a futuro a costa del prestigio y del esfuerzos presente de nosotros, los uniformados. (HORMAZABAL, 1977:87).

Vamos analisar rapidamente alguns dos qualificativos utilizados nessa passagem para observar quais são os adjetivos vinculados aos políticos. Em primeiro lugar, “despechados”, que significa, de uma maneira geral, desprezo. A definição da *Real Academia Española*, na primeira acepção da palavra, sinaliza: “despecho, Malquerencia nacida en el ánimo por desengaños sufridos en la consecución de los deseos o en los empeños de la vanidad<sup>114</sup>”. E vejamos como se constrói uma diferenciação entre “nós” – os militares” – e “eles” – os políticos. Os políticos são vistos, em primeiro lugar, como indivíduos frustrados em seus desejos de condução do poder, por acreditarem que os militares, seus simples cumpridores de ordens, entregariam o poder após salvar o Chile do marxismo, são os responsáveis, justamente em virtude de sua demagogia – aqui entendida como sinônimo de *politiquería* – por criar as condições favoráveis ao desenvolvimento do comunismo. Em segundo lugar, figuras sem propósito, aventureiros, ambiciosos, abutres – urubus – que se utilizam do povo, que se sacrifica, com o exclusivo objetivo de se projetarem politicamente em um eventual cenário de retorno à normalidade democrática, aproveitando-se do prestígio e do esforço das Forças Armadas.

A demagogia é um defeito apontado como intrínseco a classe política e uma contraposição evidente ao compromisso patriótico das instituições armadas. Por não estarem vinculados a nenhum partido e não servirem a nenhuma ideologia, os militares não têm outro desejo senão o de salvar o Chile do “caos comunista”, proporcionando o tão esperado crescimento, unindo a população e fortalecendo a soberania do Estado. Surgiria, portanto, um novo sentimento com relação à política:

El país se siente liberado del terrorismo, de la demagogia y de la infiltración de ideologías foráneas. Pero sobra todo ha adquirido confianza en que sus gobernantes pueden cometer errores, pero que no pretenden engañarlo y que los problemas públicos tratan de resolverse de veras, sin dilaciones, sin temores y sin prejuicios. Después de años de desaliento y de confusión, el país volvió a tener

---

<sup>114</sup> Diccionario de la lengua española. Disponível em: <http://dle.rae.es/?id=DliddvIP>. Acesso em 13/05/2016.

esperanza y a confiar en sus posibilidades de retomar una posición digna en el mundo. (LA DIRECCIÓN, 1979:11).

A “libertação”, levada a cabo pelos militares através de sua “intervenção”, configura-se em três sentidos: a população sente-se livre do terrorismo – grupos de extrema esquerda, os denominados *grupúsculos* -, da demagogia – da política e dos partidos, das falsas promessas, das disputas eleitorais -, e da penetração de ideias estrangeiras – em clara referência ao marxismo. A caserna, que assume o poder e a árdua tarefa de conduzir o país através de um caminho cheio de sacrifícios e restrições, inspira confiança porque não comete atos terroristas – desde logo, as prisões, a tortura, os assassinatos, os campos de concentração, o desaparecimento e o toque de recolher não são considerados atos terroristas, mas medidas autoritárias necessárias em um cenário de guerra interna, desenvolvida em um panorama de guerra contrarrevolucionária -, não professa o mal da demagogia – os militares não são políticos e não estão agrupados em partidos – e, por óbvio, opõe-se a qualquer ideologia, seja ela estrangeira ou nacional. Inspirados pelo sofrimento do povo, os novos governantes são seres humanos, podem cometer erros, mas, sinceros, não têm a intenção de enganar a população. O regime militar é a verdadeira salvação do Chile, porque oferece, novamente, a esperança ao povo.

O governo de Salvador Allende será lembrado sistematicamente como um período de caos, anarquia, confusão, fome, miséria, tentativa de cooptação da população e das Forças Armadas, reino da demagogia, da *polítiquería*, do desacordo, do aniquilamento da iniciativa privada. Como resume Pinochet, em discurso referente a entrada em vigência, com os artigos transitórios, da Constituição de 1980:

Fueron esas décadas de demagogia y estatismo socialista lo que erosionó nuestra vida política, económica y social y preparó la embestida del marxismo para intentar directamente transformar a Chile en un país comunista. Es preciso subrayar la íntima relación de los tres elementos señalados: la demagogia, el estatismo y el marxismo. La demagogia estimula al estatismo, porque el incremento del tamaño e influencia del Estado facilita la acción de los grupos de presión, tal como éstos desean. A su vez, el estatismo favorece al marxismo, al generar un desarrollo económico insuficiente y cercenar la libertad real de las personas, factores que son de gran utilidad en las pretensiones totalitarias. (UGARTE, 1981:10).

O governo da UP não é o único responsável pela erosão da vida política, econômica e social. Décadas de demagogia – exercício da política, partidarismo – e estatismo socializante – em referência as tentativas de reforma agrária, nacionalização do cobre, etc., medidas executadas por diversos governos antes de

Salvador Allende<sup>115</sup> - o terreno foi preparado para que o marxismo pudesse conquistar o Chile e transformar as características próprias de sua identidade. Na relação estabelecida entre a demagogia, o estatismo e o marxismo, fica bem clara a aceção que se quer dar a primeira palavra. A demagogia facilita a ação de grupos de pressão, constituídos através de partidos políticos. O estatismo acaba com a iniciativa privada, proporcionando o cenário ideal para a “comunização” do Estado. Os militares, ao contrário, desenvolvem “[...] una política seria y absolutamente falta de demagogia del Gobierno Militar y de un modelo económico a todas luces más eficiente [...]”. (DANÚS, 1981:30).

A demagogia é relacionada constantemente com a crise econômica:

Para ello, la corrupción, la demagogia y el temor habían calado muy hondo en las instituciones políticas; la crisis económica llegó prácticamente a paralizar el país, y la descomposición, agitación e intranquilidad social alcanzaron límites intolerables. (HERRERA, 1981:106).

A retórica da crise econômica, somada a um cenário de anarquia, está presente desde os inícios da ditadura. Em meados dos anos 1980 era importante para o regime, principalmente com a proximidade do aniversário de 10 anos do golpe de Estado, mostrar o passado como um palco desalentador e o futuro como um mar de águas calmas, resultado da ação dos militares. A crise econômica de 1982 impactará nesse discurso, desaparecendo, quase que totalmente, esse tipo de argumentação do *Memorial del Ejército de Chile*. Em editorial de 1981, a revista afirma que “nuestro país hoy avanza resueltamente por la senda que los chilenos se han trazado, habiendo superado definitivamente la peor crisis de nuestra historia, la que estaba marcada por la anarquía, la demagogia y el libertinaje”. (LA DIRECCIÓN, 1981:5).

O ressurgimento dos partidos políticos é acompanhado como um movimento de retorno a demagogia e violência:

[...] en un momento en que desgraciadamente en nuestro país (y ésta es mi opinión personal) resurgen o están en vías de resurgir las fuerzas de la demagogia, las fuerzas ocultas de la violencia y también aquellas fuerzas del oportunismo de tantas personas o grupos deseosos de reconquistar un poder y una conducción que, en su

---

<sup>115</sup> É importante lembrar que, em um primeiro momento, várias medidas econômicas realizadas pela *Unidad Popular* não foram revogadas, como é o caso da nacionalização do cobre ou mesmo a reforma agrária. É certo que a “área social da economia”, grupo de empresas estatizadas durante a gestão do governo de esquerda, foi destruída nos primeiros anos do regime. Entretanto, houve um fortalecimento, em especial, de grupos estatais ou de empresas privadas ligadas a *Unidad Popular*. É o caso da CODELCO – *Corporación Nacional del Cobre* -, uma das empresas mais bem-sucedidas durante o regime militar.

oportunidad, no supieron manejar apropiada y patrióticamente. (FARREN, 1984:7).

As forças da demagogia são uma desgraça para o Chile. As forças ocultas da violência – em uma referência ao *Movimiento de Izquierda Revolucionaria* (MIR), muito provavelmente – e as forças do oportunismo – uma clara referência a *Democracia Cristiana*, que nos primeiros anos da ditadura adotou, em um contexto mais geral do partido, uma postura de apoio ao regime militar – são uma evidência do retrocesso, porque, na oportunidade em que conduziram o país – Eduardo Frei Montalva, pela *Democracia Cristiana*, e o MIR, agrupação que fazia parte do governo de Allende – não souberam aproveitá-la. Essa retórica atravessará o fim do regime, como é possível ver nesse trecho:

Este tema es particularmente relevante, más aún cuando está por cumplirse el centenario de la revolución, cobrando hoy más importancia, pues desgraciadamente en nuestro país —a juicio personal— resurgen las fuerzas de la demagogia, de la violencia, de oportunismos, y donde es inminente revalorar los ideales patrios por sobre los intereses partidistas. (GUTIERREZ, 1990:109).

A revolução a que se faz referência é a de 1891<sup>116</sup>, quando forças militares do exército e da marinha se envolveram em um conflito entre o Congresso Nacional e o poder executivo. A disputa acabou com a vitória do legislativo e a imposição do regime parlamentarista. Interessante reconhecer as semelhanças entre as situações vividas em 1891 e 1973. José Manuel Balmaceda, presidente do Chile, suicidou-se após entregar o poder. Salvador Allende, ao perceber sua iminente derrota, suicidou-se. Ao assumir o governo, uma série de reformas é estabelecida, um duro regime de perseguição é instaurado e trata-se de construir uma memória sobre esse movimento como fruto de uma incapacidade de governo do presidencialismo e da república. Um discurso muito parecido ao utilizado sobre o governo da UP pela ditadura militar.

No final da década de 1980, a lembrança da demagogia do período anterior à ditadura ressurgiu, como o objetivo de alerta sobre a possível queda do regime na votação do plebiscito de 1988<sup>117</sup>. O *Memorial del Ejército de Chile* publica, em editorial,

<sup>116</sup> Sobre a guerra civil de 1891 ver LIRA, 2001.

<sup>117</sup> O plebiscito de 1988 estava previsto na Constituição de 1980 como uma das últimas cláusulas transitórias da carta política do regime militar. Previa uma eleição indireta, com um candidato indicado pela *Junta de Gobierno*. Se o candidato apresentado fosse vencedor, permaneceria no cargo de presidente da república por mais oito meses, convocando eleições gerais em 1996. Em caso negativo, convocariam-se eleições presidenciais em 1989, entrando em plena vigência todos os artigos da carta magna de 1980 a partir de 1 de março de 1990. Pinochet é apresentado candidato e perde o plebiscito – recebendo, ainda, 44% dos votos. Em 1989, Patricio Alwyn é eleito presidente do Chile. Esse momento marca o início da longa transição para o regime democrática. Sobre o plebiscito, ver

que “superada la grave crisis económica en que nos arrojó la demagogia, volverán a surgir las grandes iniciativas destinadas a erradicar la extrema miseria y el hambre”. (LA DIRECCIÓN, 1988:3). Isso porque o governo militar é distinto, porque “no nace de una campaña política de transiciones, de demagogias”. (JONES, 1988:45).

#### **4.2 A identidade nacional: um apelo à unidade do povo chileno**

Os membros da caserna do Chile e, em especial, os oficiais do exército, elaboraram uma interpretação sobre a trajetória da instituição durante o período de vida independente do Estado chileno. A partir desta perspectiva, as Forças Armadas foram entendidas como elemento aglutinador das demais instituições republicanas, conferindo as mesmas a estabilidade necessária para a manutenção da existência do próprio Estado.

Essa construção não foi alheia a um desenvolvimento doutrinário por parte dos militares. Foram justamente elementos de doutrinas, principalmente ao longo do século XX, que conferiram ao exército uma interpretação “orgânica” do Estado. Nessa perspectiva, as “forças vitais” da nação deveriam conviver em harmonia, uma vez que a desordem institucional representava uma “doença” para o Estado e, portanto, uma ameaça a “vida” do mesmo. Dessa maneira, encarando a realidade a partir de uma visão naturalista e biológica, os militares compreenderam que, para a manutenção da vida do Estado, era preciso que as Forças Armadas assumissem um papel protagonista e “regulador”. Como a sua principal tarefa consiste na defesa do Estado perante atentados à sua soberania, possuindo o monopólio da força, as instituições armadas incorporaram essa visão de mundo tipicamente “conservadora”.

A oficialidade desenvolveu um pensamento sobre o funcionamento da república e em torno da ideia de Estado a partir de uma concepção organicista<sup>118</sup>. Dessa forma, o verdadeiro espírito nacional residia na tradição e nos símbolos pátrios. A “essência nacional” era o sangue de um organismo vivo (o Estado), que, por sua vez, era composto por uma série de órgãos (as instituições republicanas). Os responsáveis,

---

GONZÁLEZ, 2006. No plano cultural, ver o interessante trabalho com os panfletos políticos do período da ditadura, em ACOSTA, 2010.

<sup>118</sup> É assim que podemos ler, em um artigo já citado de 1979, as seguintes palavras: “Chile es nuestra querida Patria. Traduce a um organismo vivo. Con cuerpo y alma. Su cuerpo es el suelo que pisamos y dentro de él, nosotros somos como sus vísceras. Su alma constituyen nuestras tradiciones, nuestras luchas, nuestras inquietudes”. (CAMPOS, 1979:87).

nessa visão, pela harmonia (saúde) desse organismo eram os militares, porque eram eles que encarnavam o verdadeiro “espírito nacional”.

Essa visão orgânica do Estado deu passo a que aparecessem na revista *Memorial del Ejército de Chile* textos que tratavam dos cuidados para com a nação, sempre sob ameaça de morte (a constatação de doenças que gravitavam em torno do país). Por isso o comunismo, por exemplo, será tratado como “doutrina malsã”, e o marxismo como “câncer”. As agitações sociais serão entendidas como demonstração da debilidade da nação, um ataque a sua integridade (o sentido de unidade). Uma vez desfeita a harmonia com que as instituições republicanas funcionavam, considerava-se uma possível morte do Estado como um todo. A profilaxia para tudo residia no apego a constituição e seu cumprimento irrestrito.

Entretanto, essa interpretação sobre o Estado e as “forças vitais” não foi exclusiva das Forças Armadas. Ela estava enraizada em uma visão de mundo que sustentava o pensamento oligárquico conservador de meados do século XIX, resistindo ao tempo e se consolidando em posturas mais radicais com relação as mudanças do cenário político no século XX, especialmente aquelas da década de 1930, quando da ampliação dos eleitores e da própria participação na vida política do Chile por parte de setores “populares”. Dessa forma, podemos compreender como o anticomunismo não constitui a única matriz de cultura política para a visão de mundo dos militares. Ele é, antes de tudo, um elemento em meio a uma miríade de conceitos e valores, sofrendo inflexões conforme as conjunturas políticas e os movimentos dos grupos em querela.

Augusto Varas e Felipe Agüero (2011) procuraram demonstrar como o “paradigma organicista” perdurou na visão dos militares, plasmando-se em uma visão mais elaborada que passou pela ideia de Defesa Nacional e, ao longo das décadas de 1950 e 1960, pela visão da Segurança Nacional. É importante entender esse tipo de perspectiva doutrinária justamente porque ele lança luz sobre a visão de conjunto das Forças Armadas, bem como auxilia na análise de um pensamento específico sobre o Estado e o papel das instituições armadas por parte destas.

O paradigma organicista é este que entende o Estado como um ser vivo, uma entidade orgânica, capaz de sofrer com “doenças” se são consequência de uma “infecção”. Nesse sentido, as doutrinas estrangeiras, tal como o comunismo, são consideradas uma “agressão” a soberania, um ataque a “vitalidade” do Estado. Como responsáveis pela “defesa da nação”, os militares seriam aqueles que, ultrapassando

a leitura dos dirigentes civis, devem defender a “alma nacional” de qualquer ataque. A preocupação dos militares frente ao comunismo/marxismo, nesse sentido, se compreende não como um desvio de suas funções primordiais – a defesa contra agressões -, sendo inserida em uma leitura muito mais ampla do conceito de defesa.

É o conceito de defesa, e não o de política, que justifica a atenção da oficialidade aos problemas econômicos e sociais. O seu alargamento é fruto de uma visão construída desde meados da década de 1930 sobre a ideia da defesa nacional. Garantir a existência do Estado, a partir desta perspectiva, significa garantir o cumprimento das leis estabelecidas através das normativas, advindas de uma determinada cultura – nesse caso, cristã e ocidental.

A defesa da civilização ocidental perante a ameaça a sua existência, nesse caso identificada por políticos e militares como o comunismo/marxismo, é também um dos pilares de sustentação de uma visão da caserna sobre a própria sociedade. Alguns valores são considerados universais e insuperáveis, baseados em um conjunto de tradições/crenças que remontam a uma história da civilização compartilhada pelo ocidente. Essa visão moralista pode ser detectada durante boa parte do século XX no Chile, seja na classe política como entre os militares.

Durante os acontecimentos da Guerra Civil Espanhola<sup>119</sup>, por exemplo, parte do cenário político chileno recebeu com entusiasmo os avanços do grupo de Franco. Nas palavras de Marcelo Casals:

[...] la recepción de eventos internacionales que interpelaran al nuevo ordenamiento político y a las disputas ideológicas que lo cruzaban se transformaron en momentos de redefinición de las posiciones y readecuación del lenguaje político. Para la década de los treinta [...] fue la Guerra Civil Española (1936-1939). [...] en la derecha católica, la identificación con el nacionalismo franquista fue absoluta, asumiendo la rebelión militar como el inicio del restablecimiento del orden y de la defensa de la civilización cristiano-occidental. Los sucesos de España, en ese sentido, tuvieron un valor ejemplar para Chile. [...] Una vez finalizado el conflicto, la influencia del franquismo continuó con fuerza en los círculos conservadores chilenos, expresándose, entre otras cosas, en el fortalecimiento de una corriente de pensamiento hispanista que enfatizaba la esencia occidental de la cultura americana y su relación fundamental con el catolicismo (ARAYA, 2012:123).

A tradição política chilena, que teria forjado uma determinada identidade nacional não seria compatível com doutrinas estrangeiras. Além disso, é a partir desta

---

<sup>119</sup> Sobre as relações entre a Espanha franquista e as ditaduras do Cone Sul da América, ver ÁGUILA e ALONSO, 2013.

leitura que a oficialidade vai tentar delimitar um papel, que não estaria claro – na visão desses militares – na constituição, das próprias Forças Armadas. A doutrina de não deliberação não seria suficiente para delimitar o espaço que as instituições castrenses ocupariam no cenário público. Seria precisa alterar esse alijamento da política dos militares para garantir a própria existência do Estado nacional.

Em artigo publicado pelo *Memorial del Ejército de Chile* em 1976, o coronel Julio von Christmar Escuti discute a geopolítica e a sua concepção sobre o Estado. O artigo é uma espécie de síntese de vários conceitos da geopolítica, bem como procura traçar uma resenha bibliográfica sobre as percepções de Ratzel, Kjellen e Haushofer.

Sobre as ideias de Kjellen, Escuti anota:

[...] La esencia del Estado como organismo se compone de elementos jurídicos y elementos de fuerza; como toda vida social existente sobre la tierra, consiste no sólo en moralidad, sino también en deseos orgánicos... Los Estado [sic], como podemos seguir su curso en la Historia y tal como nos movemos entre ellos en el mundo de las realidades, son seres materiales – racionales, exactamente igual que los seres humanos... El Estado se presenta ante nosotros, no como una forma casual de simbiosis humana, artificialmente envuelta en nociones jurídicas, sino como un fenómeno orgánico hondamente arraigada en realidades históricas y de hecho, como el ser humano individual. (ESCUTI, 1976:101-102).

Devido a pontuação confusa adotada neste trecho, não é possível reconhecer se se trata de uma citação direta ou uma paráfrase. O certo é que esta definição serve de base para uma apreciação sobre o Estado como ser orgânico.

O militar enumera uma outra série de autores, expoentes da geopolítica de diversos países, entre eles o estadunidense Hans Weigert<sup>120</sup>, o brasileiro Everardo Backheuser<sup>121</sup> e o espanhol Jaime Vicens Vives<sup>122</sup>. Ao final, expõe sua própria concepção de geopolítica, baseada nas definições destes autores:

Es una ciencia aplicada, ya que aconseja al estadista acerca de las posibilidades, los objetivos, las líneas de acción a seguir y las ventajas e inconvenientes de ellas, como asimismo propone las resoluciones que, en armonía con las concidciones [sic] geográficas y los antecedentes sociales, especialmente históricos y políticos, propenden a lograr el mayor grado de desarrollo social y económico y

<sup>120</sup> Hans W. Weigert era um prestigiado professor da Universidade de Georgetown. Refugiado da Segunda Guerra Mundial, partiu de Berlim para ensinar em escolas primárias e logo se estabelecer na Universidade de Chicago. Desempenhou cargos na administração norte-americana em território alemão durante a década de 1950.

<sup>121</sup> Geógrafo e político brasileiro, serviu como engenheiro da Prefeitura do Rio de Janeiro e como professora da Universidade Federal do Rio de Janeiro na cátedra de Geopolítica.

<sup>122</sup> Catalão, Vives é considerado um dos maiores historiadores espanhóis. Desenvolveu grande parte de seus estudos no período da Guerra Civil espanhola.

la mayor seguridad nacional del Estado, en beneficio del bienestar y de la felicidad de la nación. (ESCUTI, 1976:103).

A geopolítica é, portanto, uma ciência síntese de diversas disciplinas sociais, destinada a prover diagnósticos políticos e a oferecer conselhos ao governo. Em resumo, consiste no aporte possível dos militares ao regime. Assim: “En síntesis, de la conjugación de varias ciencias, nace la Geopolítica, ciencia que estudia al Estado como organismo vivo, que formula sus propias leyes y cuya finalidad es asesorar a la ciencia de la conducción del Estado: la Política”. (ESCUTI, 1976:105).

O que é o Estado, a luz da geopolítica:

[...] una agrupación de ciudadanos asociados legalmente entre sí, que poseen territorio propio, donde se rigen por leyes comunes, bajo un mismo soberano, Gobierno o Poder, con el objeto de satisfacer sus necesidades vitales, tanto económicas como de seguridad. Normalmente, su origen natural fue la familia, la tribu y el pueblo, que unidos a otros grupos congéneres formaron la Nación, grupo humano unido y cohesionado fuertemente por lazos comunes de origen, tradición, idioma, religión y costumbres. (ESCUTI, 1976:111).

O Estado está constituído pela nação, ou população, pelo país, ou território, e por sua soberania, ou seja, sua independência.

A nação está acima dos demais elementos, isso porque “ella es la que hace nacer el Estado, lo desarrolla y fortalece y la que al ir creciendo en cantidad y calidad, lo hace grande”. (ESCUTI, 1976:113).

A raça joga um papel fundamental, porque ajuda na formação, crescimento, unidade e fortaleza do Estado. É importante que ela conforme uma homogeneidade:

En general, la homogeneidad racial y demográfica de la población de un Estado, es un factor ventajoso desde todo punto de vista, especialmente en lo que se relaciona con su unidad nacional, principal aspecto para su supervivencia, desarrollo y seguridad. (ESCUTI, 1976:114).

O Estado cumpre um ciclo vital de nascimento, crescimento e morte, como um organismo vivo. Assim, a morte do Estado acontece quando:

La decadencia de un Estado cuando es definitiva, lo lleva inexorablemente a su muerte. Esta puede ser biológica, cuando realmente desaparece la nación o la población, sea por efecto de grandes cataclismos o por destrucción, al ser derrotada en una guerra de exterminio. Pero los casos más comunes de muerte de un Estado, son de carácter político, perdiéndose la soberanía y con ello la calidad de Estado. En estos casos es preferible hablar de disolución del Estado. Como la nación queda viva puede más tarde renacer, organizándose nuevamente el Estado desaparecido. (ESCUTI, 1976:123).

Dessa forma, como afirma Arnold Toynbee, “la decadencia de los Estados y de las civilizaciones, normalmente, no es producto de sus guerras o conflictos internacionales, sino de las disenciones internas”. (TOYNBEE *apud* ESCUTI, 1976:124).

O conceito de identidade nacional seria apresentado através de diversos termos: espírito, alma, raça e *chilenidad* são apenas alguns dos termos utilizados para se referir ao conjunto de características que constituíam a especificidade do ser chileno.

O termo mais curioso e que, pela força de seu uso, causa maior espanto é “raça”. Combinada com uma leitura sobre o comunismo, a palavra “raça” sugere uma vinculação com um vocabulário político da década de 1930. Sobretudo, o apelo à raça constituiu-se como uma tentativa de apresentação do povo chileno como fruto de uma homogeneidade adquirida pela mestiçagem entre espanhóis e indígenas. A combinação de dois “sangues” guerreiros permitiria a emergência de uma “raça pura”.

Em um editorial de 1982, intitulado *Herencia Sagrada*, podemos visualizar alguns elementos dessa construção identitária.

Em primeiro lugar, a raça chilena consiste em um dever de luta, um imperativo de batalha, uma obrigação em não se deixar subjugar. Existe uma “herança sagrada” que remonta aos inícios do Chile, “no es de ayer, es de siempre, desde que Chile es Chile”. (LA DIRECCIÓN, 1982:3). A herança consiste em um imperativo: vencer ou morrer. Sua gênese se encontra na independência. Entretanto:

Esa consigna inmortal fue también parte de la vida de nuestros antepasados que con su sangre forjaron la raza chilena. Por un lado los conquistadores españoles, inspirados en el Cid Campeador y en los heroicos defensores de Numancia que prefirieron morir quemados antes de rendirse, y por el otro un pueblo pequeño, orgulloso, los indómitos araucanos que combaten noche y día por su tierra natal, que durante 300 años opusieron su valor y astucia al audaz invasor de su tierra, sin rendirse jamás. (LA DIRECCIÓN, 1982:3).

Como se pode observar nessa passagem, existe uma identidade construída sobre as bases da resistência: é a honra, a coragem, a bravura os traços que possibilitam a fusão de dois povos. Os conquistadores espanhóis, herdeiros de *El Cid* e, na sua gênese, dos godos, fundem-se com os índios araucanos, conformando um povo batalhador. É possível verificar essa leitura, de fusão dos dois povos, em outros momentos.

Em artigo publicado em 1974 pelo *Memorial del Ejército de Chile*, podemos observar como a ideia em torno do conceito de identidade nacional sofreu poucas alterações – para não afirmar que tenha sofrido nenhuma – ao longo do regime militar. Em um artigo intitulado *Chile y su pureza racial*, o autor chega à conclusão de que o país andino, na verdade, não possui ascendência latina: os chilenos são parte de um povo livre, sem nenhuma gota de sangue escravo em suas veias. Esse fenômeno pode ser entendido em função de que “en Chile se formó en dos siglos una nueva raza, distinta de la española y de la aborígen: esta raza chilena a la cual pertenecemos con orgullo”. (ROSAS, 1974:162).

Em seguida, o tenente coronel enumera uma série de características da “raça espanhola”, um sangue forjado de maneira homogênea, com “gotas de sangue nórdica” provenientes dos godos. Um povo pequeno – de baixa estatura -, trabalhador e que sempre defendeu suas terras. Um “Pueblo militar por excelência”. (ROSAS, 1974:163), que preferia a guerra ao trabalho.

Em união ao povo godo espanhol, os “aborígenes”, divididos em diversos grupos (Conchales, Changos, Atacameños, Diaguitas, Pehuenches, Tehuelchos, Chanos, Caicahues, Pangos, Keyes, Omas, Yahaganes, Alacalufes). São feitas descrições sobre a constituição biológica e econômica de cada um desses grupos.

Logo, o autor passa a descrever elementos que constituem “fuentes de orgullo”. (ROSAS, 1974:166). Sobre os godos, reflete: “Eran batalladores seculares, que llegaron a mirar con suprema indiferencia la sangre y la vida propias y ajenas; sus guerras eran a muerte y su lema fue siempre ‘vencer o morir’”. (ROSAS, 1974:166). Sobre os araucanos, anota: “Los araucanos no eran sólo heroicos, sino también hábiles guerreros. Es necesario tener presente que no peleaban en hordas, sino en correctas formaciones, las cuales eran comparadas por Valdivia a las de los tudescos”. (ROSAS, 1974:167).

A mistura de “raças” – espanhola e araucana – deu-se a partir da mestiçagem entre o elemento masculino do conquistador – que não havia trazido mulheres – e feminino do conquistado. Há uma valorização da mulher chilena, entrando em acordo com o discurso oficial<sup>123</sup> do regime militar sobre o tema<sup>124</sup>.

---

<sup>123</sup> Sobre o discurso oficial do regime militar chilena em relação a identidade nacional, ver VALENZUELA, 2014.

<sup>124</sup> “Después del 11 de septiembre, la Junta recuperó el simbolismo de las mujeres, cuya lealtad hacia la familia y la nación las había empujado a la lucha política. Eran esas mujeres respetables, que

A importância da “raça” é determinante no crescimento de uma nação:

La idiosincrasia, la identidad nacional y el poder genético de una raza la hacen ser diferente de otras y le permite bajo estas condiciones enfrentar con precaria, mediana o buena destreza los factores Políticos y Económicos que se le presentan en su historia [...].La importancia de la raza es hoy un factor tan determinante en la vida de las naciones que domina todos nuestros conceptos de cultura, política y de nuestra historia misma. Quien admita y asegure que el factor racial de los pueblos no influye en el desarrollo del hombre, ignoraría por completo la historia de Haití y Santo Domingo, la de las jóvenes Repúblicas Hispanoamericanas y, por qué no decirlo, la de los Estados Unidos. (TRIVELLI, 1987:36).

Vejamos, rapidamente, como o raciocínio sobre a raça e suas relações com o desenvolvimento são entendidas nesse trecho.

O “poder genético” possibilita que as nações possam enfrentar de maneira “precária”, “mediana” ou “bom boa destreza” os desafios políticos e econômicos que se impõem. Nessa ordem, a enumeração de países, ao final da citação, dá conta de apresentar uma justificativa racial para o fracasso e o sucesso de determinados países: assim, o Haiti e Santo Domingo, duas nações majoritariamente compostos por populações negras de origem escrava, consistem no exemplo “precário”, os países hispano-americanos, com a mestiçagem entre indígenas e europeus, enfrentam esses desafios de maneira “média”, é dizer, razoável, entretanto, países compostos por uma maioria branca de origem europeia – e essa é a leitura sobre a composição étnica dos Estados Unidos contida no texto – como os Estados Unidos apresentam-se como claros exemplos de sucesso político e econômico.

Entretanto; por que o conceito de raça ou nacionalidade é tão importante? A raiz da preocupação da oficialidade com o nacionalismo encontra-se em seu “inimigo”:

El comunismo de Marx es internacionalista, pero su internacionalismo tiene la característica de ser de la clase proletaria, acentuando el sentido de clase y esperando por ese medio, anular el sentido de raza y nacionalidad. El proletario no se centra en la nación, y tiene al mundo como su ámbito; no busca el beneficio del pueblo de una nación, sino de los proletarios, por eso su revolución mundial se basa en la lucha de clases y tiene como fin la comunicación del mundo. (CORRADI, 1983:41).

O comunismo propugna um internacionalismo, acentuando o sentimento de pertença a uma classe mundial – o proletariado – e anulando, por conseguinte, os elementos de especificidade identitária que permitem a união entre os cidadãos do

---

constituían el corazón y el alma de la cultura chilena, las que esperaban los resultados de la misión salvífica nacional y entendían que la reconstrucción sería trabajosa”. (STERN, 2013:104).

mesmo Estado. Entrelaçados com o conceito de identidade nacional, é possível observar asseverações sobre a nação e o Estado, entidades centrais da cosmovisão castrense.

Como relembra Pinochet, em 1978:

Por ello nos atrevemos a afirmar que no es casual el hecho de que en los años que precedieron al 11 de Septiembre de 1973, la serie de actos de descomposición política que vivía el país, fuera acompañada de medidas que tendían constantemente a reducir el significado de nuestra historia patria, para así arrancar del corazón de los chilenos el respeto por nuestro pasado y el culto a sus figuras más nobles. Así buscaban —solapada o desembozadamente— relajar los lazos de patriotismo que unían a nuestro pueblo, y con ello debilitar el alma misma de la nacionalidad. (UGARTE, 1978:12).

Em uma segunda oportunidade, durante a inauguração no *Altar de la Patria* de um monumento a Bernardo O'Higgins, o general sentenciava:

Si algunos de los anteriores gobiernos políticos y en especial el último, por su ideología o por sus conveniencias demagógicas, permitieron crecer en el alma nacional valores foráneos, pese a que ello iba en desmedro de nuestra esencia nacional misma, hoy este Gobierno, que es de todos los chilenos, tiene el deber y la obligación de poner en su verdadero sitio el cúmulo de virtudes que conforman el alma del pueblo chileno. (UGARTE, 1979:4).

Não por acaso as duas citações referem-se a Bernardo O'Higgins. Enquanto Diego Portales constitui-se como símbolo de evocação da figura do estadista, O'Higgins é o caudilho que representa a luta contra um poder estrangeiro e opressor. Ele é o símbolo da independência, da batalha, da bravura. Portales representa um estado superior, continuando a obra do *Capitán General* e consolidando o “Estado en forma”. É curioso perceber que, no discurso da oficialidade, O'Higgins não emerge como figura tão proeminente. Enquanto Portales é lembrado como exemplo de estadista, O'Higgins recebe maior atenção a partir de 1978, ano do bicentenário de seu nascimento. As comemorações se estendem pelo ano de 1979, desaparecendo artigos que se dedicam inteiramente a figura do militar.

Portales, de maneira contrária, apareceu como referência constante, ao ponto de ser possível comparar, ao longo do regime militar, um discurso sobre sua figura<sup>125</sup>.

---

<sup>125</sup> “Portales y el Estado portaliano gozaban de un aura mítica en la visión conservadora de la historia de Chile. Comparado con sus vecinos sudamericanos, el Estado portaliano, instaurado entre las décadas de 1830 y 1850, había hecho de Chile una república excepcionalmente estable y efectiva, caracterizada por el respeto de la legalidad, la promoción de la institucionalización y la adhesión a un republicanismo presidencial, aunque autocrático en la práctica; [...] el Estado portaliano se había consagrado a los valores de orden y autoridad como ideal y justificación, incluso para suprimir enemigos”. (STERN, 2013:110).

Gostaria de me concentrar especificamente em um dos elementos da retórica em torno de Portales, com o objetivo de demonstrar um contraponto que, apesar de intuído, não deixa de encontrar fundamento na análise dos textos.

Diego Portales Palanzuelos era filho de um membro da aristocracia espanhola do Chile. Seu pai ocupou diversos cargos da administração colonial<sup>126</sup>. De família rica, Portales não precisa despende de muitos esforços para manter sua posição de privilégio naquela sociedade atravessada pelas mercês e estratificações. Entretanto, o mito em torno de Portales afirma que, decidido a construir sua vida a partir do seu próprio esforço, ele teria se tornado um habilidoso comerciante. Excelente empreendedor e administrador, Portales encontraria sua vocação para a política por acaso e sem interesses próprios. Decidido a ajudar o recém criado Estado chileno a superar suas dificuldades econômicas, Portales criaria uma empresa de exportação, detentora do monopólio de vários produtos, com a contrapartida de amenizar a dívida externa do Chile com o Reino Unido, fruto da guerra de independência.

O relato sobre Diego Portales, contido nos artigos do *Memorial del Ejército de Chile* analisados aqui, sublinha traços da personalidade do indivíduo que tem o objetivo de demonstrar como é possível alguém ocupar o poder de maneira desinteressada e competente. Os três artigos analisados dão conta de apresentar o cenário no qual Portales chegaria ao poder como anárquico e caótico<sup>127</sup>. A desorganização do Estado, fruto da incompetência da classe política, e o debacle econômico, herança da independência, embebem o Chile em uma torrente de problemas. Nesse aspecto, todos os textos concordam. Em 1989, a situação é descrita como “un país que se encontraba al borde del caos”, uma “anarquia política”. (ORTIZ, 1989:198). Para o autor do texto de 1974, na época de Portales, “Chile vivía una afflictiva situación económica” (JONES, 1974:108), enquanto o artigo de 1976 descreve “las circunstancias de anarquía que se vivía en esa época” (GONZÁLEZ, 1976:33), “la más tremenda anarquía” (GONZÁLEZ, 1976:34), portanto “la situación es caótica”. (GONZÁLEZ, 1976:35).

É importante observar que esses textos, de alguma forma, têm uma intenção pedagógica. Mais do que informar ao leitor sobre a vida de Diego Portales, subjaz o

---

<sup>126</sup> Entre eles, o cargo de Presidente da *Junta Nacional de Gobierno*, leal ao rei Fernando VII, em 1812.

<sup>127</sup> Um discurso similar pode ser observado nas palavras de Pinochet: “En esos años el genio providencial de Portales puso término a este calvario, retomando con mano enérgica los rumbos del destino nacional”. (UGARTE, 1978:15).

objetivo de apresentação de um paralelo histórico. Sendo o governo militar iniciado em 1973 de inspiração *portaliana*, é preciso mostrar as semelhanças entre os dois períodos. Assim, todos os artigos possuem sentenças que ressaltam a importância do estudo do contexto de Portales para os seus respectivos momentos atuais (1974, 1976 e 1989).

Na comparação das virtudes/qualidades atribuídas a Portales, podemos observar algumas aproximações entre os três artigos. Por exemplo, todos os artigos concordam com a “inteligência vivaz” do prócer. Os autores também concordam quanto ao caráter de Portales: “burlesco e voluntarioso” (1974), “rebelde e travesso” (1989) e “inquietao e travesso” (1976). Dois dos três artigos ressaltam o “grande estadista” (1974 e 1976), enquanto os textos de 1976 e 1989 são coincidentes ao afirmar a “modéstia” (1989), “costumes simples” (1976), pois Portales “no incurría en grandes desembolsos” (ORTIZ, 1989:199), fruto de seus “principios de austeridade” (GONZÁLEZ, 1976:38), além de sua clara “falta de ambición” (ORTIZ, 1989:200), pois “jamás tubo ambición de poder”. (GONZÁLEZ, 1976:33). O quadro abaixo dá conta de apresentar os qualificativos encontrados nos textos, em ordem de apresentação nos artigos:

Quadro 6 - Qualificativos atribuídos a Diego Portales

Qualificativo	Ano	Autor
Extraordinaria personalidad	1976	Hernán Béjares González
Espíritu inquieto y travieso		
Inteligencia viva y despierta		
Ingeniosa ironía y sentido burlón		
Fuerza arrolladora de su carácter		
Absoluta desinterés por el dinero y los bienes materiales		
Extraordinaria capacidad de trabajo		
Jamás tubo ambición de poder		
Creatividad atributo de su elevada inteligencia		
Principios de austeridad		
Gran estadista	1974	Luis Venegas Jones
Gran estadista		
Dotado de una inteligencia vivaz		
Espíritu descreído		
Carácter burlesco y voluntarioso		
Espíritu emprendedor		
Temperamento sensual		
Gran carácter		
Inteligencia		
Recia personalidad		
Jamás bebía	1989	Delfín Carvallo Ortiz
No incurría en grandes desembolsos		
Viveza intelectual		
Rebelde y travieso		
Audacia, amenidad y osadía		
Falta de ambición de poder, modesto		
Grand admirador del régimen militar		

Elaborado pelo autor. Fonte: JONES (1974), GONZALEZ (1976) e ORTIZ (1989).

As coincidências são mais abundantes, havendo pequenas diferenças quanto a ênfase em alguns atributos ou exaltação de suas atuações como governante. Assim, o texto de 1976 apresenta um Portales preocupado com a eficiência do governo.

Figura de costumes simples, teve um único amor em sua vida – sua prima – e, após sua morte, resignou-se no trabalho. Trata-se de um artigo mais longo, focado na personalidade do prócer e as relações entres os seus ideais e suas ações. Se comparamos a narrativa de 1976 com o texto de 1974, podemos perceber pequenas diferenças. Elas podem consistir apenas em uma constatação básica: cada autor possui um estilo próprio, o que nos leva a considerar os artigos em comparação respeitando as suas especificidades. Entretanto, em 1974, Portales é um ser humano acometido pelos “males” dos mortais: gostava de galanteios e possuía um “temperamento sensual” saliente. Talvez por tratar-se de um texto menor, o artigo de 1989 não coloque tanta ênfase nos atributos pessoais de Portales, centrando-se em suas obras políticas.

As congruências apresentam à Diego Portales como alguém que não teme em exercer a “mão forte”, que construiu um governo “obedecido, fuerte, respetuoso y respetable”. (ORTIZ, 1989:201). Além disso, coincidem em afirmar que, a diferença de Bernardo O’Higgins – que era um “americanista” -, Portales era um pensador tipicamente chileno, decidido a “no copiar teorías foráneas” (GONZÁLEZ, 1976:33), mesmo tendo em conta sua admiração pelo estilo de governo inglês, pois havia decidido “jamás copiar fórmulas exóticas”. (ORTIZ, 1989:200).

O trecho provavelmente mais relevante, presente nos três artigos analisados, consiste na reprodução de uma carta de Diego Portales ao sócio José Manuel Cea:

‘La democracia, que tanto pregonan los ilusos, es un absurdo en los países como los americanos, llenos de vicios y donde los ciudadanos carecen de toda virtud, como es necesario para establecer una verdadera República. La Monarquía no es tampoco el ideal americano: Salimos de una terrible para volver a otra, y ¿qué ganamos? La República es el sistema que hay que adoptar; ¿pero sabe cómo yo la entiendo para estos países? Un Gobierno fuerte, centralizador, cuyos hombres sean verdaderos modelos en virtud y patriotismo, y así enderezar a los ciudadanos por el camino del orden y de las virtudes. Cuando se hayan moralizado, venga el Gobierno completamente liberal, libre y lleno de ideales, donde tengan parte todos los ciudadanos. Esto es lo que yo pienso y todo hombre de mediano criterio pensará igual’. (PALANZUELOS apud GONZÁLEZ, 1976:33).

Analisemos o trecho com cuidado, na busca de reconhecer elementos que sintetizam um pensamento da oficialidade sobre a democracia.

Em primeiro lugar, a democracia é algo que ilude, um absurdo inconcebível nos países da América Latina. Por que? Pois, cheios de defeitos, esses países não contam com uma população culta, inteligente, sendo impossível estabelecer a verdadeira

República. A monarquia seria tão errônea quanto esta, entretanto preferível, adaptando-se a realidade latina: é preciso que exista um governo forte – ou seja, corretor – centralizador – com uma maior concentração de poderes na figura do presidente -, cuja população seja patriota e virtuosa – ou seja, educada. Após um período de “remodelação” do povo, em que ele tenha sido guiado por esse mesmo governo através do caminho da ordem e das virtudes, só então é possível existir um governo liberal, livre, com a participação de todos.

A concepção política da oficialidade, analisada no subtítulo anterior, sintetiza-se nesse parágrafo. Aqui é possível compreender o motivo pelo qual o regime militar escolhe Portales como figura política inspiradora, e seu modelo de governo como ideal para o momento vivido pelo Chile a partir de setembro de 1973.

Portales foi o exemplo do homem trabalhador, inteligente, estudioso, criativo, austero, modesto, correto, probo, criativo. Não era um homem da teoria, não possuía ideais. Sua missão era salvar o Chile do caos e estabelecer um regime republicano que permitisse a emergência de uma classe cidadã. Quem poderia se opor a este exemplo?

Karl Marx não é objeto direto de análises profundas, embora apareça em esparsas ocasiões como um elemento agressivo e preguiçoso, sustentando por Engels. Como é possível ler, já em 1974:

Marx poseía una personalidad difícil, era agresivo, irascible, presuntuoso y apasionado, por lo cual se le conoce sólo un amigo de toda la vida (Federico Engels) quién, además, se convirtió en su discípulo y sostenedor económico. (JONES, 1974:3).

Marx é alvo de desqualificações, sempre em alusão a sua doutrina. Ateu, um convertido oportunista, um “doutor por correspondência”. Ao fim, ele é um mero “pseudofilósofo”:

[...] durante el Gobierno de la U. P. el caos era inminente, a causa de una pésima dirección o, lo que es aun [sic] peor, que fue deliberadamente provocado, con el fin de destruir definitivamente a la tan odiada "burguesía" y entronizar finalmente la tan loada "dictadura del proletariado", este trasnochado ideal preconizado por el pseudofilósofo decimonónico llamado Karl Marx. (GEVERT, 1977:95).

A crítica mais poderosa dirigida a Marx, e que sintetiza algumas das ideias expressas anteriormente, não foi produzida por um militar, mas sim por um padre polonês, radicado no Chile, com fortes ligações com o regime militar. Ardente anticomunista, Miguel Poradwoski alcançaria o cargo de professor na *Academia*

*Nacional de Estudios Políticos y Estratégicos*<sup>128</sup> (ANEPE). Poradwoski era editor-chefe da revista *Estudios sobre el comunismo*, periódico que circulou na década de 1950 no Chile<sup>129</sup>.

Karl Marx era filho de uma família judia convertida ao cristianismo, fruto das perseguições religiosas da época – processo de expansão do estado prussiano. Seu verdadeiro nome – de origem judaica – era Kissel Mordekai. O texto é categórico ao afirmar que a conversão da família de Marx corresponde a um oportunismo político: vedados os cargos públicos aos cidadãos não protestantes, quando da incorporação do território da Renânia ao Império Prussiano, o pai de Marx, funcionário público, imediatamente converte-se ao protestantismo. O autor afirma: “Así, por conveniencia, el 26 de agosto de 1824, toda la familia Marx se bautiza en Protestantismo, menos la madre que siguió profesando el Mosaísmo hasta su muerte (PORADWOSKI, 1984:110).

Marx cresceria rodeado pela cultura judaica. Recebe educação em um colégio jesuíta, onde encontra sua esposa, que deve pagar um dote milionário para casar-se com Marx:

En los años de juventud Marx recibe educación completa en el College de Treves [...], colegio de jesuitas fundido en el siglo XVI. (Cabe recordar que Fidel Castro también fue educado por jesuitas; lo mismo vale para Ernesto Cardenal) (PORADWOSKI, 1984:110).

Egresso do *College Gilles de Trèves*, Marx inicia seus estudos na Universidade de Bonn; logo abandona a instituição e passa a estudar na Universidade de Berlim, onde constrói relações com “ex-judeus”:

---

<sup>128</sup> A ANEPE foi uma das escolas criadas pelo regime militar para difundir a Doutrina de Segurança Nacional. Seu programa foi desenvolvido para entregar o título com equivalência acadêmica aos membros das Forças Armadas e funcionários da administração pública, agrupando professores militares e civis. Tendo como origem a *Academia de Defensa Nacional*, criada por Gabriel González Videla em 1947, muda seu nome em 1974 para *Academia Superior de Seguridad Nacional*, sendo finalmente reestruturada durante 1982, quando passa a se chamar *Academia Nacional de Estudios Políticos y Estratégicos*.

<sup>129</sup> “[...] ‘anticomunismo civil doctrinario’ incluye a todas aquellas agrupaciones de distinto tipo que, mediante publicaciones u otro tipo de esfuerzos de divulgación, se encargaron de advertir a la sociedad sobre los peligros inherentes al comunismo. Entre los múltiples medios de comunicación de este tipo, podrían citarse las revistas *PEC*, *Tizona*, *Estudios sobre el comunismo*, *Fiducia*, *Estanquero* y, a ratos, la prensa de circulación masiva no-partidaria, como *El Mercurio*”. (ARAYA, 2012:47). Araya anota ainda que: “[...] comenzó a circular otra publicación de carácter anticomunista y de aspiraciones internacionales. En julio de 1953 vio la luz el primer número de *Estudios sobre el comunismo*, bajo la dirección del sacerdote polaco exiliado Miguel Paradowski. En sus páginas escribieron políticos y pensadores de una amplia gama de posiciones, desde los falangistas Jaime Castillo y Ricardo Boizard hasta ex-comunistas convertidos en rabiosos anticomunistas como el peruano Eudocio Ravínés”. (ARAYA, 2012:240).

[...] Marx ingresa a sectas de orden liberal, ateas y anarquistas. También traba amistad con 'ex-judíos', igual que él, recién salidos del Ghetto y bautizados en la Iglesia Protestante, no por convicción, sino por conveniencia, como por ejemplo David Strauss, Feurbach, Bruno Bauer, abrazando con fuerza el pensamiento hegeliano que se opone a la concepción aristotélica de la verdad, siendo una rebelión permanente contra Dios y el orden natural. (PORADWOSKI, 1984:110-111).

Receberia o título de doutorado pela Universidade de Jena:

[...] Envía una memoria por correo a la Universidad de Jena y de vuelta de correo recibe un diploma que lo acredita 'Doctor en Filosofía', desde entonces tenemos al 'Doctor Marx'. Sin embargo, Marx se da cuenta que no pueda hacer carrera académica y se dedica al periodismo, fundando el primer periódico alemán comunista, financiado por capitales hebreos. [...] esta posibilidad bien remunerada de empleo duró sólo cinco meses, por propia incapacidad y negligencia de Marx, [...] pues como todo 'revolucionario profesional' fue alérgico al trabajo serio y constante [...]. (PORADWOSKI, 1984:111).

Após perceber que não poderia ingressar na carreira acadêmica, Marx trabalharia como jornalista, fundando o primeiro jornal comunista da Alemanha, financiado por Engels e seus amigos judeus. Inspirado pelas ideais de Marx, o grupo que circula entorno de Marx e Engels decide, então, criar um partido, com o intuito de defender a causa dos trabalhadores. Assim nasce:

[...] el Partido Comunista, que tuvo en principio 17 miembros, de los cuales 3 eran 'obreros' y todos los demás artesanos judío-alemanes. Ellos piden a los amigos de Marx y Engels que redactan el Manifiesto Comunista (1848). Así los burgueses millonarios capitalistas, entre ellos Engels, hablan a nombre del proletariado. Sin embargo es tan escasa su imaginación que lo plagian del conocimiento 'Manifiesto Democrático' de Víctor Considerant, de 1843 [...] a pesar de que contiene bases demagógicas no es un libro de odio y violencia, mientras que en el de Marx predomina este sentimiento [...]. (PORADWOSKI, 1984:111).

O Partido Comunista, que pretende defender o proletariado, não constituiu-se como um organismo de base proletária. São os burgueses milionários, entres eles Marx e Engels, os que presumidamente assumem uma tarefa de comando da classe trabalhadora. Devido à sua pouca imaginação, Marx copia o Manifesto Comunista, cometendo plágio da obra de Considerant, socialista utópico francês discípulo de Fourier, o Manifesto Democrático. Enquanto as ideais de Considerant seriam um apelo à democracia direta – termo cunhado pelo francês -, Marx e Engels incitavam o ódio e a violência.

Podemos observar, portanto, a contraposição entre Portales – exemplo de virtude, inteligência, trabalho e moderação – e Marx – apresentado como um “boa

vida” sustentado por Engels, oportunista e incentivador do ódio e da violência. Hipócrita, Marx seria um rico aristocrata, enquanto Portales recusava-se a reproduzir a vida de seus pais nesses moldes.

O antagonismo entre as duas figuras não é sistemático. Os ataques à figura de Marx são escassos, pois é a sua doutrina – o marxismo – quem sofre maiores vilipêndios. Entretanto, é possível observar que, sempre que fosse possível, Marx seria lembrado como alguém desqualificado. As virtudes dos próceres da época da independência – concentradas, especialmente, nas figuras de O’Higgins e Portales – são utilizadas como medida para avaliação dos inimigos. Os ataques pessoais, embora incomuns, demonstram uma necessidade, provavelmente, de desumanização dos rivais teóricos. Assim, o contraponto entre a figura de Portales como virtuoso e Marx como figura raivosa serve de base para qualificar os aliados – todos aqueles que acreditam no projeto do regime militar – e os inimigos – todos aqueles que se opõem ao governo das Forças Armadas. A apropriação da figura de Portales, em específico, serve de legitimação para a vinculação dos princípios da *Junta de Gobierno* com uma tradição autoritária presente na cultura política chilena.

A identidade nacional, na concepção da oficialidade do exército, consiste no elemento fundamental de unidade cívica, além de apresentar-se como exemplo indelével do passado glorioso. O passado, as batalhas e os heróis são símbolos inspiradores de uma moral. São a “herança sagrada”. A identidade nacional, como espírito, deve ser interiorizada, com o objetivo de permitir que os valores<sup>130</sup>, cristalizados através de efemérides selecionadas, sejam perpetuados através das gerações.

Os personagens da época da independência, ao responderem a um momento de crise e desagregação, convertem-se em signos históricos, exemplificações das possibilidades do povo chileno. O’Higgins e Portales, nesse sentido, não são apenas símbolos de governantes, mas ilustres cidadãos chilenos, que compreenderam a importância da unidade e da eficiência e pavimentaram as vias para que o país andino pudesse seguir seu destino de grandeza. Claramente, a leitura positiva do passado

---

<sup>130</sup> “Si hay alguien que en Chile merezca un monumento al valor, son los miles de mujeres chilenas, de todas las edades y de todas las condiciones sociales que salieron a la calle en defensa de sus ideales que son los ideales de todo chileno: DIOS - PATRIA - FAMILIA – LIBERTAD”. (HOMENAJE..., 1976:32).

da época augusta da independência pretende traçar paralelos com a “segunda independência” levada a cabo pelos militares a partir de 1973:

Brindemos en este día un cálido recuerdo a los Generales Bernardo O'Higgins y José Miguel Carrera cuya obra magnífica debemos enfocarla con altura de miras, enfatizando los matices de relevantes contornos patrióticos que les cupo a cada uno de ellos y que mancomunados en un solo haz de fraternal comprensión, intensifiquen aún más el acervo de nuestro hermoso cofre espiritual de recuerdos heroicos inherentes a la augusta época de la independencia nacional, época que en los momentos actuales reviste especial relieve y significación, atendiendo a la similitud con el proceso emancipador proveniente de la acción visionaria y leal de cuatro valientes que el 11 de septiembre de 1973, para ejemplo de las generaciones venideras marcaron con letras de oro la resolución inexorable de otorgar mejores días a la existencia señera de nuestra esforzada patria. (ORTIZ, 1975:44).

A destruição da identidade nacional seria um dos objetivos do governo da UP para incitar a desagregação do povo chileno, levando à população através dos caminhos da conscientização – infiltração ou cooptação – para a luta de classes:

Por ello nos atrevemos a afirmar que no es casual el hecho de que en los años que precedieron al 11 de Septiembre de 1973, la serie de actos de descomposición política que vivía el país, fuera acompañada de medidas que tendían constantemente a reducir el significado de nuestra historia patria, para así arrancar del corazón de los chilenos el respeto por nuestro pasado y el culto a sus figuras más nobles. Así buscaban —solapada o desembozadamente— relajar los lazos de patriotismo que unían a nuestro pueblo, y con ello debilitar el alma misma de la nacionalidad. (UGARTE, 1978:12).

A demolição dos valores nacionais era concretizada através da adoção de teorias estrangeiras, alheias à realidade chilena. Instala-se uma batalha entre valores estrangeiros e virtudes tipicamente chilenas:

Si algunos de los anteriores gobiernos políticos y en especial el último, por su ideología o por sus conveniencias demagógicas, permitieron crecer en el alma nacional valores foráneos, pese a que ello iba en desmedro de nuestra esencia nacional misma, hoy este Gobierno, que es de todos los chilenos, tiene el deber y la obligación de poner en su verdadero sitio el cúmulo de virtudes que conforman el alma del pueblo chileno. (UGARTE, 1979:4).

A identidade nacional serve para guiar aos povos no seu caminho até a grandeza. Ela é a expressão própria da autodeterminação:

El camino que se trazan los pueblos debe obedecer única y exclusivamente al sentir ciudadano, a sus intereses, sus valores y tradiciones que conforman una identidad histórica, social y cultural que les es propia. [...] Cuando este proceso en el transcurso del tiempo se ve interrumpido por presiones o acciones foráneas contrarias al sentir

y a la identidad nacional, todo se altera, pues con ello se va perdiendo paulatinamente el más grande atributo de que disponen los pueblos para desarrollarse: la "autodeterminación" para actuar y hacer, conforme a ese sentimiento nacional que se mencionó anteriormente. (LEIVA, 1987:23).

O'Higgins, Portales e, por último, Augusto Pinochet, são exemplos de estadistas que souberam interpretar a "alma nacional":

Nuestra historia nos demuestra la "visión prospectiva" de varios Estadistas chilenos. ¿Qué métodos emplearon? [...] la verdad es que no importa, pero sí el hecho de que fueron capaces de entregar a su pueblo, en horas confusas, objetivos y metas guías para asegurar el futuro de la nación chilena. (MUÑOZ, 1982:120).

O'Higgins, considerado o primeiro "pai da pátria", teria plantado as sementes da liberdade e da administração pública, elementos medulares da "alma nacional". Diego Portales, que havia captado o melhor do "ser nacional", projetando o Chile em direção ao topo das nações americanas. E Pinochet, que com os seus conhecimentos geopolíticos, impulsiona o país para um futuro limpo e sólido.

Culmina, dessa maneira, a compreensão da oficialidade sobre a identidade nacional e os "próceres" da independência. O "pronunciamento" de 11 de setembro de 1973 é mais uma efeméride da história gloriosa do Chile, motivo de orgulho e admiração para os demais países do mundo, demonstrando o espírito livre e batalhador de um povo que jamais foi escravo.

#### **4.3 A nueva institucionalidad: a Unidad Popular e a Constituição de 1980**

O discurso relativo à nova institucionalidade está intimamente relacionado com uma determinada construção sobre o passado recente – o governo da UP – e um cenário de longo prazo – a democracia desenvolvida desde 1932. Nos dois casos, o argumento central concentra-se no fato de que as Forças Armadas deveriam salvar o Chile do caos em que se encontrava e propiciar condições favoráveis para a emergência de um cenário político livre dos vícios anteriormente existentes.

A ideia sobre o marxismo, e o seu perigo iminente, apresentou-se primeiro. Somado ao caos proporcionado pela *politiquería*, a doutrina estrangeira serviria de bode expiatório para um recrudescimento do Estado e legitimaria as intenções de resgate de uma cultura cívica sistematicamente destruída nos mil dias de Allende.

Em complemento a essa visão, uma determinada construção identitária, baseada no ideário de Diego Portales e o advento do Estado em forma, surge como

modelo para uma unificação do país em um cenário de profundas divisões. Seria preciso lembrar as características que uniam o povo chileno, em detrimento de uma ideia de pluralismo e estratificação social.

Esses dois elementos convergem para a estruturação de um ideário sobre como a democracia deveria se desenvolver a partir do fim do caos e do império da unidade nacional. A nova institucionalidade deveria estar dotada de mecanismos que prevenissem os males acometidos durante as décadas de democracia liberal que antecederam o regime militar. Acima de tudo, uma determinada visão sobre o ser nacional deveria engendrar a união, baseado em um passado histórico heroico e triunfante.

A democracia não ressurgiria repetindo os modelos anteriores. Para assegurar o convívio entre os indivíduos e o respeito aos “valores permanentes” da nação, seria preciso revestir a democracia de instrumentos de controle e sustentação. A democracia que surgiria a partir de então não se pareceria com a anterior: a nova institucionalidade pretendia apresentar uma nova democracia.

Com o objetivo de concretizar esse plano, seria preciso passar por um interlúdio de restrição, uma democracia restringida e, *a posteriori*, consagrar o que se chamaria de democracia tutelada.

Ao analisar os pontos de legitimação gerais do governo militar, Enrique Kirby propõe a divisão da retórica da ditadura em quatro discursos que representam momentos concretos de inflexões.

Primeiramente, o discurso restaurador, que teria predominado no início do regime militar, entre 1973 e 1974, tendo como centro o caos político que haveria empurrado a caserna para a intervenção na política. Esse discurso procurou denunciar a situação prévia através do apelo ao Poder Judiciário e Legislativo, assim como a retórica dos partidos de oposição a UP, lembrando a quebra da constitucionalidade do governo de Salvador Allende. Nesse primeiro momento, não há necessidade de construir um ordenamento sociopolítico novo.

Em segundo lugar, o que Kirby denomina como discurso regenerador. Em sua perspectiva, menos moderado e, embora vago, um discurso comprometido com a “regeneración sociopolítica y cultural de la nación”. (KIRBY, 1997:75). Assim, a partir de setembro de 1974:

[...] la retórica del discurso del régimen ya no apela a la pura necesidad ‘administrativa’ de reinstalar o reacondicionar las formas previas de

desarrollo, sino a reconstruir la sociedad chilena en el marco de un modelo global alternativo, tanto al socialismo como a la democracia liberal. (KIRBY, 1997:75).

Nesse sentido, a busca de legitimidade passa de uma reestruturação administrativa para uma retórica que verifica uma crise histórica no Chile, não só de governo – o caos da UP -, mas a falência do modelo político e de sociedade. Entretanto, não há apresentação de um projeto político específico, senão a constante lembrança dos fatores que propiciaram a corrosão da ordem política existente antes do golpe de Estado:

El concepto clave de este discurso es la 'decadencia', con lo cual el Gobierno retoma una corriente ideológica vinculada a la derecha, que insiste que el Chile del siglo XX es una nación decadente, que, al revés de la república conservadora y Portaliana del siglo XIX ha perdido el sentido de la autoridad, la jerarquía, el orden y el progreso. (KIRBY, 1997:76).

Por um lado, o estatismo, com a supressão da iniciativa privada, por outro, o sistema de partidos políticos, que dividiram a sociedade e alentaram uma ideologização “alienante”, mobilizando a população e propiciando a ascensão da esquerda.

Em terceiro lugar, o discurso geopolítico, presente desde meados de 1974 e desenvolvido ao longo da década de 1970, com a sua concepção biológica sobre o Estado e a importância do “flanco interno”. O regime autoritário surge como única alternativa viável para “enfrentar la permanente agresión desintegradora del marxismo y el riesgo de repetir las fracasadas fórmulas de la democracia liberal”. (KIRBY, 1997:77).

Em último lugar, o discurso revolucionário, desenvolvido a partir de 1977 para a consolidação permanente do poder militar sobre a política. Assim:

El Plan de Chacarillas, dado a conocer en julio de 1977, contenía los aspectos medulares del nuevo modelo institucional. En él se afirma que el régimen tiene por misión, en lo político institucional, establecer una 'nueva democracia', la cual tendría cinco características principales: autoritaria, protegida, integradora, tecnificada y de participación, sobre cuyos contenidos y mecanismos específicos no se indican mayores precisiones. (KIRBY, 1997:78).

Na concepção de Kirby, tal retórica vincula-se a um pensamento neoliberal, pretendendo reformular a sociedade através de uma auto regulação alentada desde o mercado.

Como podemos perceber, Kirby insiste em uma divisão do discurso oficial do governo por etapas bastante curtas. Em nenhum momento o autor pretende apresentar esses discursos como excludentes entre si. Nesse sentido, não há uma improvisação por parte do regime militar, senão uma paulatina construção de um projeto político que foi adaptando-se conforme o governo passava de um estágio de institucionalização, anterior a promulgação da constituição de 1980, e um momento de plena consolidação, a partir de 1981. Esses discursos estiveram presentes ao longo de toda a ditadura, e podem ser visualizados através dos artigos do *Memorial del Ejército de Chile*.

A nova institucionalidade respondia a um cenário caótico: o governo da UP. Assim, a evocação do governo de Salvador Allende serve como alerta para a cidadania, caso os militares não tivessem assumido o controle da nação, guerra civil, caos econômico, destruição dos valores pátrios, desunião e escravidão seriam realidades para todos os chilenos. Os trechos que recordam o cenário político anterior ao golpe de Estado dão conta de responder a esses imperativos.

A retórica sobre a salvação realizada pelas Forças Armadas atravessou o regime militar. A ideia de que a intervenção foi um imperativo demandado pela população sobre os preceitos de não deliberação expressos na Constituição de 1925, configura-se como uma das principais justificativas para o golpe militar. A ação das instituições castrenses é apresentada como um resgate dos valores tradicionais da *chilenidad*, possibilitando a coesão do povo e evitando a guerra civil:

El 11 de septiembre de 1973 Chile se salvó de un desastre inminente, evitándose el agravamiento de una situación que pudo llevarnos a la guerra civil y la destrucción de todas las libertades. En esa ocasión los institutos armados cumplieron con esa ley inmutable, escrita en la tradición, que les obliga a impedir la destrucción del ser nacional. En concreto, ejercieron el legítimo derecho de rebelión, y ahí se encuentra su legitimidad de origen. (CACERES, 1990:10).

O golpe é a salvação do desastre que se acercava caso o governo de Salvador Allende, comprometido com o fim das liberdades, continuasse. Para além do respeito à Constituição, os militares teriam respeitado a tradição, com o objetivo de preservar a identidade nacional. A rebelião, nesse sentido, é um direito natural que justifica as transgressões constitucionais:

El 11 de septiembre de 1973, las Fuerzas Armadas y de orden de la República, asumieron el control del Estado, por encima del precepto establecido en el Art. 22 de la Constitución Política y cumpliendo con la norma de Derecho Natural, que exige a los custodios del orden, de

la Seguridad y de la Integridad de la Patria, su intromisión en el ámbito político, cuando los responsables de él, han conducido al pueblo detentor de la Soberanía, a un destroz de si [sic] mismo, convirtiendo en enemigos a aquellos que por norma natural, deben ser los beneficiarios y los forjadores del desarrollo; principio que es la base filosófica del Estado Moderno. (DURÁN, 1975:64).

Acentua-se o fato de que, ao alimentar a luta de classes e permitir a polarização da sociedade, o governo da UP atentava contra a soberania e contra a essência mesma do espírito nacional, baseado na unidade da população. Esse é justamente um dos pontos positivos do regime militar: a reabilitação do consenso:

Finalmente, no puede dejar de reconocerse que el acuerdo producido en torno a las reformas constitucionales demuestra que en Chile ha logrado consolidarse la unidad nacional por sobre las legítimas discrepancias y diferencias que suscita el enfoque político coyuntural. Ello es particularmente relevante si se recuerda que, al asumir las Fuerzas Armadas y Carabineros la superior conducción de los destinos del país, el 11 de Septiembre de 1973, éste se encontraba al borde de una guerra fratricida de incalculables consecuencias. (TORRES, 1989:11).

A Constituição de 1980 produz o consenso entre os grupos discrepantes, favorecendo a harmonia entre indivíduos posicionados em lados opostos do espectro político. A intervenção militar foi capaz de reunificar a população, a diferença do período de Salvador Allende. Durante esse interregno, o governo de esquerda aproveitaria os erros da democracia liberal para se fortalecer:

Desconocedores, en el fondo, de la real situación existente en Chile en los años 1970-1973, en que una minoría se había entronizado en el poder, aprovechándose de manifiestos errores del sistema vigente, creyeron observar una violación de los principios democráticos por parte de los actores del pronunciamiento. No comprenden, hasta el día de hoy, que hay procesos históricos que, sin necesidad de concurrir a las urnas, son resultantes de una libre elección de la mayoría absoluta de la ciudadanía. El cambio de Gobierno en Chile, el 11 de septiembre de 1973, lo fue, y testimonio palpable de ello, sin lugar a dudas, ha sido la respuesta dada por el pueblo chileno a la Consulta Nacional del 4. I. 1978. (GEVERT, 1978:85).

Os militares, preocupados com a situação caótica proporcionada pela minoria, foram chamados pela maioria da população chilena a intervir, mesmo sem um mandato popular advindo das urnas. Mesmo assim, respaldado pelo plebiscito de 1978, o governo das Forças Armadas apresenta-se como a verdadeira expressão da vontade da população chilena. O golpe militar, nesse sentido, não era uma surpresa, senão a expressão do desejo da maioria:

Los partidarios de Allende creían, no obstante, que una vez más su carisma y su habilidad para hacer malabares le permitirían establecer el equilibrio de una situación rayana en el caos. El pronunciamiento militar del 11 de septiembre de 1973 vino a dar por tierra con las esperanzas de esta gente e irremediablemente él no fue una sorpresa para nadie. Imbuidos del papel que tradicionalmente ha sido el suyo, los militares chilenos se vieron impelidos, en cumplimiento de su deber hacia la nación, a la intervención del 11 de septiembre. (LAFFITTE, 1976:52).

A demonstraco de apoio responde a uma necessidade de legitimao. O respaldo da cidadania é fundamental para revestir a año golpista de uma aura popular. Assim, a nao, acossada por uma minoria entronizada no poder, que perseguia a destruio da autêntica *chilenidad*, clama aos salvadores para que a unidade seja restaurada:

Ante esta caótica situación, que amenazaba con el derrumbe definitivo de nuestra patria, surgió el 11 de septiembre de 1973 la respuesta decidida de nuestras Fuerzas Armadas y Carabineros, las que asumieron en esa fecha el Gobierno de la nación, con el respaldo autêntico de toda la ciudadanía. (GONZÁLEZ, 1976:43).

Qualquer pessoa poderia constatar o caos imperante durante o (des)governo da UP:

Todos sabemos en Chile y también lo saben los extranjeros que nos han visitado después del 11 de septiembre de 1973, que Chile está superando en forma digna y elevada esta etapa difícil de nuestra historia, y ello ha sido posible gracias a la oportuna intervención militar que generó este nuevo gobierno con el apoyo de la masa nacional y de los poderes públicos, ya que el Poder Judicial y el Poder Legislativo repudiaron la abierta intromisión extranjera ejercida sobre el vacilante Gobierno de la Unidad Popular. (LA DIRECCIÓN, 1977:4).

Os poderes judiciário e legislativo já haviam sinalizado o ataque à soberania chilena. Assim, a año de desintegrao da UP teria laços com as potências estrangeiras do comunismo. As teorias estrangeiras estimulariam a mudança da essênciã do ser nacional, na tentativa da instalao progressiva de um sistema totalitário, tentativa essa mais evidente quando da quebra constitucional:

Hay que recordar la situación vivida por el país antes del 11 de septiembre de 1973, donde hubo un manifiesto quebrantamiento del orden constitucional y legal de la República en el intento del gobierno de la Unidad Popular de la instauración de un sistema totalitario absolutamente opuesto al sistema democrático representativo que la Constitución vigente establecía. Así como violaciones a la Constitución y la ley al permitir y amparar la creación de poderes paralelos, que constituían un grave peligro para la Nación. Además de la usurpación de las principales funciones del Congreso, como era la de legislar y anular medidas que eran materias de ley recurriendo a decretos de

insistencia dictados abusivamente o por simples resoluciones administrativas, fundadas en "resquicios legales", con absoluta prescindencia de la voluntad del legislador. (LA DIRECCIÓN, 1990:34).

A sistemática destruição da independência dos poderes da república, por parte do governo da UP, tinha como objetivo minar as bases próprias da democracia representativa, instalando um regime opressor das garantias individuais e retirando da população a soberania nacional. Se concluso, esse processo levaria, irremediavelmente, o Chile para a órbita da União Soviética, destruindo sua independência, alcançada através de batalhas heroicas contra à Espanha. A ação de 1973, portanto, constitui-se como um ato cívico-histórico de transcendência inigualável:

En verdad, han transcurrido 30 años de la publicación de este interesante análisis<sup>131</sup> y sus consecuencias, previstas con tanta visión, se tradujeron en el acto cívico-militar más grande de nuestra historia, que provocó el fin del caos causado por el "gobierno de la UP" y que nos diera nuestra ansiada libertad e independencia el 11 de septiembre de 1973. (MONTALVA, 1977:57).

O 11 de setembro de 1973 seria lembrado como a “segunda independência” do Chile: “[...] y así fue como el 11 de septiembre de 1973, los soldados de Chile junto al pueblo de Chile, sacudió por segunda vez las cadenas extranjeras que pretendían aherrarlo y así se cumplirá eternamente”. (LLANILLOS, 1977:12). Fruto de uma ação messiânica<sup>132</sup>, o golpe de Estado tinha como objetivo recuperar a independência e a liberdade<sup>133</sup> perdidas durante a administração de Allende: “Gracias al Supremo Hacedor, que iluminó a las FF.AA. y Orden, pudimos salir de la órbita del comunismo internacional aquel memorable 11 de septiembre de 1973, recuperando la independencia y libertad”. (STACK, 1985:21).

A situação de dependência se traduziria em diversos campos:

Se justifica, pues, —entre otras grandes realizaciones— el cambio de rumbos experimentado por el país a partir del 11 de septiembre de 1973 en materia de política exterior, de seguridad nacional y, especialmente, de educación y formación de la juventud estudiantil; esta última, desorientada y convulsionada —como estaba— por

<sup>131</sup> O autor refere-se ao texto de Eduardo Frei Montalva, de 1947, sobre o partidatismo, publicado na revista *Política y Espíritu*, e republicado pelo *Memorial del Ejército de Chile*.

<sup>132</sup> Sobre a temática do messianismo político do discurso oficial do regime, ver SCHUFFENEGGER, 2001.

<sup>133</sup> “En ese sentido debemos actuar con visión y con responsabilidad para entregar a nuestros descendientes, en un mañana no lejano, una nación renovada en todos sus valores y creciendo económicamente en forma sostenida como expedientes previos para poder conservar lo que con tanto esfuerzo conquistamos el 11 de septiembre de 1973: la libertad de Chile”. (HORMAZABAL, 1977:89).

consignas foráneas y ajenas a nuestra realidad geográfica y demográfica. (DAIHLE, 1977:153).

Teorias estrangeiras e alheias ao temperamento chileno haviam permitido a desorientação da população e, em especial, da juventude, responsável por se transformar nos líderes políticos do futuro. Por isso, o 11 de setembro é, de fato, um evento de libertação:

El 11 de septiembre se celebra como el "día de la liberación". Quienes desconocen la verdadera situación chilena podrían creer que se encuentran en presencia de una falacia y de una hipocresía. No es así en la realidad. El pueblo demostró una vez más, en las calles su alegría y se sintió unido en torno a su bandera. Experimentó sinceramente [...] una liberación, pese a los sacrificios a que ha estado sometido y a las limitaciones que le impone el estado de emergencia que aún vivimos. (LA DIRECCIÓN, 1979:11).

Investido pela soberania popular, os militares não teriam inventado os problemas estruturais do Chile. Herdaram um país mergulhado no caos. Sua ação, antes de tudo, seria uma atuação democrática em defesa da nação:

Es aquí donde salta a la vista un error conceptual muy grave. Insistentemente se ha tratado de demostrar que los militares chilenos son enemigos de la democracia. ¿Por qué? ¿Tal vez porque al salir de sus cuarteles, el 11 de septiembre de 1973, para terminar con el nefasto desgobierno de Allende, no actuaron democráticamente? ¿Es que se podría haber actuado en forma democrática en esos momentos? ¿Actuaron democráticamente los EE. UU. de N. A. cuando decidieron entrar en la guerra contra las naciones del Eje, o fue muy democrática su decisión de lanzar las bombas atómicas en el Japón? (GEVERT, 1978:88-89).

Existem atos, mesmo que semelhantes a atropelos da democracia, que constituem-se em ações democráticas em sua essência. Se o golpe militar é um ato avesso à democracia, o que dizer sobre as bombas atômicas lançadas pelos Estados Unidos, com o intuito de dar fim, justamente, a uma era de império da tirania? Nesse sentido, não há que se questionar o ímpeto democrático dos militares ao assumir o controle do país. As Forças Armadas não respondem a uma sede de poder, mas ao clamor popular, para dar fim ao império da *politiquería* e da demagogia e instaurar, após um período de reestruturação, um novo modelo de governo, a *nueva democracia*, baseado nos valores e tradições chilenas:

Chile necesita crear una nueva democracia fundada en los valores que hicieron capaz a este pueblo de afrontar las graves crisis de su historia, sin ninguna ayuda exterior, con la fuerza incomparable de su alma y la clara luz de su propia inteligencia. (VALENZUELA, 1980:46).

As críticas contra a intervenção militar são, em resumo, produto da hipocrisia dos opositores ou da ignorância daqueles que observam a realidade desde fora:

Ahora se permiten o con tono protector o colocando los ojos en blanco y autoestrangulándose la voz con falsa emoción, hablar de costo social, de los que sufren, de los que tienen hambre y frío, de los que no tienen techo, etc. Cabe preguntarse, ¿es que antes del 11 de septiembre de 1973 nadie tenía hambre y frío en Chile? ¿No existían entonces las poblaciones callampas y las inventó acaso este Gobierno después que asumió? (HORMAZABAL, 1977:87).

A situação de 1973 era inevitável e requeria da população sacrifícios:

Yo digo en voz alta que si hubiere existido esta facultad en algún órgano de esta naturaleza en la triste experiencia de los años 70 al 73, a lo mejor habríamos evitado el dolor que significó la inevitable y a su vez salvadora situación del 11 de Septiembre de 1973. (FARREN, 1984:28).

O processo da UP levaria a uma quebra inevitável da institucionalidade:

Los chilenos contemplamos durante casi tres años, desde 1971 a 1973, cómo el gobierno de la Unidad Popular avanzó con gran rapidez hacia la dictadura del proletariado, siendo contenido en el momento final por el pronunciamiento militar del 11 de septiembre de ese año, antes de conseguir su objetivo, pero cuando habían alcanzado un alto grado de destrucción 'de la sociedad burguesa', pero sin haber alcanzado a suprimir los poderes Judicial y Legislativo, ni haber destruido o neutralizado a las Fuerzas Armadas y de Orden. Cada chileno consciente y en su mayoría de edad, puede recordar, lo que a pesar de eso, significaba el estado alcanzado por el proceso. (ROBERT, 1989:29).

O rápido avanço em direção à ditadura do proletariado foi interrompido pela intervenção das Forças Armadas. Naquele momento, já havia sido possível destruir, quase completamente, a sociedade burguesa. Entretanto, a firmeza dos poderes judiciário e legislativo, somado a solidez das Forças Armadas, permitiram a salvação do Chile.

É possível observar, até aqui, que a retórica da oficialidade obedece a uma homogeneidade discursiva interessante. A evocação do caos reinante durante a presidência de Salvador Allende serviria como um exemplo para exaltar a ação do regime militar. Assim, a desunião seria substituída por unidade, o caos econômico pelo planejamento e a economia social, o estatismo pela iniciativa privada, as doutrinas estrangeiras por expressões de *chilenidad*, o partidarismo pela harmonia dos setores ao redor de um Estado orgânico corporativista, etc.

Embora a nova institucionalidade tenha se constituído como argumento central da consolidação do regime, não é possível compreender, através dos artigos

publicados no *Memorial del Ejército de Chile*, seu conteúdo programático. As considerações sobre o tema são muito vagas, e não dão conta de explicar a complexidade do sistema pretendido pela Constituição de 1980<sup>134</sup>.

Entretanto, alguns elementos valorativos podem ser entrevistados através dos textos selecionados. O apego as “tradições chilenas” seria, nesse sentido, uma das bases de sustentação da nova institucionalidade:

El Supremo Gobierno al asumir la conducción política, económica y social de Chile en 1973, comprendió con meridiana claridad que el país padecía de una dolencia grave, que afectaba su vida como nación soberana. Era necesario operar de raíz el mal y por eso se propuso desde el mismo 11 de Septiembre de 1973, crear una nueva institucionalidad, basada en los valores propios de nuestra nacionalidad e inspirada en la concepción cristiana del hombre y de la sociedad. (VALENZUELA, 1980:46).

O Chile padecia de uma doença grave. O Estado chileno estava enfermo, infectado pelo comunismo e o partidarismo. A morte do Estado, auspiciada pela tentativa de destruição da identidade nacional, estava próxima. A doença só era possível porque o sistema em vigor até então o havia permitido. Era a fraqueza daquela institucionalidade republicana, que havia copiado ideais estrangeiros – e que permitia a livre atuação de grupos contrários à identidade chilena –, a verdadeira culpada da infecção. Era preciso estabelecer uma nova institucionalidade, baseada nos valores pátrios e de acordo à uma concepção cristã. A profunda crise da sociedade requeria mudanças:

Al asumir el poder, impulsados por el clamor de la ciudadanía y por un ineludible deber moral y profesional, las Fuerzas Armadas y de Orden se vieron enfrentadas a una situación de caos en lo interno, caracterizada por una profunda crisis moral, política, económica y social que había culminado con el quiebre definitivo de la institucionalidad y, en lo externo, encontraban al país fuera de su tradicional esquema de relaciones internacionales y convertido en un satélite de la órbita soviética-cubana. En esta difícil situación interna e internacional, comparable sólo con la vivida por el país en la época de la Anarquía —ya analizada—, el Gobierno Militar debió iniciar su tarea de reconstrucción del Estado, rescatando los valores y principios que tradicionalmente habían inspirado nuestra institucionalidad perdida. (CAMPOS, 1989:61).

A crise de ordem moral, política, econômica e social havia destruído as bases de sustentação da institucionalidade construída pela Constituição de 1925. Mais do que isso, o Chile havia se afastado de seu papel no plano das relações exteriores,

---

<sup>134</sup> Sobre a constituição de 1980, ver SAAVEDRA, 2013 e POZZO, 1987.

convertendo-se em nação satélite – em um fantoche – da URSS e de Cuba<sup>135</sup>. Tamanha situação de anarquia só haveria existido no interregno entre o governo de O'Higgins e de Portales, nos inícios da república independente. Era preciso, portanto, que o governo militar reconstruísse o Estado, resgatando os valores perdidos pela velha institucionalidade.

Tendo em vista a destruição da institucionalidade prévia ao 11 de setembro:

Es por ello que desde el mismo 11 de Septiembre de 1973, en que este gobierno asumió el poder, hizo presente la imperiosa necesidad de crear una nueva institucionalidad política, económica y social que, fundada en los valores más propios de nuestra nacionalidad e inspirada en la concepción cristiana occidental del hombre y de la sociedad, permitiera al país un desarrollo sostenido y una convivencia armónica y libertaria de sus habitantes. (DANÚS, 1981:27).

Busca-se, segundo este discurso, a convivência harmônica dos indivíduos, embasada em uma institucionalidade que respeite a identidade nacional e a concepção cristã ocidental de sociedade. A nova institucionalidade era de dimensões a) política, ou seja, alcançada através da democracia tutelada – onde as Forças Armadas surgiam como a instituição que garante a harmonia entre os poderes, sustentando a República e constituindo-se na instituição suprapartidária intérprete da soberania popular; b) econômica, através da economia social, que previa a responsabilidade do Estado somente naquelas áreas onde as “sociedades intermedias o particulares no están em condiciones” de exercer completamente suas funções, e o princípio de subsidiariedade – importado da ditadura franquista e adaptado a realidade chilena por Jaime Guzmán Errázuriz - (MUÑOZ, 1975:41) – que prevê a menor interferência possível do Estado em questões sensíveis; c) social, nesse caso relacionada ao corporativismo, organizando a sociedade em núcleos pequenos<sup>136</sup>, e a família, eleita o núcleo central da sociedade.

---

<sup>135</sup> “El 11 de septiembre es una fiesta en que el pueblo se reencuentra a sí mismo y toma conciencia de que en 1973 sus Fuerzas Armadas le permitieron dar un gran salto hacia adelante y frente al mundo, derrotando al comunismo y buscando una nueva institucionalidad respetuosa de los valores esenciales del hombre”. (LA DIRECCIÓN, 1979:11-12).

<sup>136</sup> “El tema de la regionalización se inscribe decididamente en las modernas aspiraciones de participación de los individuos en los procesos de toma de decisiones que afectan a su futuro individual y social, participando así en el movimiento hacia la democracia concreta, no representativa y hacia la responsabilidad ciudadana en los problemas inmediatos y no sólo a las grandes cuestiones de carácter valorativos, de alcance nacional e incluso internacional. Se trata también de contrarrestar los inevitables movimientos centrípetos de la burocracia y de la tecnocracia que amenazan situar los poderes del Estado en manos de los componentes de aparatos públicos centrales cada vez más extendidos y que tienden por su magnitud y por la índole especializada de sus tareas a no valorar las inquietudes regionales. Se trata también de contrarrestar los criterios ideológicos que casi destruyeron nuestra vida

A tarefa dos institutos armados é transcendental. O caos existente ao assumirem o poder requer uma refundação:

El 11 de septiembre de 1973, las Fuerzas Armadas, junto a Carabineros, deben actuar por razones ya suficientemente analizadas con la rigurosidad científica necesaria para que sean debidamente aceptadas, iniciándose el ejercicio del gobierno militar, cuyo sentido, desde un comienzo y a diferencia de toda otra experiencia similar, se define como eminentemente fundacional y, por ende, el protagonismo político de los cuerpos armados adquiere una connotación singular, respecto de pretéritos comportamientos. (JOHNSON, 1989:81).

Carlos Molina Johnson publicou, em 1989, um livro intitulado *Chile: los militares y la política*, onde é possível encontrar uma leitura sobre a atuação dos membros das Forças Armadas como protagonistas desde os tempos coloniais. Entretanto, aqui, Johnson deixa claro que essa intervenção – a de 1973 -, em específico, reveste-se de contornos especiais, porque exige que a caserna não só assuma a condução do país, mas reestrutura as bases próprias do poder. Para isso, seria preciso resgatar a identidade nacional:

El comienzo de restauración de la identidad nacional, que se inició el 11 de septiembre de 1973, requería que la Constitución Política de la República, es decir, la norma fundamental que había de regir nuestra convivencia en libertad, superara los vicios que habían llevado a sobrepasarla en el pasado. Al mismo tiempo, la nueva Constitución Política requería dos aspectos fundamentales: Su expresión plena de nuestra tradición y valores nacionales y ser capaz de ajustarse a las exigencias de una sociedad moderna y cada día más tecnificada. (BOZZO, 1989:143).

A institucionalidade construída desde 1980 precisaria superar os erros do passado, possibilitando que o Chile se organizasse conforme sua tradição histórica, respeitando a essência do ser nacional e, ao mesmo tempo, fazendo frente às novas exigências do mundo moderno. Eram necessárias mudanças profundas:

Profundas transformaciones y obras de progreso se han cumplido en diez años de gobierno militar, que benefician a las nuevas generaciones, a través del mejoramiento del nivel y calidad de la vida y de una organización social que, inspirada en las auténticas tradiciones nacionales, promueve las virtudes ciudadanas, dignifica el trabajo y enaltece a la familia chilena. (NAVARRO, 1983:15).

A organização social levada a efeito pela nova institucionalidade promove a cidadania, porque resgata a história da nação, incentiva a dignidade do trabalho, porque suprime a luta de classes e o partidarismo dos sindicatos, e enaltece a família

---

social antes del 11 de septiembre y lograr una educación cívica que se preocupe fundamentalmente de los problemas locales y regionales". (VIDAURRE, 1975:12).

chilena, ao fazer dela o núcleo fundamental da sociedade. A reorganização é uma resposta, portanto, ao sentir nacional:

Asumida la responsabilidad el 11 de Septiembre de 1973 e iniciada, inmediatamente, la reconstrucción de la descompuesta sociedad — cuyo camino a la destrucción definitiva ya alcanzaba el límite próximo inmediato— nuestro gobierno inició tal difícil tarea buscando encauzar al país por aquella senda que sus naturales características como nación occidental y poseedora de una particular realidad social le señalaban [...]. (JOHNSON, 1986:76).

O 11 de setembro viria para coroar o “mês da pátria”, convertendo-se em uma efeméride de orgulho para todos os chilenos:

Año tras año, al rayar el alba de cada 18 de Septiembre, nos despierta el atronador ruido del cañón seguido de vibrantes audiciones radiales que otorgan especial realce y significación a esta magnífica efeméride. Actualmente este acontecimiento conmemorativo es precedido por un nuevo aniversario emancipador que es el 11 de Septiembre, en que a 16 años de esta parte una valiente Junta detuvo el avance vertiginoso de la destrucción total de nuestro patrimonio nacional, para dar paso majestuoso al advenimiento de un Chile nuevo sin odios clasistas y encaminado a conformar una República inspirada en el trabajo, el esfuerzo y el aporte personal al servicio de nuestra comunidad. (ORTIZ, 1989:15).

A independência do jugo espanhol, comemorada no dia 18 de setembro, é agora precedida por outro aniversário emancipador, o 11 de setembro. O governo militar possibilitou a derrubada de um projeto de destruição do Estado chileno, dando espaço a um novo Chile, sem ódio de classes e em conformidade com o espírito da comunidade nacional. Nesse sentido, as Forças Armadas desempenham um novo papel:

Como apreciación final sostengamos que hay, en el orden político e institucional una estabilización práctica y jurídica de las Fuerzas Armadas cumpliendo un nuevo rol que le asigna la Constitución y que como acabo de señalar, es un nuevo rol político institucional. [...] Demostraron ser la gran reserva moral del país, sin la cual no habría podido tener éxito la legítima rebelión del pueblo de Chile en contra del régimen que, desconociendo su ser nacional esencialmente libertario y altivo, quiso someterlo a un yugo totalitario foráneo y desde que asumieron el mando supremo de la nación han sabido conducirla con ejemplar abnegación y patriotismo, consagrándose por entero y sin descuidar sus funciones específicas, a su reconstrucción moral y material. No podría, pues, la nueva institucionalidad prescindir de esta realidad, que asigna a nuestras Fuerzas Armadas y de Orden, un rol preponderante en la vida nacional. (FARREN, 1984:28-29).

A intervenção militar inaugura um período de construção:

El 11 de septiembre es una fiesta en que se celebra el comienzo de una larga y trabajosa construcción. La unidad de las Fuerzas Armadas;

la unidad de los chilenos; la primacía de la honradez, del patriotismo y de la generosidad; la búsqueda seria de un proyecto institucional que resguarde la justicia y la seguridad de todos, son aspiraciones que van flameando en las banderas que saludan este día memorable. (LA DIRECCIÓN, 1979:12).

Esse projeto deve ser construído tendo como base a unidade nacional, nutrido pelo patriotismo e pela generosidade, protegendo a justiça e oferecendo segurança para todos. Esse é o destino que o país merece:

El camino que empezó a correr Chile el 11 de septiembre de 1973 tiene una meta mucho más grande de lo que se figuran los oponentes al régimen. Es por eso que millones de chilenos han reconocido de que ahora se busca el verdadero bienestar y la libertad del pueblo y la grandeza del país y han reconocido en el Gobierno Militar las cualidades que lo capacitan efectivamente para lograr el destino que se merece nuestra Patria. (GEVERT, 1978:95).

A nova institucionalidade deve proteger o sistema construído pela Constituição de 1980:

La nueva institucionalidad, impulsada por el Gobierno Militar a partir de 1973 y refrendada por la mayoría ciudadana en 1980 al aprobar la Constitución Política de la República, contiene los elementos necesarios para impedir los excesos que llevaron a la referida crisis. Dentro de ellos se encuentran las normas e instituciones que evitarán, por ejemplo, el acceso al poder político de ideologías de carácter totalitario o la desestabilización del sistema político como consecuencia de cambios fundamentales en la institucionalidad acordados por mayorías ocasionales. (ROBERT, 1989:26).

A institucionalidade construída pelo regime militar possibilitou a grandeza do país andino:

Esta apreciación pragmática y realista de la situación interna y del entorno internacional del país se tradujo en la tarea de reconstrucción nacional que culminara con la creación de una nueva institucionalidad, moderna y sólida, que junto con proyectar al futuro un régimen político estable y creador, caracterizado por una descentralización funcional de los poderes político y social y por una moderna organización político administrativa del Estado, ha llevado a Chile a un lugar preeminente dentro de Latinoamérica en lo que a desarrollo político, económico y social se refiere. (CAMPOS, 1989:67).

Podemos observar, portanto, que a nova institucionalidade não é apresentada de maneira programática, mas tangencial. Seu conteúdo pode ser apreendido nos artigos que analisam alguns aspectos específicos da Constituição de 1980<sup>137</sup>, mas não revelam nada novo com relação aos projetos desenvolvidos pela alta cúpula

---

<sup>137</sup> VALENZUELA, 1980:40-58; UGARTE, 1981:6-20; UGARTE, 1981:5-10; CIENFUEGOS, 1982:12-18; GOLDBERG, 1982:45-55; JOHNSON, 1986:89-98; JOHNSON, 1986:76-81; ROBERT, 1989:26-79; LOIS, 1990:25-30.

militar. Subsiste uma consonância dos elementos analisados em separado neste terceiro capítulo – a saber, marxismo, identidade nacional e nova institucionalidade –, deixando entrever que o discurso da oficialidade, com relação à uma cultura política, conseguiu se consolidar ao longo do regime, alimentando as justificativas para o golpe de Estado e proporcionando uma narrativa histórica, construída desde a caserna, para o mundo exterior.

Muitos dos elementos da geopolítica podem ser encontrados não só no pensamento militar dos oficiais do Exército, mas de grupos políticos chilenos. Assim, existe uma cultura política, embasada em determinado pensamento, que circula entre o mundo civil e a caserna, propiciando uma interlocução que permite a aceitação de abordagens recíprocas. O governo militar não procura somente encontrar maneiras de se justificar através dessa cultura política, mas também estratégias para criar laços de solidariedade com grupos políticos civis, permitindo a legitimação de um projeto político autoritário, desenvolvido ao longo do regime militar, que reestruturasse as bases de sustentação do modelo político adotado no país andino. Esse projeto *refundacional* não significava o retorno a uma normalidade democrática, mas a inauguração de um novo período na história do Chile, baseado em uma reformulação das relações entre as forças políticas e a população.

O *projeto refundacional* não nasceu em 11 de setembro de 1973. Ele foi, antes de tudo, construído durante os primeiros anos do regime e apresentado, de forma mais ou menos definitiva, após a promulgação da Constituição de 1980. Com traços de permanência, seu discurso seguiu vigente até, pelo menos, o plebiscito de 1988. O abandono progressivo, iniciado a partir da abertura política de 1983 e com a transição em 1990, não impôs seu descrédito, mas deslocou a atenção de seus principais apoiadores civis. Contudo, a retórica salvacionista desenvolvida pelo *projeto refundacional* permaneceu como principal característica do discurso apoiador do regime militar até o presente.

## CONCLUSÃO

Em que medida o discurso da oficialidade, presente nos artigos do *Memorial del Ejército de Chile*, pode ser entendido como formador de uma visão militar sobre o político, baseada em uma cultura política anterior ao golpe de Estado, e não uma mera reprodução daquilo que é pautado pelos comandantes militares?

É preciso enfrentar essa questão com seriedade. Esse questionamento procura, sobretudo, relativizar o papel dos indivíduos frente a uma instituição centralizadora e hierarquizada. As Forças Armadas, e o exército chileno em especial, contudo, não são monolíticas, como os próprios militares pretendem se apresentar.

A figura do comandante-em-chefe, e no caso chileno durante a ditadura, um líder militar que acumula funções de chefe de governo, é central para a caserna. Obviamente, o discurso da oficialidade do EMGE acompanhará a linha de raciocínio estabelecida pela cadeia de comando. Todavia, o regime militar chileno não foi obra de um homem só. Ainda que, corriqueiramente, Augusto Pinochet proclamasse que “nenhuma folha se mexe nesse país sem que eu saiba”, creio que algumas florestas poderiam discordar dessa afirmação.

Os artigos da oficialidade, analisados em conjunto, demonstram uma coesão argumentativa. Dificilmente é possível encontrar discordâncias. O que sim subsiste é uma diferença de ênfase adotada. Oficiais mais velhos, normalmente aqueles da reserva, apresentam uma tendência que valoriza o desenvolvimento econômico e a coesão da nação. A oficialidade formada durante as décadas de 1950 e, principalmente, de 1960, preocupa-se mais com a luta contrainsurrecional, evidenciando a ameaça do comunismo, transvestido com diversas roupagens e alastrado em uma sociedade subdesenvolvida. A oficialidade mais jovem, entretanto, pareceu aderir mais rapidamente ao discurso oficial do regime, permanecendo, de certo modo, mais alijada das questões políticas específicas. Seja pela consideração da cadeia de comando – os oficiais mais graduados ocupam postos na administração do Estado e, portanto, estão mais envolvidos com as questões de política contingente -, ou pela filiação própria desenvolvida dentro da caserna, a oficialidade permaneceu unida no marco do *projeto refundacional*.

Ao observarmos a estruturação do *projeto refundacional*, podemos perceber que a retórica da oficialidade passou por diferentes momentos, respeitando as

conjunturas em que emergiam esses discursos e alterando a ênfase ou a temática dos artigos publicados.

As asseverações sobre o marxismo constituem argumentos recorrentes nos artigos analisados, não respondendo, na maioria dos casos, a situações imediatas. Por esse motivo, a temporalidade deste tipo de retórica atravessou o regime militar, constituindo-se na espinha dorsal das justificativas da oficialidade para o golpe de Estado e a instauração de um regime autoritário e ditatorial.

O apelo à identidade nacional, baseada no ideário conservador do século XIX, respondeu a conjunturas variadas e não pode ser entendido como discurso central. Ainda que o apoio às ideias de Portales constituíssem o núcleo da visão sobre o Estado e a política da oficialidade, a recorrência de artigos permite visualizar que seu apelo se concentrou nos dez primeiros anos do regime militar.

Da mesma forma, o discurso sobre a nova institucionalidade, que se encontra concentrada no período final da ditadura. Ainda que parte desta retórica possa guarda relação com um discurso disseminado desde o princípio do regime pelo *Memorial del Ejército de Chile*, é a promulgação da Constituição de 1980, e a abertura política iniciada em 1983, que permitirão uma construção mais substantiva sobre essa temática.

Alguns elementos do discurso da oficialidade não correspondem à visão comumente disseminada pelos estudos de história, que dão conta de enfatizar o caráter improvisado do discurso da ditadura. Provavelmente devido a uma preocupação com o inimigo interno e relativamente afastado do cenário público corrente – lembremos que os artigos são escritos, em sua maioria, por militares e, nessa lógica, para militares –, a oficialidade tenha se revestido de um sentido mais preparado, deixando transparecer uma imagem de coesão, planejamento e organização, contrariando a visão do improviso.

É justamente assim que se justifica a importância de analisar o discurso da oficialidade, relacionando-o com a retórica oficial do governo militar, observando como o primeiro se nutre da segunda, mas também como o discurso do regime pretende se apresentar como uma alternativa ou como complemento da retórica da oficialidade. Nessa relação recíproca, é preciso considerar elementos de convergências e, de maneira mais singela, de divergência. De maneira geral, o discurso da oficialidade estrutura uma visão institucional sobre a tarefa governativa, possibilitando o alinhamento da caserna enquanto corpo armado constituído com o governo militar.

Ainda que encabeçado por militares de alta patente, a ditadura militar chilena não é uma expressão direta da caserna, mas sim um produto de uma relação, por vezes, ambígua e, na maior parte do tempo, complexa, entre a oficialidade, responsável pela sustentação da instituição, e a cúpula militar.

No que concerne ao perfil emergido da análise do material compilado no *Archivo General del Ejército* através dos KARDEX, é possível observar uma profícua atividade docente dos oficiais autores do *Memorial del Ejército de Chile*. Em adição a essa constatação, é possível observar um intenso trânsito, adotado como política institucional pelo exército do Chile e as Forças Armadas estadunidenses, da oficialidade em direção a institutos militares dirigidos pela caserna do país do norte. Nesse sentido, os conhecimentos adquiridos nas escolas matrizes chilenas se somam a uma gama de outras perspectivas, apropriadas no contato com uma determinada doutrina estadunidense - a doutrina de segurança nacional - e os demais pares latino-americanos.

Também foi possível observar como o governo militar não alterou, de maneira drástica, a rotina de promoções, permitindo a continuidade de oficiais, mesmo que, em determinados casos - não relacionados aos articulistas analisados - se possa encontrar expurgos. De uma maneira geral, a oficialidade que publicou no *Memorial del Ejército de Chile* foi leal ao legado do regime e duradoura dentro das fileiras da instituição.

Com relação a análise propriamente dos textos, é possível verificar uma maior concentração na crítica ao marxismo e a *politiquería*, tendo como principal objetivo a conformação de uma determinada memória do governo de Salvador Allende e do próprio regime militar. Embora não se verifique divergência por parte da oficialidade com relação ao discurso oficial promovido pelo núcleo do governo, pode-se observar que algumas abordagens adotam ênfases específicas, muitas delas vinculadas ao exercício da profissão docente nos institutos militares. Questões correlatas, mas abordadas em menor medida, como a identidade nacional ou o vago conceito de nova institucionalidade, demonstram uma preocupação por apresentar os motivos mais imediatos da ação interventora das Forças Armadas.

De uma maneira geral, observa-se uma relação próxima de uma determinada cultura política vigente no Chile que, em meados da década de 1960, entrou em choque com os demais projetos políticos presentes no espectro público. Assim, vinculada a um pensamento de direita conservadora, a oficialidade procurou justificar

o regime embasando a ação militar em uma cosmovisão difundida entre uma parcela da sociedade. Era preciso resgatar uma determinada identidade, perdida nos anos da permissiva democracia liberal surgida em 1932, construindo um governo autoritário capaz de fazer frente ao inimigo interno apoiado desde o exterior.

Os textos, em conjunto, demonstram uma aparente homogeneidade da oficialidade, construída tanto em território chileno como no estrangeiro. De certa forma, é possível inferir que, desde os artigos publicados em o *Memorial del Ejército de Chile*, pretende-se erigir uma determinada memória histórica e, por conseguinte, difundir um projeto político baseado em uma cultura política selecionada. A revista surge, portanto, como suporte de divulgação de determinado projeto, destinado a doutrinação, por uma parte, dos membros da caserna e, por outro, de construção de uma legitimidade elaborada desde as forças armadas frente ao mundo civil. Assim, compreende-se, em parte, a adoção de artigos de outras revistas ou mesmo a republicação de trabalhos historiográficos, que buscam explicar o golpe de Estado desde uma perspectiva interna.

O discurso da oficialidade, nesse sentido, cobra uma importância ímpar por demonstrar como a política, entendida como o exercício do poder, foi incorporada como tarefa subjacente da profissão militar. Ela requereu uma reorganização da conduta dos oficiais, deslocando os mesmos de suas funções tradicionais e possibilitando um contato cada vez mais intenso entre militares e civis. Dessa forma, a oficialidade passa a cobrar um peso cada vez maior nas ações concretas do governo, ocupando cargos importantes da administração pública e desenvolvendo, a partir dos conhecimentos adquiridos nos diversos institutos castrenses, uma percepção sobre o cenário público. Em resumo, a oficialidade, acostumada a exercer uma tarefa de comando de tropas e auxílio da alta cúpula militar, se vê imersa na política contingente, o que requer uma mudança em seu pensamento e uma adaptação de suas tarefas primordiais. O impacto da política na oficialidade pode ser reconhecido através dos artigos analisados. As estratégias são diversas, e o resultado mais ou menos homogêneo. A conformação de uma cosmovisão sobre a efeméride do 11 de setembro de 1973, a “missão cumprida”, a Constituição de 1980, a economia social, enfim, as “obras” do regime militar constituem-se em expressões próprias dessa oficialidade que, levada pelo governo para as tarefas administrativas, encontra-se imersa em um cenário público ao qual precisa responder e, em maior medida, justificar-se.

## REFERÊNCIAS

- ACOSTA, Francisca Valdebenito. *Tinta, papel, ingenio*. Panfletos políticos en Chile, 1973-1990. Santiago de Chile: Ocho Libros, 2010.
- AGÜERO, Felipe y HERSHBERG, Eric. Las Fuerzas Armadas y las memorias de la represión en el Cono Sur. In: AGÜERO, Felipe e HERSHBERG, Eric (eds.). *Memorias militares sobre la represión en el Cono Sur: visiones en disputa en dictadura y democracia*. Madrid: Siglo XXI, 2005, p. 1-34.
- ÁGUILA, Gabriela e ALONSO, Luciano (coord). *Procesos repressivos y actitudes sociales*. Entre a España franquista y las dictaduras del Cono Sur. Buenos Aires: Prometeo Libros, 2013.
- ALTHUSSER, Louis. *Aparelhos ideológicos de Estado*. Rio de Janeiro: Graal, 1985.
- ANDRADE, Walter Dörner. Formación Académica en la Academia de Guerra (1930-1973). In: SAN FRANCISCO, Alejandro. *La Academia de Guerra del Ejército de Chile, 1886-2006: ciento veinte años de Historia*. Santiago de Chile: Centro de Estudios Bicentenario, 2006, p. 123-142.
- ARAYA, Marcelo Casals. *Anticomunismos, política e ideología en Chile*. La larga duración de la “Campaña del Terror” de 1964. Santiago de Chile: Pontificia Universidad Católica de Chile, 2012. [Dissertação de Mestrado].
- AVARIA, Bárbara Silva. *Identidad y nación entre dos siglos: Patria Vieja, Centenario y Bicentenario*. Santiago de Chile: LOM Ediciones, 2008.
- BAÑO, Rodrigo. *Transición y cultura política en Chile*. Santiago de Chile: FLACSO, 1988.
- \_\_\_\_\_. *Configuración del espacio de preferencias políticas (1958-1989)*. Santiago de Chile: FLACSO, 1993.
- BAÑO, Rodrigo; CULAGOVSKY, Mauricio; FLISFICH, Angel; LECHNER, Norbert; VIAL, Alejandro. *Encuestas de cultura política*. Santiago de Chile: FLACSO, 1987.
- BAÑO, Rodrigo; FLISFICH, Angel. *Aspectos institucionales en el colapso de la Unidad Popular y de la Democracia Cristiana*. Santiago de Chile: FLACSO, 1987.
- BARBOSA, Marcus Vinícius. *O pensamento político dos militares: uma análise sobre a Doutrina de Segurança Nacional através do Memorial del Ejército de Chile (1970-1974)*. São Leopoldo: UNISINOS, 2013. [Trabalho de Conclusão de Curso].
- BARROS, José D’Assunção. História política, discurso e imaginário: aspectos de uma interface. *SAECULUM*, n. 12, 2005, p. 128-141.
- BERNSTEIN, Serge. A cultura política. In: RIOUX, Jean-Pierre e SIRINELLI, Jean-François. *Para uma história cultural*. Lisboa: Estampa, 1998, p. 349-363.
- BOHOSLAVSKY, Ernesto. Os partidos de direita e o debate sobre as estratégias anticomunista (Brasil e Chile, 1945-1950), *VARIA HISTORIA*, v. 30, n. 52, 2014, p. 51-66.
- BOISARD, Stéphane. Pensando as direitas na América Latina: objeto científico, sujeitos e temporalidades? *VARIA HISTORIA*, v. 30, n. 52, 2014, p. 85-100.
- CASTRO, Celso. *O Espírito Militar: um Estudo de Antropologia Social na Academia Militar de Agulhas Negras*. Rio de Janeiro: Zahar, 1990.

CASTRO, Celso e LEIRNER, Piero. *Antropologia dos militares: reflexões sobre pesquisas de campo*. Rio de Janeiro: FGV, 2009.

CHIRIO, Maud. *A política dos quartéis: Revoltas e protestos de oficiais na ditadura militar brasileira*. Rio de Janeiro: Zahar, 2012.

DITTUS, Felipe Pezoa. El anti-izquierdismo en el ejército chileno tras la Primera Guerra Mundial (1918-1932), *Tiempo Histórico*, n. 5, 2012, p. 71-85.

DUJISIN, Isabel Torres. *La crisis del sistema democrático: las elecciones presidenciales y los proyectos políticos excluyentes. Chile 1958-1970*. Santiago de Chile: Universtaria, 2014.

DUSEK, Antonio Annino von e GUERRA, François-Xavier. *Inventando la nación. Iberoamérica. Siglo XIX*. Madrid: Fondo de Cultura Económica, 2003.

ERRÁZURIZ, Luis Hernán e QUIJADA, Gonzalo Leiva. *El golpe estético. Dictadura militar en Chile, 1973-1989*. Santiago de Chile: Ocho Libros, 2012.

GARRETÓN, Manuel Antonio. Memoria y proyecto de país, *Revista de Ciencia Política*, v. XXIII, n. 2, 2003, p. 215-230.

GONZÁLEZ, Carolina García. El peso de la memoria en los inicios de la transición a la democracia en Chile (1987-1988), *HISTORIA*, n. 39, v. 2, 2006, p. 431-475.

GUAZZELLI, Cesar Augusto Barcelos. A revolução Chilena e a ditadura militar. In: WASSERMAN, Claudia, e GUAZZELLI, Cesar Augusto Barcelos (orgs.). *Ditaduras Militares na América Latina*. Porto Alegre: UFRGS, 2004.

HANSEN, Roy. *Military culture and organizational decline: A story of the Chilean Army*. Los Angeles: University of California-Los Angeles, 1967.

HELLER, Claude. Las relaciones militares entre Estados Unidos y América Latina: un intento de evaluación. *Nueva Sociedad*, n. 27, 1977, p. 17-31.

HIDALGO, Carlos Afero. La sublevación de la armada de Chile en septiembre de 1931: ¿Reivindicaciones laborales o infiltración comunista?, *Norte Histórico*, n. 1, 2014, p. 64-91.

HINOJOSA, Isabel Jara. La ideología franquista en la legitimación de la dictadura militar chilena, *Revista Complutense de Historia de América*, v. 34, 2008, p. 233-253.

\_\_\_\_\_. Graficar una "segunda independencia": el régimen militar chile y las ilustraciones de la Editorial Nacional Gabriela Mistral (1973-1976). *Historia*, n. 44, v. I, Santiago de Chile, p. 131-163, 2011.

JOXE, Alain. *Las Fueras Armadas en el sistema político chileno*. Santiago de Chile: Editorial Universitaria, 1970.

KIRBY, Enrique Cañas. *Proceso político en Chile. 1973-1990*. Santiago de Chile: Editorial Andres Bello, 1997.

LIRA, Cristián Guerrero e SIRGUIADO, Ulises Cárcamo. Bernardo O'Higgins entre izquierda y derecha. Su figura y legado en Chile: 1970-2008, *Cuadernos de Historia*, n. 39, p. 113-146, 2013.

LIRA, Elizabeth (et al.). *História, política y ética de la verdade en Chile, 1891-2001. Reflexiones sobre la paz social y la impunidad*. Santiago de Chile: LOM, 2001.

LOWENTHAL, Abraham F. Estados Unidos de América Latina, 1960-2010: de la pretensión hegemónica a las relaciones diversas y complejas, *Foro Internacional*, v. L, n. 3-4, 2010, p. 552-626.

MALDONADO, Carlos. AChA y la proscripción del Partido Comunista en Chile, 1946-1948, *Contribuciones*, n. 60. 1989, p. 1-90.

MATTAR, Jaime Arancibia; GARCÍA, Enrique Brahm; GOMIEN, Andrés Irrarrázaval. *Actas del Consejo de Estado en Chile (1976-1990)*. Santiago de Chile: Centro de Estudios Bicentenario, 2008.

MOTTA, Aricildes de Moraes (coord.). *História oral do Exército na segunda guerra mundial*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 2001.

\_\_\_\_\_. *1964 – 31 de março: o movimento revolucionário e sua história*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 2003. 10 volumes.

MOTTA, Rodrigo Patto de Sá. *Em guarda contra o perigo vermelho: o anticomunismo no Brasil (1917-1964)*. São Paulo: FAPESP, 2002.

MOULIAN, Tomás; DUJISIN, Isabel Torres. *Discusiones entre honorables: triunfos, fracasos y alianzas electorales de la Derecha en Chile, 1938-2010*. Santiago de Chile: Akhilleus/Arcis, 2011.

MUZZOPAPPA, Eva. Savia nueva de un árbol eterno: Ejército, jóvenes y memoria en la Escuela Militar (Chile, 1971-2002). In: AGÜERO, Felipe e HERSHBERG, Eric (eds.). *Memorias militares sobre la represión en el Cono Sur: visiones en disputa en dictadura y democracia*. Madrid: Siglo XXI, 2005, p. 107-142.

\_\_\_\_\_. *Entretejidos y entrelazados. Estado, nación y legitimidad en el discurso de las Fuerzas Armadas de Chile (1988-2005)*. Santiago de Chile: Universidad de Chile, 2006. [Dissertação de Mestrado].

NETO, Waldemar Dalenogare. “*Human rights is the soul of our foreign policy*”: Jimmy Carter e a diplomacia estadunidense para o Chile. Porto Alegre: Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2016 [Dissertação de Mestrado].

NUNN, Frederick M. New Thoughts on Military Intervention in Latin American Politics: The Chilean Case, 1973, *Journal of Latin American Studies*, Cambridge, v. 7, n. 2, 1975, p. 271-304.

NUNN, Frederick. *The Military in Chilean History: Essays on Civil-Military Relations, 1810-1973*. Albuquerque: New Mexico University, 1976.

ORMSBEE, William H. U.S Army School of the Americas (USARSA). Profile of a training institution, *DISAM Journal*, v. 7, n. 2, 1984, pp. 82-94.

PADRÓS, Enrique Serra e SIMÕES, Sílvia. A ditadura brasileira e o golpe de Estado chileno. *Outros Tempos*, v. 10, 2013, p. 233-261.

PEREIRA, Rafael de Aguiar. *Os crimes da ditadura Pinochet no banco dos réus: o processo espanhol contra a impunidade intocável*. Porto Alegre: UFRGS, 2011. [Trabalho de Conclusão de Curso].

POZZO, Hernan. *¿1989? La constitución de 1980*. Santiago de Chile: FLACSO, 1987.

PURCELL, Fernando. Discursos, prácticas e atores na construção do imaginário nacional chileno (1810-1850). In: MÄDER, Maria Elisa e PAMPLONA, Marco A.

*Revoluções de independências e nacionalismos nas Américas: Região do Prata e Chile.* São Paulo: Paz e Terra, 2007, p. 173-213.

REMÓND, René (org.). *Por uma história política.* Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2003.

ROJAS, Róbinson. *Golpe de estado en Chile.* Santiago de Chile: Ediciones Punto Final, 1965.

ROSANVALLON, Pierre. *Por uma história do político.* São Paulo: Alameda, 2010.

ROUQUIÉ, Alain. *O Estado Militar na América Latina.* São Paulo: Alfa-Omega, 1984.

SAAVEDRA, Claudio Fuentes. *El Fraude.* Santiago de Chile: Huerdes, 2013.

\_\_\_\_\_. Educación militar en Chile. Transformaciones en un contexto cambiante. In: KLEPAK, Hal. *Formación y educación militar: los futuros oficiales y la democracia.* Buenos Aires: RESDAL, 2012, p. 107-118.

SAN FRANCISCO, Alejandro. Las revistas militares, *Memorial del Ejército de Chile*, Santiago de Chile, n. 476, 2005, p. 129-144.

\_\_\_\_\_. *La Academia de Guerra del Ejército de Chile, 1886-2006: ciento veinte años de Historia.* Santiago de Chile: Centro de Estudios Bicentenario, 2006.

SCHMITT, Carl. *Political theology.* Four chapters on the concept of sovereignty. Chicago: University of Chicago Press, 2005.

SCHUFFENEGGER, Humberto Lagos. *El general Pinochet y el mesianismo político.* Santiago de Chile: Lom, 2001.

STERN, Steve J. *Luchando por mentes y corazones: Las batallas de la memoria en el Chile de Pinochet* (Libro dos de la trilogía 'La caja de la memoria del Chile de Pinochet'). Santiago de Chile: Ediciones Universidad Diego Portales, 2013.

SUTIL, Sofía Correa. *Con las riendas del poder: la derecha chilena en el siglo XX.* Santiago de Chile: DeBolsillo, 2011.

VALDIVIA, Felipe Delgado. Deserción, disciplinamiento y alistamiento militar. A propósito de la instauración del Servicio Militar Obligatorio en Chile, 1885-1901, *Historia UdeC*, n. 22, v. 2, 2015, p. 63-79.

VALENZUELA, Hernán Cuevas. Discurso militar e identidad nacional chilena, *POLIS*, n. 38, 2014, p. 2-23.

VARAS, Augusto e AGÜERO, Felipe. *El proyecto político militar.* Santiago de Chile: FLACSO, 2011.

VERA, Cristián Garay. *Entre la espada y la pared.* Allende y los militares. 1970-1973. Santiago de Chile: Centro de Estudios Bicentenario, 2014.

VERDUGO, Patricia. *Como os EUA derrubaram Allende.* Rio de Janeiro: REVAN, 2003.

VICUÑA, Carmen Fariña. El pensamiento corporativo en las revistas "Estanquero" (1946-1955) y "Política y Espíritu" (1945-1975), *Revista de Ciencia Política*, Santiago de Chile, v, XII, n. 1-2, 1990, p. 119-142.

WINOCK, Michel. As idéias políticas. In: REMÓND, René (org.). *Por uma história política.* Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, p. 270-294, 2003.

ZÁRATE, Verónica Valdivia Ortiz de. *El golpe después del golpe: Leigh vs. Pinochet*. Santiago de Chile: Lom, 2003.

\_\_\_\_\_. “¡Estamos en guerra, señores!”. El régimen militar de Pinochet y el “pueblo”, 1973-1980, *HISTORIA*, n. 43, v. I, 2010, p. 163-201.

## APÉNDICE A - FONTES

KARDEX – Consulta no *Archivo General del Ejército de Chile*.

*Memorial del Ejército de Chile*: disponible en <http://www.ejercito.cl/?menu&cid=70>.

ANDRADE, Walter Dórner. Reflexiones sobre el interés nacional, *Memorial del Ejército de Chile*, Santiago de Chile, n. 381, p. 7-11, 1974.

ARRIAGADA, Raúl Toro. ¿Capacidad ciudadana? ¿Desarrollo y expansión?, *Memorial del Ejército de Chile*, Santiago de Chile, n. 383, p. 3-6, 1975.

BARRIENTOS, Victor G. Fuentes. La economía: análisis de la situación económica del país y de las medidas correctivas adoptadas recientemente, *Memorial del Ejército de Chile*, Santiago de Chile, n. 410, p. 66-74, 1982.

BOZZO, José Cerda. ¿Visión de estadista o amenaza?, *Memorial del Ejército de Chile*, Santiago de Chile, n. 433, p. 127-153, 1989.

CÁCERES, Carlos. Fuerzas Armadas y democracia, *Memorial del Ejército de Chile*, Santiago de Chile, n. 434, p. 5-15, 1990.

CAMPOS, Roger Vergara. La carrera del oficial del ejército. *Memorial del Ejército de Chile*, n. 400, Santiago de Chile, p. 87-95, 1979.

CASTRO, Alvaro Pineda de. El terrorismo como empresa transnacional, *Memorial del Ejército de Chile*, Santiago de Chile, n. 399, p. 80-94, 1978.

CHAVEZ, Victor. El eterno retorno de la rueda de la vida. *Memorial del Ejército de Chile*, n. 383, Santiago de Chile, p. 53-59, 1975.

CIENFUEGOS, Sergio Cea. Aspectos preponderantes de la Constitución Política de Chile de 1980, *Memorial del Ejército de Chile*, Santiago de Chile, n. 409, p. 12-18, 1982.

CORRARI, Jorge Catanzaro. Marxismo: análisis político, económico y religioso, *Memorial del Ejército de Chile*, Santiago de Chile, n. 413, p. 38-51, 1983.

COVARRUBIAS, Jaime García. Un enfoque sobre la guerra política, *Memorial del Ejército de Chile*, Santiago de Chile, n. 411, p. 92-94, 1982.

DAILHE, Victor Chaves. Otra carta para Carter. *Memorial del Ejército de Chile*, n. 399, p. 53-55, 1978.

\_\_\_\_\_. Derechos humanos y seguridad hemisférica, *Memorial del Ejército de Chile*, Santiago de Chile, n. 425, p. 66-68, 1987.

DANÚS, Luis F. Chile, un país en desarrollo. *Memorial del Ejército de Chile*, n. 406, Santiago de Chile, p. 26-32, 1981.

DOOLAN, Humberto Aguirre. Condecoración HH. Miembros de la Junta de Gobierno de Chile, *Memorial del Ejército de Chile*, Santiago de Chile, n. 376, p. 55-60, 1974.

DURAN P., Carlos. Política de Tratamiento de la opinión pública, *Memorial del Ejército de Chile*, Santiago de Chile, n. 383, p. 64-71, 1975.

ESCUTI, Julio von Chrismar. La geopolítica y su objeto de estudio: el Estado. *Memorial del Ejército de Chile*, n. 390, Santiago de Chile, p. 99-126, 1976.

FARREN, Gustavo Cuevas. Las FF. AA. y el desarrollo político e institucional de Chile, *Memorial del Ejército de Chile*, Santiago de Chile, n. 415, p. 7-29, 1984.

GEBSER, Jean. El cambio en la estructura del espíritu europeo, *Memorial del Ejército de Chile*, Santiago de Chile, n. 378, p. 147-157, 1974.

GEVERT, Richard Neeb. Ensayo sobre una definición del pensamiento político del oficial del Ejército de Chile, *Memorial del Ejército de Chile*, Santiago de Chile, n. 394, p. 71-81, 1977.

\_\_\_\_\_. Comentarios a: "Militares Chilenos" de Frederick Nunn, *Memorial del Ejército de Chile*, Santiago de Chile, n. 398, p. 83-95, 1978.

GOLDBERG, Gerhard W. La función política de las FF.AA en América Latina, *Memorial del Ejército de Chile*, Santiago de Chile, n. 410, p. 44-55, 1982.

GONZÁLEZ, Hernán Béjares. Portales y su proyección histórica, *Memorial del Ejército de Chile*, Santiago de Chile, n. 390, p. 30-48, 1976.

GUTIERREZ, Irma Alban. Centenario de la Guerra Civil de 1891. *Memorial del Ejército de Chile*, n. 436, Santiago de Chile, p. 109-118, 1981.

HERMAN, Eduardo Aldunete. Fuerzas Armadas de Chile: 1891-1973. ¿Espectadores o Actores?, *Memorial del Ejército de Chile*, Santiago de Chile, n. 430, p. 5-7, 1988.

HERRERA, Herbet Orellana. Opinión pública y seguridad nacional, *Memorial del Ejército de Chile*, Santiago de Chile, n. 421, p. 22-32, 1986.

HERRERA, Ricardo Díaz. La lucha anticomunista en el campo del espíritu, *Memorial del Ejército de Chile*, Santiago de Chile, n. 405, p. 138-145, 1980.

HORMAZABAL, Sergio Perez. "Síntesis histórico económico de Chile". *Memorial del Ejército de Chile*, n. 396, Santiago de Chile, p. 75-89, 1977.

INFANTE D., Florencio. La vocación militar y algunos juicios de extranjeros sobre el Ejército de Chile, *Memorial del Ejército de Chile*, Santiago de Chile, n. 373, p. 133-143, 1974.

JOHNSON, Carlos Molina. Rol del poder social en la nueva institucionalidad, *Memorial del Ejército de Chile*, Santiago de Chile, n. 421, p. 89-98, 1986.

\_\_\_\_\_. Una crítica al concepto de alienación en Marx, *Memorial del Ejército de Chile*, Santiago de Chile, n. 424, p. 12-17, 1986.

\_\_\_\_\_. El principio de subsidiariedad: un cambio transcendental del poder del Estado en Chile, *Memorial del Ejército de Chile*, Santiago de Chile, n. 424, p. 76-81, 1986.

\_\_\_\_\_. La acción desestabilizadora del comunismo: una constante en la vida política nacional, *Memorial del Ejército de Chile*, Santiago de Chile, n. 427, p. 87-95, 1987.

\_\_\_\_\_. Chile: los militares y la política, *Memorial del Ejército de Chile*, Santiago de Chile, n. 432, p. 80-90, 1989.

\_\_\_\_\_. Algunos alcances sobre las relaciones civiles-militares, *Memorial del Ejército de Chile*, Santiago de Chile, n. 435, p. 18-24, 1990.

JONES, Fernando Horta. El real propósito de la teología de la liberación, *Memorial del Ejército de Chile*, Santiago de Chile, n. 433, p. 123-153, 1989.

JONES, Luis R. Venegas. Fue inevitable, *Memorial del Ejército de Chile*, Santiago de Chile, n. 376, p. 3-24, 1974.

\_\_\_\_\_. Semántica, *Memorial del Ejército de Chile*, Santiago de Chile, n. 430, p. 40-47, 1988.

KENNAN, Goerge F. Las fuentes de [sic] la conducta rusa. *Memorial del Ejército de Chile*, Santiago de Chile, n. 224, p. 38-50, mayo-junio de 1948.

LA DIRECCIÓN. Homenaje Póstumo, *Memorial del Ejército de Chile*, Santiago de Chile, n. 376, p. 38-39, 1974.

\_\_\_\_\_. Fechas inolvidables, *Memorial del Ejército de Chile*, Santiago de Chile, n. 390, p. 3-4, 1976.

\_\_\_\_\_. Relaciones internacionales, *Memorial del Ejército de Chile*, Santiago de Chile, n. 398, p. 4-9, 1978.

\_\_\_\_\_. 6 años en la Comandancia en Jefe del Ejército, *Memorial del Ejército de Chile*, Santiago de Chile, n. 401, p. 10-11, 1979.

\_\_\_\_\_. 11 de septiembre, *Memorial del Ejército de Chile*, Santiago de Chile, n. 402, p. 11-12, 1979.

\_\_\_\_\_. 10 años en el cargo de Comandante en Jefe del Ejército, *Memorial del Ejército de Chile*, Santiago de Chile, n. 413, p. 5-10, 1983.

\_\_\_\_\_. La ley suprema de la historia Santiago de Chile, *Memorial del Ejército de Chile*, Santiago de Chile, n. 415, p. 3-4, 1984.

\_\_\_\_\_. Filosofía de la historia: monumento a lo imperecedero, *Memorial del Ejército de Chile*, Santiago de Chile, n. 416, p. 3-4, 1984.

\_\_\_\_\_. Maquiavelo y su versión del arte de la guerra, *Memorial del Ejército de Chile*, Santiago de Chile, n. 422, p. 3-4, 1986.

\_\_\_\_\_. Libertad sin demagogia, *Memorial del Ejército de Chile*, Santiago de Chile, n. 429, p. 3-4, 1988.

\_\_\_\_\_. Etapa de normalidad o consolidación de todas las instituciones propias de la democracia, *Memorial del Ejército de Chile*, Santiago de Chile, n. 430, p. 3, 1988.

\_\_\_\_\_. Fuerzas Armadas y democracia, *Memorial del Ejército de Chile*, Santiago de Chile, n. 433, p. 3-4, 1989.

\_\_\_\_\_. Septiembre, *Memorial del Ejército de Chile*, Santiago de Chile, n. 435, p. 3-4, 1990.

\_\_\_\_\_. Cumpliendo la misión, *Memorial del Ejército de Chile*, Santiago de Chile, n. 436, p. 3-4, 1990.

LAFFITTE, Bernard. El Ejército y el Poder en Chile, *Memorial del Ejército de Chile*, Santiago de Chile, n. 387, p. 44-56, 1976.

\_\_\_\_\_. Chile: tres años después, *Memorial del Ejército de Chile*, Santiago de Chile, n. 394, p. 19-25, 1977.

LECAROS, Luis Melo. El resurgimiento de la guerra fría: ¿Paz basada en la fuerza?, *Memorial del Ejército de Chile*, Santiago de Chile, n. 395, p. 45-52, 1977.

LOIS, Alejandro Medina. Valorización de la nacionalidad chilena. *Memorial del Ejército de Chile*, n. 435, Santiago de Chile, p. 25-30, 1990.

LOPEZ, Pablo Gran. La aplicación de los principios geopolíticos por la URSS en la guerra revolucionaria, *Memorial del Ejército de Chile*, Santiago de Chile, n. 420, p. 123-128, 1985.

LORENZO, Luis Ortiz. Hablemos de psicopolítica, *Memorial del Ejército de Chile*, Santiago de Chile, n. 398, p. 100-106, 1978.

MARTCHENKO, Miguel Krassnoff. La infiltración y destrucción de las Fuerzas Armadas, *Memorial del Ejército de Chile*, Santiago de Chile, n. 418, p. 25-34, 1985.

MELO, Francisco Batista Torres. Terrorismo, *Memorial del Ejército de Chile*, Santiago de Chile, n. 416, p. 30-39, 1984.

MONTALVA, Eduardo Frei. Recuerdo de permanente actualidad, *Memorial del Ejército de Chile*, Santiago de Chile, n. 395, p. 55-57, 1977.

MÜLLER, Carlos Meirelles. Principales tendencias del comunismo, *Memorial del Ejército de Chile*, Santiago de Chile, n. 391, p. 70-94, 1976.

MUÑOZ, Juan de Dios Barriga. El sistema económico nacional y el Programa de Recuperación Económica, *Memorial del Ejército de Chile*, Santiago de Chile, n. 386, p. 41-59, 1975.

NAVARRO, Rafael Ortiz. El poder exterior del Estado, *Memorial del Ejército de Chile*, Santiago de Chile, n. 373, p. 114-120, 1974.

NUNN, Frederick M. El profesionalismo militar chileno en el siglo XX: pensamiento y autopercepción de la clase de oficiales hasta 1973, *Memorial del Ejército de Chile*, Santiago de Chile, n. 390, p. 64-98, 1976.

\_\_\_\_\_. "El Chile antiguo y el nuevo: La política de transición 1973-79", *Memorial del Ejército de Chile*, Santiago de Chile, n. 404, p. 15-39, 1980.

OCAMPO, Eduardo O'Kunghttons. Conceptos básicos de patria y familia y su fusión a través del territorio, *Memorial del Ejército de Chile*, Santiago de Chile, n. 435, p. 8-12, 1990.

ORTEGA, Arturo Lane. Democracia Cristiana y Comunismo, *Memorial del Ejército de Chile*, Santiago de Chile, n. 415, p. 32-35, 1984.

\_\_\_\_\_. El P.C. más allá de la democracia, *Memorial del Ejército de Chile*, Santiago de Chile, n. 417, p. 148-153, 1984.

\_\_\_\_\_. Algunos elementos de juicio sobre la Teología de la Liberación, *Memorial del Ejército de Chile*, Santiago de Chile, n. 420, p. 99-111, 1985.

\_\_\_\_\_. La Teología de la Liberación, la Doctrina Social de la Iglesia y la política chilena, *Memorial del Ejército de Chile*, Santiago de Chile, n. 421, p. 8-13, 1986.

\_\_\_\_\_. Partido Comunista, FF.AA. y política chilena, *Memorial del Ejército de Chile*, Santiago de Chile, n. 422, p. 44-57, 1986.

\_\_\_\_\_. La política norteamericana y el establecimiento de regímenes comunistas, *Memorial del Ejército de Chile*, Santiago de Chile, n. 424, p. 45-47, 1986.

\_\_\_\_\_. Las vías de acción y los modelos de golpe de Estado del Partido Comunista, *Memorial del Ejército de Chile*, Santiago de Chile, n. 428, p. 14-23, 1988.

\_\_\_\_\_. Lucha de clases, guerra civil y dictadura del proletariado, trilogía ineludible del marxismo-leninismo, *Memorial del Ejército de Chile*, Santiago de Chile, n. 429, p. 101-125, 1988.

\_\_\_\_\_. Las "leyes universales del paso al comunismo", *Memorial del Ejército de Chile*, Santiago de Chile, n. 430, p. 18-29, 1988.

OYANEDER, Santiago Sinclair. Homenaje a S. E. el Presidente de la República, Capitán General Augusto Pinochet Ugarte, con motivo de cumplir 15 años de mando de la institución, *Memorial del Ejército de Chile*, Santiago de Chile, n. 429, p. 5-17, 1988.

PEREZ, Guillermo Holzmann. El rol de las Fuerzas Armadas frente al terrorismo, *Memorial del Ejército de Chile*, Santiago de Chile, n. 426, p. 94-101, 1987.

\_\_\_\_\_. Las fuerzas armadas y los desafíos de la democracia en Chile, *Memorial del Ejército de Chile*, Santiago de Chile, n. 435, p. 31-36, 1990.

PONTONY, Jorge Muñoz. La trinchera mental, *Memorial del Ejército de Chile*, Santiago de Chile, n. 405, p. 110-114, 1980.

\_\_\_\_\_. Cuando marchamos, *Memorial del Ejército de Chile*, Santiago de Chile, n. 432, p. 120-124, 1989.

PORADOWSKI, Miguel. Karl Marx (Kissel Mordekai), *Memorial del Ejército de Chile*, Santiago de Chile, n. 416, p. 110-113, 1984.

PRADO, Patricio Carvajal. Violación del Principio de no intervención, *Memorial del Ejército de Chile*, Santiago de Chile, n. 391, p. 8-13, 1976.

QUEIROLO, Luis Vicente. Subversión y guerra revolucionaria, *Memorial del Ejército de Chile*, Santiago de Chile, n. 408, p. 96-107, 1981.

RENCORET, Gerardo Cortes. Introducción a la Seguridad Nacional, *Memorial del Ejército de Chile*, Santiago de Chile, n. 390, p. 44-63, 1976.

RIPOLL, Luis Zanelli. Política y estrategia en los 30 años de guerra fría, *Memorial del Ejército de Chile*, Santiago de Chile, n. 401, p. 28-49, 1979.

ROBERT, Julio Canessa. El Partido Comunista y el sistema institucional democrático chileno, *Memorial del Ejército de Chile*, Santiago de Chile, n. 432, p. 26-79, 1989.

SAAVEDRA, Marco A. Saez. Diez años de gobierno militar en Brasil, *Memorial del Ejército de Chile*, Santiago de Chile, n. 381, p. 7-11, 1974.

SAN MARTIN, Carlos Isler. La Siegfried antikomintern, *Memorial del Ejército de Chile*, Santiago de Chile, n. 395, p. 61-67, 1977.

SOTO, Oscar Boehwald. Subversión: guerra sin fronteras, *Memorial del Ejército de Chile*, Santiago de Chile, n. 432, p. 102-111, 1989.

STACK, Juan Carlos. Los derechos humanos en la URSS, *Memorial del Ejército de Chile*, Santiago de Chile, n. 419, p. 13-21, 1985.

TAMPE, Eduardo. Indalicio Téllez Carcamo (1876-1964): militar, abogado, periodista y escritor. *Memorial del Ejército de Chile*, Santiago de Chile, n. 416, p. 114-116, 1984.

TORRENT, Jaime Ojeda. Una ideología apocalíptica y alienable, *Memorial del Ejército de Chile*, Santiago de Chile, n. 414, p. 48-56, 1983.

TRIVELLI, Gerardo José Molina. Teología de la liberación, *Memorial del Ejército de Chile*, Santiago de Chile, n. 425, p. 12-17, 1987.

\_\_\_\_\_. Colectivismo o individualismo: problemática social actual, *Memorial del Ejército de Chile*, Santiago de Chile, n. 427, p. 34-45, 1987.

UGARTE, Augusto Pinochet. Seguridad Nacional, *Memorial del Ejército de Chile*, Santiago de Chile, n. 391, s/p, 1976.

\_\_\_\_\_. Discurso de S. E. el Presidente de la República en acto de homenaje al Libertador Bernardo O'Higgins, Forjador de la Patria, *Memorial del Ejército de Chile*, Santiago de Chile, n. 398, p. 10-17, 1978.

\_\_\_\_\_. Discurso de S.E. en la inauguración de la Plaza del Libertador General O'Higgins, *Memorial del Ejército de Chile*, Santiago de Chile, n. 401, p. 3-9, 1979.

\_\_\_\_\_. Discurso de S. E. el Presidente de la República, General de Ejército, Don Augusto Pinochet Ugarte, con ocasión del inicio del período presidencial establecido en la Constitución Política del Estado del año 1980, *Memorial del Ejército de Chile*, Santiago de Chile, n. 406, p. 7-20, 1981.

\_\_\_\_\_. Editorial, *Memorial del Ejército de Chile*, Santiago de Chile, n. 408, p. 5-10, 1981.

\_\_\_\_\_. La participación del Ejército en la organización y desarrollo del Estado de Chile, *Memorial del Ejército de Chile*, Santiago de Chile, n. 436, p. 5-15, 1990.

VALENZUELA, Luis J. Beas. América, caldera hirviente, *Memorial del Ejército de Chile*, Santiago de Chile, n. 418, p. 9-13, 1985.

\_\_\_\_\_. Texto de la nueva constitución política da plena garantía de democracia y progreso a Chile. *Memorial del Ejército de Chile*, n. 405, Santiago de Chile, p. 40-58, 1980.

VALENZUELA, Raúl. La guerra psicológica. *Memorial del Ejército de Chile*, Santiago de Chile, n. 225, p. 33-45, julio-agosto de 1948.

VERA, Jorge Vellejo. Pretensión soviética sobre la Antártica. *Memorial del Ejército de Chile*, Santiago de Chile, n. 237, p. 105-117, julio-agosto de 1950.

VILAS, Adel Edgardo. Reflexiones sobre la subversión cultural, *Memorial del Ejército de Chile*, Santiago de Chile, n. 402, p. 40-45, 1979.

\_\_\_\_\_. Reflexiones sobre la subversión cultural, *Memorial del Ejército de Chile*, Santiago de Chile, n. 403, p. 54-62, 1980.

## APÊNDICE B - INFORMAÇÕES SOBRE DIRETOR E CONSELHO CONSULTIVO

Ano/Nº	Diretor	Patente	Chefe de Colaborações	Patente	Ass. Jornalística	Patente	Conselho consultivo (Composição)
1973/373	Raúl Toro Arriagada	Coronel (Reserva)	N/A	N/A	N/A	N/A	Chefe (Subrogante) do Estado Maior Geral (1) e Chefe do Departamento de Relações (2) <sup>138</sup>
1974/376	Raúl Toro Arriagada	Coronel (Reserva)	N/A	N/A	N/A	N/A	Chefe (Subrogante) do Estado Maior Geral (1) e Secretario do Estado Maior Geral do Exército (2) <sup>139</sup>
1974/378	Raúl Toro Arriagada	Coronel (Reserva)	N/A	N/A	N/A	N/A	Chefe (Subrogante) do Estado Maior Geral (1) e Secretario do Estado Maior Geral do Exército (2) <sup>140</sup>
1974/381	Raúl Toro Arriagada	Coronel (Reserva)	N/A	N/A	N/A	N/A	Chefe (Subrogante) do Estado Maior Geral (1) e Secretario do Estado Maior Geral do Exército (2) <sup>141</sup>
1975/382	Raúl Toro Arriagada	Coronel (Reserva)	N/A	N/A	N/A	N/A	Chefe (Subrogante) do Estado Maior Geral (1) e Secretario do Estado Maior Geral do Exército (2) <sup>142</sup>

<sup>138</sup> (1) Orlando Urbina Herrera - General de División; (2) Herbert Orellana Herrera - Teniente Coronel.

<sup>139</sup> (1) Héctor Bravo Muñoz - General de División; (2) Juan von Chrismar Escuti – Coronel.

<sup>140</sup> (1) Héctor Bravo Muñoz - General de División; (2) Rafael Ortiz Navarro – Coronel.

<sup>141</sup> (1) Héctor Bravo Muñoz - General de División; (2) Daniel Amagada Pineda – Coronel.

<sup>142</sup> (1) Gustavo Alvarez Águila - General de División; (2) Daniel Amagada Pineda – Coronel.

1976/387	Raúl Toro Arriagada	Coronel (Reserva)	N/A	N/A	N/A	N/A	Chefe (Subrogante) do Estado Maior Geral (1) e Secretario do Estado Maior Geral do Exército (2) <sup>143</sup>
1976/390	Miguel A. Caviedes Llanillos	Coronel (Reserva)	N/A	N/A	N/A	N/A	Chefe do Estado Maior Geral do Exército (1), Subchefe do Estado Maior Geral do Exército (2) e Chefe do Departamento de Relações Internas do Exército (3) <sup>144</sup>
1976/391	Miguel A. Caviedes Llanillos	Coronel (Reserva)	N/A	N/A	N/A	N/A	Chefe do Estado Maior Geral do Exército (1), Subchefe do Estado Maior Geral do Exército (2) e Chefe do Departamento de Relações Internas do Exército (3) <sup>145</sup>
1977/394	Miguel A. Caviedes Llanillos	Coronel (Reserva)	N/A	N/A	N/A	N/A	Chefe do Estado Maior Geral do Exército (1), Subchefe do Estado Maior Geral do Exército (2) e Chefe do Departamento de Relações Internas do Exército (3) <sup>146</sup>

<sup>143</sup> (1) Gustavo Alvarez Águila - General de División; (2) Santiago A. Sinclair Oyanedel – Coronel.

<sup>144</sup> (1) Carlos Forestier Haensgen - General de División; (2) Luis J. Ramírez Pineda - General de Brigada; (3) Virgilio Espinoza Palma – Coronel.

<sup>145</sup> (1) Carlos Forestier Haensgen - General de División; (2) Luis J. Ramírez Pineda - General de Brigada; (3) Virgilio Espinoza Palma – Coronel.

<sup>146</sup> (1) Carlos Forestier Haensgen - General de División; (2) Luis J. Ramírez Pineda - General de Brigada; (3) Virgilio Espinoza Palma – Coronel.

1983/413 <sup>147</sup>	Luis E. Arellano Stark	Coronel	N/A	N/A	N/A	N/A	Chefe do Estado Maior Geral do Exército (1), Secretário do Estado Maior Geral do Exército (2), Chefe do Departamento de Relações Internas do Exército (3), Chefe do Departamento de Relações Públicas do Exército (4), Chefe Seção Revistas Militares (5) e Diretor da Revista "Alborada" (6)
1983/414	Luis E. Arellano Stark	Coronel	N/A	N/A	N/A	N/A	Chefe do Estado Maior Geral do Exército (1), Secretário do Estado Maior Geral do Exército (2), Chefe do Departamento de Relações Internas do Exército (3), Chefe do Departamento de Relações Públicas do Exército (4), Chefe Seção Revistas Militares (5) e Diretor da Revista "Alborada" (6)
1984/415	Luis J. Beas Valenzuela	Tenente Coronel (Reserva)	N/A	N/A	N/A	N/A	Chefe do Estado Maior Geral do Exército (1), Secretário do Estado Maior Geral do Exército (2), Chefe do Departamento de Relações Internas do Exército (3), Chefe do Departamento de

<sup>147</sup> Entre o período de 1978 e 1983, o conselho consultivo mantém praticamente a mesma estrutura (há poucas alterações nos membros). Além disso, não há menção sobre os nomes dos ocupantes dos respectivos cargos.

							Relações Públicas do Exército (4) e Chefe Seção Revistas Militares (5) <sup>148</sup>
1984/416	Luis J. Beas Valenzuela	Tenente Coronel (Reserva)	N/A	N/A	N/A	N/A	Chefe do Estado Maior Geral do Exército (1), Secretario do Estado Maior Geral do Exército (2), Secretario de Coordenação de DINE (3), Chefe do Departamento de Relações Internas do Exército (4), Chefe do Departamento de Relações Públicas do Exército (5) e Chefe Seção Revistas Militares (6) <sup>149</sup>
1984/417	Luis J. Beas Valenzuela	Tenente Coronel (Reserva)	N/A	N/A	N/A	N/A	Chefe do Estado Maior Geral do Exército (1), Secretario do Estado Maior Geral do Exército (2), Secretario de Coordenação de DINE (3), Chefe do Departamento de Relações Internas do Exército (4), Chefe do Departamento de Relações Públicas do

<sup>148</sup> (1) Enrique Valdés Puga - Major General; (2) Luis Mujica Collao - Brigadier; (3) Virgilio Espinoza Palma - Coronel; (4) Gustavo Collao Mira - Teniente Coronel; (5) N/A.

<sup>149</sup> (1) Enrique Valdés Puga - Major General; (2) Luis Mujica Collao - Brigadier; (3) Marcus Lucares Robledo - Brigadier; (4) Virgilio Espinoza Palma - Coronel; (5) Gustavo Collao Mira – Coronel; (6) N/A.

							Exército (5) e Chefe Seção Revistas Militares (6) <sup>150</sup>
1985/418	Luis J. Beas Valenzuela	Tenente Coronel (Reserva)	N/A	N/A	N/A	N/A	Chefe do Estado Maior Geral do Exército (1), Secretario do Estado Maior Geral do Exército (2), Secretario de Coordenação de DINE (3), Chefe do Departamento de Relações Internas do Exército (4), Chefe do Departamento de Relações Públicas do Exército (5) e Chefe Seção Revistas Militares (6) <sup>151</sup>
1985/419	Luis J. Beas Valenzuela	Tenente Coronel (Reserva)	N/A	N/A	N/A	N/A	Chefe do Estado Maior Geral do Exército (1), Secretario do Estado Maior Geral do Exército (2), Secretario de Coordenação de DINE (3), Chefe do Departamento de Relações Internas do Exército (4), Chefe do Departamento de Relações Públicas do

<sup>150</sup> (1) Enrique Valdés Puga - Major General; (2) Luis Mujica Collao - Brigadier; (3) Marcus Lucares Robledo - Brigadier; (4) Virgilio Espinoza Palma - Coronel; (5) Gustavo Collao Mira – Coronel; (6) N/A.

<sup>151</sup> (1) Enrique Valdés Puga - Major General; (2) Luis Mujica Collao - Brigadier; (3) Marcus Lucares Robledo - Brigadier; (4) Virgilio Espinoza Palma - Coronel; (5) Ramón Bascur Gaete – Teniente Coronel; (6) N/A.

							Exército (5) e Chefe Seção Revistas Militares (6) <sup>152</sup>
1985/420	Luis J. Beas Valenzuela	Tenente Coronel (Reserva)	N/A	N/A	N/A	N/A	Chefe do Estado Maior Geral do Exército (1), Secretario do Estado Maior Geral do Exército (2), Secretario de Coordenação de DINE (3), Chefe do Departamento de Relações Internas do Exército (4), Chefe do Departamento de Relações Públicas do Exército (5) e Chefe Seção Revistas Militares (6) <sup>153</sup>
1986/421	Luis J. Beas Valenzuela	Tenente Coronel (Reserva)	N/A	N/A	N/A	N/A	Chefe do Estado Maior Geral do Exército (1), Secretario do Estado Maior Geral do Exército (2), Secretario de Coordenação de DINE (3), Chefe do Departamento de Relações Internas do Exército (4), Chefe do Departamento de Relações Públicas do

<sup>152</sup> (1) Enrique Valdés Puga - Major General; (2) Luis Mujica Collao - Brigadier; (3) Marcus Lucares Robledo - Brigadier; (4) Virgilio Espinoza Palma - Coronel; (5) Ramón Bascur Gaete – Teniente Coronel; (6) N/A.

<sup>153</sup> (1) Jorge O’Ryan Balbotín - Major General; (2) Héctor Darrigrandi Marques - Brigadier; (3) Gustavo Arbazúa Rivadeneira - Coronel; (4) Virgilio Espinoza Palma - Coronel; (5) Emilio Timmermann Undurruga – Teniente Coronel; (6) N/A.

							Exército (5) e Chefe Seção Revistas Militares (6) <sup>154</sup>
1986/422	Luis J. Beas Valenzuela	Tenente Coronel (Reserva)	N/A	N/A	N/A	N/A	Chefe do Estado Maior Geral do Exército (1), Secretario do Estado Maior Geral do Exército (2), Secretario de Coordenação de DINE (3), Chefe do Departamento de Relações Internas do Exército (4), Chefe do Departamento de Relações Públicas do Exército (5) e Chefe Seção Revistas Militares (6) <sup>155</sup>
1986/424	Luis J. Beas Valenzuela	Tenente Coronel (Reserva)	N/A	N/A	N/A	N/A	Chefe do Estado Maior Geral do Exército (1), Secretario do Estado Maior Geral do Exército (2), Secretario de Coordenação de DINE (3), Chefe do Departamento de Relações Internas do Exército (4), Chefe do Departamento de Relações Públicas do

<sup>154</sup> (1) Jorge O’Ryan Balbotín - Major General; (2) Héctor Darrigrandi Marques - Brigadier; (3) Gustavo Arbazúa Rivadeneira - Coronel; (4) Mario Sheihing Navarro - Coronel; (5) Emilio Timmermann Undurraga – Teniente Coronel; (6) N/A.

<sup>155</sup> (1) Jorge O’Ryan Balbotín - Major General; (2) Héctor Darrigrandi Marques - Brigadier; (3) Gustavo Arbazúa Rivadeneira - Coronel; (4) Mario Sheihing Navarro - Coronel; (5) Emilio Timmermann Undurraga – Teniente Coronel; (6) N/A.

							Exército (5) e Chefe Seção Revistas Militares (6) <sup>156</sup>
1987/425	Luis J. Beas Valenzuela	Tenente Coronel (Reserva)	N/A	N/A	N/A	N/A	Chefe do Estado Maior Geral do Exército (1), Secretario do Estado Maior Geral do Exército (2), Secretario de Coordenação de DINE (3), Chefe do Departamento de Relações Internas do Exército (4), Chefe do Departamento de Relações Públicas do Exército (5) e Chefe Seção Revistas Militares (6) <sup>157</sup>
1987/426	Luis J. Beas Valenzuela	Tenente Coronel (Reserva)	N/A	N/A	N/A	N/A	Chefe do Estado Maior Geral do Exército (1), Secretario do Estado Maior Geral do Exército (2), Secretario de Coordenação de DINE (3), Chefe do Departamento de Relações Internas do Exército (4), Chefe do Departamento de Relações Públicas do

<sup>156</sup> (1) Jorge O’Ryan Balbotín - Major General; (2) Héctor Darrigrandi Marques - Brigadier; (3) Gustavo Arbazúa Rivadeneira - Coronel; (4) Mario Sheihing Navarro - Coronel; (5) Emilio Timmermann Undurraga – Teniente Coronel; (6) N/A.

<sup>157</sup> (1) Jorge O’Ryan Balbotín - Major General; (2) Fernando Hormazábal Díaz - Brigadier; (3) Gustavo Arbazúa Rivadeneira - Coronel; (4) Mario Sheihing Navarro - Coronel; (5) Emilio Timmermann Undurraga – Teniente Coronel; (6) N/A.

							Exército (5) e Chefe Seção Revistas Militares (6) <sup>158</sup>
1987/427	Luis J. Beas Valenzuela	Tenente Coronel (Reserva)	N/A	N/A	N/A	N/A	Chefe do Estado Maior Geral do Exército (1), Secretario do Estado Maior Geral do Exército (2), Secretario de Coordenação de DINE (3), Chefe do Departamento de Relações Internas do Exército (4), Chefe do Departamento de Relações Públicas do Exército (5) e Chefe Seção Revistas Militares (6) <sup>159</sup>
1988/428	Luis J. Beas Valenzuela	Tenente Coronel (Reserva)	N/A	N/A	N/A	N/A	Chefe do Estado Maior Geral do Exército (1), Secretario do Estado Maior Geral do Exército (2), Secretario de Coordenação de DINE (3), Chefe do Departamento de Relações Internas do Exército (4), Chefe do Departamento de Relações Públicas do

<sup>158</sup> (1) Manuel Barros Recabarren - Major General; (2) Fernando Hormazábal Díaz - Brigadier; (3) Gustavo Arbazúa Rivadeneira - Coronel; (4) Mario Sheihing Navarro - Coronel; (5) Luis Jofré González – Teniente Coronel; (6) N/A.

<sup>159</sup> (1) Manuel Barros Recabarren - Major General; (2) Fernando Hormazábal Díaz - Brigadier; (3) Gustavo Arbazúa Rivadeneira - Coronel; (4) Mario Sheihing Navarro - Coronel; (5) Luis Jofré González – Teniente Coronel; (6) N/A.

							Exército (5) e Chefe Seção Revistas Militares (6) <sup>160</sup>
1988/429	Luis J. Beas Valenzuela	Tenente Coronel (Reserva)	N/A	N/A	N/A	N/A	Chefe do Estado Maior Geral do Exército (1), Secretario do Estado Maior Geral do Exército (2), Secretario de Coordenação de DINE (3), Chefe do Departamento de Relações Internas do Exército (4), Chefe do Departamento de Relações Públicas do Exército (5) e Chefe Seção Revistas Militares (6) <sup>161</sup>
1989/432	Mario Sheihing Navarro	Coronel	Maria Eugenia Gopel Fischer	Capitã	Gabriela Tapia Mejia	N/A	Chefe do Estado Maior Geral do Exército (1), Secretario do Estado Maior Geral do Exército (2), Secretario de Coordenação de DINE (3), Chefe do Departamento de Relações Internas do Exército (4), Chefe do Departamento de Relações Públicas do

<sup>160</sup> (1) Roberto Soto Mackenney - Major General; (2) Ricardo Gaete Villaseñor - Brigadier; (3) Gustavo Arbazúa Rivadeneira - Coronel; (4) Mario Sheihing Navarro - Coronel; (5) Luis Jofré González – Teniente Coronel; (6) N/A.

<sup>161</sup> (1) Roberto Soto Mackenney - Major General; (2) Ricardo Gaete Villaseñor - Brigadier; (3) Gustavo Arbazúa Rivadeneira - Coronel; (4) Mario Sheihing Navarro - Coronel; (5) Luis Jofré González – Teniente Coronel; (6) N/A.

							Exército (5) e Diretor Memorial del Ejército (6) <sup>162</sup>
1989/433	Mario Sheihing Navarro	Coronel	Maria Eugenia Gopel Fischer	Capitã	Gabriela Tapia Mejia	N/A	Chefe do Estado Maior Geral do Exército (1), Secretario do Estado Maior Geral do Exército (2), Secretario de Coordenação de DINE (3), Chefe do Departamento de Relações Internas do Exército (4), Chefe do Departamento de Relações Públicas do Exército (5) e Diretor Memorial del Ejército (6) <sup>163</sup>
1990/434	Mario Sheihing Navarro	Coronel	Maria Eugenia Gopel Fischer	Capitã	Gabriela Tapia Mejia	N/A	Chefe do Estado Maior Geral do Exército (1), Secretario do Estado Maior Geral do Exército (2), Secretario de Coordenação de DINE (3), Chefe do Departamento de Relações Internas do Exército (4), Chefe do Departamento de Relações Públicas do

<sup>162</sup> (1) Jaime González Vergara - Major General; (2) Fernando Castro Marincovic - Coronel; (3) Fernando Polanco Gallardo - Coronel; (4) Mario Sheihing Navarro - Coronel; (5) Roberto Hott Krull – Teniente Coronel; (6) N/A.

<sup>163</sup> (1) Hugo Salas Wenzel - Major General; (2) Fernando Castro Marincovic - Coronel; (3) Fernando Polanco Gallardo - Coronel; (4) Mario Sheihing Navarro - Coronel; (5) Roberto Hott Krull – Teniente Coronel; (6) N/A.

							Exército (5) e Diretor Memorial del Ejército (6) <sup>164</sup>
1990/435	Samuel Loyola Meza	Coronel	N/A	N/A	Gabriela Tapia Mejia	N/A	Chefe do Estado Maior Geral do Exército (1), Secretario do Estado Maior Geral do Exército (2), Secretario de Coordenação de DINE (3), Chefe do Departamento do III DINE (4), Chefe do Departamento de Relações Públicas do Exército (5) e Chefe da Seção Revistas Militares (6) <sup>165</sup>
1990/436	César Streitt González	Brigadier	N/A	N/A	Gabriela Tapia Mejia	N/A	Chefe do Estado Maior Geral do Exército (1), Comandante do Comando de Institutos Militares (2), Diretor de Instrução do Exército (3), Secretario Geral do Exército (4) e Chefe do Departamento de Comunicação do Exército (5) <sup>166</sup>

<sup>164</sup> (1) Hugo Salas Wenzel - Major General; (2) Fernando Castro Marincovic - Coronel; (3) Fernando Polanco Gallardo - Coronel; (4) Mario Sheihing Navarro - Coronel; (5) Miguel Trincado Araneda – Mayor; (6) N/A.

<sup>165</sup> (1) Hugo Salas Wenzel - Major General; (2) Fernando Castro Marincovic - Brigadier; (3) Fernando Polanco Gallardo - Coronel; (4) Mario Sheihing Navarro - Coronel; (5) Miguel Trincado Araneda – Mayor; (6) Maria Eugenia Gopel Fishcer - Capitán.

<sup>166</sup> (1) Rodrigo Sanchez Casillas - Major General; (2) Jaime Concha Pantoja – General de Brigada; (3) Luis Cortes Villa – General de Brigada; (4) Sergio Moreno Saraiva - Brigadier; (5) Cesar Streitt González – Brigadier; (6) N/A.

**APÊNDICE C – INFORMAÇÕES SOBRE OS OFICIAIS ADQUIRIDAS ATRAVÉS DOS KARDEX<sup>167</sup>**

Nome	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	Retiro absoluto
Miguel Antonio Caviedes Llanillos	1929	1934	1936	1943	1951	1956						1969 (2º - 1983)
Orlando Humberto Urbina Herrera	1934	1938	1942	1947	1953	1960	1966		1969 – 9.A	1972 – 10.A		1974
Hector Bravo Muñoz	1935	1940	1943	1948	1954	1961	1967		1970 – 9.A	1973 – 10.A		1975
Ernesto Carlos Joaquin Forestier Harnsgen	1936	1941	1944	1948	1955	1962	1968		1972 – 9.A	1974 – 10.A	1978	1980
Gustavo Alvarez Aguila	1938	1941	1944	1948	1955	1962	1968		1972 – 9.A	1974 – 10.A		1977
Marcelo Hernán Béjares González	1941	1943	1946	1951	1960	1966	1970		1974 – 9.A			
Luis Eduardo Arellano Stark	1941	1943	1946	1951	1959	1966	1970					1977
Luis Joaquin Ramirez Pineda	1941	1945	1948	1953	1962	1968	1972		1974 – 9.A	1979 – 10.A		1982

<sup>167</sup> As patentes estão numeradas e correspondem aos seguintes graus da hierarquia militar: 1 – Cadetes da *Escuela Militar*, 2 – *Subteniente*, 3 – *Teniente*, 4 – *Capitán*, 5 – *Mayor*, 6 – *Teniente Coronel*, 7 – *Coronel*, 8 – *Brigadier*, 9 – *Brigadier General* (ou 9.A – *General de Brigada*), 10 – *Mayor General* (ou 10.A – *General de División*), 11 – *Teniente General*.

Juan Guillermo Von Chrismar Escuti	1942	1947	1950	1954	1963	1968	1973					1977
Rafael Ortiz Navarro	1943	1946	1950	1954	1963	1968	1972		1975 – 9.A	1980 – 10.A		1984
Daniel Arriagada Pineda	1943	1948	1951	1956	1965	1969	1974					1978
Santiago Arturo Sinclair Oyaneder	1944	1949	1952	1957	1966	1970	1974		1977 – 9.A	1983	1986	1990
Enrique Arturo Valdes Puga	1944	1949	1952	1957	1966	1970	1974		1977 – 9.A	1983		1986
Jorge Felipe Balbontin O'ryan	1946	1951	1953	1959	1967	1971	1974		1979 – 9.A	1985		1987
Manuel Barros Recabarren	1947	1951	1953	1959	1967	N/A	N/A		1979 – 9.A	1985		1988
Herbert Orellana Herrera	1948	1953	1955	1961	1969	1973	1976	1981				1984
Roberto Alfredo Soto Mackenney	1948	1952	1954	1960	1968	1972	1975		1979 – 9.A	1985		1989
Juan De Dios Barriga Muñoz	1949	1953	1956	1962	1969	1974	1977	1981				
Carlos Guillermo Meirelles Müller	1949	1953	1956	1961	1969	1974	1977	1981	1982			1986
Jaime Arturo Gonzalez Vergara	1951	1955	1958	1963	1970	1974	1977	1981	1983	1988		1989

Luis Alfredo Mujica Collao	1951	1955	1958	1964	1970	1974	1978	1983				1987
Hugo Ivan Salas Wenzel	1952	1955	1959	1965	1971	1974	1978	1983	1985	1988		1991
Richard Herman Neeb Gevert	1953	1955	1957	1965	1970	1974	1977	1981				1986
Jorge Muñoz Pontony	1953	1956	1959	1965	1971	1974	1978	1983				1986
Fernando Hormazabal Diaz	1954	1958	1961	1967	1973	1976	1981	1986	1988			1992
Mario Scheihing Navarro	1955	1960	1963	1968	1974	1977	1983					1990
Juan Ricardo Gaete Villaseñor	1955	1960	1963	1967	1974	1977	1983	1987	1988	1993		1995
Jaime Concha Pantoja	1956	1958	1961	1967	1974	1977	1982	1986	1988	1993		1996
Héctor Ernesto Graciano Darrigrandi Marques	1956	1958	1961	1966	1973	1976	1981	1985	1987	1990		1992
César Hugo Streitt Gonzalez	1959	1963	1966	1970	1975	1980	1986	1990	1992			1998
Fernando Atilio Horta Jones	1963	1966	1969	1973	1978	1983	1988	1992				1993

Luis Renato Travelli Ripoll	1964	1966	1969	1973	1978	1983	1988					1990
Carlos Molina Johnson	1966	1968	1971	1975	1980	1985	1990	1995	1996	2001 – 10.A		2005
Samuel Alejandro Loyola Meza	1966	1967	1970	1974	1979	1985	1990					1993
Jaime Guillermo Garcia Covarrubias	1968	1970	1973	1977								1999
José Sebastián Cerdeza Bozzo	1968	1970	1973	1977	1983	1988	1993	1997				1999
Jaime Manuel Ojedo Torrent	1968	1970	1973	1977	1983	1988						1992
Oscar Alberto Boehwald Soto	1972	1975	1978	1983	1989							1994
Gerardo Molina Trivelli	1978	1982	1985									1988 (RENUNCIA)
Sergio Cea Cienfuegos <sup>168</sup>				1981	1986	1993	2000					

<sup>168</sup> Todas as patentes alcançados por Sergio Cea Cienfuegos são relativas à Justiça Militar.

**APÊNDICE C – INFORMAÇÕES DOS OFICIAIS RELATIVAS À ATUAÇÃO NA ACADEMIA DE GUERRA**

Nome	Turma de ingresso	Colocação	Atividade docente	Disciplina	Intérprete	<i>Estado Mayor</i>	<i>Fuerzas Especiales</i>
Jaime Manuel Ojedo Torrent	1979	Reprovado	N/A	N/A	N/A	N/A	1976
Oscar Alberto Boehwald Soto	1990	Reprovado	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Miguel Antonio Caviedes Llanillos	1947-1949	7° (9)	<i>ACAGUE</i>	<i>Geografía militar y geopolítica, informaciones</i>	N/A	1951	N/A
Orlando Humberto Urbina Herrera	1950-1952	10° (19)	<i>ACAGUE</i>	<i>Informaciones, geografía militar y estrategia</i>	N/A	1953	1969
Ernesto Carlos Joaquin Forestier Harnsgen	1951-1953	N/A	<i>Escuela Militar, ACAGUE</i>	<i>Geografía militar y geopolítica</i>	Alemão	1954	1969
Gustavo Alvarez Aguila	1951-1953	N/A	<i>ACAGUE</i>	<i>Logística, informaciones</i>	N/A	1954	1969
Hector Bravo Muñoz	1952-1954	6° (19)	<i>ACAGUE</i>	<i>Logística, geografía militar y geopolítica</i>	N/A	1955	N/A

Marcelo Hernán Béjares González	1953-1955	3° (23)	ACAGUE	<i>Historia militar y estrategia, geografía militar y geopolítica</i>	N/A	1955	N/A
Rafael Ortiz Navarro	1957-1959	3° (12)	ACAGUE	<i>Geografía militar y geopolítica, historia militar y estrategia</i>	Alemão	1960	
Juan Guillermo Von Chrismar Escuti	1957-1959	2° (12)	ACAGUE	<i>Personal</i>	N/A	1960	N/A
Luis Joaquin Ramirez Pineda	1958-1960	1° (16)	ACAGUE	<i>Personal, historia militar y estrategia</i>	Inglês	1961	1969
Luis Eduardo Arellano Stark	1959-1961	7° (17)	ACAGUE	<i>Personal</i>	N/A	1962	N/A
Santiago Arturo Sinclair Oyaneder	1961-1963	4° (16)	ACAGUE	<i>Geografía militar y geopolítica</i>	Inglês	1964	1969
Enrique Arturo Valdes Puga	1962-1964	1° (16)	ACAGUE	<i>Historia militar y estrategia</i>	Inglês	1965	1969
Jorge Felipe Balbontin O'ryan	1963-1965	7° (16)	ACAGUE	<i>Informaciones, contra- inteligencia</i>		1966	1969

Daniel Arriagada Pineda	1964-1966	4° (24)	ACAGUE	Táctica, informaciones	Inglês	1967	1969
Juan De Dios Barriga Muñoz	1966-1968	N/a	ACAGUE	Historia militar y estrategia, informaciones	N/A	1969	N/A
Manuel Barros Recabarren	1966-1968	N/a	ACAGUE	Logística	N/A	1969	1969
Roberto Alfredo Soto Mackenney	1966-1968	3° (21)	ACAGUE	Logística	N/A	1969	1969
Herbert Orellana Herrera	1967-1969	3° (20)	ACAGUE	Geopolítica, historia militar y estrategia	N/A	1969	1969
Carlos Guillermo Meirelles Müller	1968-1970	9° (19)	ACAGUE	Geografía militar y geopolítica, historia militar y estrategia	N/A	1971	1971
Jorge Muñoz Pontony	1969-1971	N/A	N/A	N/A	Inglês	1971	N/A
Hugo Ivan Salas Wenzel	1970-1972	N/A	Universidad de Chile e Escuela De Inteligencia Del Ejército	Seguridad y defensa nacional (uc), informaciones	N/A	1972	1974

Jaime Arturo Gonzalez Vergara	1970-1972	5° (25)	<i>Comando Interamericano De Defensa</i>	N/A		1973	
Héctor Ernesto Graciano Darrigrandi Marques	1971-1973	3° (25)	<i>Escuela Militar e ACAGUE</i>	<i>Historia militar y estrategia, geografía y geopolítica</i>	Inglês	1973	1973
Fernando Hormazabal Diaz	1971-1973	4° (25)	<i>Escuela Militar e ACAGUE</i>	<i>Organización y personal</i>	N/A	1973	1973
Luis Alfredo Mujica Collao	1971-1973	10° (25)	<i>ACAGUE</i>	<i>Historia militar y estrategia</i>	Português	1974	1973
Richard Herman Neeb Gevert	1974-1976	20° (30)	N/A	N/A	Alemão	1976	1973
Mario Scheihing Navarro	1974-1976	N/A	N/A	N/A	N/a	1976	1974
Juan Ricardo Gaete Villaseñor	1974-1976	N/A	<i>ACAGUE</i>	<i>Inteligencia, historia militar y estrategia</i>	Inglês	1976	1973/1976
Luis Renato Travelli Ripoll	1976-1978	N/A	<i>ACAGUE</i>	<i>Historia militar y estrategia</i>	Inglês	1979	1978
César Hugo Streitt Gonzalez	1976-1978	N/A	<i>ACAGUE</i>	<i>Táctica y operaciones</i>	N/a	1978	1977
Fernando Atilio Horta Jones	1977-1979	N/A	N/A	N/A	N/A	1980	1978/1984

Samuel Alejandro Loyola Meza	1978/1979/1980	Reprovado	<i>Escuela de Inteligencia del Ejército</i>	<i>Guerra psicológica</i>	N/A	N/A	1991
Carlos Molina Johnson	1978-1980	N/A	<i>ACAGUE, Escuela Militar e ANEPE</i>	<i>Seguridad nacional (ANEPE), organización y personal e historia militar y estrategia (ACAGUE)</i>	N/A	1981	1979
Jaime Guillermo Garcia Covarrubias	1979-1981	N/A	<i>ACAGUE</i>	<i>Inteligencia, geografía militar y geopolítica</i>	Português	1981	1980
Sergio Cea Cienfuegos	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
José Sebastián Cerda Bozzo	1979-1981	N/A	N/A	N/A	Inglês	1981	1980
Gerardo Molina Trivelli	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Jaime Concha Pantoja	1972-1974	N/A	<i>Escuela Militar e ACAGUE</i>	<i>Historia militar y estrategia</i>	Inglês	1975	1975